



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE
CULTURA E TERRITÓRIO**

KATIANE DA SILVA SANTOS

**DO PASSADO AO PRESENTE: A Festa 13 de Maio da Comunidade
Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO**

ARAGUAÍNA-TO
2018

KATIANE DA SILVA SANTOS

**DO PASSADO AO PRESENTE: A Festa 13 de Maio da Comunidade Quilombola
Dona Juscelina em Muricilândia-TO**

Dissertação apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território como requisito parcial à obtenção de grau de Mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa.
Co-Orientadora: Profa. Dra. Luiza Helena Oliveira da Silva.

ARAGUAÍNA-TO
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237d Santos, Katiane da Silva.
DO PASSADO AO PRESENTE: A Festa 13 de Maio da
Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO . /
Katiane da Silva Santos. – Araguaína, TO, 2018.
210 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2018.

Orientadora : Kênia Gonçalves Costa

Coorientadora : Luiza Helena Oliveira da Silva

1. Quilombo. 2. Abolição. 3. Dona Juscelina. 4. Festa 13 de Maio.
I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica
da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

KATIANE DA SILVA SANTOS

**DO PASSADO AO PRESENTE: A Festa 13 de Maio da Comunidade Quilombola
Dona Juscelina em Muricilândia-TO**

Dissertação foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território para a obtenção do título de Mestra e aprovada em sua forma final pelas Orientadoras e a Banca Examinadora.

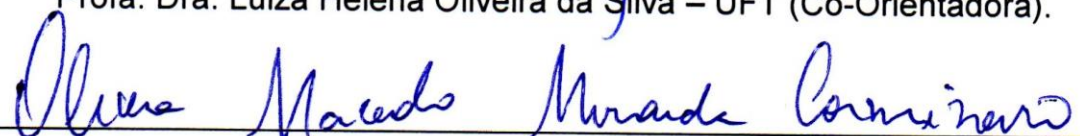
Data de Aprovação 27 / 09 / 2018.

Banca Examinadora:

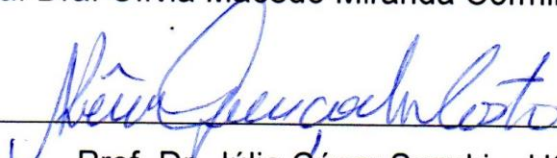


Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa – UFT (Orientadora).


Profa. Dra. Luiza Helena Oliveira da Silva – UFT (Co-Orientadora).



Profa. Dra. Olívia Macedo Miranda Cormineiro – UFT (Avaliadora Interna).



Prof. Dr. Júlio César Suzuki – USP (Avaliador Externo).



Prof. Dr. Márcio Araújo de Melo – UFT (Suplente).

Dedico este trabalho à minha avó Alaide (in memorian).

Me deixou ainda quando estava no início desta pesquisa, apesar da tristeza que me abala, seu legado foi minha maior motivação. Se estou concluindo um curso de mestrado, devo isto a ela, uma professora de alfabetização na roça, teve a coragem de migrar e enfrentar a cidade com muitos filhos pequenos. Este trabalho é o fruto do seu esforço vovó!

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) que não medem esforços para o sucesso desse curso, em especial ao Prof. Dr. Elias da Silva que acreditou nesta pesquisa e iniciou o trabalho de orientação. À Profa. Dra. Luiza Helena da Silva que se dispôs a co-orientar esta pesquisa, durante a disciplina de vocês aprendi a ser mais sensível e a lhe dar melhor com as informações empíricas a que tive acesso. À Profa. Dra. Kênia Costa que assumiu já no final do curso a orientação, por pensarmos na mesma direção os caminhos desta pesquisa senti-me segura para prosseguir com o trabalho. Aos professores Plábio, Jean Carlos, Euclides Antunes e Dagmar que durante a ministração das aulas de suas disciplinas tiveram a dura tarefa de nos ensinar sobre métodos e interdisciplinaridades. Ao professor Darnival Venâncio que no início dessa pesquisa me acendeu muitas luzes.

À banca examinadora: Ao Prof. Dr. Júlio Cesar Suzuki, sua experiência em pesquisas com quilombos me trouxe importantes direcionamentos, sua sensibilidade e graciosidade são lindas de se ver!! À Profa. Dra. Olívia Cormineiro, tão detalhista nas análises me trouxe excelentes orientações que moldaram este trabalho. Ao Prof. Dr. Rafael Noletto, suas orientações foram extremamente fundamentais para o fechamento desta pesquisa.

Ao povo brasileiro que arduamente trabalha e paga altos impostos para manter as Universidades Públicas, agradeço aos servidores que fazem da Universidade Federal do Tocantins (UFT) ter cada vez mais qualidade, e claro aos professores do Departamento de Geografia de onde vem minha origem de formação acadêmica, meus conhecimentos geográficos foram fundamentais para a realização deste sonho de conclusão do curso de mestrado. Em especial a Profa. Dra. Antônia Márcia que nessa etapa da pós-graduação, por sua bondade me acompanhou em meu primeiro trabalho de campo, onde eu me encontrava completamente nervosa e/ou perdida nos caminhos da pesquisa, não só esteve comigo abrindo portas como também me deu valiosas dicas, principalmente em relação ao método interdisciplinar que me guiou na construção deste trabalho.

Aos membros da Comunidade Quilombola Dona Juscelina! Em especial à Dona Juscelina, foi uma honra conhecer alguém tão ilustre para a história desse

país, escrever sobre sua trajetória territorial me trouxe sentimentos imensuráveis. Aos quilombolas Seu Francisco Paulino, Dona Cícera, Dona Rosa Mirtes, Dona Bartô, Manoel Filho, Lucilene Gomes e aos jovens Salomão Israell e Ludimila.

Aos colegas de trabalho, alunos e alunas da Escola Estadual Marechal Costa e Silva (Muricilândia-TO), foi a melhor escola que já trabalhei, pena que é tão longe da minha casa. Foi lá que tive a feliz oportunidade de me encontrar com a minha pesquisa e construir um trabalho tão significativo. Em especial às professoras e amigas Ivanilda, pelas primeiras informações sobre a comunidade quilombola que tanto me ajudaram ainda na seleção de mestrado, e a Marilúcia que me recebeu algumas vezes em sua casa.

Ao Prof. Dr. Adelmir Fiabani, referência em estudos sobre quilombos, os quais trabalhos trazem importantes direcionamentos nesta pesquisa. Tive o prazer de conhecê-lo, e lógico, não perdi a oportunidade de buscar umas dicas, pois naquele momento eu estava totalmente leiga sobre a temática. Em razão de sua experiência em pesquisas nesse campo, em menos de quinze minutos “esqueletou” os pontos que sustentariam esta pesquisa, e ainda, me indicou a mudança do título desta dissertação a qual depois de algum tempo decidi acatar, ele estava certo. Me segurei em suas dicas até a conclusão desta pesquisa.

À minha professora de História e Geografia do Ensino Médio, Márcia, suas aulas foram marcantes e resultou nesta pesquisa de mestrado.

Aos amigos e amigas que não me abandonaram apesar de tanto ter evitado vê-los, foi um período de solidão para alcançar o resultado deste trabalho.

À minha família que é a base da minha estrutura. À minha irmã Keliene Santos que me ajudou a concretizar a idealização de produzir material audiovisual.

Ao admirável amigo Weberson Dias, também pesquisador de festa tradicional, me acompanhou desde o início na construção do projeto e na escrita deste trabalho, nos ajudamos. Você foi essencial nos auxílios para a escrita deste trabalho. Gratidão eterna!

A Deus, meu amor maior! Minha força, minha inspiração e meu baluarte!

Obrigada a todos e todas!!!

*“A consciência negra
A bela arte negra
A ciência negra
A ascensão dos negros...”*

*... A resistência é uma luta permanente por espaço mais decente no direito a se igualar...
... A liberdade é um valor da identidade... a negritude de viver.
Expresso canto e suas danças no batuque...
Afirmação da identidade é o caminho que exalta os negros...
O negro é conceito escrito e irrestrito na pele, nos olhos e na alma...*

*A consciência negra
A resistência negra!”*

(Música: Consciência Negra/Boi-Bumbá Garantido. Composição: Paulinho DU Sagrado. Disponível em: <<https://www.cifraclub.com.br/garantido/consciencia-negra/letra/>>. Acesso em: set. 2018)

RESUMO

Esta dissertação estuda a principal manifestação cultural de uma comunidade quilombola, e a intitulamos em “Do Passado ao Presente: a Festa 13 de Maio da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia – TO”. A Festa é de origem maranhense, após a abolição da escravatura no Brasil (1888) e através de um processo de migração de seus festejadores, foi territorializada no município de Muricilândia ao norte do Tocantins. De forma, que foi Dona Juscelina, a protagonista deste processo, de tal modo, que se tornou a líder do grupo étnico a que pertence. Os membros da comunidade quilombola estudada, mesmo após processos de migrações, pois são oriundos da região nordeste do país, carregam consigo resquícios da cultura afrodescendente e por isso reconstruíram seus traços identitários na atual localidade em que vivem, em Muricilândia (TO). Neste sentido, faz-se relevante o estudo da cultura quilombola e sua relação com o território, visto que a sociedade brasileira possui grande diversidade cultural, buscamos ter um olhar para um grupo minoritário que é tão discriminado pela cor da pele negra e por sua cultura contra-hegemônica. Assim, no intuito de compreendermos a importância da permanência, preservação e resistências das culturas tradicionais é que este estudo se desenvolve. A proposta dialoga com a linha de pesquisa Natureza, Poder e Territorialidades, trazendo importantes contribuições para as discussões que englobam as relações dos grupos étnicorraciais quilombolas com a natureza e sua apropriação para fins de modos de produção tradicional, assim como o estabelecimento de sua territorialidade ou a luta para alcançá-la, envolvendo relações de poder políticos e econômicos e também para suas manifestações culturais junto aos seus modos de vida ao longo do tempo. A pesquisa objetiva compreender a tradicional manifestação cultural da comunidade quilombola Dona Juscelina, a Festa 13 de Maio, identificando suas correntes de transmissões para sua manutenção e na construção do território simbólico que os levam a exercerem a territorialidade e como suas tradições são integradas ao território. Assim, nos aportaremos em campos do conhecimento entre a Geografia, História e Antropologia. Entrelaçando elementos metodológicos proporcionados pelas áreas científicas que propomos, assim mobilizaremos os métodos da história oral e etnografia. A Festa 13 de Maio provoca influências do passado ao presente, através dos tempos a Festa resistiu, e mesmo com as mudanças de contextos ela persiste, e possui a capacidade de amalgamar um grupo étnico que reconstróem sua identidade e criam meios de expandir formas de fortalecimento cultural, gerando territorialidades imateriais, mesmo na falta de um território concreto o qual o grupo foi expropriado, mas reivindicam seus direitos territoriais. A Festa 13 de Maio é o elo entre o passado e o presente em que proporciona ao grupo a produção de fronteiras culturais que consolida a identificação como categoria social quilombola.

Palavras-chave: Quilombo. Abolição. Dona Juscelina. Festa 13 de Maio.

RESUMEN

Este trabajo estudia la principal manifestación cultural de una comunidad quilombola. La titulamos “Del Pasado al Presente: la Fiesta del 13 de Mayo de la Comunidad Quilombola Doña Juscelina en Muricilândia – Tocantins”. La fiesta es de origen marañense, después de la abolición de la esclavitud en Brasil (1888) a través de un proceso de migración de sus celebradores, fue territorializada en el municipio de Muricilândia, norte de Tocantins. De esta forma, fue Doña Juscelina, la protagonista de este proceso, quien se volvió líder del grupo étnico al que pertenece. Los miembros de la comunidad quilombola estudiada, aún después de los procesos migratorios, son oriundos de la región nordeste del país, cargan consigo resquicios de cultura afrodescendiente y, por eso, habían reconstruido sus trazos identitarios en la localidad en la que viven en la actualidad en Muricilândia (Tocantins). En este sentido, se vuelve relevante el estudio de la cultura quilombola y su relación con el terreno. Ya que la sociedad brasileña posee una gran diversidad cultural, buscamos entender la mirada de un grupo minoritario que es discriminado tanto por ser de piel negra, como por su cultura contrahegemónica. De esta forma, con el objetivo de comprender la importancia de la permanencia, preservación y las resistencias de las culturas tradicionales, desarrollamos este estudio. La propuesta dialoga con la línea de investigación Naturaleza, Poder y Territorialidades, trayendo importantes contribuciones para las discusiones que engloban a las relaciones de los grupos étnico-raciales quilombolas con la naturaleza y su apropiación con finalidad en los modos de producción tradicional, así como el establecimiento de su territorialidad y su lucha para alcanzarla, envolviendo relaciones de poder político y económico y también sus manifestaciones culturales junto a sus modos de vida a lo largo del tiempo. El propósito de la investigación es comprender la tradicional manifestación cultural de la comunidad quilombola Dona Juscelina y la Fiesta del 13 de Mayo, identificando sus corrientes de transmisiones para la manutención y la construcción de su territorio simbólico que los llevaron a ejercer esa territorialidad y como sus tradiciones son integradas al territorio. Es así como las bases de este trabajo se construyen entre los campos de conocimiento de la Geografía, la Historia y la Antropología. Entrelazando elementos metodológicos proporcionados por las áreas científicas que proponemos, movilizaremos los métodos de la historia oral y la etnografía. La Fiesta del 13 de Mayo provoca flujos del pasado hacia el presente. A través del tiempo la Fiesta resistió, aún con los cambios de contexto, y aún conserva la capacidad de unir un grupo étnico que reconstruye su identidad y crea medios de expandir esas formas de fortalecimiento cultural, generando territorialidades inmateriales, aún con la ausencia de un territorio concreto, que les fue expropiado, reivindican sus derechos territoriales. La Fiesta del 13 de Mayo es el eslabón entre el pasado y el presente que proporciona al grupo la posibilidad de construir fronteras culturales que consolidan la identificación de los quilombolas como categoría social.

Palabras clave: Quilombo. Abolición. Doña Juscelina. Fiesta del 13 de Mayo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	01 – Teatro a céu aberto	25
Mapa	01 – Comunidades Remanescentes Quilombolas no Brasil	54
Mapa	02 – Comunidades Remanescentes Quilombolas no Tocantins	58
Mapa	03 – Trajetória territorial da Romaria Negra Popular	65
Fotografia	01 – Morro Santo do Santo Cruzeiro	70
Mapa	04 – Localização de Muricilândia no contexto brasileiro	80
Fotografia	02 – Quintal com plantação de hortaliças	84
Mapa	05 – Trajetória territorial de Dona Juscelina	91
Fotografia	03 – Dona Juscelina junto ao seu altar de devoção	93
Fotografia	04 – Ritual de visitação domiciliar na Festa de Santos Reis	97
Fotografia	05 – Ritual de visitação domiciliar na Festa do Divino Pai Eterno	99
Figura	02 – Quilombolas representando a família imperial brasileira com coroas de papel branco adornada com papel brilhoso de cigarro	105
Figura	03 – Jovem quilombola sobre uma cadeira, representando a Imperatriz Tereza, mãe da Princesa Isabel	106
Desenho	01 – Pé Acorrentado e Mão Acorrentada	110
Desenho	02 – Vestidos para a Princesa Isabel	111
Quadro	01 – Agenda Cultural da ACQDJ	117
Fotografia	06 – Apresentação da dança do Lindô	126
Fotografia	07 – Dança do Rebolado	127
Fotografia	08 – Grupo Afro-Kizomba	128
Fotografia	09 – Grupo Mariamas	129
Figura	04 – Cartaz de divulgação da II Caminhada em Combate ao Trabalho Escravo	130
Fotografia	10 – Dona Juscelina e Manoel Filho na UFT	132
Fotografia	11 – VII Edição do Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola	133
Fotografia	12 – Pedido de benção ao Conselho de <i>Griôs</i> e aos Ancestrais	134
Fotografia	13 – Encontro cultural entre NEAQ e Escola	135
Fotografia	14 – Percussão da Escola Estadual Marechal Costa e Silva na Festa 13 de Maio	139

Fotografia 15 – Conselho de <i>Griôs</i> da ACQDJ	144
Fotografia 16 – Dona Juscelina e o Líder Manoel Filho em ato simbólico de sucessão	148
Figura 05 – Cartaz de divulgação do 44º Festejo da Abolição	159
Figura 06 – Show musical da Banda Corvos	160
Figura 07 – Cartaz de divulgação do 45º Festejo da Abolição	162
Figura 08 – Missa Campal em 17 de Maio de 1888 com a presença da Princesa Isabel	165
Fotografia 17 – Alvorada	167
Mapa 06 – Percurso da Alvorada e do Cortejo do Rebolado	168
Fotografia 18 – Ritual religioso católico	170
Figura 09 – Obra “Castigo no Pelourinho”	174
Fotografia 19 – Arena do Ritual e Fachada da sede da ACQDJ	176
Fotografia 20 – Performance no Teatro a céu aberto	178
Fotografia 21 – Princesa Isabel intercedendo por escravo sendo castigado no tronco	179
Fotografia 22 – Princesa Isabel assinando a Lei Áurea	180
Fotografia 23 – Princesa Isabel anunciando a abolição da escravatura na senzala	181
Fotografia 24 – Princesa Isabel e Escravos comemoram a liberdade com a Dança do Rebolado	182
Fotografia 25 – Explosão de Alegria	184
Fotografia 26 – Quilombolas pintados de preto na encenação teatral	185
Fotografia 27 – Cortejo do Rebolado	187
Fotografia 28 – Alimentação comunitária na sede quilombola	192
Fotografia 29 – Mural de homenagens a Abolicionistas e Líderes do Movimento Negro	195
Fotografia 30 – Palavras de Ordem no VII - SCAbQ	196

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TO	Tocantins
PPGCULT	Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território
UFT	Universidade Federal do Tocantins
FCP	Fundação Cultural Palmares
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
CQDJ	Comunidade Quilombola Dona Juscelina
CF	Constituição Federal
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TDR	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização
CRQ	Comunidade Remanescente Quilombola
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ACQDJ	Associação Comunidade Quilombola Dona Juscelina
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins
SCAbQ	Seminário Cultural Afro-brasileiro e Quilombola
EGJQ	Encontro de <i>Griôs</i> com a Juventude Quilombola
NEAQ	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Quilombola
CJQ	Coletivo Jovens Quilombolas

COMO CHEGUEI ATÉ AQUI...

Foi uma dura tarefa dissertar sobre a escravatura, este trabalho foi construído regado por lágrimas de dor que me causou e pela emoção de conhecer e viver o “alegrão” da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

A trajetória da pesquisadora e seu encontro com o fenômeno social pesquisado foi um processo que durou alguns anos. Ainda no ensino médio, minha professora de história ministrou aulas sobre a África e a escravidão no Brasil que me chocaram, enquanto que no ensino fundamental não me recordo de ter estudado de forma aprofundada esta questão.

Nestas aulas foram usados vídeos como recurso didático e me lembro de assistir na escola a projeção do filme – Amistad¹ em 1999, suas cenas são vivas na minha memória até hoje, as lágrimas foram inevitáveis, esses foram sentimentos compartilhados por toda a classe. Eu senti uma profunda dor por todo aquele sofrimento que o africano passou apenas por ser negro, sendo subalternizado.

Antes disso, eu não sabia que havia acontecido uma escravidão tão violenta, na verdade eu não tinha noção do que realmente foi esse terrível período da nossa história. Passei a refletir sobre a sociedade atual que discrimina a pessoa preta, pensei na minha família negra e os episódios de racismos sofridos, a exemplo disso cresci ao lado de minhas irmãs pretas que sofreram graves ataques por causa da cor da pele, enquanto que eu pouco sofri das consequências dessa inferiorização racial, apenas por ser uma pessoa socialmente não-negra, por ter a pele branca e alguns traços negroides, mas conheço de perto essa violência.

Aquelas aulas me marcaram por toda a vida, por anos eu carreguei o desejo de me aprofundar em estudos africanistas, hoje a minha pesquisa é a realização dessa vontade que carrego desde minha adolescência, a cada leitura que faço e à medida que escrevo meu texto me sinto cada vez mais realizada em poder me apropriar de um conhecimento que me instigou por tantos anos.

1 Ano de Produção: 1997. Sinopse: “Costa de Cuba, 1839. Dezenas de escravos negros se libertam das correntes e assumem o comando do navio negreiro La Amistad. Eles sonham retornar para a África, mas desconhecem navegação e se veem obrigados a confiar em dois tripulantes sobreviventes, que os enganam e fazem com que, após dois meses, sejam capturados por um navio americano, quando desordenadamente navegaram até a costa de Connecticut [...]”. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-16168/>>. Acesso em: mai. 2018.

Eu só estou engajada neste programa de mestrado para buscar entender melhor este tema, essa é a minha maior motivação.

Comecei a me encontrar com o fenômeno social que pesquiso quando ainda na minha adolescência conheci a cidade de Muricilândia (TO), a comunidade quilombola ainda não era reconhecida e faziam parte do meu círculo de amizades alguns de seus membros. Após me graduar em licenciatura em geografia fui aprovada em 2010 no concurso público para o cargo de professora da educação básica, onde escolhi o município de Muricilândia (TO) para trabalhar, em razão de ter laços de afetividade com a localidade, lá atuei como docente entre os anos de 2011 a 2014 na Escola Estadual Marechal Costa e Silva, eu tinha colegas de trabalho, alunos e alunas membros da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

Como professora, nossa equipe escolar preocupava-se em cumprir a Lei 10.639 (BRASIL, 2003), através de dois importantes momentos: o período da “Festa 13 de Maio” que acontece fora da escola e o dia da “Consciência Negra” que ocorre dentro da escola. Então, foi vivenciando estes momentos pedagógicos de emancipação cultural de nossos alunos e alunas, que me encontrei com a minha pesquisa. Em 2011 através do “Projeto Negritude” realizado na escola, conheci a dança afrodescendente “Lindô”, dançada por um grupo de quilombolas adulto e outro mirim, me encantou aquela manifestação cultural e observei uma transferência de fazeres para aquelas crianças.

Em 2012 conheci a “Festa 13 de Maio” através de fotografias, naquele ano uma aluna minha havia representado a Princesa Isabel, fiquei instigada para entender melhor o papel da princesa imperial na História do Brasil, haja vista que mesmo como professora de geografia, eu realmente não tinha claro entendimento sobre como se deu historicamente a abolição da escravatura. Também tive alunos que representaram os escravos no “Teatro a céu aberto”, me chamou a atenção o fato de eles serem da raça negra, mas se pintaram com carvão vegetal para que o corpo pudesse ficar ainda mais preto como um *blackface*².

Os eventos se repetiram durante os meus anos de atuação docente em Muricilândia (TO), enquanto em sala de aula sempre que eu estudava com meus

2 *Blackface* está no inglês e traduzido para o português significa “rosto negro”. No início do século XIX nos Estados Unidos um popular show de menestréis tinha como atração a performance de atores brancos que pintavam seus rostos de preto com carvão e a área dos olhos e lábios de vermelho. Representavam personagens de forma pejorativa e racista os afro-americanos. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tag/blackface/>>. Acesso em: mai. 2018.

alunos e alunas temas sobre África e cultura afrodescendente, buscava informações sobre a comunidade quilombola e sobre a formação do município com os próprios discentes, mas percebi que os jovens tinham pouco conhecimento de sua história, fato este que influenciou na construção dos procedimentos metodológicos desta pesquisa onde estabeleci o critério de seleção de participantes em três faixas etárias, uma delas seriam os jovens.

De forma, que propus a equipe pedagógica o projeto intitulado como “Interagindo com a Minha Cidade” e “Muricilândia em Foco”. Fizemos pesquisas sobre a história do município e apresentamos para a comunidade escolar, foi um despertar para a importância de conhecermos a história e cultura local e nos apropriarmos do território do entorno escolar que é quilombola. A partir de 2014 deixei Muricilândia (TO) e passei a trabalhar em Araguaína (TO), mas continuava instigada a estudar e compreender a história daquele município e da cultura quilombola. De forma que em 2016 para concorrer a seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT/UFT) fui assistir o “Teatro a céu aberto” e o “Cortejo do Rebolado”.

Foi nessa oportunidade que vi pela primeira vez a Dona Juscelina de quem há algum tempo já tinha ouvido falar. Lembro que me veio uma forte emoção, por estar diante de alguém que é um “museu vivo”, a identifiquei quando ela no microfone começou a cantar “Salve a Princesa Isabel”, a primeira característica que percebi nela foi sua arte em liderar e como estava atenta por todo o andamento da dinâmica da Festa Quilombola. No percurso desta pesquisa o Prof. Dr. Júlio César Suzuki (avaliador externo) me lançou o desafio de escrever sobre as memórias desta grande mulher, aceitei e me senti muito honrada e temerosa, posso dizer que esse trabalho me é como uma pedra preciosa.

Considerando as festividades do quilombo uma importante manifestação cultural, eu queria entender seu sentido, daí no meu projeto de pesquisa para a seleção de mestrado optei por entender a identidade e o território da comunidade quilombola a partir da Festa 13 de Maio, assim, esta dissertação é construída por um interesse afetivo, pois me faz lembrar minha origem familiar, onde minha quarta geração antepassada era escrava. Meus pais e gerações antecessoras são praticantes do campesinato negro nos interiores do Maranhão, Piauí e Pará, sinto que estou em busca de minhas raízes, eu não poderia pesquisar outro tipo de cultura, tinha que ser a cultura afrodescendente.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
<i>Caminhos da Pesquisa</i>	19
2 IDENTIDADE E TERRITÓRIO TRADICIONAL: ESCRAVISMO, ABOLIÇÃO E QUILOMBOS	25
2.1 Interfaces entre culturas e territórios tradicionais	29
2.2 Da escravidão a abolição	36
2.3 Comunidades remanescentes de quilombos	44
2.3.1 Quilombos no Brasil.....	53
2.3.2 Quilombos no Tocantins	56
3 TERRITORIALIDADE E MATRIARCADO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA	60
3.1 Um povo de cultura afrodescendente funda o município de Muricilândia-TO	61
3.1.1 Romaria Negra Popular	63
3.1.2 Território quilombola	76
3.2 A Matriarca	85
3.2.1 Festa de Santos Reis	95
3.2.2 Festa do Divino Pai Eterno	98
3.2.3 Festa 13 de Maio	100
4 A FESTA 13 DE MAIO E SUA SIGNIFICÂNCIA PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA	108
4.1 Amálgama da comunidade	109
4.2 Saberes e Fazeres: mobilizações e manutenção das tradições culturais	116
4.2.1 Os Cantos	118
4.2.2 As Danças	123
4.2.3 Caminhada em Combate ao Trabalho Escravo	130
4.2.4 Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola	130

4.2.5 Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Quilombola	134
4.2.6 Fórum da Consciência Negra	136
4.2.7 Coletivo Jovens Quilombolas.....	139
4.2.8 Encontro de <i>Griôs</i> com a Juventude Quilombola	140
5 DA FESTA 13 DE MAIO AO FESTEJO DA ABOLIÇÃO	153
5.1 O território da comunidade no Festejo da Abolição	158
5.2 Ritual de Assinatura da Lei Áurea	163
5.2.1 1º telegrama – A alvorada	166
5.2.2 Diálogo Inter-religioso	169
5.2.3 2º telegrama – Teatro a céu aberto	172
5.2.4 Catarse	182
5.2.5 Cortejo do rebolado	186
5.2.6 O Banquete	188
5.3 O dia 13 de Maio	192
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
7 REFERÊNCIAS	201
6.1 Narradores	206
8 APÊNDICE	207
9 ANEXOS	210

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação estuda a principal manifestação cultural de uma comunidade quilombola, e a intitulamos em “Do Passado ao Presente: a Festa 13 de Maio da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia – TO”. A Festa é de origem maranhense, após a abolição da escravatura no Brasil (1888) e através de um processo de migração de seus festejadores, foi territorializada no município de Muricilândia ao norte do Tocantins. De forma, que foi Dona Juscelina, a protagonista deste processo, de tal modo, que se tornou a líder do grupo étnico a que pertence.

A escravatura colonial no Brasil iniciou-se com a invasão dos portugueses em 1500 que já trouxeram em suas naus africanos escravizados, empunharam o trabalho compulsório primeiro aos nativos americanos e depois aos africanos que foram sequestrados e trazidos para este fim. A escravidão negra foi usada para inferiorizar e subalternizar os povos racialmente para que a raça branca pudesse ser superior, essa superioridade ainda é muito presente em nossas sociedades, e essas distinções são feitas principalmente através do racismo racial contra as pessoas negras.

Porquanto, às vésperas da abolição, o império enviou telegramas para todas as partes do país para anunciar o evento de assinatura da Lei Áurea, que daria a liberdade aos escravizados, em 13 de Maio, a Princesa Isabel, na condição de regente do império a assinou. Este ato provocou diversas comemorações por todo o território brasileiro, e na comunidade negra no município de Nova Iorque (MA) foi comemorada com danças e cantos, e então foi estabelecida a teatralização do ritual de assinatura da lei, repetindo-se sempre na mesma data, que ficou marcada na memória daquele povo preto que passaram a rememorar o dia em que deixaram de serem cativos.

Dona Juscelina foi ensinada oralmente por seu tio Claro Preto do Saco, o ex-escravo lembrava aos mais jovens que às 4h horas da manhã a Princesa Isabel enviou para eles um telegrama anunciando que às 16h daria a libertação do cativo, e depois enviou outro telegrama anunciando a libertação. Esse acontecimento passou a ser comemorado da abolição aos dias atuais, em todo 13 de Maio, às 4h acontece a alvorada pelas as ruas da cidade, com estouros de

foguetes e ao som de tambores, os brincantes como se designa Dona Juscelina, desfilam pelas ruas cantando e dançando para acordar os dormentes e convidá-los para rebolar. Às 16h da tarde acontece o Teatro a céu aberto, repetindo o ritual de assinatura da Lei Áurea e o segundo telegrama que anunciou os escravizados agora eram pessoas livres.

Estes grupos de cultura afro que são étnicorraciais e remanescentes de povos que perduram desde o Brasil colônia, e que ao longo dos séculos até os dias atuais construíram e desconstruíram sua identidade, gerando novas realidades territoriais como resultantes desse processo. Seus elementos identitários são territorialidades que fundamentam seus direitos territoriais.

Os membros da comunidade quilombola estudada, mesmo após processos de migrações, pois são oriundos da região nordeste do país e carregam consigo resquícios da cultura afrodescendente e por isso reconstruíram seus traços identitários na atual localidade em que vivem, em Muricilândia (TO).

Sobre esses grupos tradicionais, utilizaremos o termo comunidade, que designa pequenas aldeias ou cidades afastadas dos centros urbanos ou pequenos grupos com traços culturais e étnicos em comum. No caso da comunidade estudada, foi identificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como categoria social quilombola em 2010. Inicialmente formaram um povoado distante dos centros urbanos, às margens de um rio que denominaram Muricizal, próximo ali mantinham suas roças em terras que foram ilegalmente desapropriadas por órgãos governamentais que venderam como patrimônio público, sem levar em consideração quem lá já estavam, mas, após o reconhecimento, o grupo étnico teve iniciado seu processo de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a qual foi finalizado a primeira etapa que é o Estudo Antropológico, faltando ainda o levantamento fundiário e o memorial descritivo e cadastramento das famílias quilombolas, todo os trâmites ainda constam em processamento.

Entendemos que os quilombos não podem ser considerados remanescentes de negros fujões, seguindo o pensamento dos intelectuais que consultamos para a construção desta pesquisa, o consideramos como grupos sociais que até hoje lutam contra imposições de grupos dominantes, resistindo-as, e também como comunidades tradicionais por conter heranças históricas.

Neste sentido, faz-se relevante o estudo da cultura quilombola e sua relação com o território, visto que a sociedade brasileira possui grande diversidade cultural, buscamos ter um olhar para um grupo minoritário e que é tão discriminado pela cor da pele preta e por sua cultura contra-hegemônica. Assim, no intuito de compreendermos a importância da permanência, preservação e resistências das culturas tradicionais é que este estudo se desenvolve.

A proposta dialoga com a linha de pesquisa Natureza, Poder e Territorialidades, trazendo importantes contribuições para as discussões que englobam as relações dos grupos étnicorraciais quilombolas com a natureza e sua apropriação para fins de modos de produção tradicional, assim como o estabelecimento de sua territorialidade ou a luta para alcançá-la, envolvendo relações de poder políticos e econômicos e também para suas manifestações culturais junto aos seus modos de vida ao longo do tempo.

A pesquisa objetiva compreender a tradicional manifestação cultural da comunidade quilombola Dona Juscelina, a Festa 13 de Maio, identificando suas correntes de transmissões para sua manutenção e na construção do território simbólico que os levam a exercerem a territorialidade e como suas tradições são integradas ao território.

É neste contexto que se desenvolve esta pesquisa, trazendo à discussão os elementos representativos desta Festa Quilombola. Todo o percurso metodológico busca trazer a compreensão desses elementos que compõem o Teatro a céu aberto da Festa 13 de Maio, e as mobilizações que mantêm essa tradição como uma territorialidade do grupo étnico.

CAMINHOS DA PESQUISA...

É delicado estudar uma cultura e como ela manifesta-se na vida social de um povo, e conseguir tratar respeitosamente os elementos empíricos da pesquisa, para tal, submetemos a proposta da pesquisa ao Conselho de Ética da UFT, a qual foi autorizada através do Parecer Nº 2.894.630.

Nossa tentativa neste trabalho é conseguir fazer uma leitura dos sistemas culturais da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, sem o uso de métodos especializados, mas, buscando uma convergência de pontos de vistas. Destarte,

seguiremos a proposta de Olga Pombo que aponta para o caminho da interdisciplinaridade, “[...] um conceito que invocados sempre que nos confrontamos com os limites do nosso território de conhecimento [...]” (2016, p. 4).

Deste modo, quando nos deparamos com novos e diferentes saberes e sempre que temos problemas de pesquisas para solucionar, que exigem múltiplas e diferentes perspectivas de conhecimento, faz-se relevante seguir esse caminho interdisciplinar, o qual estamos fazendo para dar conta dos problemas desta pesquisa.

Assim, nos aportaremos em campos do conhecimento entre a Geografia, História e Antropologia. Entrelaçando elementos metodológicos proporcionados pelas áreas científicas que propomos, assim mobilizaremos os métodos da história oral e etnografia.

Nosso estudo acontece em uma comunidade quilombola, categoria social por muito tempo invisibilizada pelo Estado, tendo silenciado suas vozes, e que ainda enfrenta problemas, como conflitos de terras e políticas públicas eficazes. Esta pesquisa busca ouvir as vozes desses silenciados, cujo valor não é somente técnico, mas principalmente cultural. Atenta a responsabilidade de documentar-mos, é necessário interagir com esses sujeitos que narram suas histórias e que através das suas oralidades nos transmitem suas visões de mundo e suas memórias.

Para encontrarmos as nuances da proposta da pesquisa, realizamos os seguintes procedimentos metodológicos: a) foi alicerçada no modelo de pesquisa com caráter interpretativa e qualitativa com fontes primárias, b) partindo de levantamentos em campo, c) realizamos revisão conceitual e temática que fundamentaram teórica e metodologicamente a pesquisa. Também mobilizamos os métodos da História Oral (THOMPSON, 1992) e Etnografia (GEERTZ, 1989).

Tendo como método a história oral, nos permitiu interagir com os sujeitos para ouvi-los e reconstruir histórias, possibilitando a visibilidade dos sujeitos e dos objetos (i)materiais. Ao entrevistarmos pessoas comuns, com modos de vida diferentes do nosso, tivemos a oportunidade de aprender com elas, documentar suas narrativas através de materiais visuais, sonoros e escritos, criando suportes para a memória de seus saberes perdurarem.

Paul Thompson considera que a história oral constrói-se entorno de pessoas, onde suas vidas são lançadas na história admitindo toda e qualquer pessoa desde

líderes até desconhecidos do povo como sujeitos dessa história. O autor nos indica que “[...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade [...]” (1992, p. 44).

Nas relações entre sujeitos escutados e a pesquisadora, surgiu convivências que ultrapassaram os limites da observação e nos trouxeram experiências de vida. Passando a ter um contato próximo com a comunidade, e no intuito de se fazer relatos próximos da realidade, estabelecemos a necessidade de mobilizar o método da etnografia (GEERTZ, 1989) para conseguir apreender melhor a dinâmica desse povo e de sua cultura.

A imersão na cultura do outro, nos possibilitou entender suas tessituras, e viver suas experiências, que nos impregnou de sua cultura e por isso este método foi mobilizado para proporcionar à pesquisadora um entrelaçamento com os sujeitos estudados nesta pesquisa. Os dias festivos da comunidade quilombola são carregados de significados que para melhor entendimento precisam ser vivenciados.

Seguindo os direcionamentos de Clifford Geertz, um trabalho etnográfico busca realizar um relato qualitativo no intuito de interpretar os significados do fenômeno social estudado. Conforme o autor, a cultura não pode ser vista como um poder ou como algo impositivo, “[...] ela é um contexto, algo dentro do qual eles [elementos culturais] podem ser descritos de forma inteligível [...]” (1989, p. 10). Por isso, o autor defende um conceito de cultura essencialmente semiótico, como uma ciência interpretativa em busca de significados através da descrição densa.

Para as entrevistas com os sujeitos foram utilizadas técnicas da história oral (THOMPSON, 1992): as entrevistas foram semiestruturadas (APÊNDICE – A) com abertura para novas indagações e reconstruções do roteiro inicial durante a conversa e narrativas a partir de questionamentos gerativos da conversa. Seguiram o seguinte roteiro: realização; processamento; codificação e análise, onde foi observado a intensidade nas respostas afim de interpretar juízos de valor. Utilizamos imagens fotográficas para contribuir com a representação do espaço físico e manifestações culturais da comunidade pesquisada. Também utilizamos gravações em áudio e/ou vídeo dos relatos orais e das expressões culturais.

Os critérios de seleção dos participantes da pesquisa são pessoas de qualquer gênero dentre três faixas etárias diferentes, que foram: os *griôs* da comunidade (anciãos acima de 60 anos), pessoas adultas (entre 25 e 59 anos) e

jovens (entre 15 e 24 anos), todos são residentes no campo de estudo, são quilombolas e concordaram em participar da pesquisa. Os interlocutores foram classificados em grupos etários para que fosse possível entender de forma mais fidedigna, como ocorrem as correntes de transmissões dos saberes e fazeres quilombolas. Foram colhidos seus relatos orais e produções artísticas-culturais em que seus teores nos remeteram a Festa 13 de Maio e/ou que manifestaram a cultura individual do sujeito como um quilombola.

O trabalho está dividido em quatro partes:

I – Iniciaremos com uma discussão sobre os significados de Festa a partir dos conceitos colocados por Cavalcanti (S/D), Piori (1994) e Amaral (2001). Prosseguimos trazendo a discussão a relação entre cultura e território aportados nos estudos de Gomes (2016), Williams (1992), Geertz (1989), Berdoulay (2012), Hall (2006), Saquet (2007; 2015), Raffestin (2015), Little (2002) e Haesbaert (2007). Trazemos ao bojo da discussão os direitos adquiridos pelos povos tradicionais quilombolas através das leis contidas na Constituição Federal (1988), Leis nº 6.261 (2007) e nº 10.639 (2003) e nos Decretos nº 6.040 (2007) e nº 4.887 (2003), além de informações e dados da FCP e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Seguimos com uma contextualização histórica dos elementos representados na Festa 13 de Maio: o escravismo e a sua abolição, bem como os processos hegemônicos sobre os territórios tradicionais, questão que envolve a contextualização da comunidade quilombola estudada, buscamos direcionamentos em Lockhart; Schwartz (2002), Pinsky (1989), Fiabani (2012; 2015a), Arruti (2006), Hall (2003), Moura (1993) e Assunção (2010). Enquanto que Santos (2010) através de um discurso decolonial nos explica como que a escravização foi utilizada como estratégia dos colonos para alcançar dada superioridade que até os dias atuais ainda é observada em nossa sociedade. Então, Martins (2017), Leite (2000) e Almeida (2008) nos traz à compreensão os processos territoriais que culminaram com a abolição da escravatura no Brasil e Borges (2015) relata sobre a criação da associação da comunidade quilombola em estudo.

II – Contemplamos neste ponto os processos de territorialização da Comunidade Quilombola Dona Juscelina no município de Muricilândia (TO) na Amazônia oriental,

para tal nos embasamos teoricamente em estudos relacionados à memória em Candau (2016) e Halbwachs (2003), ao território em Saquet (2007), Haesbaert (2007; 2015) e Almeida (2008), para as análises da territorialidade que produziram o território concreto utilizamos o conceito de Little (2002), na dimensão cultural territorial buscamos direcionamentos em Gomes (2016), Bourdieu (1989), Queiroz (1976), Croatto (2001), Eliade (1992), Thompson (1998), Hall (2006), Suzuki (2013) e Fiabani (2015a). Então, analisamos a formação da comunidade a partir do relato contido em Borges (2015) e sua delimitação em contexto amazônico de acordo com a Lei nº 5.173 (1966), a continuidade da tradição da Festa 13 de Maio, a vida da líder, a Dona Juscelina, que através de seu discurso marca seu matriarcado. Para reconstruirmos essas memórias, nos embasamos nas narrativas de membros quilombolas do grupo étnico estudado que são: Seu Francisco de Paula Pereira de Sousa, Seu Manoel Filho Borges, Dona Cícera Vieira Almeida, a jovem Ludimila Carvalho dos Santos, Dona Maria Bartolomeu Novais Alencar, Dona Rosa Mirtes Pereira de Sousa, o jovem Sallomão Israel Chaves Borges e Dona Juscelina.

III – No prosseguimento do estudo, em um terceiro ponto trazemos ao debate a significância da Festa 13 de Maio, símbolo maior da identidade da comunidade quilombola. Na intenção de identificar como o grupo se organiza em torno dessa manifestação cultural, como ocorrem as mobilizações e correntes de transmissão na comunidade para a manutenção das tradições, seus cantos, suas danças, bem como as práticas culturais nos espaços escolares imprescindíveis para a emancipação cultural dos mais jovens membros do grupo e principalmente do aprendizado com os mais velhos através das oralidades, estas são territorialidades imateriais, que a partir desta seção utilizamos o conceito de Haesbaert (2007). Assim, temos por base discursos orais de membros quilombolas, ouvimos as narrativas de Dona Juscelina, Dona Cícera Vieira Almeida, Dona Maria Bartolomeu Novais Alencar, o jovem Sallomão Israel Chaves Borges, Seu Francisco de Paula Pereira de Sousa, Dona Rosa Mirtes Pereira de Sousa, Seu Manoel Filho Borges e a jovem Ludimila Carvalho dos Santos. Relacionamos suas narrativas com os conceitos de memória em Candau (2016), com conceitos de cultura em Gomes (2016), Berdoulay (2012), e Santos (2005). Também contextualizamos com a literatura africanista em Pinsky (1989), Fiabani (2012) e Moura (1993) e tratamos dos modos de vida da comunidade em Suzuki (2013). Sobre processos formativos

escolares e tradicionais nos aportamos em Lira; Valadares (2013), Rodrigues (1993), Thompson (1998), Walsh; et. al (2018), Santos (2010) e Lima; Hernandez (2010).

IV – Ao passo que finalizamos o estudo com a análise durante o período de realização da Festa 13 de Maio, apontando as mudanças no decorrer dos anos para atender as novas realidades do grupo étnico, e como atualmente as festividades são mais conhecidas como Festejo da Abolição, ampliando sua força entre diferentes territorialidades. Este ponto foi produzido à luz das narrativas de membros da comunidade quilombola estudada que são: Seu Manoel Filho Borges, Dona Cícera Vieira Almeida, Seu Francisco de Paula Pereira de Sousa, a jovem Ludimila Carvalho dos Santos, Dona Maria Bartolomeu Novais Alencar, Dona Rosa Mirtes Pereira de Sousa, o jovem Sallomão Israel Chaves Borges e Dona Juscelina e dos direcionamentos de Strong (2004) que traz os significados da realização de alimentação em festas, Meneses (2004) e Hall (2003; 2006) nos faz entender a identidade manifestada na Festa, a tradição é pensada em Hobsbawm (2008) e a memória em Candau (2006), Croatto (2001) nos traz o conceito de rito, cultura e território é pensada a partir de Berdoulay (2012), Saquet (2007) e Geertz (1989). Barreto (1911) que presenciou o dia 13 de maio nos traz seu relato de como foi esse dia, que problematizamos a partir de Arruti (2006), Schwarcz (2018), Gragnani; Rossi (2018) e entrelaçamos o texto com o debate africanista a partir de Queiroz (1976), Lira; Valadares (2013), Pinsky (1989), Moura (1993), Fiabani (2012; 2015b) e Parque Memorial Quilombo dos Palmares.

O estudo da Festa da Comunidade Quilombola Dona Juscelina nos leva a refletir sobre a cultura de um povo, onde tentaremos mais do que descrevê-la, mas explicar suas funções na atualidade. As Festas quilombolas são atos políticos para manutenção e preservação das suas culturas com seus ritos, suas danças, seus cantos desde antes da diáspora africana. Estes povos Persistem e Resistem!

2 IDENTIDADE E TERRITÓRIO TRADICIONAL: ESCRAVISMO, ABOLIÇÃO E QUILOMBOS.

A pesquisa tenta refletir sobre a “Festa 13 de Maio” como uma territorialidade da Comunidade Quilombola Dona Juscelina (CQDJ), onde relacionamos seus elementos representativos com o momento histórico brasileiro em que ela se entrelaça, do passado ao presente, passou por transformações e atualmente é mais conhecida como Festejo da Abolição.

Possuindo uma estreita relação entre Festa e Ritual, faz uma alusão ao fato político de abolição da escravatura no Brasil. O “*Teatro a céu aberto*” como é chamado pelos quilombolas é o principal elemento que deu origem a essa manifestação cultural, seu ápice é o momento em que se encena a violência da escravidão e para pôr fim ao sofrimento do negro a assinatura da Lei Áurea como consta na Figura 01.

Figura 01 – Teatro a céu aberto.



Fonte: Arquivo da Associação da CQDJ, 2017.

A Figura 01, expressa uma feitoria em quatro diferentes cenas:

A – no centro da arena se passa a cena principal, um casal e dois filhos estão na lida do trabalho compulsório, colhendo cana-de-açúcar e sendo observados por um feitor.

B – em forma de uma meia lua estão duas mulheres em cena paralela à principal, elas estão trabalhando com a produção de azeite para cozimento de alimentos, uma delas tem em mãos um pedaço de madeira e um machado para quebrar a dura casca do coco-de-babaçu.

C – ainda na meia lua estão jovens que representam os escravos recolhidos na senzala, estes estão pintados de preto com carvão vegetal.

D – um pelourinho para punição de escravos resistentes. Na arena também constam a presença de utensílios domésticos rústicos como: quibane, cofo e esteiras de palha do babaçu, cabaça, pilão de madeira, um pote de barro e uma panela de metal.

Os quilombolas da comunidade Dona Juscelina depositam na Festa 13 de Maio³, sua própria história e memórias.

Todo o enredo das festividades tem como tema central, a **escravidão** do negro, as **resistências** dos escravizados na condição de subalternização, a **abolição** do cativo, a Princesa Isabel como libertadora e a **comemoração** pela liberdade.

No passado, foram os ex-escravos e agregados de fazendas escravocratas no interior maranhense que passaram a rememorar a libertação do cativo.

No presente essa representação é reproduzida no Tocantins pelos descendentes destes povos, no dia 13 de Maio juntam-se pessoas quilombolas e não-quilombolas para assistirem a encenação teatral.

A Festa quilombola em estudo, não acontece como um evento anual, mas vai além, mantém-se no cotidiano de seus membros, requer preparativos e organização que se manifestam através de conteúdos cognitivos e afetivos como explica Cavalcanti.

3 Documentário: “45º FESTEJO DA ABOLIÇÃO - QUILOMBO DONA JUSCELINA - MURICILÂNDIA 2018”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BdU1E-XqSqM&feature=youtu.be>>. Acesso em: nov. 2018.

[...] não são simplesmente ‘eventos’, mas sim a culminância de processos culturais que, não raramente, se estendem ao longo do ano. Das mais tradicionais às mais modernas, deitam raízes profundas na vida dos grupos que as promovem [...] As festas produzem assim seu artesanato característico, têm seus promotores orgânicos e trazem ocultos no seu brilho muita tenacidade, disciplina e capacidade de organização. (CAVALCANTI, S/D, p. 4, grifo da autora).

A produção da Festa que dura todo o ano traduz-se em territorialidades, que expressam também os modos de vida do grupo étnico.

De forma que ao longo do tempo, seus organizadores repensam suas práticas, agregando novos elementos que dão novos sentidos a velhos aspectos, recompondo-se e se reinventando para o momento atual.

Mary Del Priori nos traz uma importante definição sobre expressões culturais de contextos festivos.

Expressão teatral de uma organização social, **a festa é também fato político, religioso ou simbólico**. Os jogos, as danças e as músicas que a recheiam não só significam descanso, prazeres e alegria durante sua realização; eles têm simultaneamente importante função social: permitem às crianças, aos jovens, aos espectadores e atores da festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários [...] A alegria da festa ajuda as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, mas reafirma, igualmente, laços de solidariedade ou permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças. (PRIORI, 1994, p. 10, grifo nosso).

Podemos assim identificar que o **Teatro a céu aberto** compunha a organização social dos ancestrais dos membros quilombolas, haja vista se tratar de um fato político que marcou a história brasileira e principalmente a vida dos oprimidos as quais estavam submetidos à escravidão, acompanhado por danças e músicas, expressam a alegria do povo afrodescendente, bem como a comemoração resultante do fato político que lhes deram libertação.

O enredo da **Festa 13 de Maio**, que dialoga com o passado e o presente, tem a capacidade de inculcar valores específicos da cultura afro aos seus participantes que também conta com pessoas não quilombolas. “[...] Na roda da festa, como na roda da vida, tudo volta inelutavelmente ao mesmo lugar, os jovens aprendendo com os velhos a perpetuar uma cultura legada pelos últimos.” (Op. cit.).

Deste modo, a organização para as realizações da festa acontece através da transmissão de saberes e fazeres dos mais velhos para os mais jovens.

Rita Amaral aponta uma importante característica, “As festas parecem oscilar mesmo entre dois pólos: a cerimônia (como forma exterior e regular de um culto) e a festividade (como demonstração de alegria e regozijo) [...]” (2001, p. 17).

Noutras palavras os ritos e os divertimentos nas festas podem distinguir-se ou terem afinidades e é esta relação que irá determinar seu caráter simbólico.

A Festa quilombola em estudo caracteriza-se como um fato político por tratar-se de um momento histórico, e simbólico por introjetar valores de uma determinada cultura. De forma que em seu enredo o que há de mais marcante são, a festividade e o regozijo, tendo a capacidade de envolver pessoas nas comemorações.

Na categoria das **Festas de Participação** incluem-se cerimônias públicas das quais participa a comunidade. Os participantes são conscientes dos mitos que ali são representados, assim como dos símbolos e dos rituais utilizados [...]. (AMARAL, 2001, p. 18, grifo da autora).

A Festa 13 de Maio possui um caráter *stricto sensu*, é uma festa da comunidade e para a comunidade, o grupo étnico participa das festividades e isso faz com que a festa não seja um espetáculo, embora que haja elementos como shows artísticos que tragam esta dimensão, mas tentaremos elucidar essa questão no decorrer da pesquisa.

Amaral (2001) considera que as festas constituem os modos de vida dos brasileiros, com diferentes fundamentos elas existem em todo o território nacional, mas é preciso entender como são produzidas, quais suas finalidades e quais os significados delas para quem as produzem.

Assim são nossas festas – abertas a muitos grupos, a visões diversas do país e de suas tradições, abertas ao tempo e às transformações trazidas por ele. Não há porém descrição ou interpretação que as substitua ou supere. Nossas grandes festas são para serem vistas e vividas. (CAVALCANTI, S/D, p. 10).

Maria Laura Cavalcanti (S/D) salienta que as festas brasileiras são diversas com profundas relações com o tempo histórico e cíclico, mas que toda tentativa de explicá-las nunca será maior do que a experiência de vivenciá-las.

2.1 Interfaces entre culturas e territórios tradicionais.

O termo cultura vem do latim, e traz uma ideia de erudição e refinamento, advindos da aquisição de conhecimentos de várias áreas científicas somando isso a uma postura social que responda as etiquetas impostas pelas classes sociais dominantes, isso seria ter cultura como discorre Gomes:

Primeiramente, cultura é vista como se fora sinônimo de erudição. Cultura seria a substantividade de ser culto, e isso quer dizer possuir conhecimento e demonstrar refinamento social. Tal conhecimento estaria nas áreas de Literatura, Filosofia, História, etc.; e o refinamento seriam os modos de comportamento, a etiqueta social como atributo de classe social superior. Esta é, na verdade, a acepção original da palavra *cultura* tal como concebida pelos romanos (*cultura* é palavra latina que vem do verbo *colere*, cultivar). Era muito usada, tempos atrás, quando as classes alta e média brasileiras sobrevalorizavam o conhecimento humanístico, a retórica e o comportamento dito refinado como símbolos de *status* social. (GOMES, 2016, p. 33, grifos do autor).

Porém, conseqüentemente essa definição de cultura provoca diferenças entre pessoas e povos e despreza os conhecimentos, saberes e modos de vida populares.

Mércio Gomes (2016) aponta as principais categorias que definem cultura e identifica entre essas correntes os pontos que são reconhecidos pela antropologia como: (i) as diversas manifestações e produções artísticas; (ii) hábitos e costumes que representam e identificam um modo de ser de um povo; (iii) sistemas de coisas inconscientes que determina o modo como as pessoas se comportam. Portanto, em concordância com a ampla definição estabelecida pelo o autor, visto que os diversos sistemas culturais compõem-se em níveis complexos. Neste sentido, Gomes conceitua o termo cultura como:

Cultura é o modo próprio de ser do homem em coletividade, que se realiza em parte consciente, em parte inconscientemente, constituindo um sistema mais ou menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se perante o Absoluto, e, enfim, reproduzir-se. (Op. cit., p. 36).

O autor defende três aspectos culturais antropológicos: (i) para o ser humano a cultura parte de uma autonomia e a existência de uma descontinuidade de sua natureza animal, e que as linguagens como sistemas de símbolos e significados são pensadas a partir de uma compreensão de mundo, a língua é o veículo do pensar de uma determinada cultura e de comunicar, compartilhada mesmo que

inconscientemente por uma comunidade; (ii) há a existência do absoluto que é algo incognicível, é a presença do sagrado em toda cultura e seus opostos é o profano; (iii) a reprodução cultural ocorre de duas formas - biologicamente através dos sujeitos da coletividade que dada cultura está assentada e através da transmissão dos significados culturais para as novas gerações.

Quanto a definição do termo cultura, vejamos também as análises de Williams (1992) que discute desde a antiguidade quando apenas caracterizava-se como processos de cultivo de vegetais ou criação de animais, estendendo-se no século XVI para o cultivo da mente humana, que se tornou no século XVIII o que denomina o autor de um modo de vida global para determinado povo.

Raymond Williams analisa o termo a partir da forma contemporânea de convergência de interesses culturais, que carrega os elementos: as práticas culturais constitutivas e ênfase numa ordem social global. Portanto, ampliando os sentidos de culturas para a antropologia além da sociologia e para a construção de significações.

Assim, há certa convergência prática entre (i) os sentidos antropológico e sociológico de cultura como 'modo de vida global' distinto, dentro do qual percebe-se, hoje, um 'sistema de significações' bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em *todas* as formas de atividade social, e (ii) o sentido mais especializado, ainda que também mais comum, de cultura como 'atividades artísticas e intelectuais', embora estas, devido à ênfase em um sistema de significações geral, sejam agora definidas de maneira muito mais ampla, de modo a incluir não apenas as artes e as formas de produção intelectual tradicionais, mas também todas as 'práticas significativas' – desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade – que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso. (WILLIAMS, 1992. p. 13, grifos do autor).

Nesta perspectiva, Williams nos leva a compreensão de que as culturas dos diferentes povos e sociedades possuem o seu próprio modo de vida global, e devem ser entendidas como práticas sem juízos de valor ou hierarquias. Entretanto, o termo culturas deve ser empregado assim no plural, para quebrar qualquer possibilidade de singularidade, pois, existe uma grande diversidade.

Clifford Geertz (1989) também nos orienta a interpretarmos os sistemas simbólicos a partir das significações de determinada cultura, que em nosso caso de estudo agrupa os modos de vida global, tradições e representações artísticas. Nesta direção, para se entender os aspectos territoriais é necessário projetar as análises nos elementos culturais, como direciona o autor:

[...] Quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extra-somáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos formas, ordem, objetivo e direção às nossas vidas [...]. (GEERTZ, 1989, p. 37).

Assim, o autor define o impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem/mulher, ou seja, vale a máxima – o ser humano é um ser cultural. Desta maneira, os sistemas culturais ou a cultura de um dado grupo e o que os diferencia de outros grupos é a identidade cultural que carrega, que em nosso estudo trata-se de uma identidade etnicorracial.

O reconhecimento da cultura para o Estado nacional brasileiro é defendida na Constituição Federal (CF) no artigo 215: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988, p. 126).

No artigo 216 da CF (BRASIL, 1988), aponta os bens materiais e imateriais que são portadores de referências à identidade, à ação e à memória como patrimônio cultural brasileiro. Dentre os elementos que se incluem de cultura tradicional são: formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações artísticas, objetos, edificações e espaços de manifestações artísticos-culturais.

O Estado também defende no corpo do texto da CF (BRASIL, 1988) a cultura que especificamente estamos falando que é a afro-brasileira, porém no “[...] limite da folclorização da cultura [...]” (ARRUTI, 2006, p. 71).

Para definir povos e comunidades tradicionais, o Decreto nº 6.040 (BRASIL, 2007)⁴ estabeleceu no terceiro artigo que são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, S/P).

4 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: mai. 2017.

Nesta direção, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)⁵ do Ministério da Justiça e Cidadania define quem são os povos tradicionais do Brasil:

Quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros. (SEPPIR, 2017, S/P, grifo nosso).

Estas comunidades tradicionais são culturalmente diferenciadas, pois são possuidoras de identidades que as fazem gerarem fronteiras culturais que as separam das que não a são, e há também as fronteiras físicas que delimitam seus territórios. Portanto, suas expressões culturais a partir de seus modos de vida, com seus hábitos, costumes, tradições, transmissões de saberes e fazeres, mantém e fazem perdurar seus sistemas culturais e “[...] não é somente uma questão de herança do passado nem é feita da experiência presente; ela corresponde, talvez, antes de tudo, a uma projeção no futuro [...]” (BERDOULAY, 2012, p. 122). Sobre culturas, o autor traz a definição francesa.

[...] Encontramos, então, o significado da palavra *culture* como ela prevaleceu em francês: é relacionada ao esforço que o indivíduo faz sobre si mesmo para melhor compreender o mundo e interagir com ele, para se enriquecer pessoalmente e para agir com sabedoria. A cultura é uma questão de sentido, de trabalho sobre si, de tensão entre si e o mundo, enfim, de afirmação do sujeito. (Op. cit., p. 120, grifo do autor).

Neste sentido, em sua obra Berdoulay aponta eixos culturais: (i) as culturas como noção de totalidade imposta aos indivíduos do grupo ao qual pertencem; (ii) e a cultura como noção de fenômeno individual e que significado há para os indivíduos as práticas culturais do grupo a que pertencem. Em nosso caso de estudo, sendo um grupo social de cultura étnica quilombola, buscaremos compreendê-la a partir do segundo eixo apontado pelo o autor, onde nos orienta entender essa cultura a partir das individualidades de seus sujeitos. Sendo possível analisarmos as atitudes dos quilombolas nas dinâmicas das práticas identitárias da comunidade, para o fortalecimento das relações simbólicas territorializantes.

5 Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>>. Acesso em: jan. 2017.

Nesta direção, Hall (2006) discute que uma das concepções de identidade trata-se do sujeito sociológico, onde a cultura é entendida pelo autor como – valores, sentidos e símbolos, influenciando os sujeitos por sua interação com a identidade que está inserido.

[...] O fato de que projetamos a ‘nós próprios’ nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’ contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. (HALL, 2006, p. 11-12, grifos do autor).

Stuart Hall reforça que a identidade unifica o sujeito à estrutura cultural a que pertence e que não é definida biologicamente e sim historicamente. De forma, que são as relações sociais que moldam os traços identitários. Entretanto, atualmente as identidades estão passando por processos de fragmentação que fazem com que o sujeito venha se compor de “[...] várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas [...]” (Op. cit., p. 12). O autor sustenta que são as mudanças estruturais, institucionais além do próprio processo de identificação que são questões problemáticas que impactam as identidades tornando-as mais variáveis.

Entendemos que as identidades são capazes de produzirem suas territorialidades, assim, esta pesquisa trata de um elemento territorializante da CQDJ, que é a Festa 13 de Maio, onde abordamos suas nuances entre cultura e território. Neste sentido, para entender o território que é resultante das relações espaço-temporais, seguimos a orientação de Saquet (2007) em favor da trilogia tempo-espaço-território. O autor defende que as mudanças no tempo também proporcionam mudanças no espaço e por isso essa é uma relação una.

É nesta direção que os estudos podem destacar traços do tempo histórico e do coexistente evidenciando os períodos e as relações sociais. Nesta perspectiva, fica evidente que “[...] não é a geografia que faz a história, mas, ao contrário, é a história que faz a geografia revelando, através do tempo, as potencialidades de um rio, de uma planície ou de uma montanha [...]” (RAFFESTIN, 2015, p. 22).

Desta forma, é plenamente possível associar duas áreas do conhecimento, a história e a geografia, realizando uma “[...] abordagem múltipla do território [...] considerando as dimensões sociais e a incorporação da natureza na territorialização.” (SAQUET, 2015, p. 71).

Rogério Haesbaert (2007) nota que a geografia propõe sempre manter a ênfase na dimensão material do território, que tem como primeira dimensão, a cultural, e só depois é que vêm às dimensões política e econômica, embora isso não seja determinante e até questionável como alerta o autor, em razão desses apontamentos defende.

[...] a realidade contemporânea, dominada pelo mundo das imagens e das representações, acabou incorporando com certa ênfase no próprio âmbito das proposições geográficas uma visão 'mais idealista' de território. (HAESBAERT, 2007, p. 24, grifo do autor).

Em relação a categoria espaço, as considerações teóricas mais aceitas no Brasil o concebe como espaço geográfico, e os territórios o constitui. Neste sentido, “[...] o espaço geográfico é considerado, em geral, como a *grande* categoria da geografia, como algo universal, sempre presente na formação de cada lugar, juntamente com o tempo [...]”. (SAQUET, 2015, p. 71-72, grifo do autor).

Claude Raffestin defende que na relação espaço-território há diferenças, mas também há reciprocidade e unidade, porém essas duas categorias não são unas. Espaço e Território não são termos equivalentes e nem sinônimos, “[...] É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço [...]”. (2015, p. 22). Nesta perspectiva, o território é pensado como o resultado das tramas dos sujeitos históricos sobre o espaço.

Dessa maneira podemos, finalmente, diferenciar minimamente o **território** do **espaço**. Para nós, sucintamente, há pelo menos três processos que, ontologicamente, estão na base desta diferenciação: a) as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais ([i-]materiais) com uma miríade de combinações; b) a construção histórica e relacional de identidades; c) o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização [...]. (SAQUET, 2015, p. 78, grifos do autor).

Neste sentido, para destacar o conceito de território é necessário que a pesquisa se atenha aos elementos: poder e identidades, além da tríade Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR). Porém, em nosso estudo damos uma atenção especial à identidade étnica que gera seu campo simbólico de acordo com o desenvolvimento cultural de cada tempo histórico.

Noutras palavras, Saquet destaca que no território há uma variedade de sujeitos com relações que podem ser recíprocas, contraditórias e de unidade, e que podem ocorrer no lugar, com o lugar, com outros lugares e com outros sujeitos. De forma que o que determina as bases do território são: “[...] as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a **identidade** [...]” (2007, p. 158, grifo nosso).

Deste modo, os territórios dos povos tradicionais apesar do atual desenvolvimento tecnológico, carregam técnicas de produção advindas de seus ancestrais e imprimem sobre o território suas especificidades que constituem sua identidade, que “[...] se refere à vida em sociedade, a um *campo simbólico* e envolve a reciprocidade. Na geografia, significa, simultaneamente, espacialidade e/ou territorialidade” (Op. cit., p. 147, grifo do autor). Sob a perspectiva geográfica, o autor define identidade como:

[...] a identidade é trabalhada a partir da dificuldade de adaptação de um indivíduo em situações novas ou como um modo de ser *coletivo* [...] Uma pessoa pode se adaptar e se identificar em um *novo* contexto social ou um grupo social pode construir sua identidade, com relações de afetividade, confiança e reconhecimento [...]. (Op. cit., grifos do autor).

Entretanto, o autor nos traz o alerta de que nem sempre as relações de afetividade e confiança estarão presentes de forma duradoura em determinada comunidade, podendo surgir as contradições, mas na identidade as relações são coletivas e contínuas.

Marcos Saquet também afirma que as identidades são componentes fundamentais para a constituição territorial. Seguindo as concepções do autor consideramos que a conservação e reprodução dos traços identitários dão um sentido de continuidade histórico-cultural e simbólica. Nesta direção, apontamos para a categoria de análise escolhida, sendo o território de uma comunidade tradicional.

A seguir trazemos algumas considerações sobre o sequestro de africanos na África e sua diáspora para o Brasil, a escravização e o processo que culminou com a abolição. Buscamos entender como estes povos imprimiram sua cultura em outra localidade gerando novas realidades espaciais e territórios com valor de uso.

2.2 Da escravidão a abolição.

*O negro vinha da África/Transportado em navio
Isolado no porão/Até chegar no Brasil
E chegava ao comprador:
Quanto é esse? Quanto vale aquele?
Quanto quer por esse? Eu vou levar ele*⁶

O território nacional brasileiro passou por intensos processos sociais a partir de 1500, quando os invasores europeus aqui chegaram nas terras de aldeões americanos através da expedição de Pedro Álvares Cabral, na época os lusitanos mantinham fortes laços comerciais com a Índia que era seu principal foco comercial.

O Brasil mereceu pouca atenção real nos trinta anos seguintes. A coroa, naquela época, estava preocupada demais com as riquezas da Índia para dar muita atenção a uma terra aparentemente **selvagem** [...]. (LOCKHART; SCHWARTZ, 2002, p. 220, grifo nosso).

Os lusitanos para não investir recursos na nova colônia, abriram monopólios para a iniciativa privada às custas de parte dos lucros, fizeram isso no continente africano e repetiram a estratégia no Brasil como afirma Lockhart; Schwartz.

[...] O sistema de iniciativa privada e contratos reais fora utilizado pelos portugueses na África, e em muitos aspectos as técnicas do comércio de pau-brasil eram semelhantes às já usadas na extração de ouro, marfim e escravos da África ocidental. [...] Então, no início o contato português com o Brasil limitou-se a uma série de feitorias, semelhantes às da costa africana [...]. (Op. cit.).

Assim como a costa africana, a costa brasileira recebeu o mesmo tratamento pelos portugueses nas estratégias de exploração, pois Portugal já utilizava-se de feitorias⁷, “[...] Em 1444, por exemplo, seis caravelas partem de Portugal, com o

6 Cantiga da Festa 13 de Maio. Não foi encontrada ficha técnica da Música. Na CQDJ seu título é conhecido como: Escravidão Ontem e Hoje.

7 Ver Jaime Pinsky, que destaca que foi construído um forte na Ilha de Arguim, a 80 km ao sul de Cabo Branco na Mauritânia/África, onde eram negociados a compra de trabalhadores. “[...] A moeda de troca eram tecidos, trigo, sal e cavalos; cada um destes chegavam a valer vinte bons escravos [...]” (PINSKY, 1989, p. 15). Conforme o autor, as armas de fogo também fizeram parte do escambo, os grupos africanos que as tivessem adquiriam superioridade sobre outros em casos de guerra e conseguiam escravizar ao invés de serem escravizados, ou seja, o modelo escravocrata provocou guerras entre africanos no próprio continente africano. Pinsky também afirma que outros produtos foram escambiados como “[...] o tabaco, a aguardente e o açúcar [...] escravos eram adquiridos pelos traficantes em troca de mercadorias produzidas pela força de

objetivo exclusivo e declarado de apresar escravos [...]” (PINSKY, 1989, p. 15), após essa expedição logo ganhou uma organização moderna, ou seja, as feitorias de Portugal já vinha de uma experiência de um século em relação as feitorias no Brasil.

Em razão de disputas por territórios com rivais europeus, os lusitanos decidiram executar a colonização e povoamento a partir de 1530, a fim de garantir e expandir o recém conquistado território. Mas provoca choques territoriais contra os nativos americanos, que oprimidos, foram desterritorializados⁸. Os autóctones sofreram a redução dos seus espaços de vida a pequenas parcelas e atualmente ainda lutam por demarcação do direito ao território. Durante estes processos no período colonial, estes povos foram os primeiros a serem escravizados tendo duração de cerca de sessenta anos (1540-1600)⁹, pois houve a sua proibição pela coroa portuguesa.

[...] Diante dos vários tipos de resistência dos índios, da alta taxa de mortalidade, do número cada vez menor e da oposição cada vez maior dos jesuítas à escravização, os colonos começaram a recorrer à outra fonte de mão-de-obra: o comércio atlântico de escravos. (LOCKHART; SCHWARTZ, 2002, p. 237).

Os autores discutem que Portugal já possuía técnicas e instituições que tratavam do comércio atlântico de escravos, e que apesar de não haver registros, as primeiras expedições já haviam trazido alguns africanos escravizados para o Brasil. “[...] mas na verdade foi no período posterior à 1560 que o tráfico negreiro atlântico começou a fornecer grande quantidade de africanos para a economia exportadora em expansão no Brasil [...]” (Op. cit.). Os nativos americanos assim como os africanos foram percebidos pelos portugueses como iguais, por possuírem a cor da pele preta e apresentar aspectos culturais diferentes dos europeus.

[...] No século XVI a palavra ‘índio’ foi substituída muitas vezes por termos como *gentio* e *negro da terra* (negro nativo). Os dois termos refletem a percepção que os portugueses tinham dos índios, e como ‘negro’ já era uma palavra fortemente associada a ‘escravo’ no vocabulário português [...]. (Op. cit., p. 236, grifos dos autores).

trabalho escrava; e os novos cativados teriam por função reproduzir essa cadeia diabólica [...]” (PINSKY, 1989, p. 23-24).

8 Ver Rogério Haesbaert (2007); define que a destruição do território provoca a desterritorialização dos sujeitos, esse processo é seguido de uma posterior ocorrência de reterritorialização que é a construção de um novo território.

9 Ver José de Souza Martins (2017). Apesar das burlas dessa proibição, a coroa portuguesa proibiu definitivamente entre os anos 1757-1758.

Os nativos americanos e os africanos foram assemelhados pelos europeus como povos selvagens, inferiores, não civilizados a qual cabia apenas a subalternização com a escravidão, empregando-lhes duras condições de trabalho forçado. “[...] O sangue e o suor do cativo americano alimentaram por muito tempo o mercado europeu, em contínua expansão”. (FIABANI, 2012, p. 20). Porém, os invasores notaram que o índio não possuía um bom rendimento no trabalho, de forma que o custo de transporte dos africanos era mais vantajoso em razão do seu alto rendimento e conhecimentos específicos com o trato com a terra e a mineração.

[...] No mundo inteiro houve a tendência a preferir para escravo um indivíduo totalmente estranho, porque ele está isolado de sua própria sociedade e sem nenhuma conexão independente com a nova terra, ficando assim menos capaz de fugir e resistir, mais aberto ao aprendizado de novas habilidades. Neste caso, estas não eram completamente novas, já que muitos africanos vinham de sociedades onde era comum a agricultura intensiva e onde se trabalhava na manufatura do ferro, na criação de gado e em outras atividades úteis nos engenhos [...]. (LOCKHART; SCHWARTZ, 2002, p. 238).

Os autores relatam que nas listas de escravos do século XVI que ainda existem no país, muitos africanos eram registrados como trabalhadores especializados. Os portugueses conhecedores das habilidades dos povos da nossa costa vizinha ao leste arrancaram-lhes de seu lugar e realizavam o comércio humano, onde a origem dos africanos que foram vítimas era proposital para atender suas demandas aqui no Brasil na expansão de fronteiras. Neste sentido, Little (2002) aponta o período do Brasil colonial e imperial como o momento em que ocorreram grandes transformações territoriais.

Se percorrermos rapidamente os diversos processos de expansão de fronteiras no Brasil colonial e imperial – a colonização do litoral no século XVI, seguida por dois séculos das entradas ao interior pelos bandeirantes; a ocupação da Amazônia e a escravização dos índios nos séculos XVII e XVIII; **o estabelecimento das plantations açucareiras e algodeiras no Nordeste nos séculos XVII e XVIII baseadas no uso intensivo de escravos africanos**; a expansão das fazendas de gado ao Sertão do Nordeste e Centro-Oeste e as frentes de mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste, ambas a partir do século XVIII; a expansão da cafeicultura no Sudeste nos séculos XVIII e XIX – **podemos entender como cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos** [...]. (LITTLE, 2002, p. 4, grifo nosso).

Paul Little define estes processos de expansão de fronteiras de acordo com os grifos acima, como hegemônicos, que territorializados estabeleceram uma uniformização do atual território brasileiro de acordo com os modos capitalistas, ao contrário dos povos nativos e os africanos que possuem como característica culturas contra-hegemônicas e por isso são povos tradicionais.

Ainda sobre a invasão dos europeus e a consideração histórica de que “descobriram” o continente americano, consideramos uma relação de poder e saber, “[...] É a desigualdade de poder e de saber que transforma a reciprocidade da descoberta na apropriação do descoberto. Toda a descoberta tem, assim, algo de imperial, uma ação de controle e de submissão [...]”. (SANTOS, 2010, p. 181). Conforme o autor o encontro entre nativos e invasores era uma relação equipolente, porém, para os invasores era uma relação de dessemelhança.

Boaventura Santos, salienta que estas descobertas imperiais têm duas dimensões: (i) a empírica no ato de descobrir; (ii) e a ideia do que está sendo descoberto. A segunda precede a primeira, assim segue todo o ato, é essa dimensão que traz “[...] a ideia de inferioridade do outro, que se transforma num alvo de violência física e epistêmica [...]” (Op. cit., p. 182). Este processo é conhecido como eurocentrismo, que é o deslocamento do centro da economia mundial do Oriente para o Ocidente, embora questionável, mas pode ser que tenha ocorrido entre os séculos XV e XIX¹⁰. É nesta perspectiva que os invasores criaram estratégias de inferiorização dos povos encontrados em suas expedições, Santos elenca:

[...] Neste domínio pode dizer-se que não tem faltado imaginação ao **Ocidente**¹¹. Entre tais estratégias podemos mencionar a guerra, a

10 Ver Boaventura de Sousa Santos. Daí a construção simbólica eurocêntrica. “[...] a partir de meados do milênio, com os descobrimentos, é que esse sistema-mundo começa a ser substituído por outro, capitalista e planetário, cujo centro é a Europa” (2010, p. 183).

11 Ver Boaventura de Sousa Santos (2010) que utilizando-se dos hemisférios geográficos, entende o Ocidente como rival do Oriente no progresso civilizatório, onde o segundo é uma ameaça para o primeiro. Este conflito apresenta-se ainda mais aguçado do que entre o Norte e o Sul que neste caso apresenta uma rivalidade entre o primeiro que é civilização e o segundo que é recurso – que é a natureza e o selvagem, embora o autor afirme que neste segundo caso não há exatamente um conflito, haja vista que a civilização tem naturalmente primazia sobre tudo que não é civilizado. “[...] A superioridade do Ocidente reside em ele ser simultaneamente o Ocidente e o Norte [...]” (p.183). O autor ainda cita Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1970) que afirma que a história universal se desloca do Oriente para o Ocidente e a África sequer faz parte dessa história. Entendemos que é como se a África não pertencesse nem ao Oriente e nem ao Ocidente e nem

escravatura, o genocídio, o racismo, a desqualificação, a **transformação do outro em objeto** ou recurso natural e uma vasta sucessão de mecanismos de imposição econômica tributação, **colonialismo**, neocolonialismo, e, por último, globalização neoliberal, de imposição política cruzadas, império, estado colonial, ditadura e, por último, democracia e de imposição cultural **epistemicídio, missionação, assimilacionismo** e, por último, indústrias culturais e cultura de massas. (SANTOS, 2010, p. 182, grifo nosso).

Entendemos que no conflito histórico entre o Oriente e Ocidente há uma relação de alteridade. Enquanto que o Norte sequer estabelece conflito com o Sul, pois o classifica apenas como recurso e a ideia do selvagem e inferior que “[...] não é sequer plenamente humano; meio animal, meio homem, monstro, demônio, etc.” (Op. cit., p. 186). Acreditando serem superiores subjugar os povos que encontraram na forma como é explanado por Santos.

[...] A sua diferença é a medida da sua inferioridade. Por isso, longe de constituir uma ameaça civilizacional, é tão só a ameaça do irracional. O seu valor é o valor da sua utilidade. Só merece a pena confrontá-lo na medida em que ele é um recurso ou a via de acesso a um recurso. A incondicionalidade dos fins – a acumulação dos metais preciosos, a expansão da fé – justifica o total pragmatismo dos meios: **escravatura, genocídio, apropriação, conversão, assimilação**. (Op. cit., p. 185-186, grifo nosso).

Portanto, os europeus estabeleceram o racismo como estratégia de dominação, aqueles povos diferentes de seus padrões estéticos¹² eram inferiores e incapacitados e por isso justificava sua escravização e imposição religiosa para remissão pagã. Santos (2010) discorre que durante as “descobertas” ocidentais, foi a América e a África por excelência o lugar dos selvagens e consideradas o Sul.

Nesta concepção racista dos invasores europeus, Pinsky assevera;

A imagem do negro escravo nos é, portanto, transmitida como a de um bruto selvagem. Mais ainda, ele nos é apresentado como uma figura primitiva, dominada pelos instintos. Sua figura, temível e atraente, povoa a imaginação dos ‘civilizados’, fascinados por seu ‘estado natural’. Esses estereótipos, que persistem até hoje em nossa sociedade, decorrem, na verdade, não de alguma característica do negro em si, mas do seu papel social e de sua aparência possível, ambos determinados pelo senhor branco [...]. (PINSKY, 1989, p. 39, grifos do autor).

ao Norte, assim classificada apenas como o Sul. Entretanto, o território africano pertence geograficamente ao quatro hemisférios: Oriente, Ocidente, Norte e Sul.

¹² Ver Clóvis Moura (1993).

Na escravização dos africanos e também dos afro-brasileiros, em um processo que durou mais de três séculos, também contrariou as expectativas de seus dominadores, porque estes povos foram levados ao cativeiro, mas resistiram às imposições escravistas. Por resistência entendemos a partir das concepções de Hall: “[...] formas de desafiliação [...] que, de certa forma, representavam as ameaças e negociações com a ordem dominante, que não poderiam ser assimiladas pelas categorias tradicionais da luta revolucionária de classes [...]” (2003, p. 228).

Portanto, Hall cita a existência de um repertório de resistências das categorias sociais tradicionais na luta contra a dominação, usando como estratégias até mesmo as negociações que não possui muita força contra-hegemônica, disso resultou em certos elementos (i)materiais assimilados parcialmente, mas foi assim que a cultura afro encontrou caminhos para persistir, fazendo perdurar sua cultura em nossa atual sociedade moderna. Desta maneira, entendemos que os processos hegemônicos impostos pelos europeus portugueses em alguns países da África e no Brasil, fazem destas duas parcelas continentais semelhantes, tendo seus povos histórias entrelaçadas e que até os dias atuais carregamos fortes resquícios de aspectos culturais que nos unem.

A escravidão colonial alcançou verdadeiro apogeu no Brasil. É impossível compreender a história desta nação dissociada da herança escravista. O Brasil foi uma das primeiras nações do Novo Mundo a organizar o escravismo e a última a concluí-lo. Também foi ali que desembarcou o maior número de africanos escravizados [...]. (FIABANI, 2012, p. 21).

No Brasil, o período escravocrata produziu uma fórmula de coerção do trabalho, de acordo com Martins, a terra era livre e quase que destituída de valor, ou seja, sistema latifundiário, então o trabalho era escravo no período que durou quase quatro séculos. Esse modelo capitalista de produção entrou em transição para um modelo moderno, visto que a revolução industrial já estava acontecendo na Europa e Estados Unidos. “[...] Diante do esgotamento do escravismo e da inevitabilidade do trabalho livre, o Brasil decidiu, em 1850, pela cessação do tráfico negreiro, desse modo abreviando e condenando a escravidão [...]”. (2017, p. 9). Após essa proibição, os preços dos escravos elevaram-se consideravelmente ficando cada vez mais insustentável para os exploradores de mão-de-obra manter o custo benefício de se ter um escravo. Este processo culminou com a abolição da escravatura e

impulsionado pela própria sociedade aristocrática que do trabalho compulsório mantinham-se e acumulavam riquezas. O fim da escravidão foi um processo pensado e promovido pela elite dominante, Martins destaca:

No Brasil, particularmente em São Paulo, a transição do escravismo para o trabalho assalariado se deu de modo planejado, controlado e relativamente lento, um processo de quase 40 anos, por iniciativa dos próprios fazendeiros de café¹³. Através da figura de Antônio da Silva Prado, ministro do Império, foram eles que propuseram no Parlamento o fim da escravidão [...]. (MARTINS, 2017, p. 23-24.).

Mesmo sendo interesse da elite o fim da escravidão, a tríade de exploração monocultura-latifúndio-escravidão, começa a ser quebrada também em resposta às lutas de classes oprimidas, como os escravizados e os brasileiros pobres, para estes a abolição da escravatura foi uma conquista, mas o direito à terra ainda são reivindicações até os dias atuais. Porquanto, a defesa da abolição pela sociedade aristocrática justifica-se apenas pela própria busca de interesses como nos explica Martins.

A condição que permeia a emergência do trabalho livre se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. **Tratava-se de mudar para manter.** (Op. cit., p.31, grifo nosso).

O autor também destaca que após duas semanas da cessação do tráfico de africanos para o trabalho escravo no país, o Brasil aprovou em 1850 a Lei de Terras, “[...] que instituíu um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra de terra [...]” (Op. cit., p. 9).

O grande problema dessa lei é a exclusão dos africanos e afro-brasileiros do direito à cidadania brasileira, trazendo perca de direitos como discorre Leite.

Já a primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa outra categoria separada, denominada ‘libertos’. Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência

13 Ver José de Souza Martins (2017). Esses fazendeiros viviam temporadas anuais entre a Europa e o Brasil e possuíam outros tipos de investimentos além de fazendas cafeeiras com o uso de trabalho escravo que já estava em crise.

que a cor da pele anuncia – e denuncia –, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra. (LEITE, 2000, p. 335, grifo da autora).

José Martins complementa que essa legislação sobre as terras brasileiras codificou “[...] os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade do padrão de exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso [...]” (2017, p. 50).

O autor afirma que a Lei de Terras foi um instrumento legal e jurídico para dificultar o acesso à terra aos trabalhadores sem recursos. E ainda no mesmo ano foi promulgada uma lei estabelecendo uma política de imigração de colonos que possuíam uma mesma característica, eram pobres, para trabalharem no regime de trabalho livre. “Trabalhar para vir a ser proprietário de terra foi a fórmula definida para integrar o imigrante na produção do café [...]” (Op. cit., p. 51).

Desta maneira, a regulamentação das formas de acesso às terras públicas implicou em sua compra. Sendo assim, a terra passa a ser uma mercadoria e a ter um preço. Quem não tem dinheiro fica impedido de ter acesso à terra, ou seja, a maioria da população, visto que, o Brasil é um país onde uma pequena minoria foi privilegiada ainda na distribuição de terras pela coroa portuguesa.

[...] estruturaram formalmente o mercado de terras com a Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, criando obstáculos de todas as ordens para que não tivessem acesso legal às terras os povos indígenas, os escravos alforriados e os trabalhadores imigrantes que começavam a ser recrutados. Coibindo a posse e instituindo a aquisição como forma de acesso à terra, tal legislação instituiu a alienação de terras devolutas por meio de venda, vedando, entretanto, a venda em hasta pública, e favoreceu a fixação de preços suficientemente elevados das terras, buscando impedir a emergência de um campesinato livre [...] (ALMEIDA, 2008, p. 39).

Alfredo Almeida, ressalta que as políticas agrárias brasileira provocam grandes desigualdades sociais com raízes profundas, daí justifica-se os movimentos sociais que atualmente mobilizam-se em luta pelo direito à terra, dentre eles estão os quilombolas. Durante todo o processo de escravidão seus ancestrais resistiram, fugindo para determinado local onde se conglomeravam e então formaram os quilombos. A seguir trazemos algumas informações sobre os quilombos no Brasil e no Estado de Tocantins.

2.3 Comunidades remanescentes de quilombos.

*A culpa é da abolição que veio e não libertou...
 Vou botar fogo no engenho
 Aonde o negro apanhou.
 O negro é gente como o outro
 Quer ter carinho e ter amor.
 Dança aí negro nagô!¹⁴*

A escravização do africano e também do afro-brasileiro não tem nada que ver com submissão, tomo como exemplo o americano nativo que resistiu às feitorias até a abolição de sua escravatura, entretanto estes encontravam-se em um ambiente familiarizado, entre povos culturalmente semelhantes. Enquanto que o africano foi submetido a outras condições como reforça Pinsky:

[...] Retirado do seu habitat, de sua organização social, do seu mundo, é natural que estivesse atemorizado diante de uma nova condição que, ao menos de início, nem chegava a compreender devidamente. Sem conseguir definir seu espaço social, sentia-se nivelado pelos captores aos demais cativos, oriundos de outras tribos, praticantes de outras religiões, conhecedores de outras línguas, vindos de outra realidade. Por isso, ele não se identificava com outros cativos, sentindo-se solto, perdido, sem raízes. Não entendia bem sua situação, reagindo com estupor e inércia às ordens. (PINSKY, 1989, p. 26).

O autor ainda expõe que os negros escravizados e humilhados, tiveram seus corpos marcados a ferro no ombro, na coxa ou no peito, “[...] o corpo do escravo era equiparado ao dos animais, violentado, mutilado e espancado até a morte [...]” (Op. cit., p. 23).

Portanto, era muito difícil para o escravizado revoltar-se contra as imposições de forma individual, pois poderia não ter sucesso e ser punido até mesmo com a morte. Porém, os negros não se limitaram a isso, e desenvolveram sim formas de resistências.

De acordo com Pinsky, muitos estudiosos mostram na historiografia da escravidão que o nativo americano não aceitou o cativo por causa de seu instinto

14 Cantiga da Festa 13 de Maio. Não foi encontrada ficha técnica da Música, apenas informações dispersas em que provavelmente seu título é “Quilombo Axé (Dia de Negro)” de autoria de Zumbi Bahia. A CQDJ canta a versão feita pela Pastoral da Juventude na década de 1980 que tem o título “Negro Nagô”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pjdiocesedebarreras/posts/d41d8cd9/1476364302439239/>>. Acesso em: dez. 2018.

de liberdade, enquanto que o negro aceitava o cativo por falta de um espírito de liberdade. Porém, “O fato é que o negro não tinha ‘jeito’ ou ‘espírito’ de escravo. Aliás, ninguém tem.” (1989, p. 54, grifos do autor).

De certo, o inconformismo do negro era tão grande, que mesmo com poucas chances de alcançarem a liberdade, lutaram contra o cativo.

Os oprimidos criaram diversas formas de resistências¹⁵ como: a insurreição – qualquer pessoa tem seu orgulho, não sendo diferente para os negros; os suicídios – chegavam a esse ponto acometidos de grande revolta por não aceitar a condição de escravo e ainda davam prejuízo ao dono; justiça – assassinavam feitores, capitães-do-mato e senhores (neste último caso eram julgados e condenados a morte); as guerrilhas e revoltas – quando organizavam demonstravam o inconformismo contra o sistema opressor que estavam submetidos; as fugas, individuais e coletivas; os aquilombamentos – este último desenvolveremos neste trabalho, haja vista que o estudo trata-se de uma comunidade remanescente de quilombo.

Um quilombo era um foco de negros livres numa sociedade que se baseava em relações sociais de caráter escravista. Era, pois, um mau exemplo para outros escravos e uma esperança concreta para os fugidos. (PINSKY, 1989, p. 57).

Diante do crescimento das fugas, a sociedade escravocrata criou até mesmo uma profissão, a de capitão-do-mato, servia para combater este fenômeno crescente. “Ser capitão-do-mato, trair suas origens, era uma das poucas formas de o negro romper a barreira etno-social e usufruir – carregando embora a maldição de traidor – o sistema que o havia oprimido.” (Op. cit., p. 59). A captura do fugido era seguida de castigo para dar exemplo aos demais.

De fato, o capitão-do-mato era o executor da caça e captura do negro fugido e se constituía em algo apenas compreensível dentro do sistema como um todo. De uma forma simplista, ele tem sido visto como o negro traidor, aquele que renegava as suas origens ao se dispor a fazer o sujo serviço de aprisionador de seus irmãos de raça. (Op. cit., p. 58).

A busca pelos fugitivos tinha como objetivo evitar seu aquilombamento, embora nem todo escravo fugido aquilombava-se, muitos viviam escondidos nos

15 Ver Stuart Hall (2003), Jaime Pinsky (1989), Clóvis Moura (1993) e Adelmir Fiabani (2012).

centros urbanos em meio a outros negros livres. Os que se refugiavam nos quilombos contribuíam para fortalecer essa sociedade que era temida pelos escravagistas que os viam como rebeldes, porque não aceitava sua condição de inferiorização e subalternização a que lhe era imposta.

[...] a repressão do aparelho de Estado escravista era de uma violência que somente poderia ser combatida com uma violência idêntica, sem sentido contrário [...] combatido de todas as formas, em todos os níveis de tentativas de readquirir a liberdade, o escravo tinha de rebelar-se e de usar a violência contra o aparelho de dominação militar, ideológico e político que o desumanizava como ser. (MOURA, 1993, p. 24).

Para tal, o aquilombamento foi a maior manifestação de resistência, mas era necessário manter sempre um sistema de defesa do quilombo por causa da perseguição dos escravagistas. “[...] esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos”. (Op. cit., p. 11).

O fenômeno das fugas crescia consideravelmente no sistema escravocrata e nada conseguiu fazer com que cessasse. Os escravizados fugiam e se aglomeravam nas matas para se esconderem, esses locais receberam algumas definições como enfatiza Fiabani:

No Brasil, em geral, o fenômeno foi registrado como mocambo, quilombo e palmar. O habitante dessas comunidades era chamado de quilombola, calhambola, mocambeiro, mucambeiro, mocambista, palmarinos, papa-mel [...] A documentação histórica oficial abordou o fenômeno já no século 16, com o nome de mocambo. No entanto, o termo quilombo foi o preferido dos historiadores e antropólogos. A denominação de papa-mel refere-se aos quilombolas de Alagoas [...]. (FIABANI, 2012, p. 280).

Os grupos aquilombados organizavam-se em comunidades de diferentes tipos e durações. Desde um pequeno grupo nômade para se esconder dos escravistas que tentavam a captura, até grandes grupos sedentários com estruturas sócio-espaciais estabelecidas.

Os quilombos [...] durante todo o transcurso de sua existência, eles foram não apenas uma força de desgaste, atuando nos flancos do sistema, mas, pelo contrário, agiam em seu centro, isto é, atingindo em diversos níveis as forças produtivas do escravismo e, ao mesmo tempo, criando uma sociedade alternativa que, pelo seu exemplo, mostrava a possibilidade de uma organização formada de homens livres [...]. (MOURA, 1993, p. 37).

Clóvis Moura (1993) ainda destaca que os quilombos existiram durante todo o período escravista, ou seja, a escravidão sempre foi marcada pela resistência do negro. E os quilombos marcaram toda a extensão do território brasileiro, e eram combatidos pela sociedade escravocrata, por isso utilizaram a estratégia da invisibilidade social para se proteger.

Palmares, por exemplo, chegou a se constituir em verdadeiro estado dentro do estado, com relações econômicas estáveis, estrutura sócio-econômica estabelecida e contratos comerciais com vilas próximas, em pleno século XVII e com duração total de 67 anos, segundo se crê. E isto no Nordeste brasileiro, área das mais povoadas e desenvolvidas da colônia na época. (PINSKY, 1989, p. 57).

O grande quilombo de Palmares localizava-se no atual Estado de Alagoas na Serra da Barriga. O autor também cita outro importante quilombo, o Quariterê, destruído em 1769 e localizado no atual Estado de Mato Grosso, ato comemorado como heroico em Portugal.

Esse quilombo, liderado pela rainha Tereza, vivia não apenas de suas lavouras, mas da produção de algodão que servia para vestir os negros e, segundo alguns autores, até mesmo para funcionar como produto de troca com a região. Possuía ainda duas tendas de ferreiro para transformar os ferros utilizados contra os negros em instrumentos de trabalho. (Op. cit.).

Assim, percebemos nos sistemas quilombolas organizados pelos africanos e afro-brasileiros, a reafirmação identitária, é como uma busca ao elo perdido. Estes povos passaram a desenvolver relações com o espaço e seus recursos naturais de acordo com seus modos de vida na África, desta forma, afirmando-se como categoria social tradicional.

Desta forma, entendemos que a principal característica dos territórios quilombolas, é que “[...] se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais [...]”. (LITTLE, 2002, p. 11).

Conforme Haesbaert (2007), os territórios possuem características entre apropriado (mais simbólico) e dominado (mais concreto).

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional 'poder político'. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação [...]. (HAESBAERT, 2007, p. 20-21, grifo do autor).

Neste sentido, os quilombolas, como categoria social tradicional são capazes de criarem territórios apropriados carregados de marcas do vivido e valor de uso, diferentemente estão os territórios dominados que possuem valor de troca, podendo sobrepor-se sobre os apropriados pelo poder hegemônico do capital.

É importante entender essas condutas territoriais, pois, após a abolição da escravatura, os ex-escravizados passaram a se organizar territorialmente.

[...] Alguns quilombolas continuaram vivendo como posseiros nas áreas de seus quilombos. Outros procuraram a sobrevivência juntando-se às parcelas da população marginalizada, em novas formas de luta pela sobrevivência. Com o fim da escravidão, o quilombo deixou de existir como entidade gerada no seio e a partir das contradições da sociedade escravista, fruto da resistência do produtor escravizado contra a apropriação de sua pessoa, e, portanto, de sua força de trabalho, pelo escravizador. (FIABANI, 2012, p. 26).

Deste modo, a população negra, após a abolição, teve sérias dificuldades em se estabelecerem socialmente. Mesmo que já se tenha passado 130 anos, hodiernamente ainda o negro passa por sérias dificuldades sociais.

São nestas condições desfavoráveis que a população negra vai desenvolver-se biologicamente e economicamente. Migrando para aglomerados urbanos, visto que são expulsos da terra, em razão do latifúndio e da mecanização do campo que dispensa mão-de-obra humana ou migrando e apropriando-se de terras devolutas.

Enquanto que na escravidão os quilombolas usaram a estratégia da invisibilidade para se proteger dos ataques dos escravagistas, no pós-abolição os escravistas e o Estado é que os invisibilizaram. Até a academia por muito tempo também não deu atenção para estudos africanistas como assevera Fiabani.

O movimento das comunidades quilombolas teve início na década de 1970, no Maranhão e no Pará e, posteriormente, espalhou-se por todos os estados, sendo que o maior número de comunidades encontram-se nas regiões onde a mão de obra escrava foi mais frequente. Este segmento social permaneceu décadas na invisibilidade, tanto para a academia como para o Estado. Ao serem reconhecidos como remanescentes de quilombos, estes camponeses se inserem no campo das lutas pela terra e passam à condição de sujeitos de suas histórias. (FIABANI, 2015a, p. 15-16).

Portanto, a população negra persiste contra as forças hegemônicas que os suprimem socialmente. Não abandonando suas lutas, os movimentos das comunidades negras buscam o reconhecimento de seus direitos.

Porém, não podemos deixar de lembrar que a década de 1980 foi marcada por acontecimentos que alteraram o cenário político mundial. No Brasil, em 1982, realizou-se o I Simpósio Nacional sobre o Quilombo de Palmares, em Alagoas. Em 1988, celebrou-se o Centenário da Abolição da Escravidão. Uma verdadeira profusão de estudos sobre a escravidão antecederam a celebração. Em 1988, tivemos também a nova Constituição. O momento era, portanto, propício às mudanças. Sob forte pressão, as elites políticas pareciam mais sensíveis aos apelos das minorias. (FIABANI, 2012, p. 356).

Mediante tantas lutas das comunidades negras que puderam se organizar publicamente após a abolição por busca de direitos, foi a partir da década de 1970 que houve as grandes mobilizações, como exemplo, organizaram-se em associações quilombolas para reivindicar a titularização de suas terras, quase sempre expropriadas.

Como respostas às mobilizações a CF (BRASIL, 1988) garantiu-lhes nos artigos 215 e 216 no texto permanente da constituinte, o direito à preservação de suas culturas.

Entretanto, para manter sua cultura tradicional, estes povos necessitam apropriar-se de suas terras, pois sua cultura é impressa nos seus territórios e sua destituição é também sua destruição.

A titularização das terras é urgente para que as comunidades não desapareçam, visto que sem a terra o grupo tende a desaparecer como categoria social. Também é importante a regularização fundiária, pois estas comunidades guardam aspectos da cultura afro e continuam a perpetuar os costumes que as fizeram como tal [...] (FIABANI, 2015a, p. 16).

Entretanto, em relação aos direitos territoriais dessa categoria social, somente aparecem em um Ato das Disposições Constitucionais **Transitórias** (ADCT) da CF (BRASIL, 1988), promulgada há exatamente cem anos após a abolição da escravatura, mas o que se conseguiu foi uma lei instável por seu caráter transitório.

Desta forma, os debates sobre os quilombos foram formalizados a partir de sua definição no ADCT em seu artigo 68: “Aos remanescentes das comunidades dos

quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p. 161).

Portanto, o ADCT tem caráter transitório e isso traz uma grande instabilidade para os povos remanescentes quilombolas. Mas de qualquer forma foi no artigo 68 que “[...] Pela primeira vez na história do Brasil, criou-se uma lei específica que beneficia o campesinato negro [...] que reconhece o direito à propriedade da terra [...] até então invisíveis aos olhos do Estado.” (FIABANI, 2015a, p. 16).

Para garantir as titularizações fundiárias de suas terras seria necessário qualificá-las através de laudos antropológicos, visto que “[...] Não havia dúvida sobre o que se considerava como remanescentes – aquilo que restou – de quilombos [...]” (FIABANI, 2012, p. 357).

Porém foi encontrado uma outra realidade, a maioria das comunidades negras rurais encontravam-se sem a posse total de suas terras, daí relembramos a Lei de Terras (1850)¹⁶, que deu grande abertura para o latifúndio e conseqüentemente para a expropriação dos territórios quilombolas. Haja vista que grande parte de comunidades negras rurais não surgiram em quilombos.

[...] Dessa forma, ao não encontrar, comumente, evidências de um quilombo histórico, sobretudo os antropólogos envolvidos no arrolamento de quilombos e na concessão de laudos buscaram outros fundamentos que pudessem fornecer explicações para a presença de tais comunidades negras naqueles lugares. (FIABANI, 2012, p. 359).

Portanto, diante da realidade dos povos remanescentes de quilombos e a discrepância com a lei promulgada, era preciso repensar o conceito histórico de quilombo para abranger comunidades que ficariam de fora, em razão dos diversos fenômenos sociais que se desenvolveram no território nacional, a exemplo disso os ataques sofridos pelos quilombos e as fugas em busca de salvar a vida, os grupos se espalhavam ainda mais pelo território nacional. Então, “[...] Mesmo contrariando a interpretação inicial dos legisladores, o termo quilombo passou a ser reinterpretado” (Op. cit.).

16 Ver José de Souza Martins (2017), Ilka Boaventura Leite (2000) e Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008).

Neste sentido, a ressignificação do termo quilombo foi determinada através do Decreto nº 4.887¹⁷, em seu artigo segundo, foi estabelecido o critério de autodefinição, onde a própria comunidade que se reconheça como um grupo étnicorracial que tenha: “[...] trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003, S/P), possam ser reconhecidos como remanescentes quilombolas¹⁸.

Quando estas comunidades são reconhecidas, fortalecem suas lutas seculares, não só de conseguirem preservar sua cultura ancestral, mas principalmente se refletem em conquistas de direitos territoriais, ou seja, é mais do que a rememoração de um passado como assinala Arruti:

[...] Portanto, o que está em jogo em qualquer esforço coletivo pelo reconhecimento oficial como comunidade remanescente de quilombos são sempre (até o momento) os conflitos fundiários em que tais comunidades estão envolvidas, e não qualquer desejo memorialístico de se afirmar como continuidade daquelas metáforas da resistência escrava e do ‘mundo africano entre nós’, que foram os quilombos históricos. (ARRUTI, 2006, p. 82, grifos do autor).

O Decreto nº 4.887 regulamenta como proceder em relação ao direito a terra pelos quilombolas, através da “[...] identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos [...]” (BRASIL, 2003, S/P).

O território das comunidades tradicionais tem como especificidade serem tituladas de forma coletiva, em nome de uma associação que toda comunidade quilombola precisa criar para reivindicar esse direito, as terras tituladas não podem

17 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: mai. 2018.

18 Ver Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 3.239 de 25 de junho de 2004, que encontra-se pendente no Supremo Tribunal Federal (STF) e busca inconstitucionalizar o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, para que as comunidades remanescentes quilombolas reconhecidas e as que ainda irão ser pelo critério de autodefinição, sejam impedidas de receberem tal título e consequentemente deixem de ter acesso a Titulação de seus territórios e das Políticas Públicas voltadas para estes grupos. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=3239&processo=3239>>. Acesso em: dez. 2018.

ser desmembradas e nem vendidas para que se preserve o direito das futuras gerações¹⁹.

Deste modo, seria possível a lei dar-lhes direito sobre o território ocupado. Portanto, o Decreto nº 6.040²⁰ no artigo terceiro, estabeleceu que territórios tradicionais são: “[...] os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]” (BRASIL, 2007, S/P). No caso dos quilombolas os direitos territoriais são tratados pela ADCT.

Neste sentido, a identificação como remanescentes de quilombos dão às comunidades negras o reconhecimento como “[...] símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra [...]” (ARRUTI, 2006, p. 82). Deste modo, a preservação de suas culturas é um atributo para a formalização da apropriação da terra.

As comunidades negras são centros de preservação da cultura afro. Nestes locais, os moradores mantêm viva várias celebrações e os costumes centenários. A religiosidade, a tradição, o sentido da solidariedade, as formas de uso e preservação do solo, a relação com a natureza, a sabedoria dos mais velhos, as danças, as procissões, os mitos, as lendas e muitas outras coisas estão preservadas; no entanto, tendem a desaparecer com a saída das famílias, pois são manifestações coletivas e perdem o valor com a separação das pessoas ao saírem da comunidade. (FIABANI, 2015a, p. 28).

Adelmir Fiabani reforça a importância da terra para a manutenção da cultura afro, pois suas manifestações culturais são coletivas e quando dispersos por expropriações territoriais podem enfraquecê-las.

O ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada. (LEITE, 2000, p. 349).

19 Dados da Fundação Cultura Palmares. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=46307>>. Acesso em: jul. 2018.

20 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: mai. 2017.

Ilka Leite aponta para a quilombagem contemporânea como uma organização política e instrumento de lutas. E esta pesquisa afirma que as comunidades quilombolas necessitam da titularização das terras ancestrais, para continuarem como categoria social tradicional e manter o direito constitucional de preservação de sua cultura.

2.3.1 Quilombos no Brasil.

A instituição brasileira que lida com a identificação das Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQ) é a Fundação Cultural Palmares (FCP) que define quilombo como:

No Brasil, o termo quilombo é utilizado para nomear os locais de refúgio e resistência dos negros que fugiam dos seus senhores de escravos durante o período colonial e imperial. As comunidades que então se formaram também incluíram, além dos negros escravizados fugidos, indígenas, mestiços e brancos pobres. O mais famoso deles, o Quilombo do Palmares, foi homenageado ao dar seu nome à FCP, criada em 1988 para promover e preservar a arte e a cultura afro-brasileira. (PALMARES, 2017, S/P)²¹.

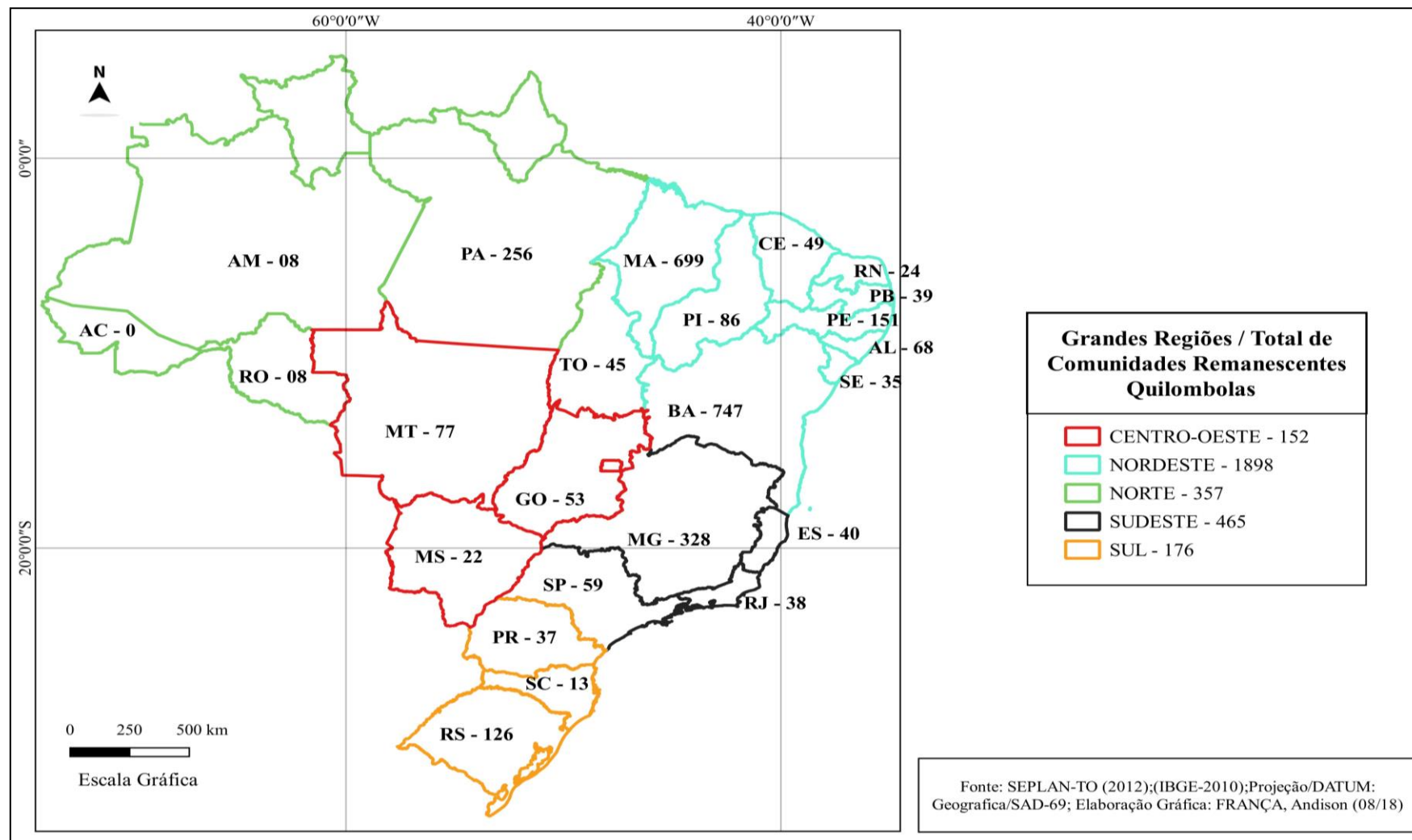
A FCP publicou um quadro das CRQs certificadas até a data de 16 de dezembro de 2017, onde constam 3.048²² comunidades distribuídas entre os estados federados como mostra o Mapa 01, que também aponta de acordo com as regiões como estes grupos étnicos dispõem-se territorialmente no espaço brasileiro: o Nordeste apresenta-se como o que mais agrega comunidades quilombolas com 1.898, seguido da região Sudeste com 465; Norte 357; Sul 176 e Centro-Oeste com 152 grupos.

Atualmente no Brasil as CRQs distribuem-se entre 24 estados federados, apenas Acre, Roraima e o Distrito Federal não possuem comunidades quilombolas certificadas. Dentre os demais estados a maior parte dos grupos étnicos concentram-se nos estados da Bahia com 747 comunidades; Maranhão com 699; Minas Gerais com 328; Pará com 256; Pernambuco com 151 e Rio Grande do Sul com 126.

21 Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=46307>>. Acesso em: jul. 2018.

22 Na somatória do quadro consta a informação imprecisa de 3.051 comunidades. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: jul. 2018.

MAPA 01 – Comunidades Remanescentes Quilombolas no Brasil.



Dados: Fundação Cultural Palmares (2017). Organização: A autora, 2018.

Os demais estados possui menos de cem CRQs cada, dispostas da seguinte forma: Amazonas 8; Amapá 40; Rondônia 8; Alagoas 68; Ceará 49; Paraíba 39; Piauí 86; Rio Grande do Norte 24; Sergipe 35; Goiás 53; Mato Grosso 77; Mato Grosso do Sul 22; Espírito Santos 40; Rio de Janeiro 38; São Paulo 59; Paraná 37 e Santa Catarina 13.

A CRQ Dona Juscelina é territorializada em Muricilândia (TO) e seus membros advêm da região nordeste do país. A líder Dona Juscelina da CQDJ foi a portadora da Festa maranhense trazida para o Tocantins e que é a principal territorialidade do grupo étnico que estudamos nesta pesquisa. Sobre a dinâmica maranhense no período escravocrata Assunção nos explica.

A escravidão africana teve no Maranhão alguns aspectos singulares. Até 1750 o número de africanos escravizados foi insignificante. A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão obteve o monopólio do tráfico da Coroa, e trouxe 12 mil africanos para a capitania entre 1755 e 1778 [...] Desta maneira, às vésperas da Independência, o Maranhão era a província brasileira com maior percentual de escravizados (78 mil, ou 55% da população). Depois da crise de 1817, no entanto, o algodão maranhense encontrou dificuldades crescentes no mercado mundial. Por isso o tráfico transatlântico de escravos para a província se tornou inexpressivo bem antes de 1850 [...] Junto com o Pará, o Maranhão gozava de péssima reputação entre escravos e senhores alhures. Ao ponto de a venda para o Maranhão ser até uma ameaça para punir escravos desobedientes em outras províncias. Não há ainda uma explicação bem estabelecida na historiografia a respeito dessa imagem negativa [...]. (ASSUNÇÃO, 2010, p. 69).

De certo o Maranhão é um dos Estados mais negros do Brasil em razão da intensa escravatura. Com a abolição e a saída das fazendas, essa população se espalhou pelo espaço maranhense.

[...] o processo de apropriação de terra se deu de maneira distinta no escravismo maranhense. Resultou na ocupação de muitas terras por ex-escravos antes e depois da Abolição, as chamadas 'terras de preto', mais numerosas no Maranhão do que em qualquer outro estado. (Op. cit., p. 69-70, grifo do autor).

Matthias Assunção menciona as "terras de preto", que são aquelas em que foram tradicionalmente ocupadas, as atuais CRQs territorializaram-se nas terras devolutas do Estado, que é o caso da CRQ Dona Juscelina, que em um processo de espraiamento chegaram ao Tocantins, após mais de duas décadas de uso social do território, dar-lhes o direito a este grupo étnico a posse de suas terras ancestral.

Desta forma, os trâmites para a titularização das terras ancestrais da Associação Comunidade Quilombola Dona Juscelina (ACQDJ), parte da identificação como CRQ pela FCP que ocorreu em 2010, após esta etapa, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que é responsável pela organização fundiária no Brasil, realiza o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das terras quilombolas, neste processo constam: o estudo antropológico, levantamento fundiário, memorial descritivo e cadastramento das famílias quilombolas. Todo o processo ainda encontram-se em andamento.

Após sua conclusão, os ocupantes não quilombolas das terras serão indenizados para deixarem o território. Por fim, com o título das terras em mãos, os quilombolas poderão ter acesso aos programas sociais federais como estão dispostos no “Programa Brasil Quilombola”²³ a partir da Lei Nº 6.261²⁴ (BRASIL, 2007), porém, neste trabalho não adentraremos nas análises das questões de políticas públicas.

2.3.2 Quilombos no Tocantins.

Até o ano de 2018 o Estado do Tocantins somam 45 (quarenta e cinco) quilombos certificados. Dentre estas comunidades quilombolas, 6 (seis) ainda não possuem processo de titularização inscrito no INCRA e 39 (trinta e nove) estão aguardando sua total finalização até a posse da terra (PALMARES, 2018, S/P)²⁵.

O Mapa 02 mostra as localizações das CRQs tocaninenses, bem como o ano de suas certificações pela FCP. A primeira certificação foi o da comunidade “Lagoa da Pedra” no município de Arraias em 2004. No ano seguinte foi certificada a comunidade “Mimoso” localizada entre os municípios de Arraias e Paranã.

Em 2006 houve um avanço, sendo certificadas mais treze comunidades, citaremos de acordo respectivamente com suas denominações e localização: as comunidades Córrego Fundo e Malhadinha – Brejinho de Nazaré; as comunidades Chapada da Natividade e São José – Chapada da Natividade; Morro de São João – Santa Rosa do Tocantins; Mumbuca – Mateiros; Povoado do Prata – São Félix do

23 Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>>. Acesso em: jun. 2018.

24 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CcIVIL_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6261.htm>. Acesso em: jun. 2018.

25 Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: jul. 2018.

Tocantins; Redenção – Natividade; Projeto da Baviera – Aragominas; as comunidades São Joaquim e Laginha – Porto Alegre do Tocantins; Barra do Aroeira localizada entre os municípios Lagoa do Tocantins/Novo Acordo/Santa Tereza do Tocantins; e Cocalinho – Santa Fé do Araguaia.

Em 2007 não houve certificações, já em 2008 foi certificada apenas uma comunidade denominada Grotão e localizada em Filadélfia. Em 2009 foram certificadas cinco comunidades: Mata Grande no município de Monte do Carmo; Santa Maria das Mangueiras em Dois Irmãos do Tocantins; e as comunidades Ambrósio, Carrapato e Formiga em Mateiros.

Em 2010 foram oito comunidades certificadas, citadas de acordo respectivamente com suas denominações e localização: as comunidades Currallinho do Pontal e Manoel João – Brejinho de Nazaré; Dona Juscelina – Muricilândia; Rio das Almas – Jaú do Tocantins; Lajeado – Dianópolis; Baião – Almas; Ilha São Vicente – Araguatins; e Pé do Morro – Aragominas.

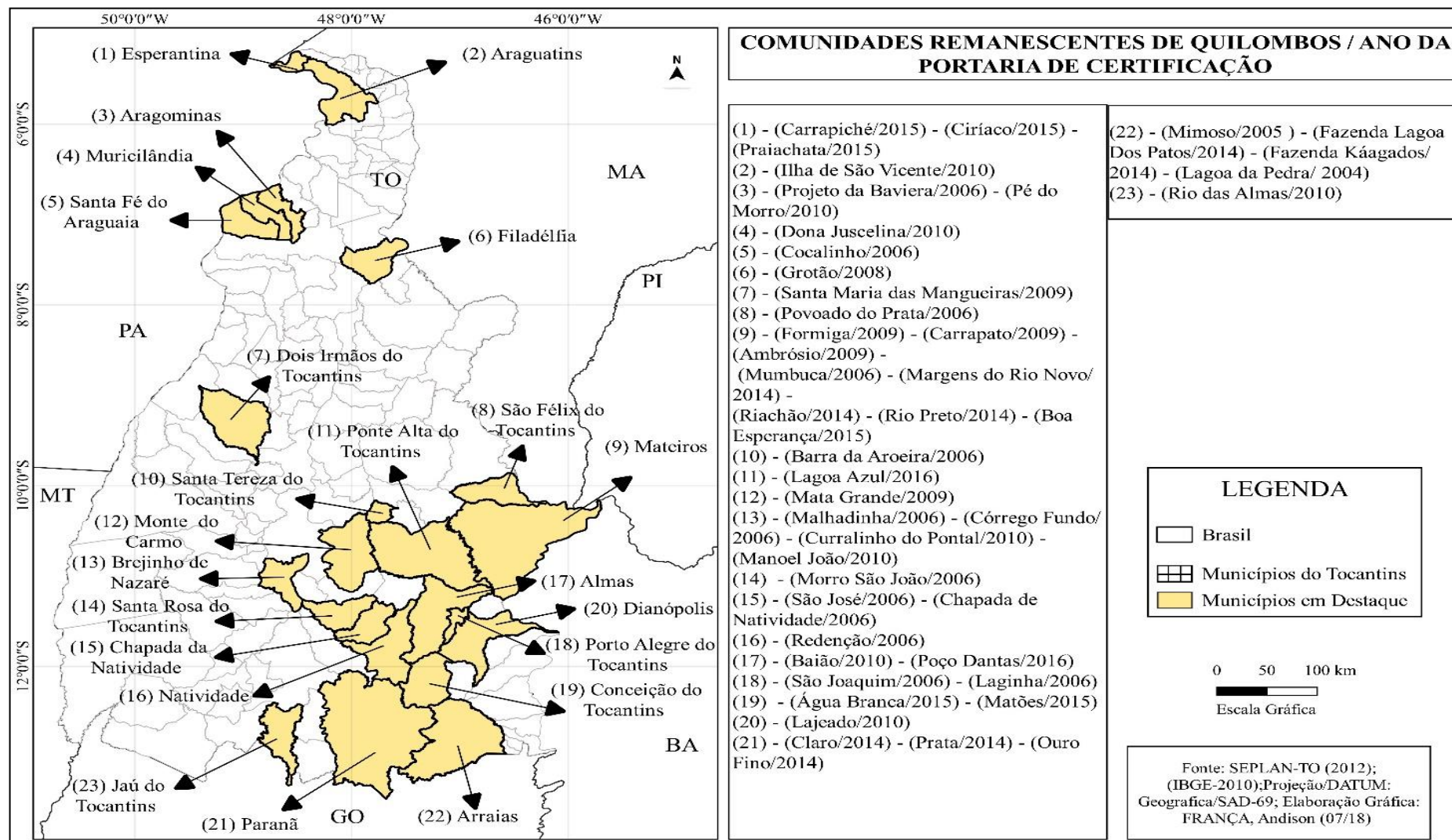
Nos anos de 2011, 2012 e 2013 não houve certificações de comunidades quilombolas no Tocantins. Logo depois em 2014 é que foram certificadas mais oito comunidades citadas de acordo com suas denominações e localizações: as comunidades Claro, Ouro Fino e Prata em Paranã; as comunidades Fazenda Lagoa dos Patos e Fazendas Káagados em Arraias; e as comunidades Margens do Rio Novo, Riachão e Rio Preto em Mateiros.

Em 2015 foram certificadas mais seis comunidades: Boa Esperança no município de Mateiros; as comunidades Água Branca e Matões em Conceição do Tocantins; e as comunidades Carrapiché, Ciriaco e Praiachata em Esperantina.

Em 2016 foi certificada uma única comunidade a “Lagoa Azul” no município de Ponte Alta no Tocantins, da mesma forma em 2017 em que foi certificada a comunidade Poço Dantas no município de Almas.

Em nosso campo de estudo que é a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, no município de Muricilândia, localiza-se na região norte tocantinense, onde também estão as comunidades: Ilha de São Vicente (Araguatins); Projeto Baviera e Pé do Morro (Aragominas); Carrapiché, Ciriaco e Praiachata (Esperantina); Grotão (Filadélfia) e Cocalinho (Santa Fé do Araguaia).

MAPA 02 – Comunidades Remanescentes Quilombolas no Tocantins.



Dados: Fundação Cultural Palmares (2018). Organização: A autora, 2018.

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina (Muricilândia-TO), se autorreconhece como quilombolas e recebeu a certificação de autodefinição como remanescentes de quilombo pela FCP através da Portaria nº 51 de 24 de março de 2010.

Em vinte e cinco de março, às oito e meia da noite, do ano de dois mil e oito foi realizada a reunião que oficializou a criação da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Em 14 de outubro de 2009 a comunidade quilombola recebeu a Certificação de Auto definição, em que a comunidade se auto define como remanescente de quilombo, esse documento foi expedido pelo Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, órgão da Fundação Palmares e em 23 de outubro de 2010 constituiu-se juridicamente a entidade [...]. (BORGES, 2015, p. 14).

De acordo com informações coletadas na Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, há 235 famílias cadastradas, com 830 membros. Onde, boa parte dos membros encontram-se segregados na área urbana de Muricilândia (TO), em razão de processos de expropriação territorial que compõe a maior luta do grupo étnico que trataremos na próxima seção, além de discutirmos historicamente como se deu esse processo de ocupação de terras através da Romaria Negra Popular que culminou com a construção de um território quilombola, e ainda falaremos um pouco da vida de Dona Juscelina, a matriarca quilombola.

3 TERRITORIALIDADE E MATRIARCADO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA.

O estudo de um grupo social de característica tradicional nos leva a ater-nos as suas tradições para entender sua dinâmica. Mas para se compreender as tradições é preciso entender como elas surgiram e se estabeleceram e como acontecem suas exposições.

É nessa dinâmica que as tradições permanecem por gerações, repetindo suas práticas simbólicas e seus rituais com referências ao passado, mantendo os valores de um povo. Sempre que acontecem transformações sociais na sociedade podem surgir novas tradições, pois também é uma continuidade de um passado histórico mantido pela memória social de um determinado grupo, mesmo que haja elementos artificiais.

Sobre memória, entendemos que é uma faculdade que todo indivíduo já nasce dotado, quando transmitida é decisiva para a afirmação do processo identitário, caso haja rupturas “[...] é a sociedade como um todo que se transforma e que conhece uma mudança social sob a forma de desorganização ou mutação.” (CANDAU, 2016, p. 120).

Sendo assim, a memória constrói a identidade, que é um estado individual de cada pessoa, e isso significa que nem todos os membros de um grupo social compartilhem do mesmo estado identitário.

De qualquer forma, os membros do grupo social que possuem o sentimento de pertença de uma dada cultura como defende Saquet (2007), constroem suas espacialidades e/ou territorialidades.

Deste modo, a Festa 13 de Maio, mobiliza uma parte dos membros quilombolas, porém, não toda a comunidade. Pode ser que nem todos os quase mil membros compartilham de um mesmo nível do sentimento de afetividade, confiança e reconhecimento como mantém Saquet (2007), porém, neste trabalho não investigamos as razões pelas quais o rito não consegue mobilizar todo o grupo.

Joel Candau (2016) pondera que as tradições, também se tornam peças da identidade, pois, remete-se a um passado atualizado no presente e legitima aspectos culturais tradicionais que são repassados oralmente de geração em

geração. Caso contrário o autor entende que serve apenas como objeto nostálgico e sem sentido até desaparecer da vida do grupo.

As tradições da CQDJ mantêm a identidade, carregando pedaços do passado, ressignificados no presente. Deste modo, discutiremos a diante, as territorialidades da comunidade quilombola, o processo de territorialização, bem como entender um pouco da trajetória territorial de Dona Juscelina, a portadora da tradição que mais nos importa neste trabalho, a Festa 13 de Maio, um elemento identitário tão caro para os quilombolas do grupo.

3.1 Um povo de cultura afrodescendente funda o município de Muricilândia-TO.

Para entendermos a formação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, é preciso nos remeter a "*Romaria Negra Popular*" como é conhecida pelo grupo, a qual deu origem ao município de Muricilândia (TO), haja vista que é fundado por um grupo de pessoas que carregam traços da cultura afrodescendente e que nesta localidade produzem um território quilombola.

Numa perspectiva antropológica, pensamos suas condutas territoriais e a definimos como territorialidades: "[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu território [...]" (LITTLE, 2002, p. 3).

Para explicar essas territorialidades dos quilombolas, utilizaremos o conceito da cosmografia.

[...] inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (Op. cit., p. 4).

Neste sentido, pensamos que os fatos históricos podem influenciar diretamente nas relações do grupo social com o território, causando fortes mudanças, dentre elas estão os movimentos migratórios, e para cada movimentação é necessário ativar a memória para atender as novas circunstâncias como salienta Little.

A maneira específica como cada grupo constrói sua memória coletiva dependeria em parte da história de migrações que o grupo realizou no

passado. A memória espacial nem sempre se refere a um lugar primordial de origem do grupo, mas pode se modificar para atender a novas circunstâncias e movimentos. (LITTLE, 2002, p.11).

Destarte, é necessário os grupos etnicorraciais estarem constantemente ativando a memória para o estabelecimento da identidade que pode ser construída e reconstruída, o sentimento de pertencimento deve ser constantemente recriado e legitimado.

Neste sentido, a memória territorial pode ser reproduzida gerando novas territorialidades de acordo com cada movimentação. Em nosso caso de estudo, a comunidade quilombola passou por processos migratórios, Borges aponta:

A história de Muricilândia é construída a partir da exegese de dois eventos notadamente protagonizados por negros, a fundação do povoado e configuração histórica da Comunidade Quilombola Dona Juscelina (CQDJ) abrigando negros e negras que se autodefinem como remanescentes quilombolas. (BORGES, 2015, p. 10).

Foi em 1952 que em Muricilândia chegaram os primeiros habitantes, se designando como romeiros e retirantes nordestinos, através de um processo de ajuntamento de pessoas dirigiram-se em rumo desconhecido com a missão de encontrarem as “Bandeiras Verdes”²⁶, que eram terras inexploradas e devolutas, onde o grupo de migrantes as buscavam para estabelecerem-se territorialmente.

Composto prioritariamente por romeiros do “Padim Ciço” ou Padre Cícero Romão Batista de Juazeiro do Norte-CE²⁷, importante líder religioso nordestino

26 Ver Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976). Padre Cícero “[...] dotado de certa cultura e de conhecimentos muito superiores aos daquele meio, seus conselhos, em que sabedoria se aliava a bom senso e finura, e que cobriam todos os aspectos da existência, promoveram a melhoria daqueles que o seguiram [...]” (p. 255). Romeiros de todo o sertão nordestino fluíam para Juazeiro do Norte-CE para buscar uma benção com o Padrinho Ciço ou pedir conselhos. Entre os conselhos de Padre Cícero, se destaca o de encaminhar grupos de pessoas em busca de terras inexploradas (Bandeiras Verdes), mais especificamente em Cariri para a Serra de Araripe e de São Pedro no sertão nordestino. As ocupações coletivas, retalhavam as terras e as transformavam em pequenas propriedades. O termo “bandeiras” explica-se como mutirões para realizar qualquer trabalho; “[...] para corrigir a falta de braços que impedia esta transformação agrícola, reviveu o trabalho em comum [...]” (Op. cit., p. 263).

27 Ver Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976). Líder carismático da Igreja Católica, nascido nos sertões de Cariri no Ceará, viveu entre os anos de 1844-1934. Em 30 de novembro de 1870 foi ordenado padre e se instala em 1872 na cidade que ajudou a fundar, Juazeiro do Norte-CE, onde permanece até 1934 quando veio a falecer. Realizador de milagres nessa cidade, permanece até hoje como um local místico para onde afluem romeiros de outras partes do país.

inspirador do movimento messiânico que cultivava a religião e fé cristã e a busca pela terra, numa alusão bíblica²⁸.

3.1.1 Romaria Negra Popular.

*Tempo bom foi o que passou
Aqui era mata fria
No tempo da romaria
Que o Padre Cicero deixou.*

*Toda noite tinha a reza do terço
De sexta para sábado
Penitência a noite inteira
De sábado pra domingo
Penitência a noite inteira
De domingo pra segunda
Penitência a noite inteira
E as vezes dez rosário
Pra rezar segunda-feira.*

*Dia de sábado não se trabalhava
Segunda também não
Domingo se rezava
Sem falar dos dias santos
E quando a chuva não deixava/E todos tinham fartura
Porque Deus abençoava²⁹.*

A cantiga em epígrafe expressa à cultura religiosa que influenciou fortemente a comunidade negra antes mesmo da fundação do núcleo demográfico que formaram às margens do rio Muricizal. A romaria faz-se presente na Comunidade Quilombola Dona Juscelina até os dias atuais, as penitências já não são tão intensas como dantes, mas acontece sempre.

Os romeiros a definem como “*Romaria Negra Popular*” por conter traços da cultura afrodescendente, seus sujeitos são negros e seguem o catolicismo sincrético³⁰, pois, com a chegada do africano ao Brasil foi-lhe imposta a prática da religiosidade católica, e a mesclagem entre cultura religiosa cristã dos colonos e a africana resultou nessa profissão de fé.

Desta forma, a romaria possui um marcante elemento cultural antropológico citado por Gomes (2016), que é a presença do incognicível, ou seja, o sagrado, que surge mais forte que seu oposto, o profano.

28 A Bíblia no Antigo Testamento relata o movimento migratório dos povos judeus em busca da terra prometida, eram povos sem-terra que buscavam estabelecer-se territorialmente.

29 Título da música: O começo da história. Autor: Manoel Borges dos Santos (*Griô* da CQDJ).

30 Ver Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) e Jaime Pinsky (1989).

O depoente Francisco de Paula Pereira de Sousa é filho de João Francisco de Sousa (o fundador de Muricilândia-TO) que juntou-se ao grupo de romeiros em Araguaína (TO), para manter a história preocupou-se em repassar oralmente para os filhos e para a comunidade detalhes de como ocorreu o processo que culminou com a fundação do município de Muricilândia (TO), além de relatar como era a vida nos primeiros anos quando instalaram-se na localidade.

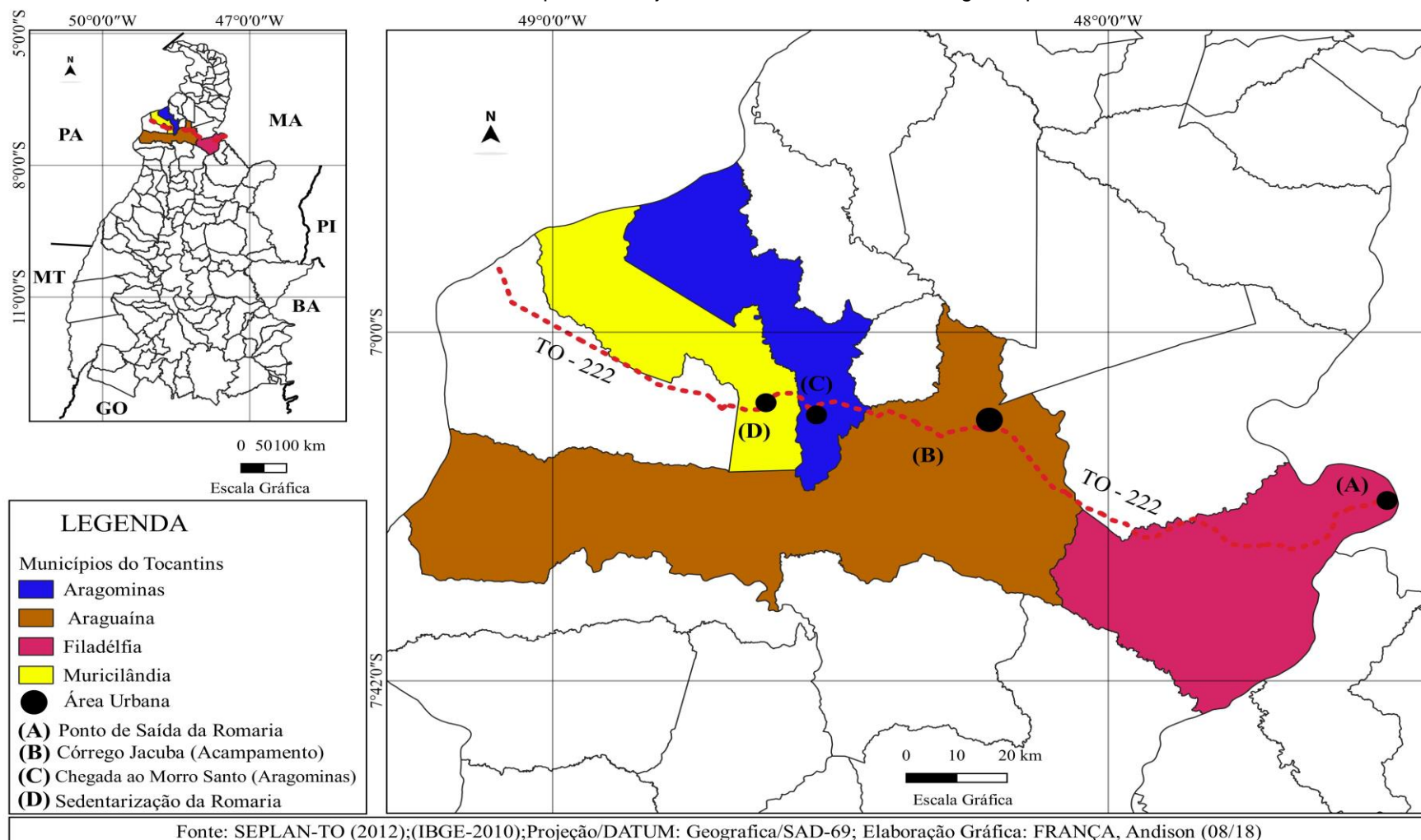
Nos relatos do quilombola percebemos riquezas de detalhes em tudo que apreendeu oralmente numa transmissão de saberes, o escutamos e percebemos que falava como se tivesse vivido tudo que relatou, embora apenas partes fazem parte da sua memória vivida.

[...] Muricilândia, ela começou de uma romaria, ela começou de uma proposta religiosa. Então, em Araguaína apareceu uma senhora, retirante do nordeste, uma beata do Padre Cícero que se chamava Antonia Parnaguá. E essa beata trazia uma espécie de profecias de Padre Cícero dizendo que tinha incumbido ela de descobrir um morro, hoje é conhecido como o Morro da Velha ali em Aragominas. E ela dizia que Padre Cícero tinha mostrado pra ela numa revelação que em cima do morro tinha um cruzeiro, um crucifixo, que segundo nosso pai ele dava mais ou menos um palmo [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

O depoente nos relata que a senhora Antonia Parnaguá, beata e líder do grupo de migrantes, mas que seu verdadeiro nome é Antonia Barros de Sousa, sob – inspiração divina – iniciou a romaria no final da década de 1940 que culminou com a fundação de dois municípios, Aragominas e Muricilândia (TO). No Mapa 03 constam os pontos da trajetória espacial da romaria negra.

O Ponto A – registra a partida dos romeiros do Povoado Brejinho distrito do município de Filadélfia (TO). O Ponto B – a parada do grupo às margens do córrego Jacuba na atual cidade de Araguaína (TO), onde montaram acampamento aguardando o período chuvoso cessar. O Ponto C – apresenta o Morro Santo, onde desenvolveram um núcleo populacional e atualmente é o município de Aragominas (TO). O Ponto D – a sedentarização dos romeiros que seguiram adiante dos que ficaram no “Pé do Morro” e que formaram a CQDJ a partir de um núcleo populacional que atualmente é o município de Muricilândia (TO).

Mapa 03 – Trajetória territorial da Romaria Negra Popular.



Organização: A autora, 2018.

A mulher maranhense que a identificamos como – advinha – pois, Queiroz (1976) argumenta que era assim chamada em algumas áreas da cultura africana a pessoa que era intermediária entre humanos e a divindade, a autora também aponta que não era comum mulheres alcançarem esse posto.

Outra prática comum dos advinhos é o de benzer os doentes, visto que era uma posição de poder e prestígio e por isso típica de homens, mas com o tempo essa hegemonia masculina foi diminuindo.

Com a missão de intermediária entre a divindade e a etnia através de visões e sonhos, a romeira que tinha uma aparência franzina, na faixa etária de 70 anos, negra, viúva, mãe de um casal de filhos e avó de um neto, se torna a mentora espiritual e direciona o grupo de migrantes no trajeto mostrado no Mapa 03.

O primeiro contato da beata Antonia Barros de Sousa com a divindade é relatado pelo líder quilombola Manoel Filho Borges que entrevistou João Francisco de Sousa e nos traz o possível ocorrido com riqueza de detalhes:

[...] Antonia Barros de Sousa um certo dia sai para colher frutos de buriti num brejo arenoso próximo a sua casa, quando levanta a vista como que em um sonho ela vê à sua frente um padre bem velhinho segurando uma bengala, ele a chama e diz: *Filha você que mora nessa casa aí.* Ela responde: *Sim.* Ele continua: *O que que você tem aí.* Ela: *Eu não tenho nada.* Ele: *Tem uns ovos de galinha para comer.* Ela: *Tenho, vamos lá pra casa.* Lá ela cozinha o único ovo que tinha e dá pra ele comer, é nesse diálogo que ela recebe a missão. No dia seguinte a visão se repete. Nas visões que a viúva tinha, um padre (Pe. Cícero) mandava que ela deixasse a região onde morava e se deslocasse com seus filhos e neto para a região da mata do lontra [sic] (hoje Araguaína) e lá se instalasse nas bandeiras verdes (Floresta densa entre o rio Tocantins e Araguaia) [sic] e encontrasse o Morro Santo e o Santo Cruzeiro [...]. (BORGES, 2015, p. 01, grifos do autor).

Assim, a senhora negra crendo na visão, decidiu cumprir com o que lhe fora anunciado e designado para fazer, apenas convidou sua família e se dirigiu para o rumo apontado pela – a guia – (reconhecido como se fosse o Padre Cícero).

Buscamos uma explicação para a experiência religiosa vivida por esse grupo étnico, sabemos que um acontecimento originário a partir da ação divina deu início a esta romaria.

Sob esta perspectiva, Croatto (2001) classifica como – mito – entretanto, não temos nenhuma pretensão de qualificar o acontecimento como falso ou verdadeiro, apenas chamamos de mito o discurso que mobilizou os romeiros.

José Croatto, argumenta que o mito além de ser um discurso, também, “[...] implica uma sequência narrativa, uma cadeia de episódios que configuram um acontecimento determinado”. (2001, p. 210).

No mito, os deuses são os atores, desta maneira, no acontecimento originário a guia é quem consegue mover o grupo de pessoas que seguem o discurso que no caso é o da Bandeiras Verdes.

Neste sentido, a notícia da existência das Bandeiras Verdes se espalhou e a família da beata Dona Antonia, não conseguiu seguir sozinha.

[...] de todos os lados no entorno do lugarejo onde ela residia e até mesmo de lugares mais distantes como Filadélfia, e mais distante ainda como de Imperatriz e outros lugares do Maranhão começam a aparecer pessoas que vão até ela no intuito de ouvi-la e segui-la, outros vão no intuito de comprovar a insanidade mental da mulher, mas o certo é que apesar de não convidar ninguém ela consegue contingenciar um considerável número de pessoas que se preparam para deixar o povoado de Brejinho e rumarem ao desconhecido lugar descrito na visão. Essas pessoas que vinham espontaneamente a ela se juntar eram chamados de romeiros, obviamente romeiros de Pe. Cícero. (BORGES, 2015, p. 01).

Mas a líder do grupo teve sérios problemas com o delegado de polícia que a interpelou algumas vezes na delegacia e em sua residência e não a deixou partir, pois, ameaçava os interesses políticos e econômicos do município de Filadélfia (TO) que perderia uma considerável parcela de sua população, por isso, a beata foi proibida de deixar o local e foi-lhe ordenado que parasse de inquietar o povo.

Ficando impedidos de partir por um período de quase seis meses para cumprir a missão, mas de acordo com os relatos, durante todo esse tempo Dona Antonia continuou a ter visões em que o Padre Cícero a incentivava a continuar.

Para o delegado tais visões tratavam-se de insanidade mental, porém nunca comprovada. O ânimo dos romeiros era seguir para a missão e sabiam que estariam protegidos pelo “Padim-Ciço” como costumam chamá-lo, mas os policiais tentando impedir novamente procuram a beata em sua residência e lá encontram algo que consideraram suspeito.

[...] um litro com a água acinzentada. Após indagarem a origem da água e terem como resposta ouvido que seria uma água benta dada por Pe. Cícero e que esta água deveria acompanhá-la [sic] e sempre que alguém adoecesse ou fosse ferido por algum animal peçonhento deveria tomar um dedal (na linguagem dos romeiros um didalo) [sic] daquela água e ficaria curado [...] (Op. cit., p. 02).

Os policiais não acreditaram se tratar de uma água benzida pela divindade e de seu poder como remédio terapêutico para curar todos os males dos romeiros, ao contrário, pensaram que até poderia ser algo alucinógeno, mas a tal água era milagrosa, então levaram a beata para a delegacia para explicar o que seria e lá ela repete o mesmo que havia afirmado sobre o líquido para o delegado:

[...] Com desdém o delegado diz: “*Se é santo é milagroso, então não quebra*”, com um martelo ele da [sic] uma pancada no gargalo do litro que espedaça [sic] e cai derramando todo o líquido. Nesse momento, o líquido exala um perfume intenso e cheiroso e logo invade toda a sala da delegacia, o delegado fica inerte por uns segundos e depois determina que com um chumaço de algodão recolham um pouco do líquido para análise (nunca se soube o resultado da análise) [...]. (BORGES, 2015, p. 03, grifos do autor).

Em todo o tempo o Padre Cícero (guia-divindade) incentivava sua intermediária a cumprir sua missão e seguir para o Morro Santo do Santo Cruzeiro.

Deste modo, nenhum motivo foi encontrado para impedir a partida dos romeiros que insistiram para que os deixassem ir, mas o delegado só permitiu a partida de Antonia Barros de Sousa junto com sua família e a alertou sobre os perigos da mata densa na direção do Lontra (atual cidade de Araguaína) para qual iria seguir.

Entretanto, os romeiros não queriam mais se afastar da beata e a seguiram, queriam encontrar as bandeiras verdes, assim, conseguiram alcançá-la próximo ao rio Jacuba em Araguaína (TO).

Mesmo depois da partida a polícia ainda a interpelou durante o percurso na tentativa de impedir o movimento migratório do grupo e ainda conseguiu retornar com uma pequena parcela de romeiros.

Desta forma, na trajetória espacial da migração do grupo, no final da década de 1940 inicia-se o movimento da Romaria Negra Popular que contam com sua preparação, impedimentos e partida.

Ao passo que ao saírem do povoado de Brejinho, distrito de Filadélfia (TO), os romeiros chegam às proximidades do rio Jacuba em Araguaína (TO), um trecho de cerca de 100km, ali montam acampamento para aguardarem o período chuvoso e evitar perigos na mata densa (Mapa 03).

Neste momento junta-se ao grupo João Francisco de Sousa, o fundador do município de Muricilândia (TO).

[...] popularmente conhecido como João Paulino, nome que herdara da mãe que se chamava Paulina Conceição de Sousa. Natural de Bertolina no Piauí [sic], nascido no ano de 1920, exímio tocador de sanfona, após uma decepção familiar deixa Bertolina e sai para ganhar o mundo como músico tocando nas regiões próximas à [sic] sua até chegar nessa região mais distante. É então que fica sabendo das intenções da beata Antonia Barros de Sousa e resolve juntar-se ao número de seguidores da beata que aliás alguns parentes seu já estavam ali inseridos como romeiros. Cético às intenções da beata João Francisco de Sousa, agora com 32 anos estava ali mais como músico do que como romeiro, talvez por força da juventude que impulsionava suas ações. (BORGES, 2015, p. 04).

Partiram da área do Rio Jacuba (Araguaína-TO) em 9 de maio de 1952, e em 27 de julho chegam na atual Aragominas (TO) e lá encontram um morro.

O depoente Francisco de Sousa Paulino narra às memórias repassadas por seu pai João Francisco de Sousa e nos explica como Dona Antonia guiou os romeiros.

[...] Ela fez o que nós chamamos aqui de uma equipe, para sair fazendo uma picada [caminho na mata], e o nosso pai deixou claro para nós que a Dona Antonia buscava alguma coisa como se fosse uma espécie de premunição, ela nunca ia à frente da picada, mas ela sempre sabia quando errava a picada, nosso pai dizia que era engraçado, ele e os outros homens iam fazendo a picada e ela vinha atrás, ela acampavam atrás, aí eles saíam de manhã pra fazer a picada, quando eles erravam a direção, que eles voltavam ela dizia que estava errado. Isso era a coisa mais interessante, lembrar que era um tempo que eles não tinham a menor noção de rosa-dos-ventos, norte, sul, leste, oeste. Ela dizia: —olha lá, em tal lugar vocês erraram, vocês tem que entrar tantas braças para a direita. Aí eles se assustavam, inclusive meu pai achava que ela era mística, naquele tempo achava que ela sabia alguma coisa, até quando chegaram em Aragominas [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

Ao chegar no atual município de Aragominas (TO), o grupo de maranhenses e piauienses acamparam às margens de um córrego e chamaram o local de Pé do Morro (Mapa 03). A Fotografia 01 mostra os morros.

No alto do morro maior foi encontrado o crucifixo que o chamam de Santo Cruzeiro ou Cruzeiro Santo.

Fotografia 01 – Morro Santo do Santo Cruzeiro.



Fonte: A Autora, 2018.

O jovem senhor João Francisco de Sousa (João Paulino) no dia seguinte se juntou aos romeiros para subir aquele morro em busca do tal Santo Cruzeiro. Entretanto seu intuito era o de desmistificar a senhora Antonia Barros de Sousa.

[...] Meu pai e outros desconfiaram que ela estava trazendo esse crucifixo, e quando chegassem lá ela ia fazer um truque e tirar o crucifixo das roupas, porque ela usava umas vestes como cigana, veste de romeira, cheias de coisas, aquelas veste de viagem, e meu pai era meio incrédulo, e ela dizia, ela dava as características do cruzeiro, ela dizia; ele é deste tamanho tá assim, assim, assado. Quando chegaram ao morro no dia da descoberta, que eles subiram o morro, meu pai e mais um grupo de 3, 4 ou 5 que estavam mais a frente com ela, foram próximo porque imaginavam que ela ia tirar o crucifixo da roupa, mais não foi, quando eles chegaram lá, distante mais de 20 metros, estava realmente o cruzeiro que ela dizia que estaria, com todas as características que ela dizia que estaria [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

A beata, após o amanhecer, juntou os romeiros, realizaram um ritual religioso e sob suas ordens fez subir também no morro alguns homens vestidos de branco e que levassem consigo foguetes para comemorar a possível descoberta.

Maria Isaura Queiroz (1976) enfatiza que é tradicional romeiros usarem foguetes para anunciar algo.

No alto do morro sob a sombra de um pé de jatobá (ainda hoje a árvore imponente está lá) [sic] a beata Antonia reuni os homens manda que um deles se encoste à árvore com a face voltada para a direção do sol poente e andasse alguns passos a [sic] frente (a distância entre a árvore e o local onde o cruzeiro foi encontrado calcula-se que dê aproximadamente de 30 a 40 passos) [sic], com o olhar fixo na beata João Paulino acompanhava a passos contados o grupo na direção determinada, de repente ela manda que o marcador virasse a oeste e andasse 12 passos, nesse momento ela tira um véu que lhe cobria a cabeça e diz: É aqui. Com um gesto suave ela cobre algo ainda não visualizado por todos, se ajoelha e pede que todos repitam o gesto, lentamente ela levanta o véu e todos visualizam uma pequena cruz de aproximadamente um palmo, desbotada e desgastada pelo tempo cravada na fenda de um lajeiro, ela manda que façam uma cobertura sobre a cruz, simbolizando as Igrejas de Juazeiro no Ceará. Ali rezam e soltam muitos foguetes anunciando a descoberta. João Paulino que presenciara tudo não teve dúvida de que de fato acontecera era autêntico, ele esperava que a beata tirasse a cruz de algum recipiente nas suas vestes e efetuasse o truque, mas não, a cruz que já estava ali a muito tempo de fato apenas foi coberta com o véu que envolvia a cabeça da beata [...]. (BORGES, 2015, p. 05-06, grifos do autor).

Após aquele momento de – descoberta – no alto do morro, João Paulino passou a ser romeiro e devoto de Padre Cícero. “[...] *Meu pai se converteu um pouco aquela romaria, tanto é que ele tomou de conta da igreja foi tempo [...].*” (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018). E essa igreja foi construída às margens do rio Muricizal.

A seguir a beata Antonia Barros de Sousa instrui os romeiros a protegerem o crucifixo como afirma o depoente:

[...] Quando descobrissem o crucifixo havia na profecia dela [Antonia Barros de Sousa] uma palavra de Padre Cícero do Juazeiro que quando um ser humano olhasse o crucifixo ele não podia mais pegar sol e chuva, a partir dali tinham que fazer uma cabaninha e um escapulário de pedra até construir a igreja, que ele não podia mais ficar ao relento na hora que os seres humanos olhassem pra ele[...].³¹ (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

Assim, os romeiros após descerem do morro estavam dispostos a formarem um núcleo populacional, o alto do morro é conhecido como um local místico e para alguns romeiros é a Nova Juazeiro, com alusão a Juazeiro do Norte (CE) cidade de Padre Cícero, e lá foi construída uma igreja para os romeiros rezarem³².

31 O crucifixo desapareceu da pequena capela em que estava protegido do sol e da chuva.

32 Na tradição oral dos romeiros do processo migratório em estudo, entre as décadas de 1960-1970 viveu um senhor conhecido como Manoel Borges dos Santos (também um – adivinho), alguns membros da comunidade afrodescendente dentre os que se instalaram em Aragominas e em Muricilândia criam que este senhor era a reencarnação de Padre Cícero e que o alto do Morro Santo do Santo Cruzeiro é a Nova Juazeiro em alusão a cidade de Juazeiro do Norte-CE, foi ele que liderou a construção da Capela, todos os materiais de construção foram levados por tração humana e

Entretanto, sobre a descoberta do Cruzeiro Santo, há outra versão, acerca desse misticismo que envolve a romaria em direção ao morro.

O depoente Francisco de Paula (filho do fundador de Muricilândia-TO) nos relata que seu pai contava que não havia sinal de exploração na vegetação e que aquele grupo da beata fora o primeiro a provocar modificações antrópicas, e sobre a existência do crucifixo no alto do morro, relata:

[...] Dizem que a mãezinha, que era uma moradora de Araguaína, alguns anos antes dessa descoberta um senhor vindo do nordeste, passou na casa dela, dormiu na casa dela e mostrou pra ela um cruzeiro do mesmo tamanho, do mesmo jeito que foi encontrado no morro e disse pra ela que Padre Cícero tinha o mandado entrar na mata e colocar aquele cruzeiro em cima do morro. Até então, Araguaína era um povoado chamado Lontra. E meu pai foi uma das pessoas que a mãezinha chamou pra ver o cruzeiro do rapaz que estava lá [na casa dela] [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

Porém, o encontro não ocorreu, pois o migrante partiu antes disso e assim houve um desencontro.

O depoente relata que segundo seu pai o portador do crucifixo era nordestino por suas características e que provavelmente era advindo do Ceará, segundo informações disseminadas na época. Para ter certeza, a mulher conhecida como mãezinha mesmo doente foi levada dentro de uma rede ao alto do morro para fazer o reconhecimento do crucifixo:

[...] Com o advento da descoberta do morro, trouxeram a mãezinha alguns anos depois e subiram com ela no morro dentro de uma rede pra que ela conferisse se aquele crucifixo realmente era aquele [portado pelo viajante], e ela disse que era, e ela falou que se não for esse aí, mas é do mesmo, parecido, à mesma coisa [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

De qualquer forma entendemos que a formação populacional de Aragominas (TO) se deu a partir de um mito fundador com pano de fundo de cunho religioso sincrético.

Subir ao alto do místico Morro Santo, tem o sentido de renovação espiritual, no espaço está impresso seus símbolos como a capela romeira.

animal. Tal credence tem relação com o messianismo de Padre Cícero, pois, os romeiros acreditam que “[...] Sua morte foi religiosamente justificada: os pecados do mundo tinham que ser lavados em sangue inocente, Padre Cícero morreu para que tais pecados fossem perdoados, mas ressuscitará um dia em pleno Juazeiro [...]” (QUEIROZ, 1976, p. 267). Assim, surgiram notícias por todo o nordeste de reencarnações do Padre Cícero, sendo o grupo estudado migrantes nordestinos estavam influenciados pela espera desse milagre.

Entendemos que subir ao morro é um ato ritualístico desta romaria negra. “[...] o rito é visual por um lado e socioespacial por outro. Todo ritual exige um grupo de pessoas, um lugar sagrado, objetos e instrumentos, vestes etc. O rito é uma ação que sintoniza com a ação dos Deuses [...]” (CROATTO, 2001, p. 332-333).

O dia 02 de novembro é um marco, os romeiros e seus descendentes sobem o morro, os mais velhos só deixam de subir quando não conseguem mais em razão das dificuldades físicas que a idade traz, pois a subida é íngreme e de mediana dificuldade.

Na capela que construíram fazem suas rezas durante todo o dia e conta com a presença de representantes da igreja católica. Já as penitências, acontecem regularmente nas casas. Deste modo, percebe-se que o rito de subir o morro indica que esta romaria guiada pela divindade (Padre Cícero) tem fundamentos sólidos.

Diante de todo esse processo migratório, a mentora espiritual da romaria e intermediária da divindade, impressionou até os incrédulos com os seus presságios, que chegaram a se converter como romeiros.

[...] ela adquiriu um papel de pessoa como se dominasse milagres [...] Meu pai disse que se assustou duas vezes, ela disse, sem nunca ter pisado lá [durante as picadas]: -Olha vocês estão no lugar errado, lá tantas braças para um lugar tem uma árvore assim, e outra vez foi duas pedras [...] Aí já veio um pouco da admiração [...] ele acabou se convencendo de que ela tinha algum conhecimento, algum dom, alguma coisa e isso permeou a vida da comunidade na fundação [...] aqui em Muricilândia, ela chegou dois anos depois, mas ela criou no imaginário popular um determinado temor [...] por exemplo, ela criou uma situação de medo que as pessoas tiveram que dormir no sótão, porque não podia dormir em baixo, porque ela acreditava que na semana santa as pessoas que eram amigadas os maridos iam virar capelobos³³ [...] Nesse caso aí, a gente nota que ela dominava a comunidade, por ser um pouco mais esclarecida que os demais [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

Essa romaria negra pode ser identificada como um movimento messiânico rústico. “Há um esforço evidente de moralização dos costumes nos movimentos messiânicos, ou pelo menos de imposição de uma disciplina que seja efetivamente seguida [...]” (QUEIROZ, 1976, p. 319).

33 *Capelobo* é um personagem do folclore brasileiro que possui aparência de monstro. “[...] A lenda do Capelobo é muito comum na região Norte do Brasil, principalmente nos estados do Maranhão, Amazonas e Pará. Acredita-se que tenha surgido entre os povos indígenas da região.” Disponível em: <<https://www.mitoselendas.com.br/2017/03/a-lenda-do-capelobo.html>>. Acesso em: set. 2018.

Os fiéis destes movimentos, quando unidos em comunidades, são mais facilmente levados a terem uma vida regrada do que se vivessem dispersos.

Edward Thompson, discute em sua obra os conceitos costumes e cultura, e nos leva a compreensão que os costumes entre hábitos e fazeres vivenciados cotidianamente são elementos que constroem a cultura de um povo, que é o caso do grupo social em estudo. “[...] o termo ‘costume’ foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra ‘cultura’. O costume era a ‘segunda natureza’ do homem [...] (1998, p. 14, grifos do autor). Antes, por volta do século XVIII na cultura inglesa a qual o autor se refere, o que era atribuído ao termo costume, hoje atribuímos ao termo cultura.

Desta maneira, entendemos a Romaria Negra Popular como um movimento que agregou diferentes pessoas que tinham como principal característica serem da mesma etnia, porém eram pessoas de diferentes costumes, elas vão ajuntando-se e formam uma comunidade praticantes dos mesmos costumes, que constroem sobre si uma cultura religiosa produzida a partir do mito e que se transforma em ritos como coloca Eliade.

[...] A função mais importante do mito é, pois, ‘fixar’ os modelos exemplares de todos os ritos e de todas as atividades humanas significativas: alimentação, sexualidade, trabalho, educação etc. Comportando se como ser humano plenamente responsável, o homem imita os gestos exemplares dos deuses, repete as ações deles, quer se trate de uma simples função fisiológica, como a alimentação, quer de uma atividade social, econômica, cultural, militar etc. (ELIADE, 1992, p. 51-52, grifo do autor).

Após o grupo cultural estabilizarem-se ao Pé do Morro da Velha³⁴, recebiam a visita de – Bois encantados³⁵ – então Dona Antonia administrou a distribuição de lotes de terra, Manuel Filho Borges relata este episódio:

[...] Era o período da distribuição dos lotes de terra pela beata aos romeiros, ali deveriam constituir famílias e viverem sem ambição e em total devoção aos ensinamentos da líder espiritual. Ocorre que um certo dia João Paulino se depara com algo que ao seu ver contrariava os princípios deixados por Pe. Cícero, o da partilha comunitária. Ouvi um diálogo entre um porta voz da beata e um outro romeiro, a quem a beata mandava entregar um lote de

34 O município de Aragominas até a atualidade é conhecido como Pé do Morro. E o morro ainda é conhecido como Morro da Velha em referência a beata Antonia Barros de Sousa conhecida também como Antonia Parnaguá.

35 Os romeiros informam que quando chegaram ao Pé do Morro, ainda desprovidos de alimentos, apareciam gado e a beata Antonia Parnaguá dizia que eram enviados pelo Padre Cícero, poderiam retirar o leite das vacas para alimentar-se, mas não era permitido o abate ou então a divindade não mandaria mais os Bois encantados.

terra em um local privilegiado, com boa água e terra fértil, assim se sucedeu o fato a uns e outros não, o que desagradou João Paulino, até aquele momento sequer tinha recebido um lote de terra, é então que manda chamar seu irmão Barnabé a quem confia o que viu e ouviu, naquele momento os dois resolvem se desvencilhar da beata, reúnem um pequeno grupo e em data marcada saíram a procura de um outro local para se estabelecerem. (BORGES, 2015, p. 06).

Desta forma, João Paulino não concordando com a situação, gerou-se um breve conflito de terras, e então se ergue como um líder, se junta a mais sete homens: Barnabé José, Marciano, Abdias, José Pequeno, Manoel Barracão, Zacarias e o jovem João Fernandes, desgostosos com a situação decidem separar-se do grupo.

Desta forma, os rebeldes passam a observar a natureza para decidirem qual direção seguir.

[...] Uma das pistas que eles usaram, foi quando eles saíam, observavam que as caças (animais a serem abatidos para alimentação) se direcionavam em uma direção. Como eles rezavam em cima do morro, em cima do morro eles contemplavam uma nuvem que eles imaginavam que era um rio porque tinha aquela nuvem parada [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

Destarte, em 20 de agosto de 1952 o pequeno grupo parte em direção a nuvem avistada do alto do morro, e pela tarde chegam às margens do rio que o chamaram de Muricizal em razão da presença abundante do fruto Murici.

Ali definiram que seria sua bandeira verde e estabeleceram um campesinato negro, “[...] tinha muita água, terra pra plantar, muito peixe [...]” (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018) e ali esse grupo de romeiros sedentarizou-se (Mapa 03).

Apartaram-se do grupo da beata Dona Antonia, mas foram sob a autorização da mentora espiritual, que mesmo contra a sua vontade, pois queria manter o grupo unido, ainda assim, disse que quem não se engraçasse poderia seguir adiante.

Eram terras devolutas e por isso as ocuparam, aguardaram alguns dias e retornam ao Pé do Morro da Velha (Aragominas-TO).

Ainda naquele ano no período climático propício realizaram a plantação de roças e produziram alimentos.

3.1.2 Território quilombola.

Na colheita das roças o grupo de homens levaram consigo seus familiares, sendo ao todo sete famílias e trinta e três pessoas, então se estabelecem definitivamente na localidade. “[...] a história de Muricilândia foi construída por homens e mulheres simples sob o alicerce da fé [...]” (BORGES, 2015, p. 09).

A relação do grupo cultural com a terra é cosmográfica (LITTLE, 2002), pois, mantém-se viva na memória sua trajetória de ocupação a qual estamos tratando neste trabalho, além de identificarmos a afetividade dos membros quilombolas com a vida rural. O grupo étnico organizou-se em um núcleo populacional às margens do rio Muricizal, e as roças eram divididas em pequenos centros de produção a pouca distância de onde residiam. Cada uma das sete famílias de mesmo nível sócio-econômico obedecia um regime de propriedade do tipo apropriado com forte carga simbólica de cultura tradicional.

A investigação sobre o território da comunidade quilombola em análise nos remete as concepções de Haesbaert (2007) que aponta duas referências em relação ao processo de **territorialização**:

- a) uma com maior carga funcional;
- b) e outra com maior carga simbólica.

O autor ressalta que nenhuma das duas são ideais, pois não se apresentam de forma pura, “[...] território ‘funcional’ tem sempre uma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território ‘simbólico’ tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que pareça [...]” (HAESBAERT, 2007, p. 23, grifos do autor).

Rogério Haesbaert destaca os elementos que melhor caracterizam essas duas referências territoriais, entre elas selecionamos as seguintes:

- a) funcional – processos de dominação com a presença da desigualdade social, o território é apenas um recurso com valor de troca, controle físico e serve para a produção;
- b) simbólico – processos de apropriação, seus sujeitos exercem territorialidade mesmo sem a posse territorial, há multiplicidade de identidades, o território possui valor simbólico de uso, de lar, de abrigo e segurança afetiva.

Entendidas essas concepções, podemos claramente identificar o território da CQDJ com maior carga simbólica-identitária do que concreto-funcional, pois fora constituído sob uma cultura tradicional do campesinato negro.

Desta forma, cada família tinha o seu centro onde colocavam suas roças, a cada ciclo climático mudavam de centro para dar descanso a terra, organizados, nenhuma família invadia o centro dos outros em que se encontrava em fase de descanso, esse sistema vai perdurar por quase duas décadas até iniciarem os processos de expropriação territorial.

O grupo cultural vivia da agricultura de subsistência como o extrativismo do coco-de-babaçu, a caça, a pesca e a troca e/ou venda do excedente. Assim, o rio Muricizal era utilizado para a exportação dos produtos que eram utilizados para escambo ou venda para adquirirem produtos também de necessidade básica, mas que não era possível sua produção na comunidade como nos relata Seu Francisco:

[...] tinha um garimpo de cristal [em Araguaci localizada próxima a jusante dos rios Muricizal e Araguaia], depois Muricilândia passou a ser uma rota do cristal [...] desciam em Araguaína, chegava para Muricilândia, e descia beirando o rio para Xambioá [chegando ao rio Araguaia]. Outra característica também dita por meu pai é que essas famílias produziam legumes, colocavam em canoas, até hoje nós temos um tambor e a última canoa do meu pai, então ele descia mais os homens para Xambioá, o garimpo já estabelecido de cristal, vendia o legume, comprava querosene, açúcar, sal e subia no remo e na zinga que é um pedaço de madeira que empurra a canoa [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

Deste modo, esta tradicional ocupação de terras e uso dos recursos hídricos pelo grupo social étnico fundamenta-se em territorialidades sob o ponto de vista antropológico de Little (2002), que se define através de uma cultura quilombola; usam, controlam e se identificam com um espaço em que o concerne em seu território com valor de uso e marcas do vivido.

[...] Na fundação eles viviam basicamente do extrativismo, só depois foi introduzida a questão do gado, era extrativismo mesmo, os legumes, o básico: arroz, feijão, milho, mandioca, caça e peixe. Foi um povo que dependeu muito do rio Muricizal, nos primórdios da fundação, nesse tempo o rio era piscoso [presença de muitos peixes] [...] e eles dependiam muito da caça, eles tinham a cultura, tinha uns que mariscavam, mariscar era caçar onças e outros animais para vender as peles [...] Minha Mãe [Dona Enequina] e um grupo de mulheres [...] eram quebradeiras de coco-de-babaçu [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

Atraída pela abundância das roças nas proximidades do Rio Muricizal, a beata Antonia Parnaguá se dirigiu até a localidade por volta de 1954, após a primeira visita, fez outras visitas até morar definitivamente, lá faleceu e foi sepultada.

Por causa de sua importante presença, por alguns anos Muricilândia (TO) ficou conhecida como “Murici da velha”.

Sabendo da descoberta do novo lugar alguns romeiros partem para lá, mas não abandonam suas crenças, o próprio João Francisco de Sousa concilia o ser romeiro com o ser político, passa a ser o representante político local, todavia incentiva a prática da romaria do Pe. Cícero no recém fundado povoado de Muricilândia. Como político vai distribui [sic] o povo às margens do rio muricizal e concedendo pequenos lotes de terra aos romeiros que chegavam, em mutirão os romeiros novos moradores do lugar constroem um barracão de palha, é nesse local que as penitências acontecem em quase todos os dias da semana [...]. (BORGES, 2015, p. 08).

Nas bandeiras verdes que se apropriaram, ainda chegaram outras famílias, aumentando a densidade demográfica do local, dentre elas, destaca-se a Família Gomes, da qual Dona Juscelina é membro, também é uma família negra, migrante nordestina e que trazem consigo heranças da cultura de campesinato negro e afrodescendente, inclusive a tradição da Festa 13 de Maio.

Chegam dez anos após a fundação do povoado de Muricilândia (TO), no início da década de 1960, oriunda do Estado do Maranhão se estabelecem no povoado já na área identificada como perímetro urbano, pois, a esta altura as primeiras famílias já haviam sofrido expropriação territorial que logo mais adiante discutimos.

A mentora espiritual do grupo, que fora interlocutora de Padre Cícero (guia-divindade) da romaria implantou como principal aspecto cultural os ritos religiosos, principalmente do tipo “penitências”.

[...] Se rezava quase todos os dias, era de dois a três dias rezando, a madrugada todinha rezando. Na segunda-feira tinha o costume de não trabalhar e não se viajava porque não era um dia bom, todos os dias santos eram guardados. Era costume ter nas portas cruzeiras penduradas [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

Mas a beata deixa um sucessor entre os romeiros de Muricilândia, Raimundo Matos, que também tinha habilidades de intermediar o contato entre as pessoas do grupo e a “divindade”.

[...] Quando alguém ficava doente na comunidade recorriam a Dona Antonia Parnaguá e depois ao seu sucessor Raimundo Matos, ele era estudioso, gostava de leitura e todos buscavam orientações com ele sobre negócios e outros assuntos. Ainda quando criança Raimundo Matos era considerado um menino santo, com dez anos começou a ter visões do Padre Cícero,

quando adolescente começou a beber e a fumar, quando adulto se tornou maçom e depois evangélico, quando aceitou Jesus, se tornando evangélico, disse que a figura que o acompanhava desde sua infância apareceu novamente na mesma forma de sempre, parecida com anjo, e disse a ele que a partir daquele dia nunca mais ele o veria [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

Desta forma, a estrutura social do grupo étnico é estratificada e constituída simbolicamente por todo o grupo, “[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8). Até o presente momento as lideranças do grupo cultural é constituída desse modo.

Quem primeiro ocupou a posição mais elevada, foi a mentora espiritual Antonia Barros de Sousa, por demonstrar habilidades sobrenaturais necessárias para aquele momento, Raimundo Matos não chegou ter a autoridade de sua antecessora. Já no núcleo populacional às margens do rio Muricizal, o senhor João Paulino ascendeu como um líder político, chegando a ser vereador de Araguaína (TO) como representante do distrito de Muricilândia (TO).

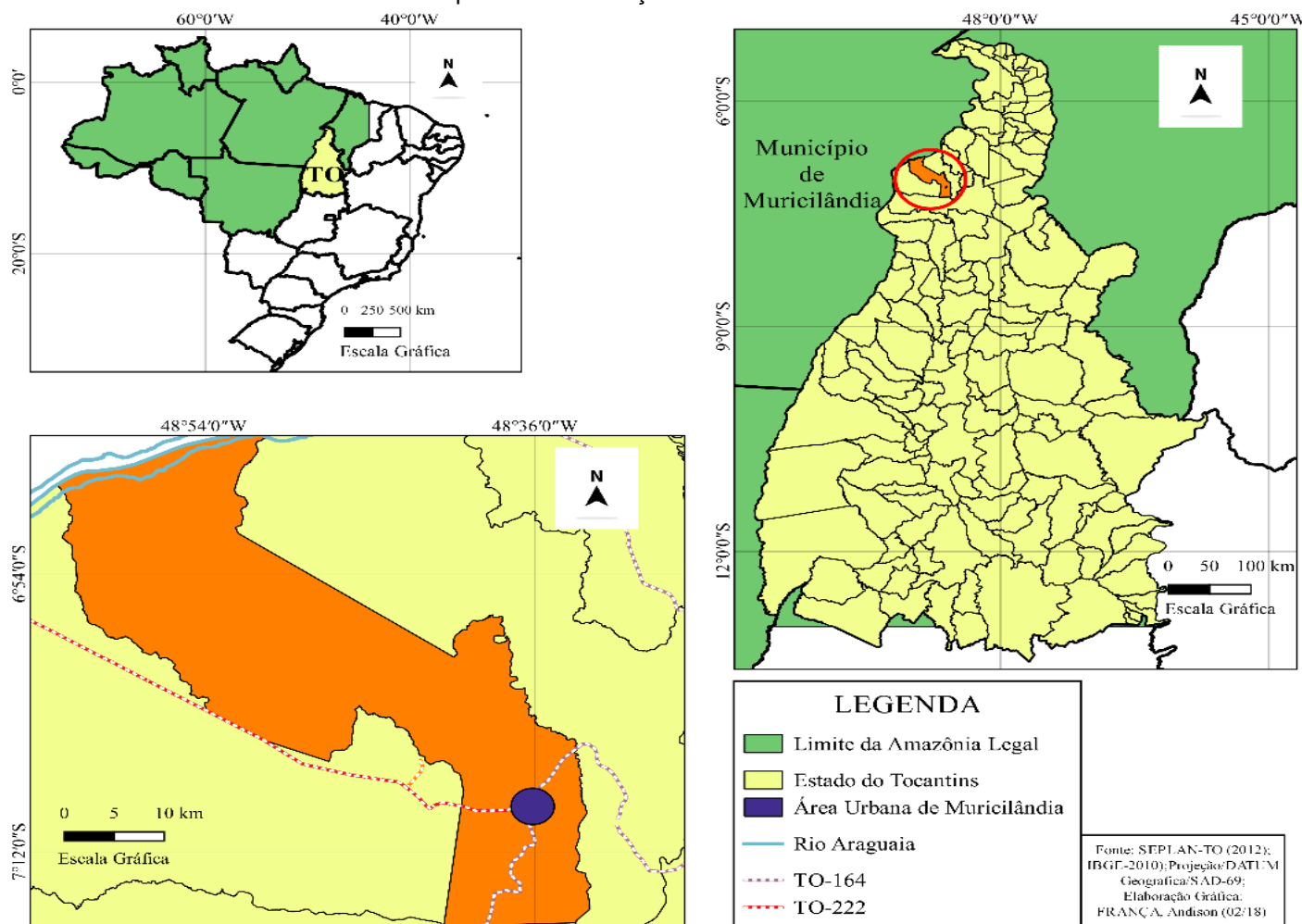
[...] A questão da liderança do meu pai, surgiu por causa disso, era um homem vindo do Piauí, acostumado a trabalhar nos garimpos, conhecia dinheiro, sabia ler um pouco, escrevia carta, então ele sobressaiu aos demais, sendo assim, ele passou alguns anos tomando de conta da comunidade religiosa e quando veio o advento das emancipações de povoados, ele foi o escolhido pelas autoridades de Araguaína para ser a liderança representativa [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

Atualmente essa liderança é delegada a Dona Juscelina, em razão de suas raízes profundas com a cultura negra, com a instituição da Associação Comunidade Quilombola Dona Juscelina foi ascendida como matriarca. Porquanto, a líder também influenciou politicamente e trabalhava em apoio ao líder João Paulino.

[...] Dona Juscelina chegou, já tomou conta das “Alas moças” [mulheres que trabalhavam pedindo votos durante o período eleitoral], aí a Dona Juscelina fazia festa, tinha comício, cantiga, nós pulava, tinha um salão dos jovens, dos idosos, os salões era para brincar, cantar [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

O núcleo populacional, transformou-se no espaço urbano do município de Muricilândia (TO) que foi emancipado em 13 de agosto de 1992 (Mapa 04).

Mapa 04 – Localização de Muricilândia no contexto brasileiro.



Organização: A autora, 2017.

O Mapa 04 aponta a localização de Muricilândia (TO) no norte do Tocantins, destacando sua área urbana, onde encontram-se segregados boa parte dos membros da CQDJ, e destaca sua localização no contexto da Amazônia Legal, visto que o grupo étnico territorializou-se a leste e/ou oriente dessa área que engloba:

[...] à área dos Estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), acrescidos da totalidade do Estado de Mato Grosso e dos municípios do Estado do Maranhão situados a oeste do meridiano 44° O [...] (IBGE, 2018, S/P).

O espaço amazônico foi delimitado pelo governo federal através da Lei nº 5.173 em seu artigo 2º (BRASIL, 1966, S/P), com o objetivo de proporcionar desenvolvimento econômico para a região.

A formação desse núcleo urbano se deu em razão da comunidade quilombola ter sofrido a perda do seu território ancestral, sendo **desterritorializados**, a ação foi provocada pelo o governo goiano, pois na época ainda não havia o surgimento do Estado do Tocantins, e ocorreu através do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT) e pelo INCRA.

Sobre a expropriação territorial da comunidade, o líder quilombola Manuel Filho Borges nos relata como ocorreu:

[...] Vai aparecendo o pessoal, vai chegando aí o pessoal de Goiás, São Paulo, do Sul e vem trazendo os títulos que eles conseguiram no Goiás e esse povo [quilombolas] vai ficando encurralados e aí as áreas vão diminuindo [os centros de produção] [...] De maneira que todos tinham seu pedacinho de terra, os seus centros, mas poucos conseguiram ficar com ele [...]. (Entrevista: Manuel Filho Borges, 2018).

Desta maneira, o território dos quilombolas passou por um processo de “contenção territorial”, pois, estas instituições públicas demarcaram uma área para a zona urbana, onde segregou o grupo social, e uma área para a zona rural que foi dividida em grandes lotes de terras com o propósito de se realizar a organização do território nacional com a dita “reforma agrária” e venderam essas terras.

[...] a problemática da mobilidade tornou-se ainda mais relevante. Poderíamos dizer que o próprio poder, hoje, está vinculado diretamente a quem detém o controle da mobilidade, dos fluxos, e pode desencadeá-los, vivenciando assim sua ‘multiterritorialidade’ [...] e os que ficam à margem desse controle e que, ao contrário, sofrem com as tentativas de

‘imobilização’ – sempre relativa e, portanto, do âmbito da aqui denominada ‘contenção’ territorial. (HAESBAERT, 2015, p. 109, grifos do autor).

Rogério Haesbaert (2015) sustenta que na contenção territorial não é que o Estado consiga enclausurar, mas consegue suprimir, embora que os contidos sempre encontraram outros caminhos para fluírem.

No entanto, durante todo o processo houve **resistências** dos quilombolas em entregar seu próprio território, pois se negavam em deixar as terras. Para apaziguar, as instituições públicas ofereceram a compra de seus títulos. Entretanto, as famílias não possuíam recursos financeiros para comprar a própria terra³⁶.

“[...] lá quem chega com os documentos por exemplo, é o pessoal do sul que não conhecia o local e que chegava lá com o título de terra, porque o governo queria era isso, reforma agrária era dar [vender] um lote para produzir, era um mundaréu de terra, e não levavam em consideração quem já estava lá dentro, aí o pessoal fica encurralado, sem saber o que vai fazer, tem a terra, mas não é dono da terra [...]” (Entrevista: Manuel Filho Borges, 2018).

Portanto, as instituições públicas realizaram a venda do patrimônio sem levar em consideração quem já habitava. Para atendê-los as instituições realizaram uma nova forma de distribuição, através da redução do lote de terra e conseqüentemente do preço, foi assim, que conseguiram suprimir territorialmente os quilombolas.

Com uma única opção, apenas poucas famílias conseguiram ficar em seus centros de produção, isso porque tinham algumas economias e conseguiram comprar sua terra, a grande maioria foram obrigados a vender a custos baixos para quem possuía o título como forma de “gratificação” pelas bem feitorias.

Alguns venderam porque não conseguiram se sustentar economicamente em razão de ter família numerosa e pela falta de terra para fazer girar a rotatividade do descanso ambiental e produzirem seus alimentos, assim preferiram viver no perímetro urbano. Dentre os que foram segregados na cidade, alguns voltavam na condição de empregados na roça dos novos proprietários para tirarem o sustento familiar.

A medida que os possuidores de títulos chegavam, dominavam os territórios apropriados pelos quilombolas. *“[...] Não tinham como ficar lá, pois quando chega o rico de qualquer forma ele vai encurralando a pessoa, vai pressionando e o pobre às*

36 A concretização do plano da classe dominante através da Lei de Terras (1850), porém historicamente grandes latifundiários apropriaram-se de terras devolutas.

vezes não tem o que fazer [...]” (Entrevista: Manuel Filho Borges, 2018). Esse processo inicia-se no final da década de 1950 e consolida-se antes do início da década de 1970.

Desta forma, a comunidade tradicional que culturalmente identifica-se com o espaço rural, e não desenraizada de sua cultura, estabelecem modos de vida que variam entre urbano e rural. Sobre este processo entende-se que “Geograficamente falando, não há desterritorialização sem reterritorialização pelo simples fato de que o homem é um animal ‘territorial’ [...]” (HAESBAERT, 2007, p. 20). Porquanto, foi no espaço citadino que a comunidade **reterritorializou** suas práticas rurais.

Júlio Suzuki (2013) entende que as comunidades tradicionais possui uma profunda relação com a natureza, ou seja, se reproduzem cosmograficamente³⁷. O autor aponta que o modo de vida destes povos respeitam os ciclos naturais além de mitos e rituais relacionados às atividades de produtividade substancial que passa pela sustentabilidade com o uso de tecnologias simples. E todo o conhecimento da lida com os recursos naturais são transmitidos oralmente às futuras gerações. O autor enfatiza que os grupos tradicionais fundamentam-se em duas dimensões:

- a) distanciamento – seus modos de vida estão intrinsecamente ligados a uma relação com a natureza, porém pode haver a presença do moderno;
- b) aproximação – são influenciados pela sociedade urbano-industrial, mas mantém laços com o tradicional.

Nesta direção, entendemos o território da CQDJ carregado de múltiplas temporalidades, onde é possível claramente perceber as dimensões do “distanciamento e aproximação” citadas por Suzuki (2013), há uma mesclagem entre urbano-rural e moderno-tradicional. Andar pelas ruas de Muricilândia (TO) é observar as mesmas práticas de seus ancestrais sendo produzidas em um ambiente citadino.

Deste modo, compreendemos que no município de Muricilândia (TO) há um território quilombola, pois são terras que foram tradicionalmente ocupadas por um povo negro, que culturalmente “[...] expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 25).

37 Ver Paul E. Little (2002).

Por todo o sítio urbano é possível observar plantações (de acordo com o período climático propício) de milho, feijão, mandioca, extração de azeite do coco-de-babaçu, utensílios de palha do babaçu, casa de farinhada entre outros elementos culturais materiais que são essencialmente rurais.

A Fotografia 02 mostra o quintal de um membro quilombola que cultiva hortaliças, utilizando-se de garrafas pets (produto industrializado).

Fotografia 02 - Quintal com plantação de hortaliças.



Fonte: A autora, 2018.

Nesse espaço urbano em que encontram-se segregados, reterritorializaram seus modos de vida³⁸.

Na perspectiva das manifestações culturais imateriais, além de rezar, o grupo também trouxe o Lindô, uma dança de origem afrodescendente.

Também aconteceu durante dois anos no início da década de 1970, a Festa do Bumba-Meu-Boi, “[...] eu ainda tive o privilégio de ver duas vezes a execução, até o dia que a pessoa terminou de pagar essa promessa do Santo Reis e matou o boi,

38 Ver Raymond Williams (1992) e Júlio César Suzuki (2013).

tinha esse costume [...]” (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018). O pagador da promessa era o senhor Chico Valério.

Com a construção da igreja católica em 1955 o povoado recebe um Padre e foi estabelecido o Festejo religioso. Apenas em 1974 surgem duas igrejas protestantes. A depoente Dona Cícera relata:

[...] Toda vida nós aqui dança o lindô, é uma tradição mesmo do lugar [...], era uma das tradições, no Festejo de Nossa Senhora das Graças tinha as princesas, as ciganas, era a única coisa que nós tinha aqui, o lindô e o festejo [...] o pessoal assava abóbora, batata, [tinha] açaí, carne de porco, arroz, bacaba e ainda vendia pro pessoal. Era em setembro do dia 15 em diante, antes da Dona Juscelina era o lindô e o festejo [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

Dona Juscelina traz a Festa 13 de Maio, e reforça os laços com a cultura negra, protagonista nas transferências dessas memórias com teor de ancestralidade africana, por meio da oralidade repassa aos demais habitantes e se ergue como um ícone desse grupo.

3.2 A Matriarca.

Eu quero contar minha vida, que é uma vida que é um romance.³⁹

Dona Juscelina é uma mulher que sabe eternizar sua memória, quantas vezes se aproximar dela para ouvir sua história de vida, ela irá repetir que sua vida é como um romance. Ela sabe o quanto representa para a cultura afrodescendente que deseja manter viva, carrega consigo suas tradições, memórias, saberes e fazeres. Fica satisfeita em deixar registros do seu legado, o qual buscaremos entender.

Durante toda a pesquisa percebemos o quanto ela se sente à vontade em nossa presença, seja filmando, fotografando ou gravando áudio, ela gosta de contar sua história, como afirma a epígrafe desta seção do trabalho.

Uma mulher negra e empoderada, filha de Raimunda e Dionísio, em outubro de 2018 completa 88 anos de vida. Durante o VII Seminário Cultural Afro-brasileiro e Quilombola (VII-SCAbQ) da ACQDJ, disse sobre si mesma: “[...] Nunca tive embaraço, nunca tive apontamento e nem vergonha da minha pessoa, por ser preta,

39 Informação concedida em entrevista por Dona Juscelina (2018).

feia e do cabelo ruim, não, nunca! Eu toda a vida fui positiva [...]” (2018). Mesmo reproduzindo o discurso do racismo estrutural de nossa sociedade, a matriarca demonstra força em não permitir se diminuir como pessoa.

Juscelina é um nome social apropriado pelo povo, a qual foi erguida como matriarca, mas ela afirma que não gosta de ser chamada assim, prefere ser chamada de Lucelina Gomes dos Santos, por ter sido batizada com esse nome. Porém, neste trabalho usaremos seu nome social pelo fato de ela ser mais conhecida dessa forma.

Podemos identificar importantes características da identidade de Dona Juscelina através de seus sistemas simbólicos e sua trajetória socioterritorial: é uma mulher negra, benzedeira, rezadeira, esposa, mãe de uma filha e de filhos agregados, parteira, uma líder imbuída de uma cultura de ancestralidade afrodescendente.

Dona Juscelina é viúva, teve uma filha de seu ventre e criou mais sete filhos e filhas que consanguineamente são seus sobrinhos. Além disso, atuou como parteira em Muricilândia (TO) e nos povoados próximos, em seu discurso no Encontro de *Griôs* com a Juventude Quilombola (EGJQ) disse: “[...] *eu trabaiei 25 anos de parteira, eu sou vó das vós, mãe das mães [...]* minha lista foi 583 crianças que passou nessas mão [...]” (2018). Por isso a matriarca considera-se mãe de pegação⁴⁰.

Dona Juscelina é respeitada pelas famílias que no momento mais difícil, que é o parto de uma mulher em dores, que se sentiram acudidas, pois ela colaborava com o esperado nascimento dos filhos, os nascidos a chamam de Mãe Celina.

Daí podemos considerar que esse respeito pela matriarca é gerado em uma quantidade considerável de pessoas, que a partir dessa relação as famílias iam se tornando compadres e comadres⁴¹ de Dona Juscelina fortalecendo os laços de comunidade.

Atuar como parteira era um trabalho social que Dona Juscelina realizou na comunidade entre as décadas de 1960 e 1980. Sua atuação era extremamente importante, em razão do povoado ser desprovido de serviços de saúde e distante do

40 Durante o parto em que Dona Juscelina realizava, era ela a primeira pessoa a pegar a criança, assim considera-se a mãe de pegação e também assim era considerada pelos nascidos.

41 Dicionário Priberam: Compadres são pessoas que entram num conluio. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/compadre>>. Acesso em: dez. 2018. Comadres são mulheres que assiste aos partos. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/comadre>>. Acesso em: dez. 2018.

maior polo da época, a cidade de Araguaína (TO), além da dificuldade de traslado, condição que se mantém até os dias atuais, porém agora é possível o transporte para encaminhamentos à cidade polo.

Simbolicamente Dona Juscelina passou a ser considerada a grande mãe da comunidade, pois tem fortes laços com a maternidade. Com o advento da Associação Quilombola, era ela quem melhor representava a cultura étnica, de forma que se tornou ícone do grupo, a matriarca quilombola.

O termo matriarca é tratado pela língua portuguesa como a mulher que é a base da família de um determinado sistema sociológico, e matriarcado como a autoridade exercida por mulher sobre uma organização social⁴².

Neste sentido, explica-se o fato de a comunidade de quase mil membros, mais a população não quilombola darem simbolicamente⁴³ a devida autoridade para Dona Juscelina.

Entender a identidade de Dona Juscelina a partir da percepção dos membros quilombolas, nos traz o entendimento de que ela é vista sob diferentes aspectos. A seguir os relatos de quilombolas entre homens e mulheres:

- A) [...] Imaginar que uma mulher semianalfabeta porque ela ler e escreve, e ter dado conta de carregar essa cultura em cima de uma promessa que ela fez para os pais dela e para o tio dela, é claro de que enquanto ela estivesse viva não ia deixar acabar essa tradição, eu a defino como naquele contexto e até quando ela estiver entre nós é a pessoa mais indicada para representar o quilombo [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).
- B) [...] Uma pessoa extraordinária, que traz em si uma bagagem enorme de saberes, uma sabedoria sem igual, é uma pessoa assim que quando eu falo só me vem na cabeça ela porque não há pessoa igual a ela na comunidade, não há pessoa igual a ela no mundo. É uma pessoa corajosa, que traz em si uma resistência, uma vontade de viver, uma vontade de ajudar, uma vontade de lutar, ela não teme a nada, então é praticamente um exemplo para nossas vidas. Eu trato ela como uma mãe, como uma avó, trato ela como parte da família porque eu considero ela como família, considero ela como uma mãe [...] Além de ser uma grande líder, uma grande quilombola, ela repassa para os quilombolas, ela repassa uma força, uma coragem, uma vontade de resistir e de estar ali, de lutar e de ir à luta, então a Dona Juscelina pra mim ela é uma grande líder, uma grande pessoa, é uma mãe pra mim [...]. (Entrevista: Ludimila Carvalho dos Santos, 2018).
- C) [...] Ela é uma guerreira, realmente eu conheço Dona Juscelina desde 75 [1975], até hoje eu vejo assim, ela é forte, ela é de rocha como o

42 Dicionário Aurélio: Matriarca, Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/matriarca>>. Acesso em: set. 2018. Matriarcado, Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/matriarcado>>. Acesso em: set. 2018.

43 Ver Pierre Bourdieu (1989).

peçoal diz por aí. Porque assim, do jeito que ela tem aquela idade, ela nunca deixou a Festa morrer e teve tempo, teve uns anos aí, dois anos anteriores que quase que morria, ficou parado, deu uma parada no geral, nem Festa teve, mas ela continua insistindo [...] parece que foi em 2010 e 2011, deu uma esfriada [...] Teve essa pausa [...] Aí depois tornamos [...] Então a Juscelina, é uma pessoa assim que se fosse caso de fazer um busto, fazer um memorial podia fazer porque ela merece [...] A memória dela não vai morrer não, ela vai sair daqui mas vai ficar a marca, Dona Juscelina matriarca do quilombo. Ela foi já antes de ser matriarca, recebeu esse título depois né, mas ela já trabalhava para as pessoas, interagindo, ela era parteira [...] Acho que as mulheres aqui quase tudo já passou pela mão dela, é uma forma de estar fazendo algo pela sociedade [...] Ela é uma pessoa maravilhosa, a gente se chama de comadre porque ela foi minha parteira, a minha filha foi ela que trouxe ao mundo, não fui em hospital. Eu tenho vivo assim que é como se fosse uma mãe né, porque quem faz isso faz uma coisa muito importante na vida de uma mulher, porque quem já teve filho sabe o tanto que é difícil essa situação, então ela já fez isso por mim. Eu considero ela como amiga [...] É uma pessoa doce, ela é uma guerreira, não tenho muitas palavras [...] Uma pessoa forte, uma pessoa que tem muita vontade de viver, vontade de ver as coisas melhorarem continuar nos eixos, nos trilhos, a preocupação maior dela é não deixar morrer [...]. (Entrevista: Maria Bartolomeu N. Alencar, 2018).

- D) [...] Uma pessoa que a gente tem muito respeito por ela, que ela que enfrenta assim esse 13 de Maio, Reis e Divino [...] ela é uma pessoa boa, mas é meio agitada, sem paciência [...]. (Entrevista: Rosa Mirtes Pereira de Sousa, 2018).
- E) [...] Eu acho ela uma pessoa guerreira, uma pessoa disponível, ela chegou aqui em Muricilândia ela não teve negócio de se intimidar, ela arregaçou as mangas e trabalhou, ajudou em tudo, principalmente nos partos, aquela mulher tem trabalhado viu. Deus tem segurado ela com muito amor, eu acho que é por causa disso, assim, porque ela fez muita caridade. Ela vivia mais o esposo dela muito bem, ninguém não via eles brigando [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).
- F) [...] Eu posso contar Muricilândia, e fazer um recorte temporal em duas fatias, antes da Juscelina e depois da Juscelina, antes da Juscelina se trabalhava e rezava e muita reza, muita penitência. Quando a Juscelina vem, ela rompe isso aí, apesar dela também ser religiosa, mas ela agrega um outro fator que é a dança [...] No meu ponto de ver a Festa 13 de Maio foi um divisor de águas né, e que marcou o início dessa construção de identidade. Muricilândia não tem uma identidade construída a partir dos fundadores, a identidade de Muricilândia está sendo construída a partir da intervenção da Dona Juscelina [...]. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).
- G) [...] Pra mim é um símbolo de resistência né, e de orgulho pra todos nós que somos da comunidade de Muricilândia, ela é um símbolo que a gente tenta se espelhar e respeita e até deve uma certa servidão a ela, porque a partir dela tantos outros quilombolas conseguiram muitos recursos, principalmente pra gente que somos acadêmicos e tudo mais, é a partir do quilombo, a gente teve vários benefícios aqui dentro da universidade. Então pra mim principalmente, ela é um símbolo de resistência, e ela é uma guerreira né, e deve ser respeitada, não só pela gente que é quilombola, mas acho que até mesmo quem está de fora [os não quilombolas] pela sua história de luta né [...]. (Entrevista: Sallomão Israel Chaves Borges, 2018).

Os relatos dos membros quilombolas nos faz entender a grande importância de Dona Juscelina para a comunidade e como esse povo a veem de diferentes pontos de vista, após decodificá-los podemos perceber quais aspectos são mais percebidos, assim, elegemos os termos que mais fazem sentido para expressar o que pensam: a) Resistência; b) matriarca; e c) matriarcado⁴⁴.

- a) Resistência; aparece menções em seis das sete entrevistas (A, B, C, D, F e G), nem sempre no sentido literal, às vezes no sentido da significação. Os quilombolas expressaram que Dona Juscelina traz em sua história de vida aspectos de uma mulher negra que esbanja força e empoderamento, traz a memória do cárcere e um discurso de resistência a ele. Fiel à promessa de continuar uma tradição da cultura afro, luta para solidificá-la no grupo étnico e que apesar das dificuldades nunca desistiu, os quilombolas a veem como um grande exemplo de pessoa imbuída da cultura afrodescendente e um modelo a ser seguido.
- b) Matriarca; em três das sete entrevistas (B, C e E), percebemos uma intensidade de sentimentos ao falar que reconhece Dona Juscelina como alguém muito próxima, como uma amiga, como se fosse alguém da família, ou melhor, como uma grande mãe. Tais expressões partem de mulheres que principalmente levam em consideração a importância do trabalho social de parteira que Dona Juscelina realizava. Desta forma, a reconhecem como a base do sistema sociológico que é a comunidade, a matriarca sustenta o grupo pela transmissão da herança de saberes e fazeres ancestrais aos mais jovens.
- c) Matriarcado; aparece nas sete entrevistas (A, B, C, D, E, F e G), pois denota o reconhecimento simbólico de Dona Juscelina como líder do grupo étnico, é por sua força e poder que tem relação com suas identidades de alguém resistente para proteger sua cultura, ela tem conseguido amalgamar o grupo através da tradição de três festas que aprendeu desde a sua infância na comunidade negra maranhense, assim consegue mobilizar seu novo grupo étnico em Muricilânida (TO) por décadas praticando o fenômeno cultural de

44 Sempre que tratarmos Dona Juscelina de matriarca, estamos nos referindo a ela como uma grande mãe e quando a tratarmos de líder estamos nos referindo ao seu poder simbólico de matriarcado.

teor afrodescendente e conseqüentemente estabelecendo seu matriarcado.

São nestas perspectivas que identificamos a transição entre três identidades da matriarca quilombola. “[...] O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente [...]” (HALL, 2006, p. 13, grifos do autor). Entretanto, no caso de Dona Juscelina percebemos uma transição identitária, mas que são plenamente coerentes e nada divergentes.

Nesta direção, temos a compreensão de como uma mulher negra e religiosa emerge como uma líder de um grupo étnico, o sentimento de orgulho negro é permanente em Dona Juscelina, o poder do seu matriarcado mantém o grupo amalgamado.

[...] As ideias vem [...] mas quando elas chegam, a gente vem e descarrega aqui, vamos discutir, nada é feito sem passar pelo crivo dela [...] reúne mais pessoas [...] e vai discutindo [...] mas onde primeiro chega é aqui na Dona Juscelina [...]. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

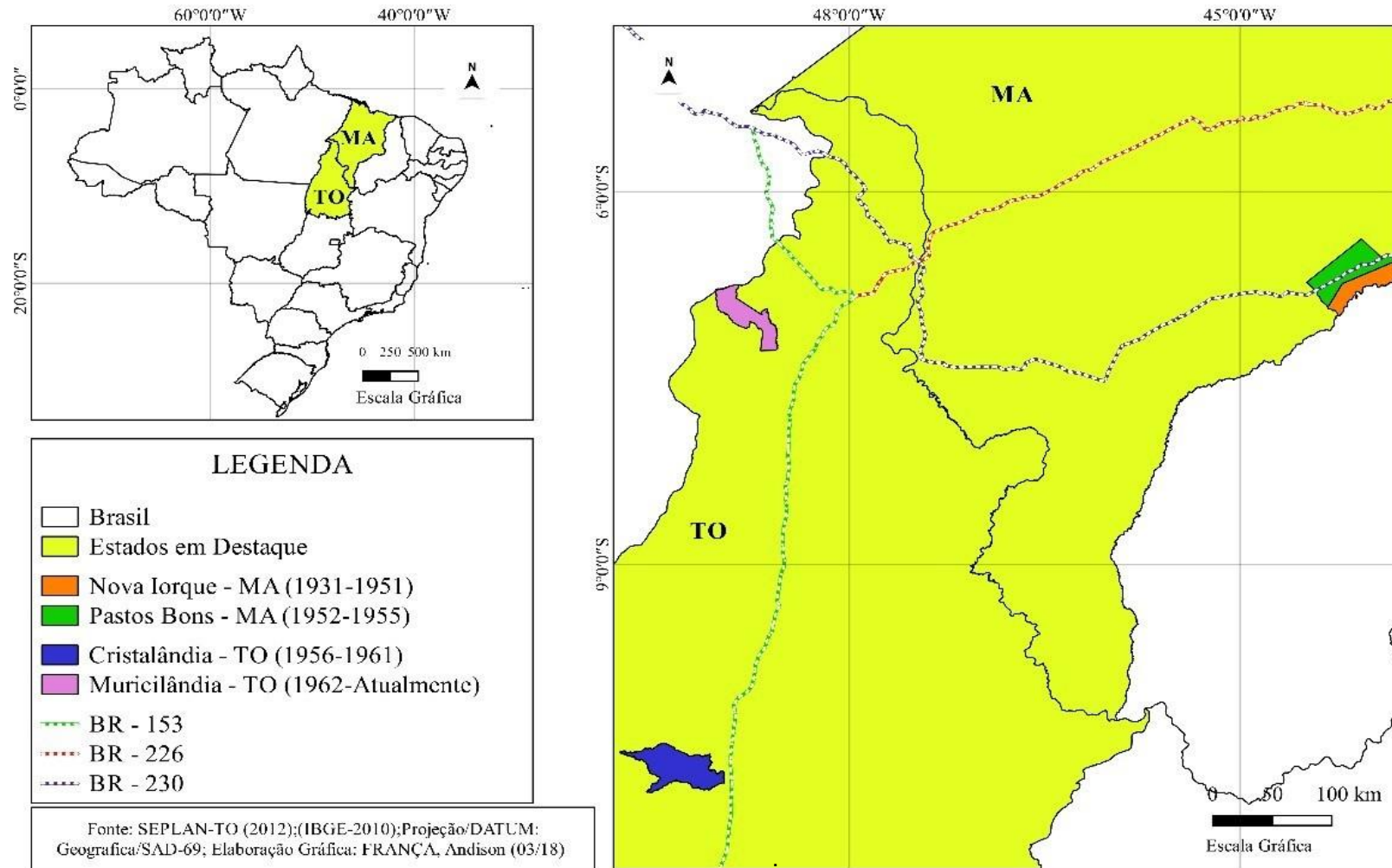
Em janeiro de 2018, em razão de questões internas de tomada de decisões na comunidade, a matriarca desabafou:

[...] Eu sou uma pessoa que ajuda qualquer um na minha comunidade [...] teve uma grande preocupação minha porque tava tudo, não tava bem firme né, tava embaraçado, eu quero perfeitamente cuidar, quando eu fui olhar, um puxava pra um lado, outro puxava pra outro e é assim, mas graças a Deus. Eu me preocupo demais, a minha comunidade eu me preocupo demais [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Notamos que a matriarca tem muito gosto em cuidar dos membros quilombolas, por toda a sua luta em prol da manutenção de sua cultura, que não é pouca coisa, sua memória será sempre eternizada no meio do seu grupo, como consta nos relatos dos quilombolas.

O Mapa 05 mostra a trajetória territorial de Dona Juscelina, onde tentaremos entender seu comportamento identitário. Nascida no município de Nova Iorque (MA), morou em Pastos Bons (MA), depois em Cristalândia (TO) e por fim em Muricilândia (TO).

Mapa 05 – Trajetória territorial de Dona Juscelina.



Organização: Manoel Filho Borges e a autora, 2018

Em Nova Iorque (MA), nasce Lucelina Gomes dos Santos mais conhecida como Dona Juscelina aos 24 de outubro de 1931 (porém ela afirma ter nascido em 1930, e afirma um erro no registro do cartório).

É neste município que vive sua infância e parte de sua juventude até o ano de 1951. Nesta localidade, Dona Juscelina estudou até o terceiro ano das séries iniciais e aprendeu a ler e escrever, recebe de sua família uma educação cristã católica sincrética e também é ensinada nos costumes e hábitos da cultura afrodescendente.

A líder quilombola tenta lembrar que provavelmente a partir de seus sete anos de idade passou a participar da Festa 13 de Maio e se auto denomina como uma brincante.

A Festa era realizada por seu tio Claro Preto do Saco, que transfere as suas memórias do período escravocrata para os mais jovens, mas a elege para entregar a missão de continuar com seu legado.

Em 1948 Dona Juscelina se casa no civil, mas o matrimônio dura apenas três meses, e resultou em uma gravidez que só tomou conhecimento após a separação, em seu relato disse que o ex-marido era um homem muito ruim e que ela não aceitava conviver com suas maldades, após separar-se nunca mais o viu e no ano seguinte 1949 dá a luz a única filha de seu ventre.

Em 1952, Dona Juscelina muda-se com a família (pais, irmãos e sua filha) para o município de Pastos Bons (MA) onde residem por três anos. Lá se casa pela segunda vez, agora com o senhor Cristino Lopes, e afirma inúmeras vezes que este marido a fez muito feliz e viveram 60 anos juntos até seu falecimento em 2011.

Nesse período que a matriarca viveu em Pastos Bons (MA), dedica-se exclusivamente à família e sempre lembra nostalgicamente que esse esposo foi seu grande companheiro para ajudá-la na realização das Festas, embora carregasse a missão entregue por seu tio, ainda não se sentia preparada.

Na Fotografia 03, Dona Juscelina está com vestes brancas, junto aos santos aos quais presta devoção, suas divindades. No teto estão pendurados seus tambores que trouxe para Muricilândia (TO), porém não visíveis na foto.

Fotografia 03 – Dona Juscelina junto ao seu altar de devoção.



Fonte: A autora, 2018.

A religiosidade está sempre presente em todas as atividades de Dona Juscelina, presa ao cativo do cristianismo imposto aos seus ancestrais que em ato de resistência não aceitaram, mas foi preciso negociar⁴⁵, assim, resultando no catolicismo sincrético o qual herdou, seu sincretismo a faz sempre vestir o branco, isso é muito comum, em todos os encontros que tivemos com a matriarca ela estava com uma peça de roupa branca, uma *griot*⁴⁶ quilombola explica o motivo.

[...]Esse povo mais velho, eles tem umas devoções [...] Você pode observar que ela anda de branco, ela anda com esses panos brancos, aquilo ali é as devoções. O altar lá, você pode olhar que é tanto santo [...] O branco sabe porquê? Ela tem os santos na companhia dela [...] E os santos protege a pessoa [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

Após migrar do Maranhão para o Tocantins, Dona Juscelina ainda não se sentiu motivada em manter a Festa 13 de Maio.

45 Ver Stuart Hall (2003).

46 *Griôs* são os anciãos do grupo social que transmitem seus saberes e fazeres através das oralidades.

[...] De minha terra [...] pra Cristalândia, cidade, mas era garimpo, lá eu nunca fiz um festejo, porque eu achava muito desconveniente, e lá era uma cidade, mas era garimpo e todo dia morria gente, aquilo não me interessei [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Em 1959, Dona Juscelina visita uma irmã que morava em Muricilândia (TO), permaneceu com ela por dois meses. Por ter gostado tanto da localidade, ao retornar para Cristalândia (TO), manifestou para sua família o interesse de mudarem para às margens do rio Muricizal.

Após longa insistência consegue convencer sua família e principalmente seu pai a efetuarem o processo migratório. Mesmo sendo uma mulher casada, o ancião da família é quem mantinha a autoridade e assim os demais respeitavam. Dona Juscelina relata:

[...] Quando foi em 60 [1960], eu vim aqui visitar uma irmã minha que morava aqui dentro dessa mata. Aqui era mata quando eu cheguei. Aí toda a vida eu fui interesseira pra ter as coisas, sem ser mandada por ninguém, aí o certo é que eu fui e voltei lá [voltou para Cristalândia cidade onde estava residindo com a família e disse]: –Papai, pra você saber eu me engracei demais, é uma mata, mas eu queria que nós mudasse pra lá. [O Pai]: –Minha fia eu criei vocês foi dentro de cidade, eu não tenho costume de interior [...] Eu fui levando o véi [...] até que chegou o dia dele dizer: – Minha fia você quer ir? Eu vou! [...] O certo é que eu entrei praquí no dia 02 de outubro de 62 [1962], isso aqui era mataria, eram contadas as casinhas, até a igreja da padroeira era de palha [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Em 1962 chega em Muricilândia (TO) a Família Gomes, logo Dona Juscelina se alia a João Paulino para buscarem reconhecimento político para o povoado e proporcionar o desenvolvimento local. Sobre sua chegada a matriarca relatou no EGJQ:

Em primeiro lugar, saí de minha terra em 56 [1956]. E em segundo entrei aqui no Murici da Velha [alusão a beata Antonia Barros de Sousa], era Murici da Velha em 62 [1962], assim se contavam as casinhas, então a Lucelina lutou junto, ombro a ombro mais João Paulino [fundador de Muricilândia], esse aí que entrou aqui primeirinho, quando eu entrei ele já tinha aqui dez anos. (Dona Juscelina, 2018).

Desta forma, estes primeiros habitantes do povoado, trazem consigo heranças da cultura negra e afrodescendente e memórias do cárcere. São praticantes da Folia de Reis e da dança Lindô e na localidade Dona Juscelina achou

propício e então estabeleceu a tradição de três Festas: **Festa de Santos Reis, Festa do Divino Pai Eterno e Festa 13 de Maio.**

*[...] Aqui tudo que tem é a Lucelina que botova. **Eu festejo o Divino Espírito Santo, eu festejo os Santo Reis, andando nas casas visitando com o meu santo. Sou romeira do Padre Cícero, Sou romeira do Divino Pai Eterno, tudo isso eu já fui a romaria deles [...]** O lindô foi criado aqui [...] com muito tempo que chegou esses negradinhas e entraram pra lá, a força de negro, mas não tinham produção, não tinham conhecimento, andavam só de muda morando nos interior. E eu, fui nascida e criada dentro da cidade e já tinha tudo isso lá. Eu tinha lindô lá na minha terra e aqui cheguei e botei também [...] Já brincava o lindô, a roda de São Gonçalo, a roda de São Benedito [...] **Toda brincadeira, toda festa, todo alegrão aqui era a Lucelina na cabeceira.** (Entrevista: Dona Juscelina, 2018, grifo nosso).*

Dona Juscelina expressa que apesar do povo negro e de cultura afrodescendente que encontrou em Muricilândia (TO), estes não tinham nenhuma manifestação cultural que exigissem uma produção para acontecer. Esse fato é explicado pela presente cultura religiosa que predominava na comunidade, até a dança do lindô não era muito praticada, pois as rezas tinham prioridade.

A inserção de Dona Juscelina na nova comunidade que passou a habitar, causa uma ruptura de tradição, do costume de rezar para o costume de festa com reza. A líder traz para a localidade o que chama de **Alegrão**, que ao nosso ver é uma memória do cárcere, pois mesmo com a imposição da religiosidade cristã, os povos africanos são culturalmente alegres e na historiografia da escravidão mostra que haviam festas nas senzalas ao som de batuques de tambores.

As Festas são práticas que neste caso também a entendemos como ritos, e que são de grande expressividade da cultura negra, solidificando a construção de uma identidade afro.

3.2.1 Festa de Santos Reis.

Dona Juscelina herdou de sua família a fé católica sincrética, e mantém viva suas tradições religiosas, como a Festa de Santos Reis ou Reisada, assim é chamada a festividade religiosa que acontece no período noturno, desde Nova Iorque (MA), a matriarca acompanhava os ritos e aprendeu a rezar o terço com dez anos de idade, seus aprendizados replicou por onde passou até chegar em Muricilândia (TO).

[...] Lá da minha terra mesmo eu assistia no Maranhão [...] Eu pedia a papai, desde mocinha mesmo e quando andava cantando aquele pessoal cantando, aí chegava alta noite, de madrugada, chegava lá e nós ia receber, eu pedia a papai que ele deixasse eu acompanhar [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Todos os anos a matriarca realiza a Reisada, fruto de uma promessa que fez na década de 1960 em prol da saúde de uma de suas irmãs que ficou sã, e desde que chegou em Muricilândia (TO) cumpre seu voto. *“[...] Eu saía minha divindade e o Boi e a Burrinha pra dançar, animação, isso era uma santa missão [...]” (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).*

A reisada possuía caráter de reza com festa, mas lamenta que com o tempo a comunidade deixou de se alegrar com a brincadeira e os mais velhos que ainda seguem com o ritual tem suas limitações físicas.

[...] Hoje em dia tá tudo diferente, eu não boto um Careta nem numa reisada eu não boto um Careta [...] De primeiro, só cantava reis depois que todo mundo tava deitado [durante a madrugada], pra cantar e levantar [e acompanhavam o grupo], mas hoje a gente vai cantar cedo, aí é obrigado mandar entrar pra dentro e fechar a porta [...] Hoje já tem só vaidade, é sem-vergonhice demais [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

A *griot* Cícera Vieira de Almeida relata suas memórias de como era a Festa desde a década de 1970.

[...] A Dona Lucelina [...] ela cantava os reis, então no reis dela tinha a Burrinha, tinha a Catirina, tinha os Caretas e o Boi. Então, quando chegava numa casa, aí a Dona Lucelina: –Vocês aceitam que os personagens dançam, apresentam? Aí quem tinha dinheiro, falava assim: –Eu quero, todos os personagens [...] a Catirina era alta, finona com um [...] [adorno] na cabeça, “êh, mais eu tinha medo”, ela corria atrás da gente, e a Burrinha era redondinha, a roupinha bem bonitinha, enfeitada com [...] papel de cigarro, de balinha, enfeitava a roupinha, e os Caretas também, os Caretas parece que era até mais engraçado que os de hoje [Os romeiros de Aragominas ainda realizam Reisadas com os Caretas], e o Boi [...] Aí começava, a Dona Lucelina começava a cantar, aí vinha a Catirina, a Burrinha, aí vinha os Caretas e começavam a dançar, aí de repente começava outra música, aí o Boi ia entrando de marcha lenta, moço mas era bonito naquela época, acabou [...] Quando era no final da Festa da Dona Lucelina que ia matar o Boi [...] a gente chorava na hora da morte do Boi [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

A quilombola relembrou saudosamente essa Festa e afirma que eram mais alegres que hoje. A opinião de Dona Cícera se dá em razão de que atualmente Dona Juscelina segue com sua Reisada, mas com um sentido mais de rezas do que

de Festa. Este fato justifica-se porque a matriarca não consegue mais administrar toda a produção para realizar a Festa como antes, e até o momento não conseguiu estabelecer sucessor ou sucessora para continuar com o trabalho, embora alertamos que a jovem Ludimila Carvalho dos Santos (15 anos) tem acompanhado Dona Juscelina nas rezas e penitências romeiras apreendendo os saberes e fazeres religiosos.

Na celebração da Reisada de 2018, aconteceu a reza da novena desde a noite de natal e depois seguiu com a penitência no dia 06 de janeiro, que na tradição cristã é dia dos Três Reis Magos⁴⁷ que visitaram e presentearam o menino Jesus. Os romeiros celebraram nos últimos três dias, véspera do dia de Reis, a visitação nas casas, surpreendendo os residentes. Ao cair da noite e com estouros de foguetes, o grupo de celebrantes põe-se as portas da vizinhança, como mostra a Fotografia 04.

Fotografia 04 – Ritual de visitação domiciliar na Festa de Santos Reis.



Fonte: A autora, 2018.

47 O Reisado chegou ao Brasil através dos colonizadores portugueses e celebra o nascimento do menino Jesus. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=217&Itemid=1>. Acesso em: dez. 2018.

No dia 06 de janeiro, o primeiro a ser visitado foi o Seu Carlindo (*griô* quilombola) que encontrava-se recolhido em seu leito, após os celebrantes finalizarem o ritual da cantiga de reis em sua porta, o *griô* abre a porta e sorridente pergunta a *griot* Dona Juscelina “*quer namorar é?*”, após arrancar sorrisos do grupo doa a esmola de R\$ 2 que servirá para a compra dos ingredientes do banquete.

Imaginamos as lembranças que os dois *griôs* se remeteram, pois conversar com os mais velhos da comunidade é ouvir sobre suas carinhosas lembranças do tempo em que eram jovens e tão empenhados participavam das festividades do grupo. Percebemos que atualmente são prioritariamente os anciãos que seguem mantendo a tradição.

O ritual começa na porta do visitado e que precisa estar fechada, se estiver com a porta que dá acesso a saída da casa aberta é preciso fechá-la e apagar a luz do interior da casa. Ao som dos instrumentos meia-lua e rabeca o grupo entoava várias cantigas que podem haver improvisação com repentes, como o seguinte canto:

*Ô de casa, ô de fora, lá de dentro não tem gente
Nós anda cantando reis pra cumprir uma promessa
E a dona dessa promessa se achou muito doente
Se apegou com Santos Reis e hoje está alegre e contente
25 de dezembro até 06 de janeiro nós anda cantando reis
Vamos ver foliona, risca o fósforo e acende a luz
Põe a mão na fechadura, abre a porta e canta reis*

O repente cantado faz alusão a promessa de Dona Juscelina que por ser atendida passou a realizar a festividade. Após as visitas nas portas das casas o grupo retorna para a residência da matriarca (sede da ACQDJ) e realizam as rezas e benditos em penitência durante toda a noite de Reis (Três Reis Magos da tradição cristã), fazem um intervalo para alimentação comunitária, onde percebemos a fraternidade entre os celebrantes.

3.2.2 Festa do Divino Pai Eterno.

Dona Juscelina realiza com devoção o rito em honra ao Divino Espírito Santo, na tradição cristã é o domingo de Pentecostes⁴⁸, ocorre cinquenta dias depois do

48 Tem uma data variável entre os dias 22 de março e 25 de abril de cada ano. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130331_pascoa_calculo_data_mm>. Acesso em:

domingo de Páscoa.

Na celebração dessa Festa em 2018, nas duas noites, véspera do domingo de pentecostes, a matriarca juntamente com os romeiros, notadamente as pessoas mais velhas da comunidade, e com a presença dos romeiros do município de Aragominas se reúnem na sede da ACQDJ para fazerem o seu principal costume que é rezar como mostra a Fotografia 05.

Fotografia 05 – Ritual de visitação domiciliar na Festa do Divino Pai Eterno.



Fonte: A autora, 2018.

São três noites cantando e rezando para a divindade em penitência até o dia raiar. A *griot* Dona Cícera relata suas memórias sobre a festa religiosa:

[...] Quando a Dona Lucelina chegou, ela trouxe a reza do Divino [...] O Divino usa a bandeira, a caixa [tambor], aquelas pessoas com a farda [...] aquela cor vermelha, as fitas do divino, uma pomba no Divino [...] De casa em casa, e ali as pessoas davam a esmola pro santo e quem pudesse dava alguma coisinha, uma puba, um polvilho, ovo, dava azeite de coco que naquela época era azeite de coco, nós nem sabia que tinha óleo

[industrializado] [...], o sal que nós usava era sal grosso. E a Dona Lucelina cantava, e saía de casa em casa, muito bonito, era de dia que ela cantava e a reza de noite [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

Ao cair da noite dos três dias de reza e com estouros de foguetes, o grupo de celebrantes realizam o ritual, saem às ruas da vizinhança, seguindo ao som dos instrumentos tambor e rabeca, aqui são os visitados que abrem suas portas e pedem a passagem dos celebrantes, das mãos de um vizinho para outro são entregues os símbolos do Espírito Santo que são: uma caixa com enfeites contendo uma pomba simbólica e a Bandeira do Divino (de tecido na cor vermelha, no centro há a figura de uma pomba com uma planta no bico, na haste que a sustenta fitas de diferentes cores). No interior das casas cantam e passeiam com a bandeira esperando por bênçãos.

Na noite de pentecostes, após o ritual de visitação às casas com os símbolos religiosos, o grupo realiza a penitência, que conta com a presença dos romeiros e de uma freira da igreja católica e assim rezaram toda a noite, animados com estouros de foguetes e confraternização com um banquete.

3.2.3 Festa 13 de Maio.

Esse rito foi o principal elemento que proporcionou a certificação da comunidade como remanescentes quilombolas. A manifestação cultural foi idealizada pelo tio da matriarca, o senhor Claro Preto do Saco (Saco era o nome de uma serra no Estado de Piauí onde ele morava), que segundo Dona Juscelina faleceu em 1950 com 84 anos de idade, ou seja, ele pode ter nascido por volta de 1866, ou nesta década, isso quer dizer que era escravo. Sobre seu nome Dona Juscelina explica:

[...] Claro Preto do Saco, o povo só tratava ele assim, é porque botaram Claro Preto do Saco que eles morava na mata no interior que tinha uma serra, então aquela serra, era serra do sacco e com ele morarem lá aí ele botaram Claro Preto do Saco [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Adelmir Fiabani (2015a), identifica que no Maranhão várias comunidades negras possuem o termo pretos em seus nomes.

Santo Antônio dos Pretos, Bacuri dos Pretos, Eira dos Pretos, Jamari dos Pretos, Santa Maria dos Pretos, Santa Rita dos Pretos, Mocambo dos Pretos, Santana dos Pretos, Pitoró dos Pretos, São Sebastião dos Pretos. Estas comunidades são compostas majoritariamente de negros que habitam aqueles lugares há décadas e indicam suas origens como sendo o período do cativo, quando ocuparam terras livres e continuaram a produzir para a sobrevivência [...]. (FIABANI, 2015a, p. 18).

Nas memórias de Dona Juscelina sempre faz menção que é neta de uma cativa, lembrando seus avós e gosta de citar o nome de sua avó Raimunda Gomes que para ela é uma referência em sua memória do cárcere. Seu tio Claro Preto e seu pai que eram irmãos também eram escravos, embora a matriarca só relate que seu tio trabalhou de graça e não faz menções a escravidão de seu pai, talvez porque seu nascimento se deu após a Lei do Ventre Livre (1871) ou durante as proximidades da abolição (1888) e sendo ainda uma criança não fora submetido ao trabalho compulsório.

A família da matriarca viveu em uma fazenda escravocrata pertencente ao Coronel Santana, que mantinha uma relação de fraternidade patriarcal com seus escravos, pois conseguia mantê-los agregados apesar de que o período entre 1850 e 1888 foi de efervescência pela abolição da escravatura.

[...] é possível perceber através de pequenos mimos gestuais praticados pelo Coronel Santana, subjugando seus cativos com agrados, era o suficiente para apagar do negro escravo o crivo de proprietário dominador, senhor, siôzinho [sic] na relação dominador e dominado [...] Outro fator que pode ter induzido a uma relação menos ásperas entre senhor e escravo, foi a redução do número de escravos nas fazendas, obrigando o patrão a abrir mão de certos castigos e punições que, em momentos anteriores a 1850 eram muito frequentes. (BORGES, 2015, p. 11).

Quando a notícia da abolição chegou na fazenda escravocrata, logo o Coronel Santana ofereceu donativos para a festa de comemoração, nas memórias da matriarca esse foi um gesto que marcou os negros, pois se sentiram apoiados no direito de serem livres. Especialmente para Dona Juscelina, essa atitude do senhor de escravos é vista como algo respeitável, pois foi desta comemoração que surgiu a Festa 13 de Maio que é tão cara para a comunidade de negros que comemoraram a liberdade na senzala e atravessa o tempo em séculos desde aquele maio de 1888.

Dona Juscelina relata que já era separada do primeiro marido quando seu tio Claro Preto do Saco a designou para dar continuidade com a comemoração de alegria pela libertação dos escravos.

*[...]—Minha filha, mandei te chamar que seu tio não vai mais andar.
 —O que é tio Claro?
 —É por que esse festejo, essa comemoração que eu faço de alegria, eu escolhi você para tomar de conta. Você dar conta? Eu coloquei assim os olhos pra cima.
 —Tio Claro, eu lhe garanto, eu vou tomar de conta! Ele fez boca de rir, ele era um velho que nem ria.
 Eu tornei repetir: —Vou tomar de conta tio Claro! [...] Ele morreu em 50 [1950], não tinha três meses completos quando ele tinha me entregado e morreu [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).*

Ao ouvir essas memórias imaginamos que o tio da matriarca percebeu o grande empenho, envolvimento e disponibilidade dela na participação da Festa. Percebemos que a cultura negra para a Dona Juscelina é mais que um fenômeno coletivo, para ela é algo individual. Após finalizar seu relato de como recebeu essa missão do tio, Dona Juscelina olha para o chão, fica em silêncio e levanta a cabeça com um leve sorriso, nos parece que se sente uma pessoa privilegiada, pois apesar de ter irmãos mais velhos, ela foi a escolhida.

Dona Juscelina com uma entoação de voz alegre e saudosa, fica empolgada ao relatar como era a Festa em Nova Iorque (MA) onde inicialmente era realizada.

[...] No primeiro dia nós ia, ajuntava uma turma e ia pra beira do rio Parnaíba na rampa pra receber os tocador que vinha do Piauí, nós menina já ia pulando [...] tocava pife, violão, rebeca, era a ronca né [...] eles vinha era do interior que eles morava adiante da serra do Saco da onde meu tio morou [...] Era no dia 11 às 5 horas da tarde [...] aí começava a festa daí até o dia 13 amanheceu 14 o sole alto e todo mundo ainda pulando [...] dançava mesmo era os toques mesmo que nós cantava lá [...] nós já subia com os tocador já dançando e pulando [...] pra casa do meu tio [...] no dia 12 era do mesmo jeito, a mesma festa, dançando e cantando e pulando e comendo [...] lá era tão grande, tão independente [...] no dia 13 era a representação, tudim nós saía o desfile na rua, quando nós saía já nas casas de meus senhor; Coronel Santana, Migueli Barbosa, Enoque Mendes, os ricos num sabe, ali já tinha as banquinhas [...] com aquelas bebidas [...] por baixo eu já sabia, metia a mão o dinheiro estava em baixo, os mesmos que dava carne [...] Tinha os meus senhores, minhas senhoras, os professor que ia discursar [...] Em Muricilândia, aqui é discurso demais, tem os deputados né, qualquer um de vocês, qualquer um que trabalhe nestes trabalho assim, vocês pode no dia 13 subir no palanque e falar o que vocês acha [...] Ainda 1 ano mesmo eu trabaiei, meu tie vivo, só não podia era caminhar, mais botou ele num andozim e andava com ele né [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

No discurso da matriarca que sempre o repete onde quer que vá, conta a história do surgimento da Festa 13 de Maio e como ela se tornou a herdeira do que chama de seu trabalho.

[...] meu tio me entregou essa comunidade em 50 [1950], eu tinha meus 20 anos, mas se ele se confiou. Hoje eu tô pedindo força a Jesus, Senhor segura em suas mãos, me segura em suas mãos, não deixa eu cair [...] E essa comunidade todo mundo é forte, é forte se labutar com muitas natureza, tem hora que eu me agoneio, é assim mesmo. E assim, entrei praquí em 62 [1962], no dia 02 de outubro de 60, já trazendo essa cultura negra. Aqui no Goiás [atual Tocantins] ninguém conhecia em lugar nenhum. E eu enfrentei, fui enfrentando de pouquinho, de pouquinho e a primeira passeata que eu fiz foi em 68 [1968] [...] Meu tio e minha avó foi açoitada, comendo resto, comendo resto e levando pros filhos. Meu tio não sofreu muito, mas trabalhou de graça, mandado como um cachorro [...] A Princesa Isabel eu adorava e adoro a Princesa Isabel [...] A minha paixão é a Princesa Isabel que foi uma treíçoeira do pai dela [Imperador Dom Pedro II], aproveitou a ausência dele. E ele tinha um coração, e o coração dela era de Deus, sofria muito de ver aquele sofrimento dos negros. O pai dela muito carrasco, e então ela aproveitou, ajuntou com outro companheiro: –Vamos acabar com a escravidão na ausência do papai porque senão ele tando aqui não dá. Meu tio, ela tratava, Claro Preto do Saco [...] Então ela telegrafou pra meu tio, no dia 11 [...] [maio/1888], nesse tempo era difícil, era poucas palavras: –Claro Preto do Saco, meu pai viajou, você pode ficar na certeza que eu a Princesa Isabel vou acabar com a escravidão, isso ele me contou [...] e nunca me esqueci. Quando foi no dia 12 ela tornou mandar outro telegrama [...] –Claro Preto do Saco, 4h eu vou ter a primeira alegria da madrugada do 13 de maio e nas 4h da tarde eu assinarei [...] a Lei acabando com a escravidão no Brasil, e é a abolição. Então meu tio manda me chamar, quando ele adoeceu, a doença dele foi só dos joelho e desceu [...] enfraqueceu e mandou me chamar, eu tinha 20 anos de idade: –Pronto tio! –Minha filha, mandei lhe chamar porque o Claro Preto não vai mais andar e minha preocupação é essa comemoração que eu faço de alegria que é o 13 de Maio, você garante sustentar, e realizar sempre e não deixar cair [...] –Mas eu sou a terceira filha de papai que é o caçula, irmão seu, e o senhor achou de procurar eu! –Minha filha, porque você é quem vai dar conta, nenhum desses outros dão. Aí eu me orgulhei, comecei já me orgulhar nessa hora né, aí eu falei pra ele: –Tio, pois eu vou tomar de conta, eu não sei se eu faço como o senhor, mas eu vou tomar de conta [...] Quando eu saí de minha terra, morei em Cristalândia [TO], quatro anos [...] mas não tive coragem, uma cidade, mas é garimpo, todo dia eu via morte, então eu não achava capaz de eu brotar [...]. (Dona Juscelina. VII SCAbQ da ACQDJ, 2018).

Para Dona Juscelina, a Princesa Isabel é a grande redentora e salvadora dos escravizados. Sempre fala que a princesa imperial é como uma santa, uma alma boa que não suportou mais ver a dor do escravo e aboliu esse sofrimento, até para representá-la no Teatro a céu aberto, a moça deveria respeitar alguns critérios, usar vestido branco e principalmente ter pele branca.

[...] naquela época a Dona Juscelina não colocava moça que não fosse moça para ser princesa, se soubesse que era mexida não podia ser princesa, porque ela queria que fosse virgem, era uma coisa da Dona Juscelina [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

Desta forma, somente aos 38 anos de idade, já em Muricilândia (TO), sendo o ano de 1968, é que Dona Juscelina deu continuidade à comemoração da Festa 13 de Maio, sempre levando a Princesa Isabel e a família real brasileira como os principais homenageados, pois foi assim que ela aprendeu, através das oralidades de seu tio Claro Preto do Saco.

[...] Meu tio me deu a lição todas né [...] ele fazia, formava lá, do mesmo jeito né, ele fazia, aí quando eu menina eu via e quando ele me entregou né, quando ele me entregou eu já tinha, já tava dentro dos 20 anos [...] do mesmo jeito eu faço [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Dona Juscelina relata sobre a primeira festa que fez em Muricilândia (TO) em 1968; “[...] eu levei, arrumei uma moça no lugar da Princesa Isabel porque eu comemoro o dia daquele feliz dia que ela se propôs a acabar com a escravidão no Brasil [...]”. (Dona Juscelina. VII SCAbQ da ACQDJ, 2018).

A Figura 02 recorda o ano de 1975, um dos primeiros anos de realização da Festa em Muricilândia (TO), o detalhe está na coroa dos quilombolas que representam a família imperial brasileira, adornada com papéis brilhosos de cigarro que demonstra todo o empenho da comunidade durante todo o ano nos preparativos.

[...] aí nós ajuntava durante todo o ano os papel de cigarro, a parte brilhosa e colocava em uma caixa que ficava na casa da princesa, era colado com cola de polvilho, água e polvilho aquecida no fogo, pra fazer a coroa, a faixa, enfeitar a roupa, cortava também umas flores pra enfeitar, fazia um leque pra princesa. Umas 3:30 horas a multidão ia buscar a princesa na casa dela, lá as mulheres estavam pintando a princesa, bunina de pó branco, flores 11 horas rosa, uns homens bem vestidos trazia o andor [era uma tábua ou mesa para carregar a princesa Isabel], as mulheres faziam uns cachos no cabelo, para abrir o vestido fazia um círculo de arame para colocar embaixo do vestido para ficar aberto, na casa da princesa quando chegava falava: –nós viemos buscar a princesa, aí as mulheres dizia: –é nesse instante, tá terminando de maquiá aqui, quando a princesa saía de dentro da casa toda insibida e ao seu lado a mãe, o pai e as mulheres que estavam ajudando, aí colocava ela no andor, era forrado com tecido, a princesa ia se abanando com leque [...] o rei, a rainha e o príncipe ficavam na Dona Juscelina esperando a chegada da princesa [...]. (Entrevista: Cícera Vieira Almeida, 2018).

No relato de Dona Cícera, toda a comunidade se empenhava desde a organização até a realização e sempre a personagem histórica princesa Isabel era exaltada (Figura 02). Desta forma, é através da presença de Dona Juscelina no povoado às margens do rio Muricizal que impacta essa comunidade com a cultura

afrodescendente, a chegada dela é também a chegada da alegria que na verdade representa sua ancestralidade africana, pois a libertação do cativo provocou um “surto de alegria” entre os povos negros como afirma a matriarca.

Figura 02 – Quilombolas representando a família imperial brasileira com coroas de papel branco adornada com papel brilhoso de cigarro.



Fonte: Arquivo da CQDJ (1975).

A líder cumpre o mesmo papel do seu tio em transferir seus saberes e fazeres para perpetuar a tradição e assim tem erguido o quilombola Manoel Filho Borges para ajudar a dar continuidade a Festa.

[...] eu tô sustentando até hoje, enquanto vida eu tiver, eu boto gente no meu lugar, mas eu quero que vá! [...] Mas esse companheiro aqui que tá em meu lugar, fazendo o que eu fazia, ele tá andando reto [...] (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Então, entendemos que o discurso de Dona Juscelina, fundamenta e consagra uma memória coletiva no grupo étnico.

*[...] De **alegrão** dentro de Muricilândia que era nesse tempo era o Murici da Véa, de alegrão, pode dizer a Lucelina foi a professora de tudo e ali que eu não tivesse na frente não tinha [...]*. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Através das oralidades da matriarca, a comunidade que a recebeu interioriza os sentimentos que mobilizam os envolvidos a reproduzirem a festividade de comemoração da abolição da escravatura (Figura 03).

Figura 03 – Jovem quilombola sobre uma cadeira, representando a Imperatriz Tereza, mãe da Princesa Isabel.



Fonte: Arquivo da ACQDJ, 1975.

A matriarca pondera que o Murici da Velha (alusão a beata Dona Antonia) era um povoado pacato, os relatos da própria comunidade é que antes da chegada de Dona Juscelina o povo só rezavam incessantemente, e é reconhecido por todo o

grupo que a líder trouxe o alegrão e como uma professora ensinou ao seu modo o processo abolicionista no Brasil.

A Figura 03 mostra um outro momento da Festa de 1975, a jovem vestida de branco com uma coroa brilhosa na cabeça, carrega uma faixa com a inscrição “RAINHA” e está sobre uma cadeira para ficar em uma posição mais alta que os demais participantes. A comunidade passa a produzir sentidos, dando significado à Festa como uma expressão da alegria de ser livre, sendo esta alegria experimentada por seu tio, lá no passado e que por meio da memória coletiva esta alegria é disseminada entre os membros da comunidade.

Desta forma, entendemos que a memória é capaz de produzir a identidade de um grupo social, em nosso caso em estudo, a Comunidade Quilombola Dona Juscelina compartilha de uma memória coletiva que geram seus traços identitários. Halbwachs (2003) expõe que a memória é construída coletivamente sempre através da relação com o outro.

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação [...] O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso [...]. (HALBWACHS, 2003, p. 29).

O autor nos lembra de que para fazer parte de uma memória coletiva não é necessário ter participado de um dado evento e que esta memória pode ser partilhada através da oralidade.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem [...]. (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Porquanto, emigrantes da região nordeste do país, consegue manter seus traços identitários e reconstrói em uma nova espacialidade sua cultura, mantém suas tradições e exercem suas territorialidades. A partir das oralidades que transmitem seus saberes e fazeres, o grupo vem mantendo suas especificidades culturais e consolidando-se tanto em visibilidade quanto em reivindicações de seus direitos como povos tradicionais a qual discutiremos na seção seguinte.

4 A FESTA 13 DE MAIO E SUA SIGNIFICÂNCIA PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA.

*Tem que acabar com esta história de negro ser inferior.
O negro é gente e quer escola,
Quer dançar samba e ser doutor.
Dança aí negro nagô⁴⁹*

As tessituras do grupo étnico deste estudo, em suas tramas, expressões peculiares culturais que envolvem seus modos de vida, tradições e representações artísticas, nos levam a compreensão que estas são formas de exercer territorialidades em defesa do território ancestral.

Neste sentido, a partir desta seção da pesquisa utilizaremos o conceito proposto por Haesbaert, pois trata-se de uma territorialidade imaterial através do controle simbólico da identidade territorial que o grupo manifesta. “[...] como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado [...]” (2007, p. 25).

Os dias festivos da comunidade quilombola são carregados de significados, para entendermos os aspectos territoriais é necessário projetar as análises nos elementos culturais do grupo social.

Gomes (2016) levanta a necessidade de entendermos os aspectos culturais antropológicos, também é preciso refletir que os indivíduos são mobilizados de formas e níveis diferentes. Para pensarmos o nível cultural de uma pessoa seguimos o que o autor salienta: a autonomia cultural; o compartilhamento (in)consciente de uma linguagem específica de uma comunidade; a presença de aspectos sagrados e profanos e a capacidade de transmissão de sua própria cultura.

Nestes direcionamentos, entendemos que a cultura é constituída a partir de relações intersubjetivas. Um grupo imbuído de uma cultura, produz seu território simbólico, que é a capacidade de exercer territorialidades imbricadas ao território concreto, de forma que construiremos significações de seus sistemas culturais.

49 Cantiga da Festa 13 de Maio. Não foi encontrada ficha técnica da Música, apenas informações dispersas em que provavelmente seu título é “Quilombo Axé (Dia de Negro)” de autoria de Zumbi Bahia. A CQDJ canta a versão feita pela Pastoral da Juventude na década de 1980 que tem o título “Negro Nagô”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pjdiocesedebarreras/posts/d41d8cd9/1476364302439239/>>. Acesso em: dez. 2018.

Entretanto, observamos que nem todos os membros da comunidade quilombola conseguem sentir-se altamente mobilizados pela cultura afro a que pertencem, daí destacamos a matriarca Dona Juscelina, que ao discutirmos sobre sua trajetória territorial, percebemos que ela é um grande exemplo para os membros quilombolas por ser alguém que possui altos níveis de expressão cultural e é considerada um exemplo de resistência cultural pelo próprio grupo.

4.1 Amálgama da Comunidade.

Na comunidade quilombola Dona Juscelina, a maior manifestação cultural é a Festa 13 de Maio que gera um efeito de amálgama entre seus membros, em volta da Festa há danças e músicas tradicionais e contemporâneas, artesanatos, comidas típicas, encenação teatral e a transferência de saberes e fazeres.

Essas são heranças históricas da comunidade tradicional que é patrimônio cultural de natureza material e imaterial defendido no artigo 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Identificando a cultura como fenômeno individual como nos indicou Berdoulay (2012), trazemos algumas produções artísticas-culturais dos membros quilombolas, que expressam seus sentimentos para entendermos a essência desse grupo social.

Nas análises notamos uma aparente diferença dos discursos entre as pessoas mais velhas e as mais jovens da comunidade, as primeiras carregam a memória do cárcere mais presente, e por isso se sentem aliviados pelo ato de assinatura da Lei Áurea, enquanto o segundo grupo refletem mais sobre os problemas atuais que enfrentam no pós-abolição.

Desta forma, seguiremos o procedimento metodológico que nos propomos, de buscar participantes pertencentes a três diferentes faixas etárias que nominaremos como: 1 – os *Griôs* da comunidade (anciãos acima de 60 anos); 2 – pessoas adultas (entre 25 e 59 anos); e 3 – jovens (entre 15 e 24 anos), onde realizamos contato e tivemos conhecimento de seus trabalhos produzidos, assim segue os resultados:

Faixa Etária 1:

- ❖ Quilombola Cícera Vieira Almeida.

Griot da comunidade, ao nos conceder entrevista, também nos apresentou seus trabalhos afirmando que os fez de mão livre e que pensou cada detalhe, como expressão e cores, e diz que são inspirados na Festa 13 de Maio como mostra os Desenhos 01 e 02.

Os desenhos produzidos são: um pé pintado de preto acorrentado por um grilhão marrom; uma mão pintada de marrom acorrentada por um grilhão amarelo; onze diferentes vestidos para a Princesa Isabel com tons de marrons, vermelhos, rosas, azuis, amarelos, verde, branco e preto que significam respectivamente: conservação, coragem, feminilidade, divino, alegria, esperança, pureza e mau⁵⁰.

Desenho 01 – Pé Acorrentado e Mão Acorrentada.



Fonte: Cícera Vieira Almeida, 2017.

50 Dicionário de Símbolos. Disponível em: <<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/significado-cores/>>. Acesso em: jun. 2018.

Buscamos entender as significações dos desenhos, relacionadas a Festa 13 de Maio, de forma que interpretamos como uma narrativa, onde há uma oposição entre o cativo e a liberdade. O cativo é expresso nos grilhões que cerram o pé e a mão, também percebemos algo além, a *griot* traz uma mensagem sobre a mestiçagem de raças, veja que o pé foi pintado de preto e a mão de marrom.

Neste sentido, entendemos que a narrativa dos desenhos expressam uma clara oposição entre o cativo e a liberdade pautada na condição racial. Os desenhos apontam que o cativo é alguém da raça negra e não há vestígios de roupas nos membros representados, expressa a condição de subalternização e precariedade violenta.

Desenho 02 – Vestidos para a Princesa Isabel.



Fonte: Cícera Vieira Almeida, 2017.

No Desenho 02, a *griot* Dona Cícera diz que os fez pensando na Princesa Isabel. Em nossa interpretação, os vestidos apontam para a liberdade, veja que não há um corpo humano os vestindo, mas há grande pompa e beleza neles e representa o senhorio da raça branca, pois a negra fora representada como escravizada.

Outro aspecto que nos chama atenção, é que o desenho do pé apresenta-se firme no chão e preso aos grilhões, essa é uma condição de dominação e violência explícita a que foram submetidos os escravizados. Mas, historicamente os africanos e afro-brasileiros sempre resistiram ao escravismo colonial, essa resistência está expressa no desenho da mão, erguida e em um leve formato de garra que também lembra um pedido de socorro para a liberdade.

Após realizarmos as análises, visitamos novamente a *griot* Dona Cícera e perguntamos o significado dos desenhos ao que nos respondeu:

[...] O significado do pé e da mão é do tempo dos escravos que eles trabalhavam algemados, com aquela corrente no pé, pra mim é um significado muito triste, é um exemplo que a pessoa tá mostrando que não é nada fácil, a pessoa trabalhar e viver assim, eles iam pro cafezal com aquela corrente no pé [...] Tem uns que é mais pretinho dos escravos e tem outros que é mais claro, aí eu pintei um marronzinho e pintei o outro preto [...] A mão é erguida assim pra cima sabe por quê? Quando os escravos estavam trabalhando algemados, eu sei que eles falavam muitas vezes e pediam a Deus pra que Deus libertassem eles, para que viesse uma luz e o pé firme no chão pra nunca perder a fé [...] Os vestidos eu desenhei assim, porque eu acho bonito e desenhei também assim quem sabe futuramente alguém se interessa em fazer a roupa da princesa [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

Deste modo, percebemos que nossa análise flui de acordo com a ideia expressa pela *griot* Dona Cícera. As cores também nos dizem muito, pois o amarelo é a cor que aparece no grilhão da mão, em um momento de resistência e busca da liberdade, e também aparece em seis vestidos entre os onze pintados. O amarelo é uma cor vibrante e significa o otimismo, a alegria, prosperidade e felicidade⁵¹.

Faixa Etária 2:

❖ Quilombola Maria Bartolomeu Novais Alencar.

51 Dicionário de Símbolos. Disponível em: <<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/significado-cores/>>. Acesso em: jun. 2018.

Filha de um *griô* da comunidade, considera-se aprendiz do ofício de seu pai. Ao nos conceder entrevista recitou um poema que escreveu em 20 de agosto de 2014, a qual concorreu e venceu em segundo lugar no “Projeto – A Poesia Liberta da Escravidão” realizado pela Prefeitura de Muricilândia (TO) e em primeiro lugar no “III Fórum da Consciência Negra” realizado pela Escola Estadual Marechal Costa e Silva em Muricilândia (TO).

Não Existe Tronco

*Hoje não existe mais o tronco
O escravo está muito camuflado
Nas empresas, nas fábricas, no banco
Negro, Mulato, Pardo ou Branco.*

*A escravidão de hoje é no campo
Na cidade está mais ainda
Quando o patrão não respeita
Nem a sua carteira assina.*

*Há intolerância ao humilde
Em todas as camadas sociais
Onde o rico oprime o pobre
Usando da força e tudo mais.*

*A força da qual vos falo aqui
É a psicológica, a financeira e afins
O trabalhador, a lei deve conhecer
Seus direitos, ele tem que entender
E da escravidão, vai poder se defender.*

Nos versos percebemos a denúncia de problemas sociais distantes de serem resolvidos mesmo após a abolição da escravatura no Brasil. A jovem senhora quilombola é ciente do momento em que nos encontramos e o quanto o negro mesmo livre do cativeiro ainda enfrenta muitas dificuldades trabalhistas.

“[...] a escravidão ela não acabou, ela apenas ficou camuflada né, existe a escravidão que antes era o chicote e agora é o chicote da língua e da repressão [...] Na verdade, não mudou muita coisa, apesar dos benefícios adquiridos, nós permanecemos escravos da sociedade, ainda estamos escravos, aconteceram algumas coisas após a assinatura de uma lei, mas atualmente vivemos um retrocesso das políticas públicas direcionadas para os negros [...]”. (Entrevista: Maria Bartolomeu Novais Alencar, 2018).

Os versos apontam para a pessoa pobre, que é descendente dos escravizados e miscigenados racialmente, que atualmente enfrenta o trabalho escravo contemporâneo, as condições ruins de trabalho e a péssima remuneração, mantendo-os em condições subalternizadas socialmente.

Tais problemas são resultantes do pós-abolição, onde os libertos não tiveram outra escolha a não ser se aglomerarem, mesmo em condições precárias, nos grandes centros urbanos ou continuarem agregados a fazendas escravocratas, e por isso até hoje enfrentam problemas sociais.

Faixa Etária 3:

❖ Quilombola Sallomão Israel Chaves Borges.

Filho do líder quilombola Manuel Filho Borges e neto do *griô* Manuel Pereira Borges, ambos são músicos e participantes desta pesquisa. O jovem é fundador da Banda Corvos, juntamente com mais três quilombolas, ao todo são 5 membros na faixa etária entre 18 e 24 anos. Essa banda musical embala as noites festivas da comunidade quilombola com músicas contemporâneas em ritmos que variam entre forró, sertanejo, reggae e rock.

Abaixo uma letra de música que compôs em 2012 que é executada em ritmo de rock pela banda.

R.P.B (Revolta do Povo Brasileiro)

*Todos os dias enfrentamos a vida,
Sem perceber o quanto ela é bonita.
Sempre caminhando sem nenhum destino,
Pelas ruas dessa cidade falida.*

*O medo nos persegue e é difícil compreender,
Um povo aprisionado no sistema da TV.
A fome e a miséria batendo na sua porta,
Vivendo nos limites dessa realidade mórbida.*

REFRÃO

*Vivemos nos problemas e eles não vão resolver,
As causas dessa nossa R.P.B!!!
A história está manchada e um dia ainda vão ler,
As causas dessa nossa R.P.B!!!*

*Temos que assumir o futuro em nossas mãos,
E tomar as rédeas da nossa nação.
Acabar com os parasitas que nos tiram o brilho.
E vamos colocar esse país no trilho.*

REFRÃO

*Vivemos nos problemas e eles não vão resolver,
As causas dessa nossa R.P.B!!!
A história está manchada e um dia ainda vão ler,
As causas dessa nossa R.P.B!!!*

Os versos são fortes e condena os problemas sociais que o brasileiro pobre enfrenta, em razão do histórico processo que não inseriu socialmente a população negra no pós-abolição, o que temos é a falta e a ineficácia de políticas públicas para sanar esses problemas latentes e que foram expostos pelo jovem quilombola.

[...] pra mim chegar naquela composição [...] de acordo com o cenário que a gente tem atualmente no Brasil político, social e econômico, eu tava com algumas preocupações na mente e eu decidi expressar aquilo de alguma forma e como eu sou músico, a forma mais próxima que eu achei de expressar foi na música, como na música mesmo fala, ela mostra um pouco o descontentamento com a política e com a situação econômica do cidadão brasileiro nos dias atuais certo, com a situação do descaso com o cidadão, descaso com as cidades, com as pequenas cidades entendeu, cidade do interior e até mesmo as cidades grandes, com a população, a população pobre pode assim dizer, que fica praticamente esquecida certo [...]. (Entrevista: Sallomão Israel Chaves Borges, 2018).

Os versos apontam para as macrocefalias urbanas, que tem raízes profundas no Brasil, pois com a abolição as terras brasileiras ficaram inacessíveis para os escravos e seus descendentes, que foram segregados nas periferias das cidades que sofreram com o crescimento desordenado, não sendo diferente em Muricilândia (TO).

O jovem levanta a questão da influência da grande mídia em nossa sociedade moderna, que preocupa-se em defender os interesses das classes dominantes e evitam expor as mazelas as quais os marginalizados sofrem.

A Revolta do Povo Brasileiro discute que mesmo após a abolição os descendentes dos escravizados é um povo pobre, e que ainda vivem aprisionados pelos projetos das elites sociais, com poucos direitos a políticas governamentais, tais como ao lazer, a reforma agrária, educação, saúde, habitação e segurança alimentar.

Ainda condena o Estado nacional por todos esses problemas, pois os governantes sempre deixaram a mercê a população pobre que é a grande maioria, é esse povo que o jovem conclama para assumir o futuro do país, em nosso Estado democrático, a fórmula seria eleger representantes para defender sua causa, mas não qualquer pessoa, deve ser alguém do meio, um membro de comunidades tradicionais.

4.2 Saberes e Fazeres: mobilizações e manutenção das tradições culturais.

Desde o primeiro entendimento sobre o termo cultura, que vem do ato de cultivar⁵² algo, entendemos também como um processo educacional e que está indissociavelmente atrelado à prática de transmissão de saberes e fazeres nas comunidades tradicionais.

Luiz Santos nos traz a orientação de que para entender dada cultura é preciso saber como os seus sujeitos se desenvolveram. Nesta direção, ao discorrer sobre os sentidos culturais o autor entende que, “[...] Cultura está muito associada a estudo, educação, formação escolar [...]” (2005, p. 22).

Neste sentido, Santos levanta três pontos: “[...] o conhecimento, às ideias e crenças de um povo” (Op. cit., p. 23), estes são elementos que precisam ser transmitidos às futuras gerações para que o sistema cultural de determinado grupo social permaneça.

Assim, a jovem comunidade quilombola, certificada em 2010, encontra-se em processo de construção identitária, haja vista que é um quilombo que passou por um processo migratório e por uma transição entre o rural e o urbano, possibilitando ainda mais o acesso às tecnologias e ainda tem a convivência com pessoas não quilombolas causando assimilações culturais.

Edward Thompson analisa em sua obra as transformações culturais ocorridas na sociedade inglesa até se tornar moderna, para tal faz referência à importância das oralidades e suas transmissões para que se mantenha as tradições.

[...] O povo estava sujeito a pressões para ‘reformatar’ sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores [...]. (THOMPSON, 1998, p. 13, grifo do autor).

O autor levanta uma importante questão, de que através da escolarização há a influência dos conhecimentos hegemônicos que sobrepõem-se sobre os contra-hegemônicos que ocorre através das transferências oral de saberes nas comunidades tradicionais. Tratando-se de um quilombo que está segregado em um contexto urbano, em que desde a infância os pequenos são influenciados pela cultura homogeneizante da escolarização que no caso de Muricilândia (TO) não

52 Ver Mércio Pereira Gomes (2016) e Raymond Williams (1992).

possui um currículo para atender esta particularidade, o grupo étnico tem o desafio de não deixar que tudo isso venha sobrepor-se aos conhecimentos que os mais jovens receberão oralmente dos *griôs* da comunidade. Há de se pensar em uma ecologia dos saberes que possam alinhar estes dois vieses de conhecimentos.

Porquanto, a comunidade criou estratégias para que não deixasse de acontecer as tradicionais transmissões de saberes e fazeres, as quais iremos destacá-las, estas tem gerado o amalgamento do grupo ao despertar seus membros para dispor-se em participar de suas atividades indicadas no Quadro 01, além disso, são atitudes territorializantes que os quilombolas exercem sobre a sociedade não quilombola.

Quadro 01 – Agenda Cultural da ACQDJ.

Período	Atividades/Ações
Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Penitências dos romeiros. Dia 01 - 8º dia de reza Dia 02 - 9º dia de reza Dia 03 - 10º dia de reza Dia 04 - 11º dia de reza Dia 05 - 12º dia de reza ❖ Dia 06 - Festa de Santos Reis ❖ Caminhada em Combate ao Trabalho Escravo.
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Penitências dos romeiros.
Março	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Penitências dos romeiros.
Abril	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Penitências dos romeiros. ❖ Encontro de <i>Griôs</i> com a Juventude Quilombola.
Maiο	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Penitências dos romeiros. ❖ Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola. ❖ Festa 13 de Maio/Festejo da Abolição. ❖ Festa do Divino Pai Eterno.
Junho	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Penitências dos romeiros.
Julho	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Penitências dos romeiros.
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Penitências dos romeiros.
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Penitências dos romeiros.
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Penitências dos romeiros.

Novembro	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Penitências dos romeiros. ❖ Fórum da Consciência Negra.
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Penitências dos romeiros. ❖ Reisado. 25 - 1º dia de reza 26 - 2º dia de reza 27 - 3º dia de reza 28 - 4º dia de reza 29 - 5º dia de reza 30 - 6º dia de reza 31 - 7º dia de reza
Sem periodicidade definida	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Projeto – A Poesia Liberta da Escravidão realizada pela Prefeitura de Muricilândia (TO) e ACQDJ. ❖ NEAQ na Escola.

Organização: A autora (2018).

Deste modo, a comunidade estabeleceu um calendário anual das atividades que mobilizam o grupo social, sempre com temas voltados para a religiosidade, a luta contra a escravidão moderna, o racismo e fortalecimento da identidade afro.

4.2.1 Os cantos.

Os membros da CQDJ embalam toda a Festa 13 de Maio com cantigas tradicionais que dissertam sobre trabalho, suas origens, falam dos patrões, da liberdade do cativo e de si mesmos.

Na obra de Pinsky, o autor destaca que a rotina de trabalho dos escravizados era tão longa que se dava o início antes do nascer do sol e findava depois que se punha, era um trabalho com jornada extremamente exaustiva com duração entre quinze e dezoito horas. “No eito, distribuíam-se em grupos e **trabalhavam horas a fio sob as vistas do feitor e embalados pela música que cantavam [...]**” (1989, p. 36, grifo nosso).

Faz parte da cultura afrodescendente os cantos, assim os quilombolas Dona Juscelina entoam suas músicas e através delas demonstram que possuem uma cultura diferenciada. A matriarca quando chegou a Muricilândia (TO) em 1962, além de ensinar ao seu modo como se deu a abolição da escravatura e ensinou a encená-la para rememorar aquele momento histórico, também trouxe consigo as

cantigas para serem entoadas durante as festividades e que também são cantadas em outros grupos quilombolas.

Entre os cantos mais declamados pelo grupo étnico está “Ô de Manhã”, Dona Juscelina afirma que é de sua autoria e não encontramos ficha técnica. A letra dessa música faz parte do repertório da Festa 13 de Maio sendo cantada por toda a comunidade.

Ô de Manhã

Às quatro horas da tarde, a rainha assinou, na casa do presidente, na sala do promotor.

Ô de manhã, Ô de manhã, Ô de manhã

Ô de manhã, Ô de manhã, Ô de manhã

Em nossas conversas junto a Dona Juscelina, percebemos que esse canto lhe traz grande alegria, bem como para toda a comunidade que em todas as oportunidades que presenciamos sempre que entoam seus cantos, este é declamado, e deixamos registrado que para a pesquisadora etnográfica foi o que mais nos chamou a atenção.

[...] a Dona Juscelina, ela que ensinou nós dançar, ô de manhã, ô de manhã, e nós cantava com gosto, naquele tempo não tinha microfone, não tinha nada, era na garganta [...] essas música tudo foi ela que ensinou [...] (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

Entendemos que a cantiga expressa um momento político muito ansiado, tematiza o advento da abolição da escravatura. A matriarca revela que é neta de escravos, porém essa dor da escravidão é muito forte em seus sentimentos, que sempre afirma repetidas vezes onde quer que vá “[...] *eu sou neta de uma cativa, quilombola é um galho [...]*” (Entrevista: 2018), por isso ela sente tamanha alegria com a libertação dos escravos.

A líder é imbuída de uma cultura ancestral afrodescendente, mas não tinha conhecimento de que sua origem é de característica quilombola, porém no decorrer dos últimos anos, desde a certificação da comunidade em 2010, a matriarca entende que a denominação quilombola é um “*galho*” para a conquista de direitos sociais pela comunidade, que são reconhecidos pelo o Estado, entre eles, a titulação de suas terras defendido na CF (BRASIL, 1988).

Neste sentido, interpretamos os versos como expressões da sonhada abolição da escravatura, de forma que hoje é cativo e o amanhã é liberdade.

Assim foi em 12 de Maio de 1888, um dia comum para quem nasceu escravo, por isso, o amanhã é tão esperado, pois será diferente do hoje cheio de dor e pesar pelo sofrimento do povo preto nas senzalas, cativos e humilhados, amanhã esse sofrimento não mais existirá, o cativo dará lugar a liberdade, que nas entrelinhas do texto entende-se que ocorrerá pela atitude da assinatura da Lei Áurea pela princesa (1888). Existe uma intensidade no desejo pelo amanhã, enquanto que o hoje é desprezado, pois não há felicidade nele.

A narratividade mistura momentos políticos e históricos diferentes, como a alusão da assinatura da abolição na presença de uma rainha (período imperial 1822-1889), um presidente e um promotor (período republicano 1889-atual).

Outra cantiga marcante para a Festa 13 de Maio chama-se “A Madrugada”, não encontramos ficha técnica. Nas memórias da matriarca esse canto já era entoado no Maranhão, pensamos que pelo seu teor tenha relação com momentos fúnebres, haja vista, que Dona Juscelina o entoa para lembrar dos seus entes queridos já falecidos, pois expressa seus sentimentos de pesar.

A Madrugada

*A madrugada eu acordei,
Fiquei pensando em quem me abandonou.
Só me resta uma tristeza ao meu lar,
A saudade ela levou,
E ela foi embora e nunca mais voltou.
É triste se ter amor,
Quem não lhe tem amizade,
Passando a noite a velar,
E ela no meu pensamento,
Relembrando a minha dor.*

Nos versos encontramos a narratividade de uma dor, às vezes em que nos encontramos com Dona Juscelina ela o entoou por duas vezes, na primeira lembrou de sua filha e chegou a chorar profundamente, na segunda vez lembrou saudosa do seu esposo, a quem chama de companheiro de festas, pois ele era tocador de tambor.

A perda de seus entes foram momentos difíceis para a matriarca, ocasionando em períodos de luto que refletiram sobre a Festa 13 de Maio, pois sua tristeza a impediu de realizá-la. Um dos momentos marcantes foi a perda da filha que ocorreu na década de 1980, por essa razão a Festa deixou de ser realizada por alguns anos. Atualmente a comunidade carrega o discurso de não mais deixar de

realizar a Festa independente dos problemas que venham a enfrentar.

Na análise dos versos percebemos que para Dona Juscelina, o tamanho do seu amor por seus entes lhe causam grande tristeza, por mais que o amor seja um sentimento sublime, o mais nobre, pois exprime o que há de melhor, diferentemente do ódio que exprime o que há de pior, ainda assim, este amor lhe causa grande tristeza.

Após a morte daqueles a quem lhe dedicava amor e que a deixaram em extrema tristeza, provocando-lhe um grande sentimento de saudade por sentir-se abandonada, embora que essas partidas ocorressem contra a própria vontade dos que se foram, percebe-se que a intensidade de seu amor era maior, mas após o abandono, a saudade aumentou e a intensidade da tristeza agora é maior.

Outra cantiga bastante declamada na Festa 13 de Maio traz o discurso de que o ato de assinatura da lei áurea proporcionou a igualdade entre as raças no Brasil. Embora não encontremos ficha técnica da música, acreditamos que o canto é difundido pelos quilombos, visto que a matriarca afirma que o cantava ainda quando vivia em uma comunidade negra no Maranhão.

No mundo inteiro

*No mundo inteiro, foi celebrado com o nobre gesto da nossa princesa, que propriedade dos pobres negros, sacrificou do pai a realeza.
 Já foi extinto no Brasil a escravidão, que retardava nossa civilização, hoje senhor e escravos dão-se as mãos, branco e preto, todos são irmãos.
 Em nossa terra reina igualdade, aqui não há preconceito de cor, pretos e brancos são brasileiros, é do Brasil seu sangue, seu amor.
 Muitos pregaram abolição, quer Patrocínio, Nabuco e outros mais.
 A redentora Isabel santa concretizou seus nobres ideais.
 Nosso Brasil recebe a todos com a humanidade da pátria ideal, todas as raças aqui se fundem formando um forte e quinto sem igual.*

Dona Juscelina acredita em cada palavra da cantiga, porém, até chegar no “nobre gesto” de assinatura da Lei Áurea, houve muitas reivindicações abolicionistas, ao contrário do que declama a música, a Princesa não sacrificou sua realeza, pelo contrário, buscava mantê-la através do apoio popular da grande população negra, pois já era um período em que as classes dominantes buscavam a implantação da república em desfavor do imperialismo.

O papel da princesa Isabel foi tão marcante para os escravizados, que houve até pedidos de sua santificação⁵³.

A extinção da escravidão negra foi de plena vontade da elite branca e aristocrática, os dominadores não estavam buscando igualar-se aos dominados, ao contrário da cantiga não se tornariam como uma irmandade. Percebe-se que essa é uma idealização pelo dominado de unir-se socialmente e colocar-se no mesmo patamar do dominador o que de fato deve ser.

No entanto, nós tivemos poucos avanços nesse processo como complementa Fiabani, “[...] o trabalhador escravizado obteve sua liberdade civil. Mas, em geral, as condições materiais de existência do afrodescendente não se revolucionaram significativamente com o fim da escravidão [...]”. (2012, p. 26). De forma, que a busca pela igualdade racial continua sendo um ideal a ser alcançado. Nesta perspectiva, os dois sujeitos antagônicos indicados na música: o Senhor, branco e dominador e o escravo, negro e dominado tinham uma relação bastante conflituosa.

Daí podemos ver que a estratificação dessa sociedade, na qual as duas classes fundamentais – senhores e escravos – se chocavam, era criada pela contradição básica que determinava os níveis de conflito. Em outras palavras, a classe dos escravos (oprimida) e a dos senhores de escravos (opressora/dominante) produziam a contradição fundamental. (MOURA, 1993, p. 9).

Mas estes conflitos não são discutidos nos versos que prefere estar alheio a este fato histórico, pois o mais importante é declarar seu fim, estabelecendo uma relação nem eufórica e nem disfórica, mas neutra. Entretanto, “A relação entre o escravizador e o escravizado era marcada pelo paternalismo, pelo controle, pela violência, pela resistência, pela oposição [...]” (FIABANI, 2012, p. 22). Sobre essa questão, o autor ainda destaca que apesar dessa relação ser marcada pelo controle, em todo o tempo o dominado resistia:

A resistência servil surgiu como produto da contradição social, de classes, quando o produtor escravizado, consciente ou inconscientemente inconformado com a apreensão e exploração desapiadada de sua força de trabalho, resistiu contra ela das mais diversas formas. (FIABANI, 2012, p. 22).

53 No portal de notícias Canção Nova ligado à Igreja Católica consta que “Cerca de 80 mil documentos começaram a ser analisados, numa pesquisa que visa oferecer à Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, subsídios para a abertura do processo de beatificação da Princesa Isabel (1846-1921)” (2014, S/P). Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/brasil/pesquisa-sobre-princesa-isabel-investiga-suas-virtudes-heroicas/>>. Acesso em: dez. 2018.

Outra cantiga difundida nos quilombos trata-se da exaltação à Princesa Isabel.

*Salve a Princesa Isabel!*⁵⁴

*Salve a Princesa Isabel!
Deu liberdade a cor
Foi no dia 13 de maio
Preto não é malacaio [sic]
Preto não tem mais senhor
Desde o dia que a princesa assinou
A Lei Áurea conseguimos abolição
Preto teve o direito de ser cidadão
Hoje preto pode ser doutor
Deputado e senador
Não há mais preconceito de cor*

Mesmo que a cantiga não tenha relação com a fundação da Festa 13 de Maio, ela expressa amplamente o que é essa Festa para a Dona Juscelina, visto que ao ser fundada por seus antecessores exalta a princesa Imperial pelo o ato da assinatura da lei áurea e aonde vá repete seu discurso⁵⁵ e emenda cantando essa canção.

[...] O mais importante é a princesa Isabel! Assinou e acabou o sofrimento do negro. De todas as partes que tem, a mais importante e melhor que me sinto é a da princesa Isabel, assinou a abolição e acabou o sofrimento do negro [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Deste modo, a cantiga narra a exaltação a princesa Isabel como a libertadora, e que sua assinatura da Lei Áurea proporcionou direitos aos ex-cativos, como a cidadania, ascensão social e o fim do racismo contra os negros. No entanto não se concretizou nada do que a música declara.

4.2.2 As danças.

As danças fazem parte do sistema simbólico da comunidade quilombola, são praticadas esporadicamente, principalmente para apresentações culturais, embora

54 A canção é um samba de 1948 com autoria de Paquito e Luís Soberano e interpretada pelo Trio de Ouro. Entretanto, a CQDJ canta uma variação da verdadeira letra da música. Disponível em: <<https://cifrantiga2.blogspot.com/2008/07/salve-princesa.html>>. Acesso em: jun. 2018.

55 Ver o Discurso de Dona Juscelina na página 103 deste trabalho.

que não estamos trazendo uma visão reducionista de que as danças no grupo étnico só aconteçam em eventos.

Hodiernamente a modernidade tem trazido mudanças nos modos de vida das diversas sociedades, e não seria diferente na comunidade quilombola Dona Juscelina que encontra-se urbanizada, tal fato traz implicações como a negociação com as culturas homogeneizantes. Sobre esta questão retomamos os conceitos de distanciamento e aproximação vistos em Suzuki (2013).

Os quilombolas, principalmente os jovens vivem em meio a presença do moderno, mas possuem laços com aspectos tradicionais, essa relação implicará em seus modos de vida, que hora se aproxima de um e hora de outro.

Para os membros mais velhos do grupo, como não tiveram acesso a tantas tecnologias que a nova geração tem, conseguiam manter-se mais próximos dos aspectos tradicionais.

❖ Lindô.

A primeira dança praticada na comunidade desde a sua fundação é o Lindô, essa é uma dança de roda onde os pares entrelaçam os braços e trocam de par, e um puxador canta e os demais respondem, os versos tratam de atitudes cotidianas praticadas por comunidades tipicamente tradicionais.

Nas memórias dos mais velhos o Lindô, que é chamado como uma dança e uma brincadeira, era praticado, porém, não mais que as rezas que eram praticadas todos os dias.

[...] Era uma brincadeira de roda, nós nos reuníamos, alguns contavam versos e nós inventávamos versos nós os mais novos, mas havia os versos tradicionais [...] aí quando chegava naquela hora rodava, cantava e passava para o da frente [...] Exemplo: lá em cima daquela cerra passa boi passa boiada [...] O lindô é irmão do samba de roda [...]. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

A *griot* Dona Cícera relembra saudosa das rodas de lindô onde disputavam versos, tocavam e dançavam, “[...] O lindô entrava jovem, moça, todo mundo, os velhos [...]” (Entrevista, 2018).

Essa dança era o principal entretenimento do pequeno povoado, sendo oportunidade para a construção dos relacionamentos interpessoais.

[...] Lindô era todo fim de semana, todo mundo dançava velho e jovens, seu Du Santos mais o seu Raimundo Boi eles tinham berrequinhas [rabeca, instrumento musical], aí o pessoal fazia aquela roda, dançava dizia verso e aí parava, aí seu Du Santos falava um verso e seu Raimundo Boi falava outro, e aí tocavam na berrequinha, aí quando um parava, nós gritava “êhhhh” animando, o que vencia ganhava uma salva de palmas [...]. (Entrevista: Cícera Vieira Gomes, 2018, grifo nosso).

Todo o grupo participava, os mais velhos e os mais jovens, mas as moças tinham vida mais regrada e eram impedidas de saírem de casa, “[...] naquela época com 18 anos a moça tinha que casar senão o povo dizia que não era mais moça [...]” (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018), mas nas rodas de lindô eram acompanhadas pelos pais, pois já sabiam dos possíveis relacionamentos que dali fluiria para os casamentos.

A Fotografia 06 mostra um grupo de crianças e adolescentes apresentando a dança na Festa 13 de Maio no ano de 2017. Nas memórias da *griot* Rosa Mirtes, o Lindô mudou algumas características.

[...] Mudou algumas coisas como o lindô, agora só uma pessoa fala os versos e naquele tempo era todo mundo que falava e não era lido em papel, também não faz as rodas para cantar e dançar o lindô [...]”. (Entrevista: Rosa Mirtes Pereira de Sousa, 2018).

As mudanças das características da dança do lindô, assim como também outros aspectos culturais da comunidade, podem estar relacionados às mudanças dos modos de vida, haja vista, que a dança não faz mais parte do entretenimento do grupo, é o distanciamento dos aspectos tradicionais⁵⁶.

A jovem senhora Maria Bartolomeu, percebe que há uma nítida diferença entre o que viveu desde a década de 1970, nos dias atuais ela justifica que a internet tem influenciado muito, “[...] com a internet tá difícil manter a tradição, a Festa [13 de Maio] atualmente é muito moderna [...] quilombolas que não se identificam, que não se reconhecem, perdeu-se a identidade [...]”. (Entrevista: 2018).

Fotografia 06 – Apresentação da dança do Lindô.



Fonte: A autora, 2017.

As habilidades dos membros quilombolas com a dança do lindô, podem ter sido alteradas no modo de praticá-la em razão de não ser mais o principal entretenimento do grupo que talvez substituiu-se pela internet. Atualmente o lindô é praticado mais em ensaios para fins de apresentações culturais.

❖ Rebolado.

Outra dança tradicional praticada na CQDJ é o Rebolado, era praticado na comunidade negra maranhense e é trazido por Dona Juscelina para Muricilândia (TO), a dança é um movimento descoreografado e faz parte do Teatro a céu aberto na Festa 13 de Maio.

Na Fotografia 07, as quilombolas dançam no encerramento do I Encontro de *Griôs* com a Juventude Quilombola.

Fotografia 07 – Dança do Rebolado.



Fonte: A autora, 2018.

Entendemos que a dança do Rebolado faz parte da memória do cárcere dos negros libertos no Maranhão, “[...] Rebolado é uma explosão de alegria, o negro dança e rebola porque foi liberto do cativoiro [...]” (Entrevista: Dona Juscelina, 2018), manifestá-la foi o que a matriarca chama de “surto de alegria” pela liberdade, a matriarca sempre observa a roda de dança ensinando em todo o tempo, às vezes que tivemos a oportunidade de ver percebemos a Dona Juscelina alertando as moças dizendo: “*balança a saia*”.

❖ Grupo Afro-Kizomba.

A comunidade também se organiza em grupos para trabalhos corporais com danças afros, assim surgiu em 2010 o grupo Afro-Kizomba que atua realizando apresentações e é composto por jovens quilombolas que dançam ao som de músicas ao toque de tambores (Fotografia 08).

Fotografia 08 – Grupo Afro-Kizomba.



Fonte: A autora, 2017.

A Fotografia 08 mostra a apresentação do grupo durante a Festa 13 de Maio do ano de 2017.

❖ Negras Mariamas.

Outro grupo de dança organizado na comunidade chama-se Negras Mariamas para fins de apresentações culturais.

*[...] Mariama se a gente vai interpretar isso aí, nós vamos dizer Maria que é fazendo alusão a mulher, fazendo alusão na verdade a Maria, nossa senhora né, mas aí a gente transfere isso também pra mulher né, é Mari-Ama, mulher que ama, esse amar é entendido como lutar, como proteger entendeu [...]*⁵⁷. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

57 O quilombola Manoel Filho Borges nos explicou que o termo Mariama surge no movimento eclesial da Igreja Católica e está relacionado a Maria (mãe de Jesus).

A mulher sempre teve um importante papel desde a formação do grupo étnico, são líderes e plenamente respeitadas em nível de igualdade com os homens da comunidade.

*Negra Mariama chama pra lutar
Em nosso movimentos sem desanimar
Levanta a cabeça dos espoliados
Nossa companheira chama pra avançar⁵⁸*

Nesse intuito, o grupo surgiu em 2013 e é composto pelas senhoras quilombolas que dançam o rebolado (Fotografia 09).

Fotografia 09 – Grupo Mariamas.



Fonte: A autora, 2018.

A Fotografia 09 mostra a apresentação do grupo durante a Festa 13 de Maio do ano de 2018.

58 Cantiga da Festa 13 de Maio. Trecho da canção “Negra Mariama”, interpretada pela Pastoral da Juventude. Disponível em: <<http://letrasdemusica.com.br/p/pastoral-afro/negra-mariama.html>>. Acesso em: jan. 2019.

4.2.3 Caminhada em Combate ao Trabalho Escravo.

A luta contra a escravidão não ficou somente no passado, o poema escrito por Dona Bartolomeu e a música composta por Sallomão Israel trazem a reflexão de que a luta contra a escravidão na contemporaneidade continua, pois, infelizmente ainda faz parte de nossa realidade no Brasil e no Tocantins.

Desta forma, a comunidade quilombola instituiu a caminhada em combate ao trabalho escravo (Figura 04), no intuito de alertar principalmente seus membros que são trabalhadores rurais empregados de fazendeiros.

Figura 04 – Cartaz de divulgação da II Caminhada em Combate ao Trabalho Escravo.



Fonte: Arquivo da ACQDJ, 2018.

A Figura 04, mostra o cartaz de divulgação da “II Caminhada em Combate ao Trabalho Escravo”, que mobiliza os membros da comunidade quilombola, os cidadãos de Muricilândia (TO) e estudantes das escolas estaduais e municipais.

4.2.4 Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola.

A Festa 13 de Maio tem uma característica que remonta ao seu surgimento no Maranhão, que é a oportunidade para os participantes fazerem seus discursos relacionados a abolição. “[...] No dia 13, esses que vem me pedir a lição, que achou

importante ou que achou mal feito, tem direito no palanque e falar, tem direito, dá sua palavra, cada qual dá sua palavrinha [...]”. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Não sendo diferente em Muricilândia (TO), para o líder quilombola Manoel Filho, representante da matriarca na realização da Festa, faltava um espaço para tratar de assuntos pertinentes ao grupo étnico.

[...] primeiramente o quê que a gente insere no evento além do que já era feito, um seminário, porque no nosso entendimento sempre vinha martelando que faltava alguma coisa né, se dançava, cantava, rebolava, representava, mas precisa de um espaço pra discutir, um espaço de debate, aí trouxemos primeiro o seminário [...]. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

De forma, que em 2007 a ACQDJ iniciou o Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola (SCAbQ), neste ano de 2018 alcançou sua VII edição, neste período de doze anos deixou de acontecer em cinco anos que coincidem com a não realização da Festa (ANEXO – B).

O Seminário possibilita momentos propícios para debates de cunho acadêmico e que proporcionam um fortalecimento da identidade do grupo étnico e crescimento intelectual em forma de produtos como pesquisas em nível de graduação e pós-graduação, entre estes está esta dissertação.

[...] aconteceu uma ideia de trazer conhecimento pra dentro da comunidade, e essa ideia foi o que criou o seminário sabe, levar as universidades pra dentro da comunidade, pra buscar conhecimento, pra tratar de temas, pra debater, foi algo assim bem inovador, pra abrilhantar mais a festa, então o seminário pra mim é uma fonte de conhecimento a mais na festa [...]. (Entrevista: Ludimila Carvalho dos Santos, 2018).

A Fotografia 10 mostra a Dona Juscelina e o líder quilombola Manuel Filho Borges realizando a palestra de abertura da VII edição do Seminário da comunidade que iniciou na Universidade Federal do Tocantins (UFT), trata-se do início de uma parceria entre a comunidade quilombola e o Grupo de Estudos Agrários e Direitos Humanos (GEADH) vinculado ao curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Araguaína (TO), este foi um grande avanço e considerada uma conquista pelo grupo étnico e pela a academia.

Esta pesquisa compõe um rol ainda pequeno de estudos africanistas no Tocantins, mas que vem ganhando força na academia.

[...] mesmo o negro representando uma estruturada quantidade populacional importante, o enfoque científico começou a ser relatado a partir de trabalhos realizados por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás - UFG, da Universidade do Tocantins – UNITINS e, atualmente, esses estudos têm se intensificado na Universidade Federal do Tocantins – UFT através de seus núcleos de estudo: NEAB, NURBA, NEDIG E NEUCIDADES [...]. (LIRA; VALADARES, 2013, p.273-274).

Atualmente a UFT conta com estudos africanistas através também de outros grupos de extensão universitária, pesquisas na graduação e pós-graduação também contemplam a temática, fazendo-se de grande importância e tem alavancado sua produção científica na academia, sendo um debate muito necessário.

Na UFT os líderes quilombolas relataram suas lutas no processo de titularização das terras expropriadas, sendo um importante momento em que a academia abriu suas portas para ouvir estes povos silenciados e como sociedade debatermos suas lutas.

Fotografia 10 – Dona Juscelina e Manoel Filho na UFT.



Fonte: A Autora, 2018.

Os debates produzidos no VII Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola, é um excelente espaço de discussão para quilombolas e não

quilombolas, proporciona um crescimento intelectual e uma forma de organização por lutas de direitos.

Nos dias festivos a CQDJ recebe no SCAbQ membros de outras comunidades quilombolas, estudantes secundaristas e universitários, de forma que o Seminário tem dado visibilidade à categoria social quilombola e tem ganhado apoio em suas reivindicações, visto que são grupos tão desprezados de nossa sociedade e silenciados pelo poder do Estado nacional.

A Fotografia 11, mostra o espaço educacional do seminário da comunidade no ano de 2018.

Fotografia 11 – VII Edição do Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola.



Fonte: A autora, 2018.

No SCAbQ, como também em qualquer reunião dos quilombolas, acontece um dos momentos marcantes que é o pedido de benção ao Conselho de *Griôs* e aos ancestrais.

A Fotografia 12 registra um momento em que se faz o pedido de bênçãos.

Fotografia 12 – Pedido de benção ao Conselho de *Griôs* e aos Ancestrais.



Fonte: A autora, 2018.

Cada quilombola se aproxima de um pilão que é símbolo do campesinato negro, levanta a mão de pilão bate no fundo do mesmo e pede a benção ao conselho de *griôs* a qual está de frente, depois pede-se a benção de seus ancestrais vivos e falecidos, somente após esse ritual é que se iniciam os ensinamentos.

4.2.5 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Quilombola.

Em 2015 iniciou uma importante mobilização da CQDJ com a fundação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Quilombola (NEAQ), através de um grupo de adolescentes estudantes da Escola Estadual de Muricilândia, após o professor de História e líder quilombola Manuel Filho Borges implementar o projeto escolar “Qual é a Minha Cor?” atendendo a Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003), que insere o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no sistema educacional. O projeto escolar faz-se de grande relevância, visto que as características do quilombola no Brasil é ser pobre e ter sua cultura discriminada, assim como sua cor de pele negra.

[...] vem a questão das duas datas mais representativas da comunidade, o 20 de novembro e o 13 de maio, então foram datas que os alunos foram mais abrindo as mentes sabe, além das aulas que a gente tava tendo, tava tendo umas aulas muito divertidas, diferentes, sobre a cultura negra, aí despertou aquele olhar sabe, de falar assim, precisamos de um espaço, aí o NEAQ começou pequeno [...] nisso começou minha vida como militante, eu comecei a palestrar fora [...]. (Entrevista: Ludimila Carvalho dos Santos, 2018).

A jovem relata que as aulas do professor e líder quilombola, traziam um olhar diferente, não era um olhar de se falar apenas de escravidão, entendemos que as aulas produziram o efeito de romper com a cultura homogeneizante, trazendo emancipação cultural dos discentes através de práticas pedagógicas escolares.

A Fotografia 13 mostra uma atividade do NEAQ na Escola Estadual de Muricilândia (TO).

Fotografia 13 – Encontro cultural entre NEAQ e Escola.



Fonte: A autora, 2018.

Com um resultado de sucesso, o grupo de adolescentes se mobilizam instigados a fortalecer a cultura do grupo étnico, o NEAQ atua na escola como uma

ouvidoria para combater casos de racismo e intolerância cultural e realizam palestras dentro e fora da escola (Fotografia 13).

A importância de levarmos em consideração os saberes populares na escola é proporcionar uma conexão com as experiências culturais dos alunos e de profissionais, visto que os processos de escolarização, quase sempre transmitem um conhecimento hegemônico que não é o popular, não é local e esse não é o papel da escola que precisa valorizar as particularidades dos alunos e isso inclui sua cultura, com isso priorizar um ensino contra-hegemônico.

Catherine Walsh; et. Al. (2018) levanta o debate de que na atualidade diversos pesquisadores tem estudado o que chama de “educação outra” que se contrapõe as lógicas educativas hegemônicas.

O campo da educação no Brasil vem, nos últimos anos, sendo chamado a rediscutir uma série de questões temáticas clássicas como currículo, didática, formação docente, cultura escolar etc, em função de novas demandas implicadas com o desafio de superar desigualdades e discriminações raciais, de gênero, sexualidade, religiosas, entre outras, assim como reconhecer e valorizar as diferenças, assumindo as tensões entre igualdade e diferença, políticas de redistribuição e de reconhecimento [...]. (WALSH; et. Al. 2018, p. 06).

Deste modo, busca-se pensar e formular uma perspectiva educacional a partir dos sujeitos subalternizados pela colonialidade, dentre eles estão os afrodescendentes e os quilombolas.

Deste modo, o NEAQ fundado por quilombolas faz-se presente no espaço escolar proporcionando uma educação popular emancipatória, sendo uma prática e um exercício de territorialização simbólica.

4.2.6 Fórum da Consciência Negra.

Entendemos que no espaço escolar é preciso haver respeito às particularidades das práticas culturais presentes na comunidade escolar, em Muricilândia (TO) isso é imprescindível, haja vista, que as escolas localizam-se em território quilombola, tem professores, professoras, alunos, alunas e demais servidores da escola que são quilombolas.

O processo educacional deve extrapolar os muros das escolas, deve ser amplo e abranger todos os campos de nossa vida cotidiana, fazendo parte de todas

nossas práticas sociais que são carregadas de processos formativos que não acontecem somente na escola, são todos e quaisquer saberes como discorre Rodrigues.

O destino desse processo é o aluno e, por extensão, a chamada 'comunidade social' – logo, deve existir uma articulação dinâmica entre a escola e a totalidade das pessoas que convivem e que são atendidas nessa escola. Por conseguinte, a passagem do conteúdo educativo para o sujeito ao qual se destina não pode ser arbitrária e autoritária [...], nem de maneira desconectada e desorganizada – há de ser direção, condução, proposta. A passagem dirigida do conteúdo educativo tem, no caso, significado definido: o processo educativo tem um objetivo a alcançar e, para isso, exige que os educadores tenham um claro conhecimento da realidade para a qual se educa. Se a escola detém a liderança do processo educacional, ela tem de ter clareza sobre a realidade para a qual está educando. (RODRIGUES, 1993, p. 65-66, grifo do autor).

Neste sentido concordamos com o autor, visto que o entorno escolar também faz parte de seu território educativo, sua construção deve ser ampla e vai depender das relações que os sujeitos da escola mantêm com os sujeitos do entorno do espaço escolar, e o processo educacional deve articular essa dinâmica numa ecologia dos saberes entre conteúdos curriculares e conteúdo das práticas culturais dos discentes.

Desta forma, surgiu na Escola Estadual Marechal Costa e Silva em 2015, o “Fórum da Consciência Negra”, que antes acontecia como “Projeto Negritude”, na emblemática data de 20 de novembro.

Desta forma, essa data é sempre tratada nas escolas, porém, não será neste trabalho que iremos discutir essa questão de como as unidades de ensino tem abordado o tema (ANEXO – C).

Entretanto, trataremos do caso específico de Muricilândia (TO), o evento mobiliza toda a cidade no sentido de que todas as atividades escolares das quatro escolas são voltadas para a participação no Fórum, bem como a comunidade externa das escolas e a comunidade quilombola.

A data é o dia “D” para o movimento negro de todo o país e significa a exaltação aos abolicionistas, a luta e reivindicações na busca de direitos sociais.

As escolas de Muricilândia (TO) localizam-se em território quilombola e tem o grande desafio de romper com a cultura escolar homogeneizante e apropriar-se do território do entorno escolar, tentando unir escola e movimento negro, eis um grande

desafio para as comunidades escolares do município e principalmente para a escola anfitriã do evento.

Para conseguir romper com a cultura dominante, a primeira atitude é escutar as vozes daqueles que sempre foram silenciados em nossa sociedade, o desabafo do professor quilombola Manuel Filho pode nos trazer importantes reflexões para repensarmos as práticas pedagógicas:

[...] o espaço está se tornando um repetidor da ideia dominadora, do pensamento dominador, um local que cerceia a fala entendeu, um local que intimida a presença e a expressão de quem tá lá pra fazer isso [...] há pouca participação de quilombola no fórum, você conta as pessoas, os quilombolas, você ver mais professor, aluno, mas você conta a dedos os quilombolas adultos que eu falo [...] e não era pra ser assim [...] não houve essa disponibilidade de abrir um diálogo, ali é um local onde nossos jovens, nossos idosos poderiam usar aquele espaço pra falar, pra colocar sua cultura, pra fazer o desabafo entendeu, coisa que não pode ser feito no 13 de Maio [...] embora a gente faça isso no seminário [...] mas a voz que tá no seminário é a voz da massa, não, é a voz dos intelectuais né, que tá levando pra lá suas produções [...] o 20 é o acontecimento na comunidade que vai fazer com que todos os negros se libertem daquilo que oprime ele, que ele não tenha medo de falar, que ele reivindique, cobre respeito, reivindique seus direitos entendeu e que exalte o herói que de fato é absorvido pelo movimento né, pelos negros no Brasil [Zumbi de Palmares] [...]. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

Desta forma, a escola apropria-se do território quando seus sujeitos influenciam no seu entorno e quando ocorre o contrário, os sujeitos do entorno influenciam nas práticas pedagógicas da escola. Haja vista, que o conteúdo educativo não deve ser impositivo, mas respeitar a realidade dos alunos e das alunas, visto que as escolas de territórios quilombolas possuem ambientes plenamente propícios para desenvolver atividades pedagógicas que contemplem a população afrodescendente, ou seja, o território interno e externo da escola deve ser uma continuidade e não uma ruptura.

O Fórum da Consciência Negra é um exemplo dessa continuidade do território escolar, como também o ensino de batuques afros e a participação de alunos e alunas não quilombolas nas festividades da CQDJ como mostra a Fotografia 14.

Fotografia 14 – Percussão da Escola Marechal Costa e Silva na Festa 13 de Maio.



Fonte: A autora, 2018.

A emancipação cultural através das práticas pedagógicas ainda é uma grande luta, é um caminho longo a ser trilhado pela busca ao respeito das diversas culturas encontradas nos espaços escolares que quase sempre não são espaços de múltiplas práticas culturais, e mesmo que seja são através de resistências as imposições.

4.2.7 Coletivo Jovens Quilombolas.

Em 2017 os jovens quilombolas organizaram-se em reunião para fundar o Coletivo de Jovens Quilombolas (CJQ), na intenção de mobilizarem-se em torno das questões do grupo étnico a que pertencem, buscam o fortalecimento de suas próprias raízes, realizar grupos de estudos com enfoque principalmente sobre a história da África, diáspora dos africanos e da própria história da comunidade, acompanhar as demandas da ACQDJ principalmente em volta da titularização do território, dentre outras ações que podem ser realizadas pelo grupo na intenção de fortalecer a identidade étnica dos jovens.

O CJQ está diretamente ligado às intervenções dos *griôs* da comunidade que preocupados com o futuro do grupo se disponibilizaram a ensiná-los.

[...] o jovem não se interessava por aquilo ali, criticavam, não brincavam, iam brincar a Festa do 13 de Maio, era mais com desdém, era mais como uma avacalhação do que mesmo como uma coisa com sentido entendeu, e isso precisava mudar ou então a tradição estaria fadada a ter um fim né, enfraquecer, aí surgem então o propósito do conselho [...] eles começam a fazer os encontros e aí começa a fazer essa transmissão, começa a dialogar [...] a ideia é essa, é repassar a história pra que eles absorvam e dê continuidade né [...]. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

A reunião de fundação do coletivo iniciou-se com a fala da jovem quilombola A. S., que mencionou que a identidade leva tempo para se construir e que o CJQ contribuirá para isso, já a jovem Ludimila Carvalho dos Santos reforçou que os jovens estão muito dispersos e que isso é uma deficiência, lembrou que na falta dos *griôs* será importante a comunidade ter outros representantes que conheçam a história e cultura do grupo. E assim, vai surgindo na comunidade um protagonismo jovem, a exemplo disso o quilombola Sallomão Israel já mobiliza-se e elabora planos.

[...] eu como músico pretendo já esse ano ainda montar uma oficina de percussão permanente na comunidade quilombola [...] é muito bacana, é rico até, mas só que a percussão de escola é uma percussão fanfarra, ela não lembra muito aquela questão do batuque africano [...] você ver aquela batucada mais militar e a minha ideia é essa é levar o tambor mesmo de madeira, feito com couro pra você passar aquela batucada para os jovens [...]. (Entrevista: Sallomão Israel Chaves Borges, 2018).

Também como resultado da fundação do CJQ, fortaleceu o encontro entre os jovens e os anciãos da comunidade.

4.2.8 Encontro de *Griôs* com a Juventude Quilombola.

Os jovens quilombolas se reconhecem em processo de construção identitária, e por isso estão em busca das memórias dos *griôs* para solidificarem a própria identidade. Candau afirma que a memória “[...] vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade” (2016, p. 16). Sobre essa questão, o autor ainda reforça.

[...] a memória é necessariamente anterior em relação à identidade – essa última não é mais do que uma representação ou um estado adquirido, enquanto que a memória é uma faculdade presente desde o nascimento e a aparição da espécie humana –, torna-se difícil consentir sobre a preeminência de uma sobre a outra quando se considera o homem em sociedade. De fato, memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. **Não há busca identitária sem memória e, inversamente**, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente [...]. (CANDAUI, 2016, p. 19, grifo nosso).

As transmissões de memórias através das oralidades, em que os anciãos repassam aos mais jovens fazem com que seus sistemas culturais sejam preservados. Os jovens têm aprendido a dar honras aos mais velhos da comunidade, a jovem Ludimila Carvalho dos Santos compreendeu bem e os homenageou no encontro com os *griôs*.

Homenagem aos Griôs

Griôs: os contadores, os cantadores, os tocadores, os dançarinos, os artesãos, os detentores, os sabedores, os proprietários e os transmissores de nossas histórias...

Durante todo o encontro tivemos a oportunidade e a grande honra de escutar, sentir e vivenciar o Compromisso de nossos griôs em preservar e transmitir as histórias, fatos históricos, os conhecimentos, os artesanatos, a dança, a medicina e as canções de nosso povo com tanta propriedade, emoção, maestria e amor.

Dona Juscelina: *com seu vigor, molejo, canto, oralidade e muita coragem fizeram com que nos sentíssemos a vontade nos fazendo ver que estávamos em casa, mostrando através de suas vivências e relatos nossa originalidade, peculiaridade, essência, natureza, importância e nossas forças. Trazendo assim para nós o legado de continuar a luta passada e iniciar a guerra futura!*

Dona Cícera: *com seu fervor, canto, oralidade, molejo, muito entusiasmo e ânimo, nos fez ver as nossas riquezas passadas, presentes, futuras, próximas e distantes, sofridas e conquistadas, perdidas e encontradas... Em uma de suas inúmeras e maravilhosas palavras enfatizou que a beleza e esperança da vida estão nos pequenos detalhes e dentro de cada um de nós. Incentivando-nos a desflorar e permanecer em nossa grande caminhada com destino a liberdade concreta!*

Dona Rosa Mirtes: *Com sua intensidade, oralidade, canto, molejo e muita humildade nos trouxe através de suas palavras e comportamentos a figura da mulher forte, corajosa, fraterna, piedosa, amorosa, dona de si, resistente, independente, batalhadora que é, que somos e que existe em cada um de nós. Fez-nos lembrar e sentir os preceitos e princípios trazidos pelos nossos antepassados da mãe África que foram e são vividos e transmitidos no Brasil. Através da sua dança e molejo trouxe também a lembrança do nosso povo que em meio a todo sofrimento, exaustão e exploração não perderam a alegria, audácia, emoção e vontade de viver, não deixando morrer as manifestações culturais e tradicionais vividas, dançadas e por fim eternizadas!*

Seu Geraldo: Com sua fé, oralidade, honestidade, compaixão e muita disposição nos fez acreditar que podemos reconstruir um mundo melhor, cabem a nós decidir quando começar. Mostrou-nos que o futuro está em nossas mãos e assim, o faremos como queremos. Suas experiências de vida, seus conselhos e instruções nos motiva a acreditar, crer, lutar, respeitar tudo e todos os que nos rodeiam, ver no seu interior a sua importância, valorizar os irmãos, nossa comunidade, nossa cultura, nossa história, nossos espíritos companheiros e guerreiros, para que com isso nada se perca em nossas vidas para que com propriedade assim como ele e todos os grãos possamos repassar aos nossos descendentes toda nossa bagagem, social, cultural e histórica que recebemos com tanto amor e bravura.

Seu Carlindo: Com sua arte, mãos ágeis, oralidade, hombridade e muita ternura nos instruiu e mostrou que assim como a palha e todo o processo até ela se transformar em um belíssimo artesanato é a nossa vida, à momentos que é necessário escalarmos o coqueiro a procura da melhor palha, do melhor momento, depois com muito cuidado risca-la e separá-la, assim como fazemos na vida com nossas escolhas, pessoas que fazem parte de nossa vida, e mais quando chega a hora de moldá-la (a palha) é preciso concentração, silêncio, coragem, paciência, amor, assim como na hora de tomarmos decisões importantes e ao final de todo o trabalho/vida já é hora e ver qual o resultado, como saiu seu artesanato? Bem feito/viveu uma vida a qual se orgulha, mal feito/deveria ter tido mais cuidado, refeito alguns importantes momentos a quais hoje se arrepende na vida. E assim seu Carlindo como em um provérbio africano nos chamou a refletir sobre a importância da arte e sua relação tão próxima com nossas vidas!

Seu Dadá: Com sua firmeza, oralidade, batuque, molejo e muita perseverança nos transmitiu o orgulho em ser o que somos, o cuidado e amor com e pelo nosso povo, a certeza de nossa capacidade, a esperança e a preocupação se viveremos em um planeta saudável naturalmente, socialmente e culturalmente, assim como todos os grãos trouxe relatos e experiências vividas em nossa comunidade desde o início e de uma forma admirável se empenhou em apresentar soluções para os problemas passados e atuais e métodos de preservação para os problemas possivelmente futuros. Fortalecendo-nos a certeza que existe na beleza de sermos quilombo e vivermos nossa identidade em comunidade!

Seu Dos Santos: com seu zelo, canto, ritmo, oralidade e dignidade nos contagiou com suas canções de letras inusitadas, especiais e importantíssimas para o fortalecimento de nossa identidade e união fez-nos perceber que as nossa peculiaridade/diferenças é o que nos faz quem somos, que nossas riquezas estar muito além do dinheiro, que nossas dores, sofrimentos e batalhas é o que nos motiva a nunca desistir ou parar de lutar... E algo que suas músicas e falas nos instigou a refletir foi que nossa auto identificação não estar na boca dos outros, ou onde estamos, ou o que fazemos cotidianamente, mas sim em nossa cultura, religiosidade, tradições, ancestralidade, território, resistência e dentro de cada um de nós! Todos esses dias de transmissão de saberes e fazeres fez com que os participantes assumissem um grande compromisso de guardar e transmitir tudo o que foi aprendido e compartilhado, transformando assim cada um de nós aqui presentes em grãos aprendizes!

Da minha cor saiu sofrimento...

Da minha cor saiu amargura...

Da minha cor saiu resistência...

Da minha cor saiu bravura...

Obrigada!!!

Os contadores de histórias, que narram de forma falada ou cantada as tradições e os acontecimentos de um povo. São anciões, que em algumas partes da África são chamados de *griôs*. Lima; Hernandez exemplifica essa arte.

Foi o pai de meu pai quem me ensinou não ser suficiente apenas aprender as histórias para depois contá-las. Que não bastava apenas reviver cada guerreiro, cada atmosfera para demonstrar a astúcia, a coragem, a honra e o poder dos soberanos ou como batia o coração do povo. Era preciso fazer com que permanecessem vivas na memória das novas gerações. (LIMA; HERNANDEZ, 2010, p. 10).

O grande mentor da vida de Dona Juscelina foi seu tio Claro Preto do Saco, foi ele quem repassou pra ela e para outras crianças e jovens a memória do cárcere que a matriarca carrega e também repassa aos mais jovens porque assim como seu tio carregam naturalmente o ofício de ser *griôs*.

[...] era bater os coitado negro né, esfarrapado, esfarrapado quer dizer que era rasgado, que era sujo, as mãe trabalhando lá, cozinhando pra meus senhores o que era os rico e aquilo ali eles, ainda que eles ganhava era só o restinho dos di comer pra comer, só os resto e tinha vez que nem isso, chegava de noite, a mãe chegava ia fazer aquele labuzim pra eles comer, a vida do cativo foi tirano, meu tio contava pra mim e pra nós tudo assentado na esteira, fazia esteira do oi do babaçu né, meu tio era mestre pra fazer cofo, abano, esteira, tudo ele fazia né [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

O quilombola Manuel Filho, que também é imbuído da cultura afro relata que também recebeu ensino de seu avô e de seu pai ambos *griôs*.

[...] meu vô não tinha instrução mas era um auto-didata, ele inventava mil e uma coisa, Dona Juscelina conheceu ele, via e sabia as habilidades que ele tinha e isso foi transmitido para o meu pai né, então assim, eu vi, eu cresci vendo meu pai envolvido com eventos culturais, religioso e cultural e com habilidade muito grande pra aquilo, então acabou que eu fui trilhando também por aí, pegando gosto e eu desde pequeno, toda a vida eu tinha uma coisa que era um pouco de diferente dos outros, das outras crianças, eu gostava muito de conversar com adultos, entendeu, mesmo quando eu já tava tomando entendimento eu brincava tudo, tinha meu grupo de amigos, mas eu dialogava mais com adultos de que com criança, os iguais, não sei o que me motiva aquilo, mas eu gostava [...]. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

Parafraseando a obra de Lima; Hernandez (2010) que nos explica o ofício dos *griôs*, entendemos que são eles mestres em despertar ouvintes, seus gestos, seus jeitos, seus corpos prendem nosso olhar. Contando, cantando, tocando e emocionando, assim fazem esses anciões e anciãs, mantém viva a história na

memória da nova geração. A sapiência vem não de quem ouviu, mas de quem viveu, trazendo o passado para o presente, como o sangue corre dentro de nós e nos dá vida, os/as *griôs* narram suas histórias e fazem circular a memória que mantém vivos os povos tradicionais quilombolas, iniciam seus sucessores no dia-a-dia e a toda hora, pela a arte da transmissão de conhecimentos.

Para institucionalizar essa prática ancestral de ensinar através das oralidades, em 2010 criou-se o Conselho de *Griôs* no estatuto da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, atualmente contam com sete membros, quatro homens e três mulheres, a matriarca é a presidenta de honra, a Fotografia 15 mostra o grupo de anciãos, apenas o *griô* Do Santos não estava presente (Da esquerda para a Direita: Seu Carlindo, Dona Rosa Mirtes, Dona Juscelina, Dona Cícera, Seu Geraldo e Seu Dadá).

Fotografia 15 – Conselho de *Griôs* da ACQDJ.



Fonte: A autora, 2018.

O rigor dos mestres *griôs* e das mestras *griot's* garantirão a tradição. Assim, o jovem Sallomão Israel relata sua experiência de aprendizagens com os velhos ensinadores.

[...] é a passagem do conhecimento que nossos griôs tem para com os jovens da comunidade [...] daí você aprendeu fazer artesanato com palha de babaçu, a tirar o azeite do coco-de-babaçu, fazer farinha de mandioca sabe [...] por mais que o jovem não vai exercer aquilo, não vai fazer a farinha pra comer porque ele pode ir lá comprar, mas você tem aquele conhecimento sabe, você tem aquele conhecimento que você vai passar pra seus filhos [...] se o quilombo tivesse seu terreno [...] você botar em prática todo o conhecimento que aprendeu com os griôs de certa forma seria bom até financeiramente pra comunidade sabe, porque ali você iria plantar, você ia tá exercendo aquilo que foi passado pelos griôs e não ia cair no esquecimento porque você ia tá na prática [...] como eu sou quilombola [...] a minha visão desde o princípio, desde antes de eu entrar na faculdade é, eu vou entrar na faculdade, eu vou extrair o máximo que eu puder lá e vou levar aquilo de volta pra comunidade [...]. (Entrevista: Sallomão Israel Chaves Borges, 2018).

O encontro entre os jovens e os anciãos da comunidade aconteceu com as seguintes atividades (ANEXO – A):

- a) Roda de conversa dos *griôs* com a juventude;
- b) Ensino prático de artesanatos e culinária quilombola;
- c) Capoeira e as danças lindô e rebolado.

❖ Roda de conversa dos *griôs* com a juventude.

No encontro entre os jovens e os anciãos da comunidade a roda de conversas foi marcada pela contação de histórias de vida dos *griôs*, como eram suas relações com a natureza e seus modos de vida antes da chegada de recursos tecnológicos na comunidade.

A realização do encontro é iniciado com a formação de um círculo, o líder Manuel Filho pede que marquemos o passo, ao som do tambor fazendo uma ciranda e entoando o canto de origem indígena.

[...] nós quilombolas, nós temos também essa ligação muito profunda com a natureza, é dela que nós temos nossos patrimônios simbólicos, é nela de onde tiramos nosso sustento, das nossas famílias, é dela que nós, onde pudemos encontrar bem próximo da presença de nossos ancestrais [...]" (Manoel Filho Borges, 2018).

Serviu para resgatar a memória da cultura contra-hegemônica em que o campesinato negro se apropria e produz territórios tradicionais, além de nos lembrar dos primeiros habitantes de Muricilândia (TO) da comunidade que tinham uma forte relação com a natureza.

Toré da Mata

*Eu tava no meio da mata
Pra quê mandou me chamar
Eu vim foi pra beber jurema
Balança meu maracá
Oh, rena, rena, rena, rena*

O líder reforça a importância do encontro entre anciãos e jovens, e que a partir deste momento estes podem se considerar *griôs* aprendizes, pois no futuro serão responsáveis em transmitir os saberes e fazeres da cultura quilombola para as próximas gerações.

Para compor uma mesa de destaque, o líder quilombola convida os *griôs*: Seu Conceição Viana (Seu Dadá), Seu Geraldo Delmondes Ferreira, Dona Cícera Vieira Almeida, Dona Rosa Mirtes Pereira de Sousa, Seu Carlindo, Seu Manoel Pereira Borges (Seu Dos Santos) e a presidente do grupo a Dona Juscelina.

O líder Manoel Filho pede para que todos se ponham de pé e nos faz lembrar nossos ancestrais e nossas heranças culturais africanas. Mas, reconhece a questão das diferenças religiosas do grupo, principalmente pela grande presença de seguidores da fé cristã.

Ao passar a palavra para a Presidenta do Conselho de *Griôs*, Dona Juscelina, ao dá as boas-vindas para a juventude, alerta que a luta dela para manter a identidade cultural do grupo é grande e diz: “[...] *ou caindo, ou levantando, eu estou sempre empinando [...]*”.

A matriarca alegra-se ao ver a presença dos jovens e alerta: “[...] *a idade já está comunicando, 87 anos e 6 meses completos [...]*”, ela quis dizer que logo poderá fazer falta no grupo e inicia as atividades do dia fazendo uma oração bíblica ensinada por Cristo e uma ensinada pelo catolicismo.

Após as boas-vindas, o líder Manoel Filho solicita a todos e todas a se retirarem do recinto com exceção dos *griôs*, para fazermos o rito de entrada com a bandeira do Divino Espírito Santo que é símbolo da comunidade e a entrega aos anciãos, o cortejo foi realizado entoando o seguinte canto.

*Que bandeira é essa que vamos entregar?
Que bandeira é essa que vamos entregar?
Ao dono da casa nós vamos entregar
Ao dono da casa nós vamos entregar*

Depois do ritual da bandeira, o líder nos lembra sobre o nosso ato de pedirmos a benção aos mais velhos, e relata que herdamos essa característica da cultura africana que tem como costume pedir a benção aos ancestrais. Assim, ficamos em forma de círculo para repetirmos esse costume, com uma mão-de-pilão o líder destaca seu significado como símbolo da cultura tradicional que o grupo herdou dos seus antepassados. Ao bater a mão-de-pilão no chão cada pessoa pediu a benção ao conselho de *griôs* e aos seus ancestrais já falecidos, destacamos o pedido dos participantes desta pesquisa.

Manoel Filho Borges: pede a benção ao conselho de *griôs* e aos seus ancestrais; sua avó Joaquina e seu avô Lula.

Dona Juscelina: pede a benção dos seus ancestrais; sua avó e diz: “[...] *ela foi uma sofredora, ela foi uma negra cativa, eu sou neta de uma cativa [...]*”, ao seu tio Claro Preto do Saco que lhe incumbiu de realizar a Festa 13 de Maio, pediu também a benção de seus pais Raimunda e Dionísio e de seu esposo Cristino Lopes.

Cícera Vieira de Almeida: pediu a benção de seus pais Cícero de Almeida e Antonia Pereira Borges.

Rosa Mirtes Pereira de Sousa: pediu a benção da avó e dos pais.

Manoel Pereira Borges: pediu a benção a Deus e depois ao patriarca bíblico Abraão. Também pediu a benção dos bisavós, avós e pais.

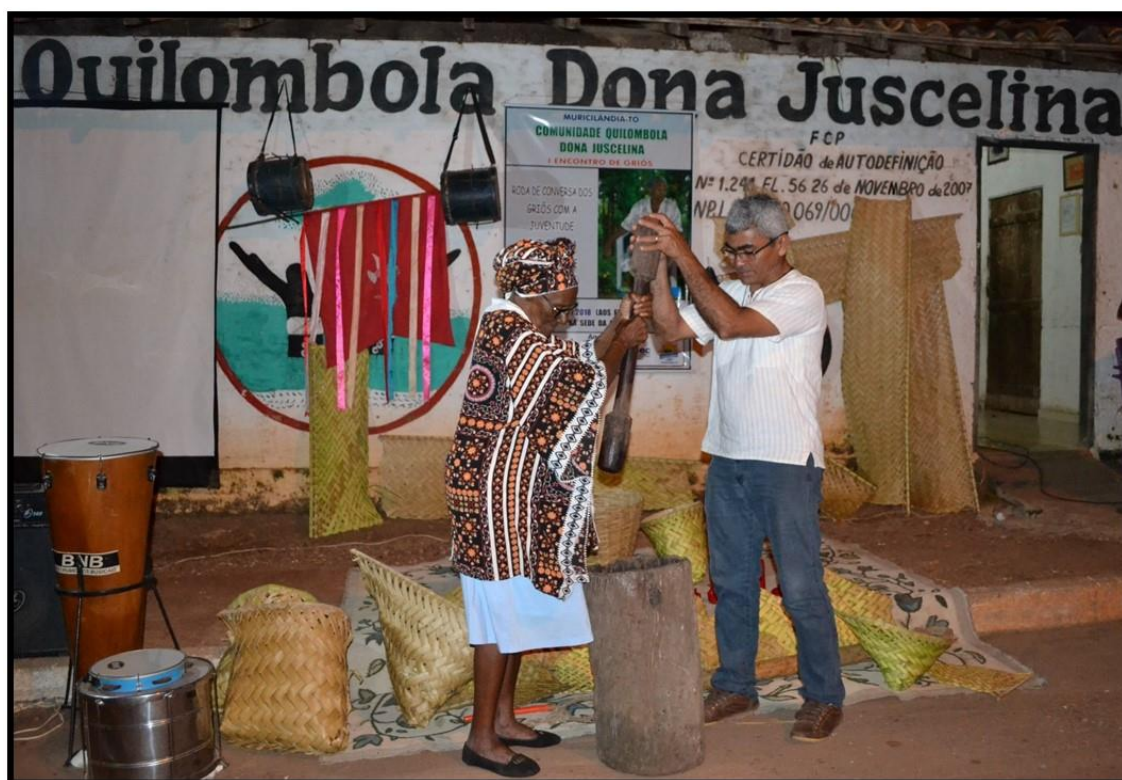
Ludimila Carvalho dos Santos: pediu a benção aos ancestrais que lutaram para a conquista da liberdade e nos lembrou as aquilombadas Dandara (Quilombo Palmares - Alagoas) e Tereza de Benguela (Quilombo Quariterê – Mato Grosso).

Maria Bartolomeu N. Alencar: pediu a benção de Deus.

Na sequência deu-se início ao ensino, através das oralidades os anciãos repassam aos mais jovens suas experiências de vida, tudo intercalado por momentos de descontração ao som de músicas cantadas pelo *griô* Seu Dos Santos, entre elas está a cantiga em epígrafe da seção deste trabalho – Romaria Negra Popular (página 63).

A *griot* Dona Juscelina, relatou aos jovens sobre sua chegada em Muricilândia (TO), este momento é importante para conhecimento do grupo, visto que é considerado como um divisor de águas para a comunidade, a líder comentou também sobre sua história de vida, mas confunde-se com algumas datas que marcam sua trajetória, mas que é prontamente corrigida pelo líder Manoel Filho, pessoa que a matriarca nos afirmou ser seu braço direito na continuação da realização das tradições da comunidade, e a pedido da pesquisadora aceitaram posar para a Fotografia 16, segurando o que consideram como o principal símbolo afro que carregam, o pilão.

Fotografia 16 – Dona Juscelina e o Líder Manoel Filho em ato simbólico de sucessão.



Fonte: A Autora, 2018.

A *griot* Dona Cícera de 67 anos, relata aos jovens que tem uma característica peculiar, chegou com sua família dois meses após a fundação da cidade e era criança de um ano de idade, a *griot* desenvolveu-se biologicamente, enquanto que o povoado crescia, e afirma “[...] eu e Muricilândia crescemos juntas [...]”.

Dona Cícera atuou como enfermeira da comunidade, pois é conhecedora da medicina natural e ainda cultiva no quintal de sua casa as ervas que usava em seus

tratamento terapêuticos. Para curar os males dos primeiros habitantes, eram utilizados benzimentos e ervas naturais como: Folha de Sete dores (Boldo), Fedegoso, Mastruz, Gengibre, Picão, Pariri, Trevo, Perpétua, Gervão, Alfavaca, Malva do Reino, Sabugueiro, Acerola, Quebra-pedra, Babosa, Folha Santa, Azeite de coco-de-babaçu, Açafrão.

O *griô* Geraldo de 83 anos, relata aos jovens sobre sua história de vida, pernambucano, seus bisavós eram escravos em sua terra natal. Nos chama atenção para sua cor de pele, “[...] *eu tenho a cor assim meio amarelada como diz o pessoal, porque minha mãe era branca descendente de portugueses [...]*”.

Em seu relato, revela que conheceu pessoas escravizadas que transmitiram através das oralidades suas lutas pela liberdade. E faz um importante apelo aos jovens quilombolas, a não esquecerem a luta de seus ancestrais, que escravizados resistiram, e que perpetuem a memória do cárcere.

[...] na luta pela liberdade, lutou, os preto que foi assassinado, enforcado, queimado por ter lutado pela liberdade [...] hoje temos a liberdade de viver livres, ou quase livres [...] é vocês levando o caminho e a força [...] pra que isso não caia, nunca esse conhecimento de quem sofreu a origem negra [...]. (Geraldo Delmondes Ferreira, 2018).

O *griô* levanta uma importante questão, “[...] *hoje nós podemos se considerar branco, porque samo branco na fé, samo branco na força e samo branco no querer [...]*”. Na verdade em suas palavras, seu Geraldo quis afirmar que atualmente os negros são cidadãos de direitos iguais aos brancos. Mesmo ainda com toda as dificuldades sociais e o presente racismo em nossa sociedade, estes são problemas ainda muito enfrentados pela comunidade negra.

O *griô* Seu Dadá de 71 anos, relata que chegou em Muricilândia (TO) em 1959. Por ser pescador, tem uma profunda relação com o rio Muricizal, ou “*Murici*” como prefere chamá-lo. O *griô* conta sobre a importância do rio para os primeiros moradores, que serviu principalmente de fonte de alimentação, escoamento da produção e lazer. Alerta aos jovens da importância de sua preservação, pois o atual estado de conservação pode levá-lo a uma grande deterioração, pois encontra-se poluído e assoreado, por isso seu uso não tem servido mais para a atual geração como servil para seus antecessores.

O rio tem um significado simbólico para o Grupo de Quilombolas, pois foi através das nuvens formadas por sua umidade que marcou a direção que João

Paulino e seu pequeno grupo deviam seguir, foi às suas margens que se estabeleceram territorialmente e deu origem a formação da comunidade. Atualmente o rio é principalmente fonte de lazer, de forma que é comum em Muricilândia (TO) ouvir o ditado popular que a comunidade criou, *“Quem bebe da água do Murici, sempre volta”*, a expressão significa a forte relação de afetividade que os habitantes (quilombolas e não quilombolas) possuem com o rio.

A *griot* Dona Rosa Mirtes de 71 anos, imigrante maranhense, relata que foi designada pela prefeitura de Araguaína para lecionar em Muricilândia (TO), foi sem sua família, mas sente-se parte da comunidade pelo sentimento de afetividade que envolve o grupo étnico, “[...] de sangue eu não tenho parente, mas eu considero todo mundo, são meus parentes [...]”. Foi uma das primeiras professoras do povoado e de lá não quis mais sair, sendo também afrodescendente mas acostumada em viver em cidades, diz que enquanto alfabetizava seus alunos, eles a ensinava artesanatos feitos da palha de babaçu, numa troca de saberes.

❖ Perguntas dos jovens aos *griôs*, entre elas estão:

- A jovem A. S. perguntou sobre quais eram os cuidados medicinais com os recém-nascidos. A *griot* Dona Cícera respondeu que tratavam o umbigo dos bebês com azeite de mamona, cinzas de flecha queimada e da madeira da palha do buriti queimada.
- A jovem E. P. S. S. explanou sobre os remédios que foram produzidos a partir de ervas medicinais, e que antes da indústria farmacêutica as utilizarem, essas plantas já faziam parte do conhecimento popular como foi exposto pela *griot* Dona Cícera. *“[...] a gente de primeiro se curava com remédio caseiro, hoje nós tamo se acabando em comprimido [...] mas eu sou daquele tempo véio, eu gosto é do remédio caseiro [...]”*, complementou Dona Juscelina.
- O líder Manoel Filho relata episódios em que Dona Juscelina realizou a reza de benzimento e que as pessoas que receberam retomaram a saúde, por isso pergunta a matriarca como ela aprendeu o dom de benzer. A resposta se resume em uma palavra, a Fé, ao elevar seus pensamentos para o alto, faz seus pedidos de curas com fé. A matriarca afirma que por vezes é chamada de macumbeira e feitinceira, mas emocionada, nega e afirma que não sabe fazer macumbas e feitiços.

- A jovem A. F. G. S. relatou que deu à luz a uma criança que faleceu com dois dias de vida e que não deu tempo do padre batizá-la, então recorreu ao *griô* Dos Santos que abençoou a criança já morta, “[...] a gente faz uma oração, a gente esperge na criança com a água benta em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo [...]”. O ancião enfatiza que embora que a Igreja Católica não concorde com o procedimento, afirma que respeita as crenças dos pais da criança e disse que no caso não é um batismo exatamente como o da igreja.
- ❖ Ensino prático de artesanatos e culinária quilombola.

Outra atividade marcante para os jovens foi o ensino prático de extrativismo e produção de artesanatos, além do aprendizado de culinária típica dos primeiros habitantes da comunidade, no trabalho de campo os jovens se dividiram em três grupos, não sendo possível a pesquisadora etnógrafa acompanhar todas as ações, deixou de participar de alguns momentos dos trabalhos realizados pelos grupos, porém, este fato não nos trouxe prejuízos, pois, a pesquisadora durante a infância teve as mesmas experiência com sua família praticantes do campesinato negro nos interiores dos Estados do Piauí, Maranhão e Pará.

- Grupo 1: buscaram mandioca em uma plantação e levaram a matéria-prima para uma casa de farinha ambas localizadas no sítio urbano e pertencentes a uma família quilombola, houve a produção da farinha e do polvilho, deste segundo foi feito beijú e bolos;
- Grupo 2: foram para uma terra de um quilombola, dos poucos que conseguiram comprar o título na época da expropriação, lá havia a presença de babaçu, recolheram o coco e realizaram a quebra da casca para extração da matéria-prima, levando para o sítio urbano para realizar o processo de produção do azeite utilizando-se de pilão e fogão a lenha;
- Grupo 3: acompanhamos e realizamos todo o processo de extração da palha do babaçu para a produção de utensílios artesanais como esteiras, cofo, balaio, abano e brinquedos.

❖ Capoeira e as danças lindô e rebolado.

Ao final do encontro os jovens foram reunidos para praticarem capoeira e as danças lindô e rebolado.

O encontro entre o CJQ que são estudantes secundaristas e de ensino superior com os *griôs*, nos remete a ideia de ecologia dos saberes, onde Santos (2010) sustenta que é a epistemologia que luta contra as injustiças cognitivas, haja vista, que os ancestrais da comunidade quilombola, os africanos e afro-brasileiros sofreram o epistemicídio.

A ecologia de saberes tem de ser produzida ecologicamente: com a participação de diferentes saberes e sujeitos. Há práticas de saber dominantes, assentes na ciência moderna ocidental, e práticas de saber subalternas, assentes em saberes não científicos, ocidentais e não ocidentais, e que esta hierarquia produz e reproduz a desigualdade social no mundo. As práticas de saber dominante são as que assentam na ciência moderna. Como esta não está distribuída equitativamente no mundo, nem como sistema de produção nem como sistema de consumo, as desigualdades no acesso, controle e uso da ciência são o resultado de desigualdades sociais e reforçaram-nas. A ecologia de saberes parte da ideia que a eliminação destas desigualdades não é possível através da democratização do acesso à produção e consumo da ciência moderna. Embora esta deva ser prosseguida, não bastaria por si própria devido aos limites intrínsecos da intervenção científica no real. O uso contra-hegemónico [sic] da ciência assenta no reconhecimento desses limites e, por isso, na necessidade de, para os superar, recorrer a outros conhecimentos. (SANTOS, 2010, p. 158, grifo do autor).

Neste sentido, a valorização de práticas de outros saberes que não são o dominante da ciência moderna, é necessária para que se consiga vencer as desigualdades sociais. Podemos observar essa ecologia dos saberes presente na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, pois os jovens associam os aprendizados dos saberes ancestrais com o saberes científicos que aprendem no processo de escolarização.

A tradição de transmitir através das oralidades os saberes, memória e história de um povo são atos de resistências afrocentradas contra a colonização, a colonialidade e a homogeneização cultural, e é fundada em suas ancestralidades, por isso continuam persistindo.

Na seção seguinte trazemos a discussão o dia 13 de Maio e a Festa da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

5 DA FESTA 13 DE MAIO AO FESTEJO DA ABOLIÇÃO.

*Recordando do meu passado,
De um bom tempo que lá se vai,
Quando começou a Festa do Rebolado,
Representando a vida dos negros,
Com seus gemidos e Ais.*

*Com Dona Juscelina veio a tradição,
Do Festejo do 13 de maio,
Há muito tempo então,
O legado e seus anseios,
Ela trouxe para a região.*

*No ano de setenta e cinco,
Quando por aqui cheguei,
Era simples e humilde a Festa,
Da qual falo agora a vocês,
Mas muito bonita e frequê.*

*Andava-se numa charrete,
Pelas ruas da pequena cidade,
Tocando acordeon e cantando,
Todos eles muito orgulhosos,
Na sua humilde simplicidade.*

*Hoje se modernizou o desfile,
Mas a história ainda é a mesma,
Exaltando o negro forro,
E idolatrando a Isabel, a princesa,
Seminários, estudos e palestras,
Se acrescentou agora com presteza.*

*Por isso a festa ainda existe,
Em continuar bem firme,
A comunidade tenazmente insiste,
Vamos ajudar, participar, nos empoderar,
E não deixar essa história acabar.*

*Não podemos perder o foco,
Das festividades a tradição,
Com alvorada às cinco horas,
E cantando nas ruas a multidão,
À tarde teatro para povão.*

*À noite sai o cortejo dançando,
Com escravos, a princesa de novo,
Recordando aquele dia venturoso,
Onde a princesa Isabel assinou,
A Lei Áurea e libertou nosso povo.⁵⁹*

O poema em epígrafe revela a visão de uma quilombola que acompanha a Festa após sete anos de territorialização no município de Muricilândia (TO), reflete

59 Título do poema: Da Festa 13 de maio ao Festejo da Abolição. Autora: Maria Bartolomeu Novais Alencar (poema produzido a pedido da pesquisadora).

sobre importantes pontos diacrônicos para refletirmos, como: o uso do termo “Festa do Rebolado”; o escravismo negro; Dona Juscelina como portadora da tradição; recordação da década de 1970 como uma Festa simples e com grande participação da comunidade; a presença da alegria pela liberdade; a exaltação à Princesa Isabel; a implementação de conteúdos educativos que constituem espaços de debates das lutas do grupo étnico, de emancipação cultural e de transmissão de saberes e fazeres. A autora do poema lembra saudosa de como a Festa era oportunidades para as sociabilidades.

[...] As Festas eram momentos, uma ponte para início de relacionamentos, naquela época se namorava através de olhares e bilhetes, vinham muitas pessoas de outros locais como Cocalinho [Comunidade Quilombola em Santa Fé do Araguaia-TO], as moças e os rapazes escolhiam o jovem de seu interesse e diziam aquele, aquela é meu ou minha [...]. Sinto falta da tradição da época, que tivesse cortejo com carroças [...]. (Entrevista: Maria Bartolomeu N. Alecar, 2018).

Já a partir das oralidades de Dona Juscelina que faz um esforço para manter essa memória viva, diz: “[...] *Eu venho lutando, com a idade de 20 anos eu comecei a sofrer pela minha negrada [...].*” (Entrevista: 2018). Seu empenho gera na comunidade sentidos para a Festa, como a expressão da alegria de ser livre, sendo esta alegria experimentada pelo tio da matriarca o senhor Claro Preto do Saco, lá no passado no dia 13 de Maio de 1888, por meio da memória coletiva, esta alegria é disseminada no povoado afrodescendente que constroem uma identidade.

A *griot* Dona Cícera, ao conhecer o alegrão de Dona Juscelina, relata o que significa a Festa para ela.

[...] Significa muita coisa, alegria, respeito, que a brincadeira dela sempre teve respeito, então para mim é um divertimento muito bom, a apresentação da princesa foi muito importante para nós porque aqui nós só estudava no livro, ela [Dona Juscelina] que trouxe a cultura [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

Retomamos o conceito de identidade colocado por Hall (2006), que trata do sujeito sociológico que ao ser influenciado por uma cultura passa a se unificar a ela. É neste sentido que entendemos a Festa, como uma amálgama para a comunidade, pois ao chegar em Muricilândia (TO), Dona Juscelina ao ensinar o processo abolicionista de acordo com sua experiência de vida, compartilha com o grupo a alegria da liberdade, e a partir de então surge a tradição naquela localidade.

Com base nas ponderações de Saquet (2007), entendemos que a construção identitária, ocorre a partir da adaptação individual a uma dada cultura através do desenvolvimento da subjetividade do sentir-se pertencente aquele grupo ao qual está inserido, a realização da Festa tornou-se como um símbolo identitário em um novo contexto sócio-territorial.

Desde a origem das festividades de 13 de Maio, os modos de fazer passaram por mudanças, porém mantêm-se a essência. Atualmente, apresenta-se com a agregação de elementos que dão uma maior dimensão. Em Muricilândia (TO) passa a ser conhecida como Festejo da Abolição ou Festa do Rebolado. A primeira é um modo comum de chamar as festas que se tornam tradições e a segunda inicialmente passa a ser chamada de “Rebolado” como forma pejorativa, visto que era um local em que muito se rezava, e passa a ser influenciado por músicas e danças profanas.

Portanto, foi a Festa 13 de Maio que embasou o auto reconhecimento deste povo como quilombolas, tornando-se uma territorialidade, porém, enfrentando dificuldades para perdurar por dois principais motivos; quando falecia algum parente de Dona Juscelina e também por falta de apoio do grupo para ajudar a organizá-la.

[...] 68 [1968] eu fiz uma passeata, botei uma moça, botamo ela no andor e saímo no desfile em 68, aí ia tendo paradeiro porque morria gente minha, a gente naquele peso né e era mais pequena, não era registrada, então eu parava, aí de dois mile pra cá seguiu [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Atravessando três séculos (IXX, XX e XXI), a Festa ganha continuidade a partir da década de 2000, quando Dona Juscelina encontra um grande colaborador, o líder Manoel Filho.

[...] eu via quando era criança, alguns momentos ainda vi, acompanhava de longe a Festa da Dona Juscelina, Festa do Rebolado, aí ela parou, teve um tempo ela aconteceu, depois deu uma parada né [...] ficou um período sem a Festa [...] eu vou ter noção da Festa a partir do final da década de 70 [1970] pra frente entendeu, aí ele [Festejo da Abolição] pára [...] se não me falha a memória [...] mais ou menos na metade da década de 80 [1980] pára a Festa né, ela dá uma parada, Dona Juscelina dá uma parada [...] mas aquilo ficou na minha memória, ficou na minha mente. E aí [...] em 2001 eu saí pra estudar fora e quando eu volto pra cá eu vou dá aula [...] eu estudei em Tocantinópolis [TO], na época eu fiz o magistério lá [...] em 2001 eu recebo o convite pra ser secretário de educação [...] eu assumo e no mesmo ano eu venho aqui na Dona Juscelina, eu cheguei aqui e falei: – Dona Juscelina, vamos conversar sobre a Festa [...] fazer uma lembrança desse evento, e aí falei pra ela: –Vamos resgatar essa Festa Dona Juscelina? Vamos colocar pra frente? Eu perguntei se ela tinha vontade de continuar a Festa, e ela disse que tinha e que ela não tinha uma

peessoa que desce apoio a ela [...] eu não só estava lá como pessoa, mas eu estava lá como uma autoridade política de certa forma, como secretário eu teria as ferramentas [...] na minha fase de criança, de adolescente, aquela Festa ela era um evento grande pra Muricilândia [TO], era simples, mas era grande, entendeu, era os instrumentos, as roupas, a gente via que cada um procurava fazer aos seu modo, da melhor maneira possível, mas tudo era simples né e todo mundo participava, muito mais do que participa hoje [...] então era uma Festa que marcava aquela época, a Festa do Rebolado [...] a Festa parou, a comunidade também ficou, é como se ela tivesse perdido uma mola propulsora daquele ramo da cultura, parou, estagnou tudo, se comentava, se falava sobre aquilo, mas a líder não estava mais disposta a continuar porque faltava alguma coisa [...]. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

Dona Juscelina aceitou o convite de continuar a Festa, mas desanimada com a falta de pessoas para ajudar, Manoel Filho empenhado disse à matriarca que se ela quisesse a Festa seria levantada novamente. Como secretário da educação do município, o líder quilombola sabia que poderia inserir a manifestação cultural dentro do âmbito de suas atribuições e assim consegue verbas públicas para fomentar a Festa. Em uma conversa com Manoel Filho na presença de Dona Juscelina, nos disse.

[...] começamos em 2001, mas não queríamos começar pequeno, né Dona Juscelina? [pede a confirmação da matriarca durante nossa conversa], vamos pensar como é que nós vamos fazer, sem perder a característica, trazer aquilo que parou, colocar aqui do mesmo jeito, mas fazer com que as pessoas entendessem que era preciso participar e que a Festa não ia acontecer aquele ano apenas, cada ano a ideia é de que ela fosse agregando mais pessoas e fosse crescendo [...] e aí começou bem o primeiro ano, o segundo ano, o terceiro ano, acho que uns quatro anos foi bem, mas aí chegou uma época que deu uma caída novamente, não foi Dona Juscelina [...] essa estrutura que tem aí, ela começou a surgir de 2012 pra cá, antes não tinha isso [...] muitas Festas a gente fazia com carro de som, mas cada ano [...] ia ficando cada vez maior [...] nós não podemos é deixar perder aquela memória né, que eles viveram lá no passado, mas também não tem como evitar que a Festa ganhe dimensões maiores, agregando inclusive outros eventos [...] Mas a própria Dona Juscelina sempre diz, a minha Festa é a da pobreza, dos pobres, dos pequenos, dos que não tem, isso que é feito aqui é muito grande, ela pensa assim [...]. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

Enquanto Manoel Filho dizia que a Festa da Dona Juscelina é da pobreza, a matriarca confirmava sua fala repetindo a mesma coisa “[...] *minha Festa é a da pobreza, dos pobres, dos pequenos, dos que não tem [...]*” (2018). Entretanto, a líder, quando se refere que sua Festa é da pobreza, está dizendo que é dispensável grandes estruturas de palco, som, tendas, que são utilizadas no Festejo, para ela deve ser usado apenas o necessário.

Por outro lado, a líder deseja que o Festejo agregue grande número de

peessoas. De fato a Festa tem ganhando novas reformulações e ganhou amplitude. Mas, eis um dilema, observamos que no Festejo de 2017, que houve investimento de verbas públicas, proporcionou uma grande estrutura que atraiu grande público não quilombola inclusive das cidades vizinhas, principalmente para as atividades dos shows de música contemporânea, ao se referir a esse Festejo a matriarca disse: “[...] eu quero é que cresça e tá crescendo, este cresceu uns três graus [...]”. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018). Porém, reclamou da grandeza da estrutura, ou seja, sua vontade é apenas agregar muitas pessoas. Já o Festejo de 2018 foi semelhante ao de 2016, a qual estivemos em observação, tiveram uma pequena estrutura e atraiu um público menor. As atividades do seminário foram as que mais tiveram participação de quilombolas e não quilombolas.

[...] ano após ano tá melhorando a participação, mas muito lentamente, muito lentamente, sabe porque que tá acontecendo dessa maneira ainda lento, primeiro é uma comunidade nova [...] temos uma identidade iniciada, mas não consumada, então o quê que acontece, o povo não tem muito aquele amor, quem tem são aqueles que tão lá dentro [...] os outros ainda vai levar tempo pra ser construído isso [...]. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

A matriarca sabe que não poderá sempre estar à frente da produção das festividades, e recebeu grande apoio de Manoel Filho para não deixar morrer essa expressão cultural tão cara para todo o movimento negro do país. Diante da plateia no VII SCAbQ (2018), chama a atenção a fala da matriarca se referindo ao líder que quando mais jovem talvez não tivesse entendimento da relação entre passado e presente que há no Festejo, deixa também o aviso a todos, com voz firme, que é a rememoração de um **passado**.

De 2010 pra cá eu tenho esse menino [Manoel Filho Borges], vocês vê a cabeça dele branca, mas é porque trabalha demais, se bate demais. Eu cheguei e encontrei esse menino que hoje tá com a cabeça mais branca que a minha, mas é de tanto labutar, pra ele entreguei [o trabalho de realizar a Festa 13 de Maio], pois ele viu aquele festejo, ele colocava fé que era um invento, invento não, passado, Passado! Minha avó, comia restos e levando para os filhos [era escrava]. Meu tio não sofreu muito, mas trabalhou de graça [era escravo], mandado como um cachorro [...] Eu sou neta de uma escrava, sofredora. Meu tio me contava causos que eu chorava [...]. (Dona Juscelina. VII SCAbQ da ACQDJ, 2018, grifo nosso).

A matriarca confia que o líder Manuel Filho continuará com a missão de realizar a Festa que chama de “*comemoração de alegria*”.

5.1 O território da comunidade no Festejo da Abolição.

O negro remanescente de quilombola, ao assumir sua cultura, faz gerar fronteiras culturais que separam os povos tradicionais dos que não o são, gerando novas realidades territoriais. Lira; Valadares mencionam a importância do afrodescendente assumir a sua identidade.

[...] As fronteiras entre quem é e quem não é de comunidade negra, quase sempre muito porosas, passam a ganhar rigidez e novos critérios de distinção [...] a adoção da identidade de remanescente por uma determinada coletividade, ainda que possa fazer referência a uma realidade comprovável, é, com muito mais força, a produção dessa realidade. (LIRA; VALADARES, 2013, p. 272-273).

Mesmo que para o grupo haja a certificação como uma categoria social de quilombolas, faz-se necessário o fortalecimento identitário.

Neste sentido, as tradições que são expressões dessa identidade são a estruturação simbólica que faz jus ao pertencimento do ser quilombola, para o coletivo são modos de vida, para os não quilombolas são atrativos.

José Meneses discute que as tradições são capazes de atrair público, pois, “[...] envolve a extensão, ao maior número de pessoas possível, da apreensão e interpretação acerca do passado de determinado grupo social ou comunidade localizados em um dado espaço histórico [...]” (2004, p.20). Esse público pode ser pessoas que não comungam da mesma cultura.

Nesta direção, um elemento agregado ao Festejo, que atrai a presença de um maior público não quilombola, são as atrações de shows musicais contemporâneos, o cartaz de divulgação do Festejo do ano de 2017 atende especificamente essa comunidade externa como podemos verificar na Figura 05.

É, portanto, cultural, as formas de consumo e de uso de nossas construções culturais. Esse consumo pode conservar ou pode transformar essas construções (materiais e ‘imateriais’). A massificação desse consumo pode transformá-lo radicalmente, podendo, até mesmo, destruí-lo [...] O patrimônio histórico pode, ao ser apropriado como produto turístico, ser um evento de consumo massificado que o coloca em risco de destruição (para ser substituído por outro). Retomá-lo e reconstruí-lo após esse consumo voraz costuma ser tarefa difícil. (Op. cit., p. 26-27, grifos do autor).

Embora esta programação também atenda a comunidade interna, pois como já falamos o quilombo que se encontra segregado na área urbana, recebe fortes influências do moderno e por isso possuem traços de distanciamento com o tradicional⁶⁰.

Figura 05 – Cartaz de divulgação do 44º Festejo da Abolição.



Fonte: Arquivo da ACQDJ, 2017.

O jovem Sallomão Israel nos explica o significado para ele das atuais festividades, que continua com o mesmo sentido de comemorar a liberdade da escravidão, porém aos modos atuais.

[...] na época que os escravos foram libertos, eles tinham os seus meios de comemorar, tinham as músicas que eles entoavam na época e tudo o mais, hoje em dia eu vejo a Festa que acontece a noite como uma comemoração mais atual sabe, de hoje em dia, não deixa de ser uma comemoração pelo fato do que aconteceu no 13 de Maio, é uma comemoração, só que com as músicas dos dias de hoje [...]. (Entrevista: Sallomão Israel Chaves Borges, 2018).

60 Ver Júlio César Suzuki (2013).

Na Figura 06 vemos o show da Banda Corvos (composta por quilombolas) que embalou o Festejo da Abolição com músicas contemporâneas nos ritmos de forró, sertanejo, reggae e rock.

Figura 06 – Show musical da Banda Corvos.



Fonte: Arquivo da ACQDJ, 2017.

Percebemos que na agenda do Festejo da Abolição as atividades de espetáculo não prejudicam a força da cultura quilombola, e que estas duas dimensões presentes na Festa fundada por ex-escravos, só reflete as consequências da segregação de um grupo de camponeses negros em um espaço citadino.

A dimensão de espetáculo dentro de uma Festa tradicional, nos faz refletir sobre as diferentes culturas que entremeiam as relações sociais do grupo quilombola, provocando a mescla das identidades, processo pelo qual a geração de jovens quilombolas tem passado, por sempre terem vivido mais próximo do moderno e mais distante do tradicional.

Nas ponderações de Hall (2006), um mesmo sujeito pode ter variáveis identidades e que podem até ser contraditórias entre si.

Deste modo, percebe-se que a cultura manifestada na comunidade quilombola não é estanque, os sujeitos que a produzem negociam influências da cultura

moderna e mesclam com sua cultura tradicional. Hall comenta sobre a oscilação entre Tradição e Tradução.

[...] Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição*, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. Pode ser tentador pensar na identidade, na era da globalização, como estando destinada a acabar num lugar ou noutro: ou retornando a suas 'raízes' ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização. Mas esse pode ser um falso dilema. (HALL, 2006, p. 88, grifos do autor).

O autor nos alerta para atentarmos às novas identidades que estão em processo de transição influenciadas por diferentes posições, mas que não podemos pensá-las como estando tomando apenas um destino.

[...] As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural 'perdida' ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente traduzidas [...]. (HALL, 2006, p. 89, grifos do autor).

Deste modo, concordamos com Hall (2006) e pensamos a identidade dos quilombolas da comunidade Dona Juscelina como traduzida.

Também concordamos com Hall (2003), quando argumenta que desde a diáspora africana, os ancestrais dos quilombolas são obrigados a negociar com as culturas dominantes, assimilando-as em partes para conseguir persistir e resistir.

Neste sentido, Berdoulay (2012) quando aponta dois eixos culturais, um como uma totalidade imposta aos indivíduos e outro como fenômeno individual, entendemos como esses indivíduos podem tornar-se sujeitos dessa cultura, que seria somente através de atitudes dentro das dinâmicas das tradições do grupo étnico, daí vamos perceber que a cultura manifesta-se individualmente em cada sujeito em diferentes níveis, alguns mais e outros menos.

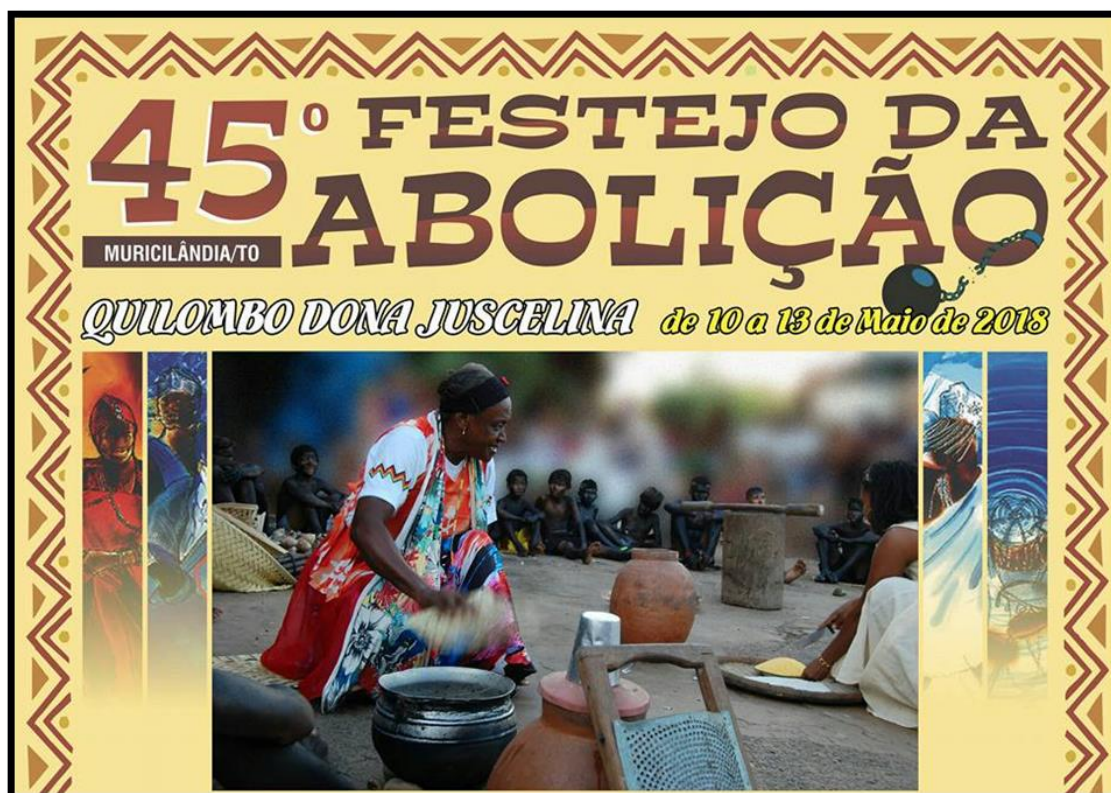
Desta forma, podemos entender a participação dos quilombolas e não quilombolas durante todo o Festejo, para cada sujeito a cultura é mobilizada e sentida de uma forma diferente, daí justifica a participação das pessoas em cada momento da Festa.

No Festejo de 2018 não houve grande investimento público, assim a ACQDJ realizou suas festividades quase que integralmente voltada para a comunidade

interna, a Figura 07 mostra o cartaz de divulgação.

Em 2018 houve a realização de pequenos shows que não chegaram a atrair grandes públicos como no ano de 2017.

Figura 07 – Cartaz de divulgação do 45º Festejo da Abolição.



Fonte: Arquivo da ACQDJ, 2018.

O Festejo da Abolição é a Festa 13 de Maio ressignificada nos dias atuais, fiel a sua essência que é lembrar com pesar o sofrimento da escravidão e comemorar a liberdade do cativo, confraterniza um público quilombola e não quilombola.

A tradição de realizar a “*comemoração de alegria*” dos ex-escravos, fortalece o grupo como uma territorialidade imaterial⁶¹ e fundamenta suas lutas por direitos como categoria social tradicional, especificamente a titularização do território ancestral expropriado.

61 Ver Rogério Haesbaert (2007).

5.2 Ritual de Assinatura da Lei Áurea.

*Muita gente revoltada/com essa situação
De ver o negro sofrer/a maior judiação
Estava se caminhando/para uma revolução
Mas a princesa Isabel/Tomou uma decisão
No dia 13 de Maio/assinou a abolição⁶²*

A Lei Áurea chegou tardia demais, Schwarcz (2018)⁶³ enfatiza que a lei não criou medidas de inclusão social dos ex-escravos e também não indenizou os senhores de escravos. Apesar da necessidade econômica de abolir a escravatura, muitos escravocratas investiram muito de seus bens nas escravarias e por isso se sentiram lesados, motivo pelo qual se juntaram em oposição ao império que não demorou muito, findando em novembro de 1889.

Depois de ficarmos conhecidos mundialmente como ‘os retardões’, a Lei Áurea, de 13 de Maio de 1888 (lei imperial nº 3.353), veio com apenas dois artigos breves e conseguiu desagradar a todos: ‘Art. 1º – É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário’. (SCHWARCZ, 2018, S/P, grifo da autora).

Lilian Schwarcz defende que a Lei Áurea veio carregada de simbolismo e cita o exemplo do próprio adjetivo – Áurea, fazendo articulação com a figura da princesa branca. O dia 13 de Maio foi marcado por rituais; cortejos, missas campais, solenidades, procissões e festejos.

Sobre aquele dia de liberdade como ficou conhecido na época, e que também era aniversário de 7 anos do escritor Lima Barreto, que esteve presente no evento levado por seu pai, e em 1911 publicou uma crônica (Gazeta da Tarde)⁶⁴ sobre aquele momento histórico.

Agora mesmo estou a lembrar-me que, **em 1888**, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia de teus anos. E de fato passou [...] **Havia uma imensa multidão ansiosa, com o olhar preso às janelas do velho casarão. Afinal a lei foi assinada e, num segundo, todos aqueles milhares de pessoas o souberam. A princesa veio à janela. Foi uma ovação: palmas, acenos com lenço, vivas...** [...] Fazia sol e o dia estava claro. **Jamais, na minha vida, vi tanta alegria. Era geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de**

62 Cantiga da Festa 13 de Maio. Não foi encontrada ficha técnica da Música. Na CQDJ seu título é conhecido como: Escravidão Ontem e Hoje.

63 Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/05/nao-ha-motivo-para-celebrar-os-130-anos-da-lei-aurea-diz-antropologa.shtml>>. Acesso em: set. 2018.

64 Disponível em <<https://blogdoims.com.br/lima-barreto/>>. Acesso em: set. 2018.

folganças e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente festa e harmonia. [...] Houve missa campal no Campo de São Cristóvão. Eu fui também com meu pai [...] **Houve o barulho de bandas de música, de bombas e girândolas, indispensável aos nossos regozijos; e houve também préstitos cívicos. Anjos despedaçando grilhões, alegorias toscas passaram lentamente pelas ruas. Construíram-se estrados para bailes populares; houve desfile de batalhões escolares e eu me lembro que vi a princesa imperial, na porta da atual Prefeitura, cercada de filhos, assistindo àquela fieira [sic] de numerosos soldados desfiar [sic] devagar.** [...] Eu tinha então sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça. Eu me recordo, nunca conheci uma pessoa escrava. [...]. (BARRETO, 1911, S/P, grifo nosso).

As memórias de Lima Barreto nos proporcionam uma importante relação com o Festejo da Abolição da CQDJ, pois o escritor relata que dias antes da assinatura na Lei Áurea, o momento já estava agendado, na época o principal meio de comunicação era o telégrafo, ou seja, todo o país foi informado com antecedência através de telegramas, fato este que coincide com as memórias de Dona Juscelina ao dizer que seu tio recebeu um telegrama da Princesa Isabel informando a data da abolição, obviamente sabemos que quem recebeu os comunicados foram os senhores de escravos que posteriormente repassaram a informação a escravaria.

Outro ponto importante para destacarmos é a preparação para a assinatura da lei, houve toda uma produção, gerando grande expectativa no público e claro, o movimento negro se fez presente em massa, tudo isso para dar destaque a figura da princesa que precisava adquirir popularidade para tentar manter sua sucessão e tornar-se a Imperatriz do Brasil, coisa que não obteve êxito. Entretanto, a lei formulada pelo senado e sancionada por Isabel, era pequena demais para o grande atraso social que já estava instalado no país. De qualquer forma, a estratégia do império funcionou no quesito popularidade entre os negros, que em sua grande maioria exaltou grandemente a princesa, e isso só tem sido rompido na atualidade por meio da difusão do conhecimento sobre as causas da abolição.

Mas para a Dona Juscelina, ainda perdura essa exaltação à princesa, trata-se ainda da memória do cárcere e que acreditamos que não há grande número de pessoas que ainda carreguem esses resquícios. Essa questão é bem compreendida na comunidade como explica o jovem Sallomão Israel.

[...] pra alguém que não conhece chega na Festa, ver a Princesa Isabel, ver até um certo tipo de exaltação [...] aí fica se perguntando, mas não, mas ela talvez não foi nem de livre e espontânea vontade dela assinar aquilo ali até porque já havia todo um movimento abolicionista antes disso [...] para Dona

Juscelina, ela tem esse papel fundamental de ser a salvadora, ser a libertadora dos escravos e a gente deve respeitar porque é uma questão cultural, uma questão de memória, uma questão de história que ela aprendeu com o tio dela e trouxe e a gente convive com isso [...] e a gente entende [...]. (Entrevista: Sallomão Israel Chaves Borges, 2018).

Lima Barreto também relata algo que coincide com o que aconteceu com os negros do interior maranhense; a alegria, os regozijos, as festas foram tão intensas que duraram dias. Mesmo que boa parte dos escravizados já fossem livres, não deixaram de comemorar a liberdade dos poucos que ainda eram cativos. O escritor relata algo muito importante, ele que era negro, aos 7 anos nunca havia conhecido uma pessoa escrava e isso no Rio de Janeiro, em uma das regiões brasileiras que mais receberam africanos para a escravização. Em 17 de Maio de 1888, o escritor relata que participou com seu pai de uma Missa Campal em ação de graças pela abolição, que contou com a presença da Princesa, indicada por uma seta na Figura 08, também estava presente próximo a Isabel o escritor Machado de Assis.

Figura 08 – Missa Campal em 17 de Maio de 1888 com a presença da Princesa Isabel.



Fonte: Antonio Luiz Ferreira, 1888⁶⁵.

Foi um evento religioso dirigido pela igreja católica, que tanto fora benevolente com as atrocidades da escravidão.

65 Disponível em <<https://blogdoims.com.br/lima-barreto/>>. Acesso em: set. 2018.

5.2.1 1º Telegrama – A Alvorada.

Na véspera do dia 13 de Maio, a casa da matriarca (sede da ACQDJ) permanece aberta toda a noite e às 4h da manhã o grupo se reúne para dar início a Alvorada, as portas só se fecharam depois de finalizar todas as festividades do dia. O tio da matriarca, o senhor Claro Preto do Saco, transmitiu seu fazer para a jovem sobrinha que guarda na memória suas instruções.

[...] Foi o último telegrama que ele recebeu às 4h da madrugada, então ele botava, óh minha fia se você sabe, você já tá vendo, já tem intidimento, vê, desse jeito que é, a primeira procissão que tem é às 4h da madrugada e a assinatura é 4h da tarde [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Assim fez Dona Juscelina em Muricilândia (TO), a reprodução da alvorada na nova localidade traz boas lembranças para Dona Cícera que viveu esses primeiros anos de Festa.

[...] a passeata de madrugada era só dos jovens e aquilo ali eles brinca, eles canta, eles solta foguete, a Dona Juscelina dava um litro de pinga [...] aquilo ali é a tradição dela do tempo dos escravos que foi libertados, os escravos gostava muito de beber né [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

Na Festa de 2018, a pesquisadora etnógrafa esteve presente a partir das 3h30 do dia 13 de Maio na sede da ACQDJ, lá encontramos as portas da casa de Dona Juscelina abertas. A rua é o espaço onde o grupo se reuniu e deu início ao que chamam de passeata, no mesmo espaço aconteceu o Teatro a céu aberto. Ainda acontecia a festa de cultura contemporânea que iniciou desde a noite anterior, ao som de músicas em ritmos de funk e sertanejo, e que também compunha o Festejo da Abolição. Estava lá no espaço, de forma reservada e mais próxima da sede quilombola, a jovem Ludimila aguardando o grande momento, juntamente estavam um pequeno grupo de quilombolas.

Aos poucos foram chegando os festejantes da Festa tradicional quilombola, às 3h45 os primeiros foguetes anunciaram: a Festa começou! É hora de comemorar a liberdade depois de quase quatro séculos de cativo e 130 anos de abolição. Dentre os que estavam na festa da noite anterior, uns começaram a se retirar do espaço que passou a ser ocupado pelos festejantes, que com seus tambores

silenciaram o som eletrônico, outros se uniram ao grupo. Às 4h da manhã, cerca de 50 pessoas formam o grupo que saiu da sede da ACQDJ, Dona Juscelina fez questão de participar indo de carro em razão de sua debilidade física, todo o tempo observando sua negrada como gosta de chamar os membros quilombolas e exigiu a presença de seu colaborador Manoel Filho, que teve que comparecer. Na Fotografia 17 vemos o grupo que marcha, canta e dança pela cidade, proferiram declarações de exaltação a Princesa Isabel, de respeito ao povo negro e de liberdade e consciência negra.

Fotografia 17 – Alvorada.







Fonte: A autora, 2018.

Os tocadores de tambores seguiram em duas fileiras em formato de procissão⁶⁶, no meio estavam os festejantes, marchando e cantando pelas as ruas da cidade naquela madrugada. A alvorada trata-se de um ato político, é um momento cheio de alegria, rememora a preparação para o ritual de assinatura da Lei Áurea, é o primeiro grito de liberdade, em Muricilândia (TO) marca que aquele dia será resguardado para os quilombolas. O Mapa 06 é uma imagem de satélite do sítio urbano da cidade e destaca o percurso realizado pelos quilombolas.

66 Dicionário Priberam: Cortejo Religioso. Marcha solene de caráter comemorativo. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org//prociss%C3%A3o>>. Acesso em: set. 2018.

Mapa 06 – Percurso da Alvorada e do Cortejo do Rebolado.



LEGENDA	
	Casa Matriarca e sede da ACQDJ - Início do Cortejo
	Sítio Urbano de Muricilândia
	Percurso Cortejo
	Sentido do Cortejo



Escala Gráfica

Fonte: SEPLAN-TO (2012); (IBGE-2010); Projeção/DATUM: Geografica/SAD-69; Elaboração Gráfica: FRANÇA, Andison (07/18)

Organização: A autora, 2018.

A alvorada das 4h da manhã é recebida por alguns moradores que abrem suas portas para vê-la passar, alguns até se unem ao grupo. E como ato político, o momento rememora o latente desejo de liberdade, mas hoje essa manifestação cultural anuncia excepcionalmente que ali naquela cidade existe um grupo étnico e que aquele território é quilombola.

Enquanto pesquisadora nossa preocupação era observar e fotografar, de fora não sentimos empenho para dançar e cantar, estávamos distantes ao que se passava. Porém, como etnógrafa precisávamos experimentar o estar dentro da procissão de tambores, ao entrar no meio, primeiro sentimos aquecimento pelo calor humano, depois ao ouvir aquelas cantigas nos remetemos ao período escravocrata e às lutas do negro até a atualidade, isso foi algo que nos trouxe forte emoção. Cantamos e dançamos com as batucadas de tambores, ao final sentíamos energizados e mobilizados para prosseguir com as festividades do dia 13 de Maio.

Somente vivendo o dia-a-dia de Muricilândia (TO) para perceber que em 13 de Maio é um dia diferente, após toda a alegria manifestada na madrugada o restante do dia é carregado de pesar e silêncio, as ruas ficam pacatas, é notável que é um dia diferente.

5.2.2 Diálogo Inter-religioso.

Às 15h o silêncio do dia 13 de Maio instalado após a alvorada começa a ser quebrado, dá-se início ao diálogo inter-religioso, [...] *Às 4h da tarde é a assinatura da princesa, antes das 4h da princesa, hoje eu tô usando a missa que é a abertura do festejo [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).*

O culto ecumênico é um elemento agregado à Festa, que tem como predominância a religião católica e protestante evangélica, representantes das duas denominações juntos oram e rezam. Entretanto, há outras concepções sobre este momento, é o que pensa a jovem Ludimila.

[...] há um vazio no culto ecumênico porque tem uma grande intolerância dentro da comunidade, porque quando você olha as raízes, era proibido você bater tambor, ou seja, ter um terreiro dentro de Muricilândia, era proibido sabe, você era expulso da comunidade pelos líderes da época, você não podia expressar sua religião sendo ela de matriz africana, ou era protestante ou era católico [...]. (Entrevista: Ludimila Carvalho dos Santos, 2018).

A questão religiosa na comunidade quilombola, é algo extremamente sensível e traz implicações na Festa 13 de Maio, pois alguns membros seguem tradições religiosas que não se misturam com as tradicionais festividades do quilombo por seu caráter profano, entretanto, não temos a intenção de aprofundar as análises sobre essa questão.

A Fotografia 18 registra o momento em que há um ritual católico com a presença de representantes da igreja sendo um padre e três freiras, sobre a mesa há uma vela acesa e um crucifixo, símbolos do catolicismo. O grupo reunido leem a bíblia e entoam cânticos de louvor ao Deus cristão. Todo o rito acontece de acordo com a vontade da matriarca.

Fotografia 18 – Ritual religioso católico.



Fonte: A Autora, 2018.

Historicamente é preciso entendermos essa questão entre religião de matriz africana e as religiões cristãs, visto que os membros da CQDJ em sua boa parte se assumem cristãos.

Queiroz (1976) comenta que desde a África os europeus já realizavam a catequese, porém de forma superficial, a falta de preparação religiosa ocasionou em diferentes reinterpretações e deturpação do cristianismo.

No Brasil o cristianismo para os africanos foi mais que uma catequese, foi uma imposição, vejamos as colocações de Pinsky:

O escravo era batizado logo que chegava ao seu local de trabalho – fazenda ou cidade – recebendo um nome ‘cristão’. Devia esquecer a forma pela qual era chamado no seu lugar de origem. A atribuição de um novo nome e o batismo representavam a transformação do cativo em escravo, isto é, o início do trabalho compulsório [...]. (PINSKY, 1989, p. 42, grifo do autor).

Após capturado e retirado do seu espaço de vivência, fora trasladado para além-mar e imposta outra religião que “[...] deveria ser um freio para os revoltados, um consolo para os desanimados, uma esperança para os desgraçados, um alento para os fracos [...]. (Op. cit.).

Estas condições dificultou e até impossibilitou o desejo de resistência de muitos, mas não os impediu de todo. Pinsky ainda destaca:

O catolicismo funcionava não apenas como justificação última da escravidão, mas dialeticamente como elemento ideológico de manutenção da escravidão ao nível do próprio escravo. Noutras palavras, a conversão do negro ao cristianismo era determinada pela sua situação de escravo. O escravo não apenas podia ser católico: ele tinha que sê-lo. (PINSKY, 1989, p. 41-42).

Deste modo, a religião cristã foi imposta aos africanos estrategicamente, para seguirem as virtudes bíblicas, como trabalhar para do seu próprio suor comer o pão e seguir o exemplo de Jesus Cristo, ser manso e respeitar as autoridades, caso contrário cometeriam pecados, caso cometessem deveriam se arrepender, de forma, que o cristianismo fora utilizado como estratégia de poder, para que os escravizadores conseguissem manter sua soberania.

Entretanto, os colonizadores não conseguiram destruir completamente as crenças dos africanos, como ato de resistência, negociaram e assimilaram em partes a imposição do cristianismo, surgindo dessa mescla o catolicismo sincrético, como afirma Pinsky:

No decorrer dos anos, o catolicismo imposto aos escravos vai sofrer alterações significativas, digerido tanto pela cultura trazida por eles da

África, quanto pela prática social no Brasil. O chamado sincretismo religioso é uma das formas que distinguem a religião dos escravos daquela dos senhores. Contudo, a legitimação social do catolicismo dos senhores continuava sendo uma eficiente forma de controle social; e valores como conformismo, resignação e trabalho duro, formas de se chegar ao paraíso celeste, marcavam de maneira indelével a vida cotidiana do escravo brasileiro. (PINSKY, 1989, p. 43).

Os povos africanos não esqueceram completamente suas origens, apesar de assimilarem em partes a nova cultura a que foram submetidos, resistiram e ainda resistem através dos tempos. A esse respeito temos um exemplo apontado por Moura: “Parece que no quilombo havia, do ponto de vista religioso, mescla de alguns valores do catolicismo popular com as religiões africanas. Imagens de santos foram encontradas em Palmares [...]”. (1993, p. 35).

Isso quer dizer que as religiões de matriz africana se mesclaram com o catolicismo e hoje as manifestações religiosas cristãs dos quilombolas é resultante desse longo processo de assimilação. Por essa mancha na história da igreja católica, em 1981 houve a missa do pedido de perdão, onde Arruti destaca:

[...] no 20 de Novembro de 1981, celebrou-se, no Recife, a primeira missa no Brasil, e possivelmente em todo o mundo católico, em que altos representantes da Igreja, diante de uma multidão de cerca de oito mil pessoas, penitenciaram-se e pediram perdão pelo posicionamento histórico da Igreja diante dos negros, da África e, em especial, dos negros aquilombados, reconhecidos como os maiores inimigos da empresa cristã durante séculos. Foi a Missa dos Quilombos que se tornou um marco no revisionismo histórico da Igreja no Brasil e que propôs uma reapropriação simbólica das lutas e da vida do negro contemporâneo, de forma a tomá-las como dado cultural que deveria ser inserido na reflexão dos agentes eclesiais engajados socialmente, até então refratários a questão racial. (ARRUTI, 2006, p. 77).

A missa do perdão realizada em 20 de novembro de 1981 tornou-se um marco de resistência e luta da comunidade negra em reivindicar direitos até hoje negados, assim a data é conhecida como o “Dia da Consciência Negra”.

5.2.3 2º Telegrama – Teatro a céu aberto.

Carregando pedaços da história, o *Teatro a céu aberto* da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, se fez um elo entre passado e presente. Hobsbawm defende que assim “[...] estabelecem seu próprio passado através da repetição

quase que obrigatória [...]” (2008, p. 10). Possuindo caráter que permeia entre sagrado e profano, a Festa tem periodicidade anual e por isso é uma tradição.

[...] um momento de rememoração né, nós vamos lembrar, é lembrar aquele evento da assinatura da Lei Áurea que eu não vou dizer que foi ruim, ruim foi porque foi uma lei que não foi implementada nela, não teve uma devolutiva pra os negros que tavam ganhando a liberdade ali, mas de qualquer forma também nós não podemos dizer que com a Lei Áurea, dali pra frente, escravidão passou a ser crime né [...]. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

Candau (2006), pondera que as tradições são peças constituintes da identidade, trazidas do passado e atualizadas no presente legitimam um dado sistema cultural. Desta forma, a tradição de rememorar através de um teatro a assinatura da Lei Áurea é uma herança que mantém viva na memória “a comemoração de alegria” pela libertação do cativo dos ancestrais.

[...] naquela encenação do teatro ali, você coloca que é feita ali, é uma representação, mas é uma representação em que o negro figura como inferior entendeu, quem que figura como superior ali? Quando a princesa Isabel entra em cena né, então continua aquela repetição de quem cuida, quem liberta, quem foi boazinha, quem foi a redentora [...] então o negro continua sendo o escravo, o inferior, o que só serve para trabalhar [...] herdamos isso, eu falo, a Dona Juscelina é a herdeira da tradição, ela absorveu isso do tio e aí vão ter outros herdeiros da tradição quando ela morrer, que vão herdar dela né [...]. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

Essa tradição compõe o sistema cultural da CQDJ e traz uma relação com o passado histórico pautado no advento da abolição da escravatura, que constrói uma identidade étnica através da memória em Muricilândia (TO), torna-se assim na localidade uma territorialidade imaterial⁶⁷.

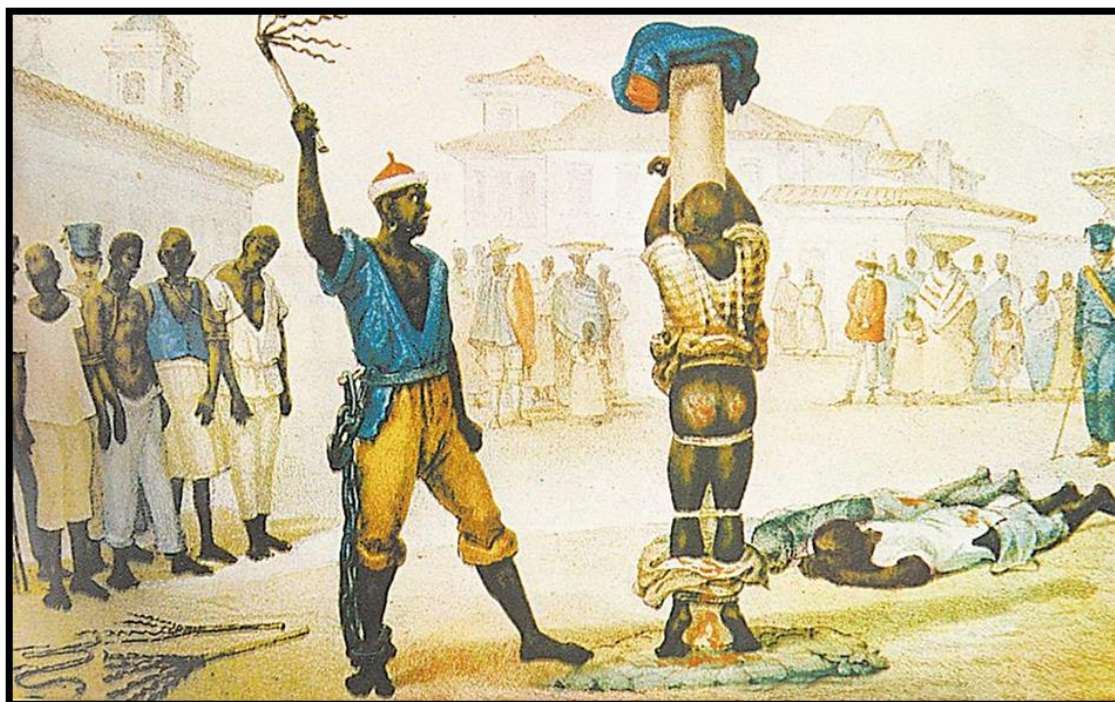
Os sistemas culturais são considerados por Geertz (1989) como parte de um *ethos*; que são os aspectos morais e estéticos, ou seja, são os elementos valorativos e de visão de mundo que remetem respectivamente aos aspectos cognitivos e existenciais de dado grupo social.

Neste sentido, entendemos a tradição de encenar a assinatura da lei áurea como a representação dos valores do grupo social. Os aspectos morais trazem a ideia da valorização da cultura afro através de conteúdos educativos que fortalecem os aspectos cognitivos de seus membros. Enquanto que os aspectos estéticos são representados através da denúncia das condições físicas e sociais da pessoa negra

67 Ver Rogério Haesbaert (2007).

em nossa sociedade. A Figura 09 ilustra momentos de tortura vividos pelos escravizados.

Figura 09 – Obra “Castigo no Pelourinho”.



Fonte: Jean-Baptiste Debret⁶⁸, S/D.

O Teatro a céu aberto é um ritual, pois, assim como em 1888 houve uma preparação, da mesma forma a encenação se faz.

Por ritual compreendemos que são práticas que conta com gestos e organização específica para tal. “[...] o rito é performativo, ‘faz’ [...] o rito converte em cena, teatraliza [...] o rito, como ação [...] o rito é um conjunto de gestos [...]” (CROATTO, 2001, p. 331, grifo do autor).

O rito em estudo representa uma feitoria, com a presença de escravos, feitores e da libertadora. Dona Juscelina aprendeu pela oralidade com o *griô*, seu tio Claro Preto, e ensinou a comunidade a qual se agregou.

[...] eu boto a demonstração, eu ponho um velho e boto ali, amarra no tronco, tá bem ali o tronco, marra no tronco do jeito que era e ali vem aquele outro bater nele, eu mando botar uma tinta encarnada passar naquele

68 O artista francês esteve no Brasil entre os anos de 1816-1831 integrando a Missão Artística Francesa, onde retratou através de gravuras paisagens e costumes, inclusive o trabalho escravo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/05/nao-ha-motivo-para-celebrar-os-130-anos-da-lei-aurea-diz-antropologa.shtml>>. Acesso em: set. 2018.

chicote de espuma, bater e explodir pra demonstrar o tanto que era do jeito que era, era batendo e vendo o sangue [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Os estudos de Pinsky (1989) sobre o tema, refletem o que os ancestrais da matriarca viveram, os escravizados eram cruelmente castigados, como relatou Dona Juscelina. Sobre os castigos o autor discorre:

O castigo mais frequente era o de açoites [...] O castigo era banalizado pela sua constância e se chegava a ter um caráter oficial com surras públicas e programadas, era muitas vezes improvisado já que para funcionar bastava uma simples vara de marmelo – ou outra madeira flexível – e o lombo de um negro. [...] Há casos em que os próprios proprietários aplicavam o castigo, às vezes, sem nenhuma razão. O escravo novo, mal acabado de chegar, já levava uma surra de relho 'para não se meter a besta', isto é, para se manter em sua condição de escravo. Noutros casos, o castigo era sistemático, violentíssimo e desmoralizador. O negro, após sessões contínuas de tortura, deveria engolir o seu orgulho e evitar qualquer manifestação de rebeldia ou independência. (PINSKY, 1989, p. 49, grifo do autor).

O autor nos revela as mazelas da escravidão, mas as resistências sempre estiveram presentes, mesmo que resistir pudesse levar a grandes torturas físicas. Debaixo do jugo da escravidão, pessoas eram totalmente privadas de direitos e de poder exercer a vontade de ir e vir em razão do trabalho compulsório.

A fachada da residência de Dona Juscelina que passou a ser a sede da ACQDJ, vista na Fotografia 19, consta próximo a porta de entrada um tronco simbólico que também é usado na cena do ritual, nele há a inscrição do dia e mês da abolição da escravatura no Brasil (13/05) e o ano em que a matriarca chegou em Muricilândia (1962), essa segunda data tem um valor simbólico para o grupo étnico, é como um divisor de águas para o fortalecimento da cultura negra.

Ao meio dia a Rua em frente à casa de Dona Juscelina é preparada, fica privada de circulação, momento este que é respeitado pelos cidadãos.

No espaço com cerca de 100m² é cercado por cordas formando uma arena, onde é organizada a cena com alimentos, objetos e utensílios como: banana, coco-de-babaçu, beijú de mandioca, esteiras, jacá, cofo e abano de palha de babaçu, pote de barro, machado, pilão de madeira, tambor de couro e de madeira (Fotografia 19).

Fotografia 19 – Arena do Ritual e Fachada da sede da ACQDJ.



Fonte: A autora, 2018.

Às 16h os foguetes anunciam, o Festejo da Abolição vai começar! Dá-se início a performance teatral, simboliza o segundo telegrama enviado pela Princesa Isabel declarando a abolição da escravatura.

[...] Eu me sinto uma dor, tristeza, aí vem aquela alegria, eu não arcansei, mas meu tio me deu a lição e eu tô explicando tudo e eu fico triste, eu fico triste também de ver aquele sofrimento, eu dei as instrução tudo, mas eu, me pesa, me pesa quem era nós negro naquele tempo, é por isso que eu tenho grande alegria e grande sartifação, quantos anos Deus me der eu festejo e quando eu não puder, mas tem quem vai fazer [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

A narrativa do teatro a céu aberto conta que um pai de família escravizada, ao ouvir o choro dos filhos e o pedido por alimento, procura providenciar e vai pisar arroz no pilão, porém é impedido pelos feitores que exigem que o escravo vá trabalhar no eito. Ao resistir ao trabalho em prol de atender os filhos, o pai é levado ao tronco para ser castigado.

A *griot* Rosa Mirtes (aparece em destaque na Figura 06 e na Fotografia 26) é participante da performance, no teatro faz parte da família do escravo castigado e nos relata o que sente durante a encenação, “[...] Dor, sofrimento, e choro de relembrar o que meus familiares passaram, aquele sofrimento [...]. (Entrevista: 2018).

Percebe-se que esse sentimento é compartilhado pela comunidade, porém, em diferentes intensidades, mas estar presente naquele momento é sentir que há um pesar. “[...] *me dá vontade de chorar vendo aquele povo sofrer, vendo a negra no chão chorando aquilo me comove por dentro [...]*”. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

Nisso a narrativa destaca a viagem de Dom Pedro II, que doente passa um período na Europa, de 30 de junho de 1887 a 22 de agosto de 1888. Na performance, o Imperador do Brasil se despede da família, a esposa Imperatriz Tereza, o genro Conde d’Eu e a filha Princesa Isabel, que viveu entre os anos de 1846-1921.

[...] O papel da princesa na história do Brasil foi muito importante, a força que deu nela para libertar os escravos, ela também foi muito humilhada pelo pai, se não fosse ela nós estava até hoje amarrada pra trabalhar [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida. 2018).

Historicamente, por três vezes Dom Pedro II viaja para o exterior e deixa sua filha Isabel como regente do império brasileiro⁶⁹ (Fotografia 20). Tratava-se também de habituar tanto a princesa como futura Imperatriz e também proporcionar sua aceitação diante da aristocracia que a rejeitava, fez parte deste processo a assinatura da Lei Áurea, aderindo ao perfil abolicionista poderia ganhar apoio das classes populares⁷⁰.

Entretanto, o verdadeiro protagonismo na abolição da escravatura foi do próprio movimento negro, que também teve adesão de uma minoria de pessoas brancas, os oprimidos resistiram com pressões sociais pela libertação. Mas o que ecoou na história do país foi o discurso dos vencedores, ou seja, da elite branca, sendo silenciada as vozes dos que realmente lutaram pela causa.

Na segunda metade da década de 1880, o abolicionismo pôs o Brasil em polvorosa. Ceará, Amazonas e algumas cidades isoladas já tinham se declarado livres da escravidão [1884]. Fugas e revoltas de escravos eram cada vez mais frequentes. Depois de fugir, eles tentavam chegar até quilombos e territórios já libertos. A polícia era convocada para reprimir, mas também passou a se rebelar. O chefe do Exército chegou a escrever para a

69 Disponível em: <https://www.ebiografia.com/princesa_isabel/>. Acesso em: set. 2018.

70 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao>>. Acesso em: set. 2018.

princesa exaltando a liberdade e dizendo que não iria mais caçar escravos fugidos. (GRAGNANI; ROSSI, 2018, S/P)⁷¹.

O Festejo da Abolição da CQDJ replica o discurso dominante, entretanto, tal aspecto associa-se aos objetivos do Império no século XIX, que buscava a popularidade com as comunidades negras.

No prosseguimento da narrativa do Teatro a céu aberto, segue a cena em que a Princesa Isabel e sua mãe (Imperatriz Tereza) passeiam pela feitoria (Fotografia 20). Ao observarem as condições de violência a qual os escravizados estavam submetidos, a Imperatriz Tereza alerta a filha que na condição de Princesa regente do império poderia tomar uma atitude.

Fotografia 20 – Performance no Teatro a céu aberto.



Fonte: A autora, 2018.

A Princesa, motivada a acabar com o sofrimento dos cativos, tenta impedir o castigo, mas sem sucesso.

71 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao>> Acesso em: set. 2018.

[...] a Princesa Isabel vem e ainda clama; –Óh sofrimento! Vendo ele no sofrimento e a princesa pega, –Mas gente que tanto sofrer, mas tá sofrendo este coitado, não pode! [...] aí vai lá e eles batendo, bate, depois ela vem, – Olha, esse nêgo não bate mais! De hora em diante eu vou acabar com a escravidão no Brasil! [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Na representação, o castigo acontece ao ponto de deixar o escravo quase morto, mesmo com as interferências de outros escravos e da própria Princesa como consta na Fotografia 21.

Fotografia 21 – Princesa Isabel intercedendo por escravo sendo castigado no tronco.



Fonte: A autora, 2018.

Na performance, a Princesa Isabel indigna-se com a existência da escravidão, pelo sofrimento dos escravizados e põe fim assinando a Lei Áurea, ato constado na Fotografia 22.

Fotografia 22 – Princesa Isabel assinando a Lei Áurea.



Fonte: A autora, 2018.

A Princesa assina a lei que liberta os oprimidos e vai até a feitoria declarar extinta a escravidão. “[...] foi a abolição da escravatura, que diz que a princesa Isabel libertou os escravos, tirou do sofrimento, pra mim é uma coisa que a gente guarda por dentro [...]”. (Entrevista: Rosa Mirtes Pereira de Sousa, 2018).

Ao anunciar na senzala a libertação dos escravos, a Princesa Isabel é aclamada como a redentora. A Fotografia 23 registra este momento.

[...] Eu conhecia no livro [...] eu sabia que ela foi uma pessoa que libertou os escravo [...] e a Dona Juscelina chegou e reforçou aquela história, a gente sabia tipo um sonho, eu acho que eu nem conhecia direito, mas eu já tinha visto falar [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

A *griot* Dona Cícera relata que aprendeu com a matriarca quilombola sobre o processo que culminou com o fim da escravatura negra. Entretanto, seguindo o discurso dominante.

Fotografia 23 – Princesa Isabel anunciando a abolição da escravidão na senzala.



Fonte: A autora, 2017.

Após o anúncio da abolição da escravidão, o ambiente é tomado por uma intensa alegria, esse momento é chamado pela comunidade de rebolado, por esta razão a Festa também é conhecida como Festa do Rebolado.

Quando ela assina, aí eu saio; –Salve a Princesa Isabel, deu a liberdade a cor, foi no dia 13 de maio [...] preto não tem mais senhor [...] Naquele tempo quem era o nêgo, o nêgo só comia o resto dos outros e ele hoje, eles tem o direito de ser doutor, nós ver que tem doutor negro e naquele tempo, nêgo era cachorro [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Em 1888 a alegria tomou conta das ruas e de todos, foi intenso, mas passou. Mas para a comunidade negra maranhense ela perdurou e migrou para o Tocantins junto com Dona Juscelina.

[...] a Dona Juscelina ela traz consigo essa cultura por receber ela de seus ancestrais, de uma geração anterior a dela, então eu vejo que no lugar que ela estava, os seus parentes eles se expressaram daquela maneira ou eles

contaram essa história pra ela, essa questão de alegria [...] eles estavam livres, sabe, livres [...] assinou-se uma lei que nos tornava livres, então foi um momento de alegria, uma explosão de alegria como ela diz, eu vejo assim como um momento histórico, um momento simbólico que mostra a alegria do negro por ser livre, mesmo sendo só no papel, mas agora ele tinha um papel que comprovasse que ele era livre [...]. (Entrevista: Ludimila Carvalho dos Santos, 2018).

A “*comemoração de alegria*” ainda permanece por 130 anos, e a *griot* Dona Juscelina tem ensinado *griôs* aprendizes para levar adiante esse “*alegrão*”.

5.2.4 Catarse.

Os foguetes estouram sucessivamente, e na performance, a senzala vira festa, onde cantam e dançam o rebolado em um movimento descoreografado, a Princesa se mistura aos negros e se alegram (Fotografia 24).

Fotografia 24 – Princesa Isabel e Escravos comemoram a liberdade com a Dança do Rebolado.



Fonte: A autora, 2018.

A *griot* Dona Rosa Mirtes relata o que entende do papel da Princesa Isabel; “[...] No teatro e na história foi libertar os escravos, coração bom, humilde, ajudou os

negros, foi contra o pai e os donos dos engenhos para libertar os negros, ela se tornou uma de nós [...]” (Entrevista: 2018).

Em uma explosão de alegria, acontece a catarse⁷², o negro se alegrou e rebolou comemorando sua liberdade (Fotografia 24). Esse momento é o divisor de águas entre um dia carregado de pesar para uma explosão de alegria, a matriarca relata empolgada.

[...] Na hora que ela assina e ela diz assim: –Hoje, agora mesmo vou acabar com a escravidão no Brasil. E quando ela assina, tá assinado, não há mais cativo e escravidão no Brasil. –Eu, a princesa Isabel, acabei! Aí todos correm, os nêgo pula pra cima e se esse nêgo véio e sai do tronco e ainda bibicando ali, mas sai pulando dando viva a princesa [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Dona Juscelina que viveu a alegria ainda latente da libertação na comunidade negra maranhense, se esforça pra passar para sua negrada em Muricilândia (TO) a energia do “surto de alegria” que sentiram, sendo também esta manifestação uma memória do cárcere, como revela a Fotografia 25.

Nesse momento de grande alegria dançaram, e como é típico das danças africanas o gingado corporal ao som de batuques de tambor, surge a dança do rebolado.

*[...] O rebolado ali é só a brincadeira [...] aí aquilo ali é uma alegria né, aí os nêgo se balança tudo, e eu grito ainda: –Se balança todo mundo!! Aí eu: [canta a música] –**Olha o rebolado que ela faz, não posso mais, eu vou atrás, pra ver. Não posso aguentar, tanta marcação, atrás dessa menina anda muito gavião**⁷³ [...] pros nêgo se balançar e se alegrar [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).*

Dona Juscelina chegou a ser criticada na época, pois trouxe para uma pacata comunidade em que muito se rezava, uma dança quase que escandalosa como bem colocou o quilombola Manoel Filho.

[...] essa outra manifestação, a dança, e de certa forma, era uma dança escandalosa, assim, para os padrões da época, era uma dança que era rebolar, era se pintar, então quem só rezava se deparar com aquilo ali né, houve um choque. (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

72 Dicionário Aurélio: catarse tem como um dos significados a libertação de emoção que sofreu repressão. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/catarse>>. Acesso em: mai. 2018.

73 Não foram encontradas informações sobre essa música que é uma cantiga da Festa 13 de Maio.

A líder trouxe também com a Festa, a tradição de se pintar com carvão vegetal. “[...] Desde o início se pintam de preto, a Dona Juscelina que ensinou se pintar e agora ninguém quer ficar sem se pintar [...]”. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018). (Fotografia 25).

Fotografia 25 – Explosão de Alegria.



Fonte: A autora, 2017.

O pintar-se de carvão tornou-se uma brincadeira no dia da Festa, onde quem deseja brincar o faz espontaneamente pintando-se e participando da encenação teatral (Fotografia 26). Ressalvamos que “*brincadeira*” e “*alegrão*”, como coloca a matriarca, só acontece depois que a Princesa assina a libertação.

Destacar a pele negra, mesmo que seja com pintura, representa a valorização estética do povo negro.

Para Dona Juscelina, atualmente é difícil encontrar pessoas tão negras como as do tempo da escravidão, nos disse que no início da Festa no Maranhão os negros tinham tons de pele bem preta, daí com o tempo foram surgindo os mestiços, mas afirmou que para brincar no 13 de Maio tinha e tem que ser preto, então os mestiços e os brancos que queriam e querem entrar na “*comemoração de alegria*” tinham e têm que se pintar, porque a Festa é dos negros, ponderou firmemente.

Fotografia 26 – Quilombolas pintados de preto na encenação teatral.



Fonte: A autora, 2018.

A jovem Ludimila questiona algo importante, quando coloca que pintar-se de preto representa a resistência da raça e do orgulho negro.

*[...] Na comunidade em si, eu vejo como uma tradição, trazida lá de longe [...] havia aquela cultura de se pintar, aí o motivo, dentre esses, no início era algo bem divertido, era uma das principais festas da cidade, então pessoas de todos os jeitos participavam, aí havia pessoas brancas, então alguns não se sentiam a vontade do jeito que estavam e aí **surge a questão da pintura, vamos representar aqui a pintura como algo de resistência, de representatividade do negro** [...]. (Entrevista: Ludimila Carvalho dos Santos, 2018).*

Já para o jovem Sallomão Israel, a questão da pintura tem outro significado.

*[...] eu tenho uma visão meio peculiar nessa questão de se pintar, até porque faz parte da Festa e tudo mais, se pintar, mas eu acho que pra gente que já tem a descendência de negros e que se auto afirma quilombolas, **se auto afirma negro, acho que não é necessário a questão da pintura da pele** sabe, porque só pelo fato de eu ser quilombola muitas vezes não quer dizer que eu seja bem negro [...] mas sim toda uma ancestralidade [...]. (Entrevista: Sallomão Israel Chaves Borges, 2018).*

O jovem por outro viés também traz algo importante, como o fato do autorreconhecimento, pois, sendo ele mesmo de pele branca e socialmente um não-negro, se afirma como negro independente de fenótipo.

São importantes vieses para se pensar a questão da pintura da pele de preto, mas de qualquer forma afirmamos que não se trata de um *blackface*, e que não será neste trabalho que iremos aprofundar as análises.

5.2.5 Cortejo do Rebolado.

Remonta a tradição ainda em Nova Iorque (MA) quando os festejantes saíam as ruas cantando e dançando o rebolado, em formato de procissão o denominaram “*Cortejo do Rebolado*”.

[...] quando nós chegava na porta dum riquíssimo, dum rico, já tinha uma mesinha posta, aquela mesa na porta com uma bebida em cima e a oferta tava de baixo, e não é porque eles não tinha ajudado não [...]. Andava por a cidade [...] na casa daquele ricão que eu fazia a paradeira já tava a mesinha lá posta com bebida, aquelas bebida em cima, bebida fina e por debaixo da toalha era a oferta daquele dia, só daquele dia, mas ele já tinha mandado dois ou três gado pra lá, Coronel Santana era assim [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Na territorialização da Festa em Muricilândia (TO), Dona Juscelina era caprichosa e ensinava como deveriam fazer em cada momento, assim ensinou como deveria ser a formação e a ação do grupo durante o cortejo.

[...] eu ia bem na frente aqui, balançando pra todo négo acompanhar do jeito que eu fazia né, ali era uma linha assim e outra assim e eu ia aqui no meio e a princesa ia se balançando também, se balança [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

A *griot* Dona Cícera lembra como eram os primeiros anos do Cortejo do Rebolado em Muricilândia (TO).

[...] Depois dessas apresentações fazia o desfile, a princesa era carregada no andor, e nas esquinas paravam e a princesa descia em cada esquina para recitar parte do livro da história do Brasil sobre a Princesa [Isabel], os textos era decorado, não lia olhando no papel não, tinha gente até que ajoelhava nos pé da princesa, às vezes a Dona Juscelina que falava e contava a história dela, nas paradas a princesa e o príncipe dançavam junto com todos os participantes do desfile e do meio do desfile até o final a princesa ia a pé, depois se reuniam todos em dois grupos de frente um para os outros, começava a cantar uma música “Salve a princesa Isabel”, tinha a

valsa da princesa e do príncipe dançavam uma valsa, depois entrava a rainha e o rei e depois todos dançavam juntos. Era muito animado [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018).

Os brincantes cantam e dançam o rebolado pelas ruas da cidade remetendo ao 13 de Maio de 1888 e simbolicamente anunciam que são povos livres no Cortejo do Rebolado, conforme a Fotografia 27.

Fotografia 27 – Cortejo do Rebolado.



Fonte: A autora, 2018.

O Cortejo do Rebolado segue o mesmo percurso da Alvorada que está detalhado no Mapa 06.

[...] O cortejo passa pelas principais ruas, igual a alvorada pela manhã, pela madrugada, ele mostra também a existência do quilombo, mostrando que o quilombo não tem medo e nem teme as ruas, o quilombo não tem medo de representar o que somos, não temos medo de representar o que fomos, o que seremos, porque morreremos assim, morreremos quilombolas [...] tá no sangue isso, então, nós vamos pra rua mostrar pra aqueles que não participam de nossa Festa, algumas vezes só por puro preconceito, mostrar pra eles que nós não temos medo, encarar o preconceito deles [...]. (Entrevista: Ludimila Carvalho dos Santos, 2018).

Assim como na Alvorada, o Cortejo do Rebolado é Festa, é dança, é canto, juntos a comunidade constrói uma teia de significados e significâncias, carregados de poder simbólico.

O grupo étnico estabelece fronteiras culturais com os não quilombolas e se revelam como uma identidade reconhecida e plena de direitos. Se auto afirmam como afrodescendentes, remontando suas tradições desde o cárcere e combate à discriminação cultural exercendo uma territorialidade imaterial.

5.2.6 O Banquete.

Em toda Festa tem comida!

Assim foram os momentos das alimentações coletivas que aconteceram durante toda a festividade, descontraídos e que nos trouxeram uma compreensão de comunidade, comer juntos, gera um sentimento de agregação, nos fazendo sentir-se parte da Festa, além de meros espectadores. “[...] *Dona Juscelina não aceita dar comida pra pouca gente, tem que ter comida pra todo mundo comer [...]*” (Entrevista: Manoel Filho Borges, 2018).

A matriarca relata que era como uma flor que acabara de nascer a Festa 13 de Maio quando era realizada no Maranhão, muito comemorada e animada. A alimentação era ajudada principalmente pelos os mais abastados economicamente, era possível ter fartura para todos e todas.

[...] nesse tempo lá [Maranhão] era ainda a flor que tinha nascido, então todos os rico, todos os fazendeiros chegava, uns chegava com um quarto, outro chegava com o gado inteiro, outro chegava com um porco, outro chegava com uma leitoa, nisso era de bode, era cabra, era ovelha [...] aquilo era 11, e 12 e 13, de dia e de noite, nêgo comendo, e dançando e pulando, era desse jeito [...]. (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Hoje em qualquer manifestação cultural do Quilombo Dona Juscelina há a alimentação coletiva, com uma culinária típica da ancestralidade afrodescendente, o fogão é insuficiente para tantas panelas e improvisam utilizando o fogão a lenha.

Para entendermos essa tradição, historicamente, a alimentação entre escravos ocorriam também de forma coletiva.

O almoço era servido lá pelas dez horas da manhã. O cardápio constava de feijão, angu de milho, abóbora, farinha de mandioca, eventualmente tocinho

ou partes desprezadas do porco – rabo, orelha, pé, etc. – e frutas da estação como bananas, laranjas e goiabas [...] Em fazendas mais pobres, a comida com frequência se resumia ao feijão com gordura e um pouco de farinha de mandioca [...] Por volta de uma hora da tarde, um café com rapadura era servido – substituído nos dias frios por cachaça – e às quatro horas jantava-se. Aí comia-se o mesmo que no almoço [...]. (PINSKY, 1989, p. 36).

A alimentação do escravo era pouca e/ou muito precarizada, e nunca era suficiente. O principal objetivo era manter o escravo saudável para desenvolver bem o trabalho, mas não se dava importância a sua longevidade, de forma que uma alimentação nestas situações acometia o escravo a uma baixa qualidade e expectativa de vida.

Na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, em razão da religiosidade cristã estar bastante presente, é um outro fator para a tradição de se realizar a alimentação coletiva.

As festividades sempre acabam em banquetes, esse fato tem profunda relação com a presença do sagrado e profano⁷⁴ nas manifestações culturais do grupo étnico.

Neste trabalho não temos a intenção de nos aprofundar no tema, mas para tentar explicar a permanente presença da alimentação comunitária na sede quilombola nos remetemos às origens históricas do banquete, pois no passado surgiu como um ritual que posteriormente foi apropriado pelo cristianismo como aponta Strong.

Já no segundo milênio antes de Cristo, partilhar comida e vinho como contraponto social para um contrato escrito – como ocorre num casamento ou num tratado – era costume estabelecido entre os babilônicos. Os monarcas mesopotâmicos produziam banquetes estupendos para acontecimentos importantes, como uma vitória militar, a chegada de uma embaixada, a inauguração de um novo palácio ou templo. A etiqueta nessas ocasiões era sofisticada [...] Servir o vinho envolvia um grande cerimonial. Havia o ritual de lavagem das mãos [...] Havia também música, canto, malabaristas, palhaços, lutadores e atores. (STRONG, 2004, p. 15).

Os banquetes tinham total caráter profano e sagrado, estas festividades também eram utilizadas para demonstração de poder político de acordo com os argumentos do autor, nos afirmando que as comidas e bebidas eram recebidas como presentes pelo soberano, pela aristocracia sob o seu domínio, sendo também uma forma de se agradar o rei.

74 Ver Mércio Pereira Gomes (2016).

De maneira semelhante, no Antigo Egito o banquete era um importante ritual social. As pinturas nas paredes dos túmulos provam isso. Vemos convidadas oferecendo flores, provavelmente ao chegar, a comida servida em procissão, inúmeros servos, música e dança. O banquete, mesmo naqueles tempos remotos, já era uma experiência estética que ia muito além do mero consumo da comida, abarcando a elegância da roupa, tipos de condutas, cerimonial e todas as formas de entretenimento teatral. (STRONG, 2004, p. 15-16).

Neste sentido, o que podemos perceber é que nas origens das alimentações comunitárias identificamos “[...] como elementos do banquete cerimonial: música e canto, lugares distribuídos de acordo com o status e o papel simbólico dos escanções⁷⁵ [...]” (Op. cit., p. 16).

Roy Strong cita que desde a herança grega e principalmente até os romanos a.C., nas cerimônias de banquetes haviam as hierarquizações de acordo com o status social; desde as posições nas alocações à mesa, distinção ao que era servido aos convidados, os convidados de posição superior poderiam aparecer acompanhados de pessoas não convidadas, enquanto que haviam pessoas na lista de espera para substituir os convidados faltosos, além das pessoas que eram pagas para agregarem em um banquete.

Estes banquetes só eram possíveis pela constante presença de escravos, Strong (2004) salienta que tanto anfitriões quanto convidados estavam sempre acompanhados de grande número de escravos para os servirem, gerando até mesmo uma tensão pela grande quantidade de pessoas em um mesmo espaço.

Além disso, os escravos eram selecionados para o trabalho na organização de toda a festividade, uns eram responsáveis pelo cardápio, outros pelos presentes entregues aos convidados, outros eram selecionados pela beleza para servir os vinhos, comidas e para satisfazerem as necessidades sexuais dos convidados e outros para limparem o chão. Caso algum escravo não desempenha-se bem o seu dever poderia ser severamente punido.

As diferenciações dos participantes nas alimentações comunitárias foram se desfazendo com o advento do cristianismo. “[...] O apóstolo Paulo teve de encontrar uma forma de evitar reuniões onde os ricos e seus amigos recebiam comida e bebida melhores que outros de status mais baixo [...]” (STRONG, 2004, p. 30), para

75 “O escanção era o criado encarregado de servir o vinho”. (STRONG, 2004, p. 16).

resolver este impasse decidiu que os privilegiados se alimentassem de forma privativa.

Tanto para os gregos e os romanos antes do cristianismo, os alimentos nos festejos estavam associados a crenças religiosas, “[...] o sacrifício solene de um animal, seguido pela divisão da carne, com uma porção para a divindade colocada no altar e o resto partilhado igualmente [...]” (STRONG, 2004, p. 49).

O sagrado dividia espaço com o profano, os participantes além da devoção às divindades comiam, bebiam e praticavam sexo livremente.

O cristianismo também trouxe influências sobre estes aspectos das alimentações comunitárias, “[...] herdou da tradição judaica a prática de regular o que e quando as pessoas comiam. Juntamente com o sexo, a comida tornou-se sujeita a regras determinadas por Deus [...]” (Op. cit.).

Assim, os banquetes herdaram um caráter mais contido dos participantes e proporcionou mais igualdade entre todos, na medida do possível.

Na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, em razão da pobreza de sua líder, há a arrecadação de alimentos que são entregues em sua casa (sede da ACQDJ). “[...] *A minha Festa é ajudada por meu senhor, minha sinhazinha, é ajudado [...]*” (Entrevista: Dona Juscelina, 2018).

Dona Juscelina estoca os alimentos em seu próprio quarto nos dias festivos, e agarra-se a chave em todo o tempo e lá ninguém entra sem sua autorização.

Suas netas e outras mulheres que se responsabilizam pelo serviço de cozinha precisam pedir a matriarca desde um alho até o arroz e feijão, tudo tem que ser explicado para que vai servir o ingrediente. Assim, também acontece com os animais para abate como porco e galinha, é necessário obter sua autorização para levar pra panela e assim preparar a alimentação comunitária.

A Fotografia 28 registra o momento em que as mulheres responsáveis pela cozinha servem os participantes das festividades.

Fotografia 28 – Alimentação comunitária na sede quilombola.



Fonte: A autora, 2018.

Os banquetes acontecem nos dias festivos tanto sagrados quanto profanos, possui grande influência religiosa, pois todos os participantes são tratados plenamente como iguais, sendo hospitaleiros com os visitantes, há comunhão e companheirismo entre os membros quilombolas desde o ajuntamento de alimentos até sua preparação, são atitudes que fortalecem o sentimento comunitário e a boa convivência.

5.3 O dia 13 de Maio.

A abolição da escravatura no Brasil não foi um processo simples, e ainda foi um dos países com a mais longa escravidão negra do mundo como aponta Fiabani: [...] Nem mesmo a pressão externa, associada à vontade de setores emancipacionistas ou abolicionistas da sociedade brasileira foram suficientes para colocar um ponto final no cativeiro antes daquela data extrema [...]. (2012, p. 25-26).

A data de 13 de Maio não é tão bem aceita e comemorada pelo movimento negro, haja vista que deu a liberdade, mas não criou condições para a emancipação econômica dos escravizados, que marginalizados se aglomeraram principalmente

nas periferias das cidades, apesar desta população ter sustentado por mais de três séculos a elite branca. “Estamos politizando essa data e deixando bem claro que **é preciso lembrar para não esquecer**. Mas não é possível celebrar” (SCHWARCZ, 2018, S/P, grifo nosso)⁷⁶.

O centenário da abolição (1988) foi o momento em que fluíram os debates acadêmicos concentrados principalmente na temática “cultura negra”, e que invadiram a esfera legislativa do país para a reivindicação de direitos sociais influenciando em partes a formatação final da Carta Magna (BRASIL, 1988).

“Naquele ano, lideranças do movimento negro organizado, para denunciar a situação de grande parte da população afro-descendente [sic] na época, **definiram o ato abolicionista, em 13 de maio de 1888, como uma farsa**, um movimento das classes dominantes da época, que teria deixado o negro na indignação, sem nada lhe conceder. Com aqueles objetivos políticos, resolveram protestar contra o significado do dia 13 de maio e indicar a data de 20 de Novembro como dia Nacional da Consciência Negra [...]” (FIABANI, 2015b, p. 38, grifo nosso).

Então, para o movimento negro, esta data (13/05/1888) significa muito mais como um dia de luta contra o racismo e reivindicação de direitos sociais do que como um dia de comemoração, até porque a libertação dos cativos ocorreu em um momento em que a escravidão já era insustentável, havia a necessidade do trabalho livre e haviam poucos escravizados.

A farsa da abolição fez perdurar até a atualidade duras condições sociais as pessoas negras, o racismo que foi a base dessa estrutura de subalternização negra perdura e se recria de variadas formas para manter essa subordinação.

O que vemos hoje no país é uma recriação, uma reconstrução do racismo estrutural. Nós não somos só vítimas do passado. O que nós temos feito nesses 130 anos é não apenas dar continuidade, mas radicalizar o racismo estrutural. (SCHWARCZ, 2018, S/P).

Desta forma, a relação entre Estado e a comunidade negra do país se pauta principalmente nas semânticas dessas emblemáticas datas comemorativas, como defende Arruti.

[...] Em primeiro lugar, a liberdade não foi consentida e sim conquistada; em segundo, a abolição não alterou a situação de fato da população negra no Brasil, que permaneceu excluída dos mais elementares direitos do cidadão.

76 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44034767>>. Acesso em: set. 2018.

Dessa forma, a dicotomia entre o 13 de Maio e o 20 de Novembro serviu como o grande meio de expressão dessa mudança de discurso e de postura do movimento social e, por meio dessa dicotomia, o Quilombo de Palmares e seu líder heroico Zumbi ganharam um papel eminente nessa conversão simbólica. (ARRUTI, 2006, p. 71).

José Arruti destaca a importância do líder quilombola Zumbi de Palmares para o movimento negro, de tal forma que seu aniversário de morte que se deu em 20 de novembro de 1695, um ano depois do ataque das forças escravistas que destruiu o maior quilombo da América Latina, e 193 anos antes da abolição da escravatura, marcou-se como uma data emblemática dessa luta que iniciou-se desde o sequestro dos africanos para o tráfico transatlântico.

Mediante toda a historiografia do movimento negro em prol de seus direitos sociais, quem melhor lhes representa como símbolo é sem dúvida o herói quilombola, “[...] A história de Zumbi marcada pela bravura, liderança e irreverência foi tomada como exemplo pelo movimento negro [...]” (FIABANI, 2015b, p. 67).

O movimento reivindicou a criação de um Memorial ao líder.

O Parque Memorial Quilombo dos Palmares foi implantado em 2007, em um platô (área plana) do alto da Serra da Barriga. O local, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1985, recria o ambiente da República dos Palmares – o maior, mais duradouro e mais organizado quilombo já implantado nas Américas. (PARQUE MEMORIAL QUILOMBO DOS PALMARES, S/D, S/P)⁷⁷.

Adelmir Fiabani (2015b), relata que o movimento negro reverencia o local como um marco da história negra no Brasil, de forma que até o Estado já utilizou o parque para anunciar políticas públicas para os grupos afrodescendentes.

Deste modo, Arruti levanta dados sobre os eventos nos quilombos entre as duas principais datas para essas comunidades étnicas e apresenta suas disparidades, “[...] eventos catalogados no 20 de novembro (162) ser várias vezes menor que no 13 de Maio (666), grande parte dos eventos de maio eram de protesto contra o significado da data oficial [...]” (2006, p. 71).

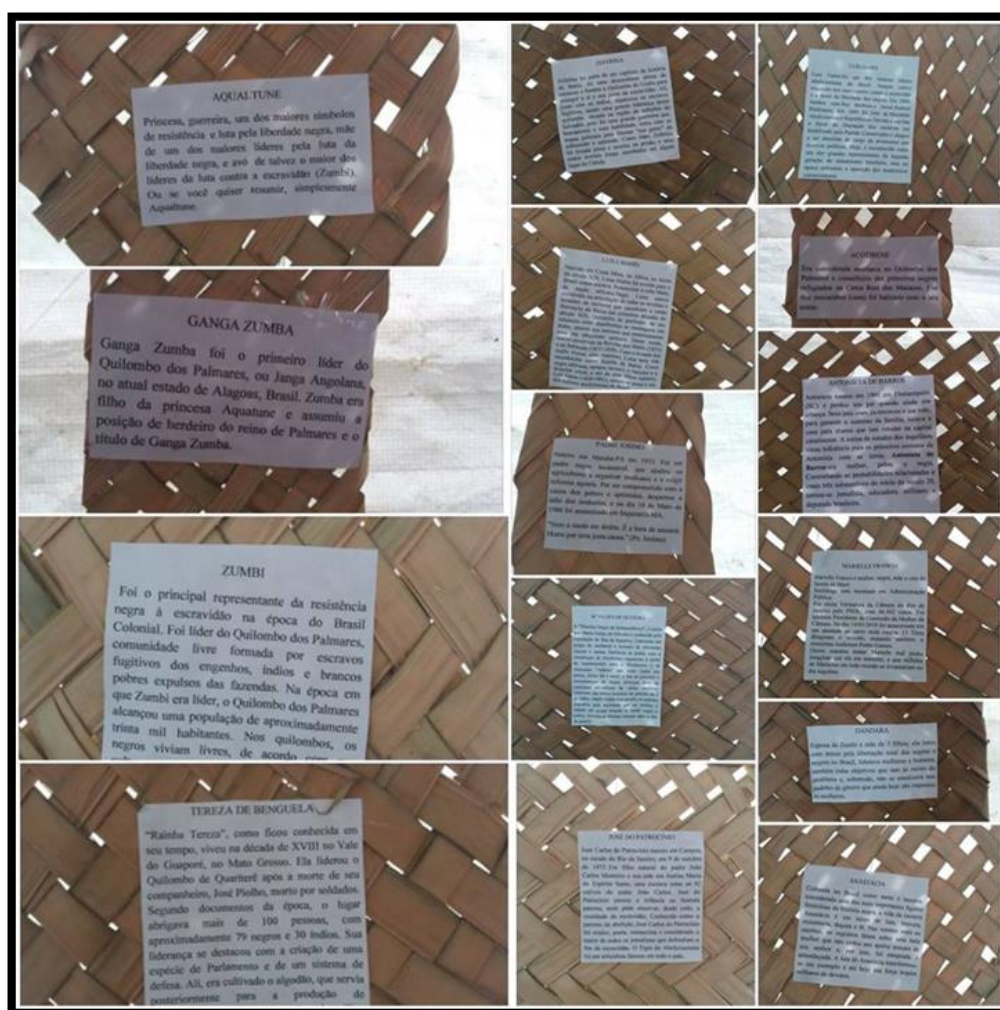
Na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, a data de 13 de Maio é festiva, para os mais velhos é celebrar a Princesa Isabel como a libertadora, sendo esta percepção uma memória do cárcere e para os mais jovens é apenas celebrar a liberdade.

⁷⁷ Disponível em: <http://serradabarriga.palmares.gov.br/?page_id=101>. Acesso em: dez. 2018.

[...] A gente prepara as pessoas para não falar da Princesa Isabel, se tu tiver ali na entrevista, tu falar, ela para e diz: —Pode sair da minha casa. Ela manda mesmo porque ela já mandou pessoas, ela fala: —Olha, a Princesa Isabel, foi meu pai, meu tio que disse que ela é a responsável pela libertação dos escravos. E você e eu sabemos que da pressão Inglesa no Brasil [...] Ela não tinha pra onde correr, a princesa apenas fez o que todo mundo ia fazer. (Entrevista: Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018).

Neste sentido, os quilombolas da Comunidade Dona Juscelina, respeitando as memórias do cárcere dos *grîôs*, também tem tido outras percepções sobre a data de 13 de Maio. O Festejo da abolição tem grande importância como Festa, mas também como espaço de luta através do Seminário de Cultura Afro-brasileiro e Quilombola, e por isso na edição de 2018 lembraram os nomes de pessoas que lutaram pela causa negra, Fotografia 29.

Fotografia 29 – Mural de homenagens a Abolicionistas e Líderes do Movimento Negro.



Fonte: A autora, 2018.

A comunidade quilombola homenageou importantes nomes de abolicionistas e líderes do movimento negro como: Luísa Mahín, Aqualtune, Tereza de Benguela, Dandara, Acotirene, Gamba-Zumba, Zumbi, Anastácia, José do Patrocínio, Luís Gama, Maria Felipa de Oliveira, Antonieta de Barros, Padre Josimo, Zeferina, Mãe Menininha do Gantois-Iyalorixá, Carolina de Jesus, Marielle Franco, Dona Dora (matriarca do quilombo de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia-TO) e os *griôs* da CQDJ entre estes lembraram os nomes dos que já faleceram como Maria Vitória, Dona Joaquina e Dona Nice. Também ergueram palavras de ordem (Fotografia 30).

Fotografia 30 – Palavras de Ordem no VII - SCAbQ.



Fonte: A autora, 2018.

Em protesto os quilombolas marcaram posição incitando ânimo através de palavras como: bravura, axé, ousadia, sonho, fé, respeito, luta, resistência, fraternidade, energia, determinação, valor, soberania, impavidez, união, coragem, confiança, compromisso, capacidade, força e esperança. A manifestação silenciosa

ênfatiza o atual momento da Comunidade Dona Juscelina que é de reivindicação do direito ao território ancestral.

[...] tem várias ramificações de militância também, e dessas ramificações a gente pretende expandir mais o conhecimento e tudo o mais, e o 20 de novembro é uma data até mesmo pra reforçar essa questão da auto afirmação de quilombola e de resistência sabe [...]. (Sallomão Israel Chaves Borges, 2018).

O 13 de Maio na Comunidade Quilombola Dona Juscelina tem ganhado espaço de militância, assemelhando-se a maior parte das comunidades negras que neste dia mais reivindicam direitos sociais do que comemoram a “farsa” da libertação, e exaltam uma postura de uma Consciência Negra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Tratamos neste estudo da Festa 13 de Maio da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia (TO). A Festa atravessa décadas, através dela formam-se territorialidades, que geram territórios simbólicos pois sua característica é a imaterialidade, entretanto, por ter a capacidade de construir identidades, conseqüentemente tem o poder de produzir territórios concretos.

Entendemos que as culturas dos diferentes povos e sociedades possuem o seu próprio modo de vida, e são entendidas como práticas que devem ser valorizadas sem qualquer juízo de valor ou hierarquias das diversas culturas, assim valorizamos a identidade presente em nosso campo de estudo. Neste sentido, este trabalho fez-se relevante por ter contemplado um pequeno rol de pesquisas acadêmicas voltadas para grupos minoritários que sempre foram silenciados pelo Estado e pelas classes dominantes desde a diáspora africana.

Neste sentido, compreendemos a importância da permanência, preservação e resistências das culturas tradicionais, o trabalho trouxe contribuições para as discussões que englobam as relações dos grupos étnicorraciais quilombolas com a natureza e sua apropriação para fins de modos de produção tradicional, suas territorialidades ou a luta para alcançá-la, e também para suas manifestações culturais junto aos seus modos de vida ao longo do tempo.

Embora que atualmente tenha havido por parte do Estado políticas públicas de ascensão social para estes grupos. Destacamos os artigos 215 e 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que defende a proteção das manifestações das culturas afro-brasileiras e a preservação de seus bens materiais e imateriais. Estas leis embasam os direitos territoriais dessa categoria social que é quilombola e que os diferencia de outros grupos não tradicionais.

De forma que projetamos nossas análises em seus sistemas culturais para compreendemos o território deste grupo, ao analisarmos as nuances entre cultura e território da Comunidade Dona Juscelina destacou-se a Festa 13 de Maio, que nos trouxe o entendimento de que sua territorialização no município de Muricilândia (TO) provocou influências, a Festa maranhense resistiu através dos tempos, mesmo com as mudanças de contextos territoriais e sociais, ela persiste, e possui a capacidade de amalgamar o grupo em que foi ressignificada, pois a partir da presença desse

fazer ancestral afro-brasileiro, a comunidade reconstrói sua identidade e avança criando fazeres perpassando entre o moderno e o tradicional para que se fortaleça como categoria social.

A pesquisa permitiu a interdisciplinaridade ao dialogar com o território, a memória e a cultura da CQDJ, trazendo ao bojo da discussão os direitos adquiridos pelos povos tradicionais quilombolas através das legislações vigentes. Ao contextualizar historicamente os elementos representados na Festa 13 de Maio como processos hegemônicos sobre os territórios tradicionais, destacam como a escravização foi utilizada como estratégia para alcançar dada superioridade que até os dias atuais é mantida em nossa sociedade.

Deste modo, nosso problema de pesquisa foi compreender essa tradicional manifestação cultural da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, que é a Festa 13 de Maio, a partir de como suas tradições são integradas ao território, como suas correntes de transmissões servem para manter e construir um território simbólico e como exercem suas territorialidades.

Dentre esses fazeres estão a ampliação das atividades da Festa 13 de Maio, que ao ser resignificada passa a ser conhecida como Festejo da Abolição no município de Muricilândia (TO), a comunidade se organiza em núcleos como os dos jovens, dos adolescentes, dos anciãos, dentro e fora das escolas, da comunidade e do próprio município em que vivem. Assim, vão gerando territorialidades imateriais, pois por não possuírem território e por estarem segregados no sítio urbano, suas estratégias ou mobilizações reivindicam o território concreto, pois como categoria social possuem direitos territoriais.

A Festa 13 de Maio é o elo entre o passado e o presente em que proporciona ao grupo a produção de fronteiras culturais que consolida a identificação como categoria social quilombola. Consideramos que a conservação e reprodução dos traços identitários dão um sentido de continuidade histórico-cultural e simbólica.

A territorialização da CQDJ no Município de Muricilândia (TO) na Amazônia oriental, na dimensão cultural territorial apresentam em seu processo de formação, a continuidade da tradição da Festa 13 de Maio, entrelaçada com a vida da líder e matriarca, a Dona Juscelina, onde reconstruímos memórias, narrativas e vivências de membros.

Ao significar a Festa 13 de Maio, como símbolo maior da identidade da comunidade quilombola justapõe a organização e mobilizações do grupo em torno dessa manifestação cultural para a manutenção das tradições.

A observação, descrição e a análise da Festa 13 de Maio, vão além do que a escrita permite registrar, os sentidos e sentimentos da festividade são algo superior, assim perceber o Festejo da Abolição é preciso vivenciar suas práticas que corrobora para sua manutenção e preservação das suas culturas com seus ritos, suas danças, seus cantos.

Nossa experiência no campo de pesquisa vai além do que foi exposto neste trabalho, as vivências, os diálogos, as emoções, a alimentação, os cantos, as danças, as formações cognitivas, o ensino dos saberes e fazeres através das oralidades dos anciãos, os sentidos de tudo que estavam em volta do fenômeno social que nos propomos a pesquisar, nos possibilitou interações e trocas de saberes que nos impregnou de sua cultura.

Os dias festivos da comunidade quilombola, tão carregados de significados não é plenamente possível ser transcrito, de forma que para uma melhor apreensão do leitor, elaboramos um produto, onde produzimos como recurso audiovisual um documentário intitulado como “Da Festa 13 de Maio aos Rastros dos *Griôs*”, a qual disponibilizamos em formato físico anexado a este trabalho e na internet disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cLeyW_0jfeE&feature=youtu.be>.

O produto foi produzido juntamente com o jovem quilombola Sallomão Israel Chaves Borges e a mestrandia Keliane Vale dos Santos (PPGCULT/UFT). Assim, expressa-se através de imagens o que fizemos através de palavras.

Os povos quilombolas são resistências e persistências!

7 REFERÊNCIAS.

ACQDJ. **Documentário: “45º FESTEJO DA ABOLIÇÃO - QUILOMBO DONA JUSCELINA - MURICILÂNDIA 2018”**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BdU1E-XqSqM&feature=youtu.be>>. Acesso em: nov. 2018.

ADORO CINEMA. **Sinopse do Filme: Amistad**. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-16168/>>. Acesso em: mai. 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

AMARAL, Rita. **Festa à Brasileira: sentidos do festejar no país que “não é sério”**. eBooksBrasil.com, 2001. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/35896659/Rita-Amaral-Festa-a-brasileira-Sentidos-do-festejar-no-pais-que-nao-e-serio>>. Acesso em nov. 2018.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. São Paulo: Edusc, 2006.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **A memória do tempo de cativo no Maranhão**. Revista Tempo. Vol. 15, nº 29. (2010), pp. 67-110. ISSN: 1413-7704. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167016571004>. Acesso: jul. 2018.

BARRETO, Lima. **Crônica**. Gazeta da Tarde, 1911. Disponível em Instituto Moreira Salles: <<https://blogdoims.com.br/lima-barreto/>>. Acesso em: set. 2018.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. In: CASTRO, Iná Elias de. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORGES, Manuel Filho. **RELATO: A História de Muricilândia e do Quilombo. 2015**. Disponível em: <<https://quilombo-de-muricilandia.webnode.com/>>. Texto Avulso. Acesso em out. 2017.

BBC. **Pentecostes**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130331_pascoa_calculo_data_mm>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Abolição**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao>>. Acesso em: set. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 6.261**, 20 de novembro de 2007: Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6261.htm>. Acesso em: mai. 2018.

_____ **Decreto nº 6.040**, 07 de fevereiro de 2007: Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: mai. 2017.

_____ **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 3.239**, 25 de junho de 2004: encontra-se pendente no Supremo Tribunal Federal (STF) e busca inconstitucionalizar o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=3239&processo=3239>>. Acesso em: dez. 2018.

_____ **Decreto nº 4.887**, 20 de novembro de 2003: Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: mai. 2017.

_____ **Lei nº 10.639**, 9 de janeiro de 2003: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: jan. 2019.

_____ **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 427p.

_____ **Lei nº 5.173**, 27 de outubro de 1966: Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm>. Acesso em: jun. 2018.

CANÇÃO NOVA. **Beatificação da Princesa Isabel**. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/brasil/pesquisa-sobre-princesa-isabel-investiga-suas-virtudes-heroicas/>>. Acesso em: dez. 2018.

CANDAUI, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **As Grandes Festas**. S/D. Disponível em: <<http://www.museucasadoportal.com.br/sites/default/files/artigos/pdf/Artigo%204%20Maria%20Laura.pdf>>. Acesso em: out. 2018.

CIFRA ANTIGA. **Salve a Princesa Isabel**. Composição: Paquito e Luís Soberano. Interpretação: Trio de Ouro. Disponível em: <<https://cifrantiga2.blogspot.com/2008/07/salve-princesa.html>>. Acesso em: jun. 2018.

CIFRA CLUB. **Música: Consciência Negra/Boi-Bumbá Garantido**. Composição: Paulinho DU Sagrado. Disponível em: <<https://www.cifraclub.com.br/garantido/consciencia-negra/letra/>>. Acesso em: set. 2018).

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião**. Tradução: Carlos Maria Vásquez Gutiérrez. São Paulo: Paulinas, 2001. (Coleção Religião e Cultura).

DEBRET, Jean-Baptiste. **Figura 09 – Obra “Castigo no Pelourinho”**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/05/nao-ha-motivo-para-celebrar-os-130-anos-da-lei-aurea-diz-antropologa.shtml>>. Acesso em: set. 2018.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Matriarca**. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/matriarca>>. Acesso em: set. 2018.

_____ **Matriarcado**. <<https://dicionariodoaurelio.com/matriarcado>>. Acesso em: set. 2018.

_____ **Catarse**. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/catarse>>. Acesso em: mai. 2018.

DICIONÁRIO PRIBERAN. **Compadres**. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/compadre>>. Acesso em: dez. 2018.

_____ **Comadres**. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/comadre>>. Acesso em: dez. 2018.

_____ **Procissão**. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/prociss%C3%A3o>>. Acesso em: set. 2018.

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS. **Cores**. Disponível em:

<<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/significado-cores/>>. Acesso em: jun. 2018.

E BIOGRAFIA. **Princesa Isabel**. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/princesa_isabel/>. Acesso em: set. 2018.

ELIADE. Mircea. **O Sagrado e o Profano**. Tradução: Rogério Fernandes. 1ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, Antonio Luiz. **Figura 08 – Missa Campal em 17 de Maio de 1888 com a presença da Princesa Isabel**. 1888. Disponível em <<https://blogdoims.com.br/lima-barreto/>>. Acesso em: set. 2018.

FIABANI, Adelmir. Comunidades Remanescentes de Quilombo: da invisibilidade à luta pela terra. In: FIABANI, Adelmir. LIMA, Solimar Oliveira. **Sertão Quilombola: comunidades negras rurais no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015a.

_____ **Os Novos Quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)**. 1ed. Palmas: Nagô Editora. 2015b.

_____ **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Portaria nº 51**. Disponível em:

<<http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>>. Acesso em: mai. 2018.

_____ **Definição do Termo Quilombo**. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=46307>>. Acesso em: jul. 2018.

_____ **Povos Tradicionais**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: mai. 2017.

_____ **Quadro das CRQs certificadas até a data de 16 de dezembro de 2017**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: jul. 2018.

FUNDAJ.GOV. **Reisado**. Disponível em:

<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=217&Itemid=1>. Acesso em: dez. 2018.

GEERTZ. Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GELEDÉS. **Blackface**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tag/blackface/>> Acesso em: mai. 2018.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GRAGNANI, Juliana. ROSSI, Amanda. **A Luta Esquecida dos Negros pelo Fim da Escravidão no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao>> Acesso em: set. 2018.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de Conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. _____ **Território e Multiterritorialidade: um Debate**. GEOgraphia, n. 17, 2007. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>> Acesso em: mar. 2016.

HALL. Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

_____. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Tradução: Adelaine La Guardia Resende et.al. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBBSAWM. Eric; RANGER. Terence. (org). **A Invenção das Tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IBGE. **Áreas Especiais: Amazônia Legal**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>>. Acesso em: Mai. 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em: Ago. 2018.

LIMA, Heloisa Pires. Hernandez, Leila Leite. **Toques do Griô: memórias sobre contadores de histórias africanos**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2010.

LIRA, Elizeu Ribeiro. VALADARES, Aniel R. Aspectos Socioculturais e Econômicos da Comunidade Afrodescendente São Joaquim, no Município de Porto Alegre_TO In: **Território e Diversidade Territorial no Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais**. SANTOS, Roberto de Souza (org.). Goiânia: Kelps, 2013.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, UnB, 2002. Disponível em: <<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

LOCKHART, James. SCHWARTZ, Stuart B. **A América Latina na Época Colonial**. Tradução: Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9 ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MITOS E LENDAS. **Capelobo**. Disponível em: <<https://www.mitoselendas.com.br/2017/03/a-lenda-do-capelobo.html>>. Acesso em: set. 2018.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993.

PARQUE MEMORIAL QUILOMBO DOS PALMARES. **Zumbi dos Palmares**. Disponível em: <http://serradabarriga.palmares.gov.br/?page_id=101>. Acesso em: dez. 2018.

PASTORAL DA JUVENTUDE. **Negro Nagô**. Composição: desconhecida. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pjdiocesedebarreras/posts/d41d8cd9/1476364302439239/>>. Acesso em: dez. 2018.

_____. **Negra Mariama**. Disponível em: <<http://letrasdemusica.com.br/p/pastoral-afro/negra-mariama.html>>. Acesso em: jan. 2019.

PINSKY, Jaime. **A Escravidão no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 1989. (Coleção Repensando a História).

POMBO, Olga. **Epistemologia da Interdisciplinaridade**. Ideação [Online]. v. 10, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/viewArticle/4141>>. Acesso em 18 mai. 2016.

PRIORI, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. 1ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Messianismo no Brasil e no Mundo**. 2ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RAFFESTIN, Claude. A Produção das Estruturas Territoriais e sua Representação. In: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

RODRIGUES, Nelson. **Por uma Nova Escola: o transitório e o permanente na educação**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

SANTOS. Luiz dos. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2005. – (Coleção primeiros passos; 110).

SAQUET, Marcos A. Por uma Abordagem Territorial. In: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

_____. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - SEPPIR. Ministério da Justiça e Cidadania. **Definição de povos tradicionais.** Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Programa Brasil Quilombola.** Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/porta-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>>. Acesso em: jun. 2018.

SUZUKI, Júlio César. **Território, Modo de Vida e Patrimônio Cultural em Sociedades Tradicionais Brasileiras.** Espaço & Geografia, Vol.16, No 2 (2013), 627:640 ISSN: 1516-9375. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Julio_Suzuki/publication/278405330_Territorio_modo_de_vida_e_patrimonio_cultural_em_sociedades_tradicionais_brasileiras/links/55be15fe08aec0e5f445ceea/Territorio-modo-de-vida-e-patrimonio-cultural-em-sociedades-tradicionais-brasileiras.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

SCHWARCZ, Lilia. **Não há motivos para celebrar os 130 anos da lei áurea.** Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/05/nao-ha-motivo-para-celebrar-os-130-anos-da-lei-aurea-diz-antropologa.shtml>>. Acesso em: set. 2018.

STRONG, Roy. **Banquete: Uma história ilustrada da culinária, dos costumes e da fartura à mesa.** Tradução: Sergio Goes de Paula com a colaboração de Viviane De Lamare. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** Tradução: Rosaura Eichemberg. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral.** Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WALSH, C., Oliveira, L. F., & Candau, V. M. (2018). **Colonialidade e Pedagogia Decolonial: Para pensar uma educação outra.** Arquivos Analíticos de Políticas educativas, 26 (83). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3874>>. Acesso em: dez. 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

7.1 Narradores.

Cícera Vieira Almeida.
Francisco Paulino de Sousa.
Lucelina Gomes dos Santos – Dona Juscelina.
Ludimila Carvalho dos Santos.
Manoel Filho Borges.
Maria Bartolomeu Novais Alencar.
Rosa Mirtes Pereira de Sousa.
Sallomão Israel Chaves Borge.

8 APÉNDICE.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE
CULTURA E TERRITÓRIO – PPGCULT

Av. Paraguai, s/n, com Rua das Uxiramas Setor Cimba – 77824.838 – Araguaína TO
Coord. (63) 2112-2295 Secret. (63) 2112-2253 e 2286 – www.uft.edu.br
ppgcult@uft.edu.br – secretariappgcult@uft.edu.br

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Data: ___/___/2018.

Nome do Entrevistado: _____ Idade: _____ anos.

I – IDENTIFICAÇÃO E MEMÓRIA DO LUGAR

- 1) Nasceu em qual cidade/Estado? _____
- 2) Como aconteceu sua chegada em Muricilândia-TO? _____
- 3) Quais suas lembranças das manifestações culturais quilombolas desde a sua infância? _____
- 4) Você sente falta de alguma prática cultural que deixou de acontecer? Qual? Porquê? _____
- 5) Você sente falta de alguma prática cultural que se modificou com o tempo? Qual? Porquê? _____
- 6) Como eram as relações interpessoais entre os membros da comunidade quilombola nos períodos festivos? _____
- 7) Quais as suas considerações sobre a matriarca da comunidade quilombola? ____
- 8) Quem é Dona Lucelina Gomes dos Santos pra você? _____

II – IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO NA FESTA 13 DE MAIO

- 1) O que significa a Festa 13 de Maio pra você? _____
- 2) Como se dá a sua participação na Festa 13 de Maio desde a sua infância? ____
- 3) Entre os anos de 2016, 2017 e 2018 como foi sua participação em todas as atividades que envolvem a Festa 13 de Maio? E nas demais atividades da comunidade? _____
- 4) Há alguma atividade da Festa 13 de Maio que você prefere não participar? Qual o motivo? _____
- 5) Na sua opinião, qual o momento mais agradável da Festa 13 de Maio? Por quê? _____
- 6) Na sua opinião, qual o momento menos agradável da Festa 13 de Maio? Por quê? _____

- 7) O que você sente durante o teatro a céu aberto? _____
- 8) Na sua opinião, qual o papel do negro na encenação teatral? E na história do Brasil? _____
- 9) Na sua opinião, qual o papel da Princesa Isabel na encenação teatral? E na história do Brasil? _____
- 10) Como você define a cultura quilombola da comunidade Dona Juscelina? _____

9 ANEXOS.

ANEXO A – Cronograma do Encontro de Griôs com a Juventude Quilombola.



I ENCONTRO DE GRIÔS DO QUILOMBO DONA JUSCELINA com a juventude quilombola

Período de: 08 a 22 de abril de 2018 Muricilândia-tocantins

PROGRAMAÇÃO

DIA 08/04/2018(Domingo):

(8:00 horas)

- ❖ Cortejo de entrada no recinto, com música e o banner do encontro e entrega aos griôs;
- ❖ A bênção aos ancestrais;

(9:00 horas) - Intervalo para o café.

(9:15 horas) - 1ª roda de transmissão de saberes e fazeres.

- ✚ Lucelina Gomes dos Santos – Presidente do Conselho de Griôs;
- ✚ Griô Cícera Vieira de Almeida;
- ✚ Griô Geraldo Delmondes;

(10:15horas) – dinâmica (samba de roda).

(10:30 horas) – perguntas e respostas.

(11:45 horas) – intervalo para almoço.

(14:30 horas) - dinâmica (toré da mata).

(14:45 horas) – 2ª roda de transmissão de saberes e fazeres.

- ✚ Griô dos santos;
- ✚ Griô Conceição Viana;
- ✚ Griô Carlindo;
- ✚ Griô Rosa Mirtes.

(15:45 horas) – intervalo para o lanche.

(16:00 horas) – dinâmica (música as quatro horas da tarde).

(16:15 horas) – perguntas e respostas.

(17:00 horas) – Roda de conversa e orientações aos GTPs(grupos de trabalhos práticos).

(17:30 horas) – encerramento das atividades (1º dia).

DIA 14/04/2018(Sábado):

(8:00 horas) – café da manhã.
(8:15 horas) – mesa de encaminhamentos.
(8:45 horas) – (oficinas) - saída a campo para coleta dos materiais das oficinas.
GTP 1 – Palha de coco babaçu.
GTP 2 – Coco babaçu.
GTP 3 – Mandioca.
(12:00 horas) – intervalo para almoço.

(14:00 horas) – mesa de encaminhamentos.
(14:30 horas) – preparo dos materiais coletados.
GTP 1 – Palha de coco babaçu (bater a palha, cortar na medula certa para abano, esteira, côfo).

GTP 2 – Coco babaçu (Quebra do coco babaçu, torrefação do coco, moer, cozimento e apuro do azeite).

GTP 3 – Mandioca (Descascar, ralar, prensar, lavar massa, extrair tapioca, extrair massa de mandioca e torrar farinha).

(16:00 horas) – lanche.
(16:15 horas) – continuação das oficinas.
(17:30 horas) – encerramento das atividades (2º dia).

DIA 15/04/2018(Domingo):

(8:00 horas) – café da manhã.
(8:15 horas) – mesa de encaminhamentos.
(8:30 horas) – continuação das oficinas.
GTP 1 – Palha de coco babaçu (Confecção do abano, côfo, esteira e outros artesanatos).

GTP 2 – Coco babaçu (Conclusão da oficina).





GTP 3 – Mandioca (preparar os pratos feitos a partir da massa de mandioca e derivados).

(14:00 horas) – mesa de encaminhamentos.
(14:30 horas) – (continuação das oficinas nos grupos).
GTP 1 – Palha de coco babaçu.
GTP 2 – Coco babaçu.
GTP 3 – Mandioca.
(16:00 horas) – lanche.
(16:15 horas) – roda de conversa e orientações aos GTPs(grupos de trabalhos práticos).
17:00 horas) – encerramento das atividades (3º dia).

DIA 21/04/2018(Sábado):

(8:00 horas) – café da manhã.
(8:15 horas) – mesa de encaminhamentos para as oficinas de músicas e danças.

A dança Rebolado:

 Griô Lucelina Gomes.




Griô Cícera Vieira.

Griô Conceição Viana.

Griô Geraldo Delmondes.

(9:00 horas) – dinâmica: dança do rebolado.

(9:15 horas) - A Roda Lindô:

 Griô Dos Santos.

 Griô Carlindo.

 Griô Rosa Mirtes.

(10:00 horas) – intervalo.

(10:15 horas) – A Capoeira.

 Contramestre Gueroba(Grupo Guatambu Capoeira).


(11:00 horas) – Roda de Capoeira.

(11:30 horas) – Intervalo para almoço.

(14:00 horas) – mesa de encaminhamentos.

(14:30 horas) – (início das oficinas de rebolado, lindô e capoeira).

 Rebolado: na residência da Griô Lucelina.

 Lindô: Galpão do Balneário Água Viva.

 Capoeira: Praça da Igreja Matriz.

(17:00 horas) - encerramento das atividades (4º dia).


DIA 22/04/2018(Domingo):


(8:00 horas) – café da manhã.

(8:15 horas) – mesa de encaminhamentos.

(8:30 horas) – preparo das comidas, azeite e artesanato que serão expostos na noite cultural.

(19:30 horas) noite cultural.

 Homenagem aos griôs da comunidade.

 Agradecimentos dos griôs aos jovens quilombolas. Exposição dos pratos, azeite e artesanato produzidos nas oficinas de transmissão de saberes e fazeres.

 Apresentações:

- Roda de capoeira.
- Roda de lindo.
- Rebolado (início dos ensaios para o dia 13 de maio). (21:00

horas) – encerramento do encontro de griôs e juventude do quilombo Dona Juscelina.

ANEXO B – Cronograma do Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola.



MURICILÂNDIA-TO

Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.
CNPJ:12.580.060/0001-10

45º FESTEJO DA ABOLIÇÃO
(Festa do 13 de Maio)
VII Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola.
Quilombo Dona Juscelina – Muricilândia-TO.

PROGRAMAÇÃO

DIA 10/05/2018

PERÍODO MATUTINO:

III SEMINÁRIO (UFT/Araguaína) - GRUPO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DIREITOS HUMANOS - GEADH.

8:30min – 1ª Mesa Redonda: A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL E SEUS RETROCESSOS – ‘do escravo ao quilombo e do quilombo ao escravo, a produção dos espaços de resistência’.

- **Manoel Filho Borges** (Membro do Conselho Cultural da ACQDJ), Muricilândia-TO.
- **Izarete da Silva de Oliveira** (Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudo de Cultura e Território-UFT. Graduada em Geografia pela Universidade do Tocantins-UFT. Professora da Rede de Ensino da Educação Básica Estadual).

10:00 h. LANÇAMENTO DO CADERNO DE CONFLITOS – CPT/Araguaína.

- **Edmundo Rodrigues Costa.**

Obs.: Lançamento de livros.

PERÍODO NOTURNO

19:30 h. – ABERTURA

- Saudação Griô – Conselho de Griô.
 - Discurso da Matriarca e demais autoridades presentes.
- 20:30min.** - Apresentações Culturais.
- Grupo de dança Negras Mariamas.
 - Grupo de Percussão – Tambor de Resistência(ACQDJ).

21:00 h. – (Artista local) Cantor Roberto Santos.

DIA 11/05/2018

PERÍODO MATUTINO

7:00h. – Credenciamento.

8:00h. – Apresentação cultural.

8:15h. – Abertura com fala da Matriarca e Coordenação do evento.

8:30h. – **2ª Mesa Redonda – O QUILOMBO ENQUANTO OBJETO DE PESQUISAS ACADÊMICAS.**

- **Ruberval Rodrigues de Sousa** (Doutor em Letras pela UFT, Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco, Bacharel em Comunicação Social e Licenciado em Letras pela Unitins, Secretário Executivo na UFT/Palmas e Professor de Língua Portuguesa pela SEDUC/TO).

Tema: **TRADIÇÃO E CULTURA – SABERES FORMAIS E INFORMAIS: UM ESTUDO DAS INTERRELAÇÕES ENTRE AS ESCOLAS DE MURICILÂNDIA E A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DONA JUSCELINA.**

9:30h. – Debate.

10:00h. – Intervalo.

10:15h. – **3ª Mesa Redonda – O QUILOMBO ENQUANTO OBJETO DE PESQUISAS ACADÊMICAS.**

- **Helena Mendes da Silva Lima** (Mestre em Sociologia pela PUCSP, professora na Faculdade Católica Dom Orione em Araguaína. Tema: **A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA ATRAVÉS DO DIREITO E ACESSO A EDUCAÇÃO.**

11:15h. – Debate.

11:45h. – Almoço (Estará a disposição dos participantes a um preço bem reduzido o almoço na Tenda da comunidade Quilombola).

PERÍODO VESPERTINO

14:00 h. – **4ª Mesa Redonda – Prof. Elias da Silva** (Doutor em Geografia pela USP. Professor Adjunto da Universidade do Tocantins. Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Estudo de Cultura e Território-PPGCult).

- **Izarete da Silva de Oliveira** (Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudo de Cultura e Território-UFT. Graduada em Geografia pela Universidade do Tocantins-UFT. Professora da Rede de Ensino da Educação Básica Estadual).

Tema: **A FESTA DE 13 DE MAIO – ATO POLÍTICO QUE EVIDENCIA O CONFLITO TERRITORIAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA.**

15:00h. – Debate.

15:30h. – Intervalo.

15:45h. – **5ª Mesa Redonda – SABERES E FAZERES QUILOMBOLAS: A cultura como fenômeno individual.**

– **Kamila Ferreira dos Santos** (Graduada em Letras pela Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína).

Tema: REPRESENTAÇÕES DA CULTURA QUILOMBOLA NAS NARRATIVAS DE VIDA DA MATRIARCA DONA JUSCELINA E DOS ANCIÕES DE MURICILÂNDIA.

- **Katiane da Silva Santos** (Mestranda em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins-UFT).

Tema: ENTRELINHAS DAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS-CULTURAIS DOS QUILOMBOLAS DONA JUSCELINA.

16:45h. – Debate.

17:15h. – Encerramento.

PERÍODO NOTURNO

19:30h. – 6ª Mesa Redonda – **TERRITÓRIO QUILOMBOLA, LUGAR DE MÍSTICA E FORTALECIMENTO DE IDENTIDADE.**

- **Erasmoo Carlos de Lima Conceição** (Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína).

Tema: HISTÓRIA, MITO, TERRITÓRIO: NO ITINERÁRIO DA FORMAÇÃO DE MURICILÂNDIA.

20:30h. - Exibição(Telão) do Filme Documentário **CAMINHOS DO MORRO (Cássio Cipriano)**, (Debate).

21:30h. – Apresentações Culturais das Escolas e Comunidades Quilombolas Vizinhas.

DIA 12/05/2018

PERÍODO MATUTINO

8:00h. – Apresentação Cultural – Makulêlê (Grupo Guatambu Capoeira).

8:30h. – 7ª Mesa Redonda: **O MAPA DA VIOLÊNCIA AGRÁRIA.**

- **Conferência - Prof. Dr. Júlio César Suzuki (Geografia da USP).** – **Edmundo Rodrigues Costa** (Agente da Comissão Pastoral da TerraCPT/Araguaína).

9:30h. – Debate.

10:00h. - Intervalo.

10:15 h. – Lançamento de Livros.

- **Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes** (Geografia da USP).

11:15h. – Intervalo para Almoço (Estará à disposição dos participantes a um preço bem reduzido o almoço na Tenda da ACQDJ).

PERÍODO VESPERTINO

14:00h. - 8ª Mesa Redonda: **CULTURA E IDENTIDADE: UM RESGATE ATRAVÉS DA ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO, O CABELO COMO RESSIGNIFICAÇÃO ... BELEZA NEGRA.**

- **Profª Drª. Kênia Gonçalves Costa** (Drª em Geografia pela UFG. Professora do Colegiado de Geografia UFT/Araguaína).

Nathana Yara da Costa Silva (Graduada em História pela Universidade Federal do Tocantins).

Tema: DO CABELO PIXAIM AO CABELO NATURAL (DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DO GRUPO CACHEADAS IN LOVE DE ARAGUAINA).

- **Katiucia da Silva Nardia** (Pedagoga e Mestranda do PPGCult UFT, Campus de Araguaína).

Tema: CABELO COMO SÍMBOLO IDENTITÁRIO.

15:00h. - Oficinas de Penteados e Capoeira.

- **Penteados e Amarração de Turbantes** (Profª Kênia e Cacheadas In Love).

Local: Tendões do Seminário.

- **Rodas de Capoeira** (Contramestre Gueroba, Mestre Chorão e Mestre Penugem).

Local: Praça da Igreja Matriz.

PERÍODO NOTURNO

19:00h. - 9ª Mesa Redonda – SALVAGUARDA DOS MESTRES DE CAPOEIRA DO TOCANTINS.

- **Mestre Chorão** – Palmas (Grupo Guatambu Capoeira).

- **Mestre Penugem** - Porto Nacional (Grupo Raizes).

Tema: CAPOEIRA ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE.

20:00h. – Entrega de Cordas de Capoeira e Roda de Capoeira (Grupo Guatambu Capoeira).

DIA 13/05/2018

PERÍODO MATUTINO

4:30h. – Alvorada pelas ruas.

15:00h. – Celebração e Momento de Diálogo Inter-religioso.

16:00h. – Teatro da Abolição (a céu aberto).

18:00h. – Cortejo dançante pelas ruas da cidade de Muricilândia.

19:30h. – Jantar para todos

20:00h. – Apresentação das Comunidade Quilombolas Pé do Morro e Cocalinho.

20:30h. Grupo NEGRAS MARIAMAS.

21:00h. Grupo de dança AFRO-KIZOMBA.

21:30h. Griô Mestre Dos Santos – Musicas Folk.

ANEXO C – Cronograma do Fórum da Consciência Negra.

III FÓRUM DA CONSCIÊNCIA NEGRA Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina (ACQDJ) MURICILÂNDIA-TOCANTINS -PROGRAMAÇÃO-

Local: Colégio Est. Marechal Costa e Silva

DIA 20-11-2017

07:00h. – Credenciamento:

08:00h.- Abertura (Composição da mesa e fala das autoridades):

08:40h. – Apresentação Cultural - GRUPO DE DANÇA- (Colégio Costa e Silva)

09:00h. – 1ª Mesa (Mediadora: Profª Ivanilda)

- Projeto Negritude 11 anos de história – Coord. Mara (Col. Costa e Silva).

- Projeto QUAL A MINHA COR? – Diretora Maria dos Santos (**Esc. Est. De**
Muricilândia).

09:40h. – Debate - (Interlocução: Higor Lucas)

09:20h. – Intervalo

09:30h. – 2º Mesa (Mediador: Acadêmico Quilombola Lucas Espíndola) – Juventude em debate: Para além da consciência

– Pres. do Quilombo Dona Juscelina, Representante de Grêmios Estudantil e Acadêmicas Quilombola (Lucilene, Amária, Mayra, Kamila, Suzana e Ludimila)

10:30h. – Debate – (Interlocução: Prof. Ray)

11:00h. – Intervalo/Almoço

13:40h. - Retorno - Apresentação Musical - Cantor Roberto Santos

14:00h. – 3ª Mesa (Mediadora: Acadêmica Quilombola Kauane) – Contexto cultural de 20 de Novembro.

Profª. Dra. Kênia Gonçalves Costa (Colegiado de Geografia e do PPGCult – UFT - Campus de Araguaína)

PARCEIROS:

- Profª Ms Marina Grigório Barbosa de Sousa (Colegiado de história, UFT-Campus de Araguaína)

14:40h. – Debate – (Interlocução: Prof. Nonato)

15:10h. – Intervalo

15:20h. 4ª Mesa (Mediadora: Acadêmica Quilombola Edvânia) – Marginalização da religião de matriz africana – Profª Izarete (Graduada em Geografia e Mestranda do PPGcult – UFT, Campus de Araguaína)

- Prof. Manuel Barbosa da Silva (Diretor da Escola Estadual João Alves Batista, Membro da ANCA (Associação Negra Cor de Araguaína) e Mestrando do PPGCult - UFT - Campus de Araguaína)

- Profª. Telma Sousa Santos Barbosa (Membro da ANCA-Associação Negra Cor de Araguaína e Mestranda do PPGCult – UFT - Campus de Araguaína)

16:30h. Debate – (Interlocução Profª Vanuza)

17:00h. Encerramento

NOITE CULTURAL

- (Capoeira, Música Folk, Dança, Percussão) -

20/11/2017

- 19:00h. - Apresentação Cultural Escola Estadual de Muricilândia
- 19:20h. - Apresentação do Grupo Guatambu Capoeira (Professor Gueroba)
- 19:20h. - Grupo de dança Negras Mariamas(CQDJ)
- 19:30h. – Desfile BELEZA AFRO-BRASILEIRA (Para alunos da rede estadual e municipal de ensino).
- 20:30h. – Concurso de amarração de Turbante (Aberto a quem quiser concorrer)
- 21:00h. – Final do Concurso de Poesia Afro-brasileira (Aberto a quem quiser concorrer)
- 21:30h. – Apresentação da percussão do Col. Costa e Silva
- 21:50h. – Premiação dos vencedores (Desfile Beleza Negra/ Concurso de Turbante/Sarau de Poesia)

Realização:



Parceiros:

- Prefeitura Municipal de Muricilândia
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
 - Col. Est. Marechal Costa e Silva
 - Esc. Est. Muricilândia
 - Esc. Mul. Nova Muricilândia
 - Esc. Mul. Nova Canaã
- Grêmio Estudantil Col. Est. Marechal Costa e Silva
 - Grêmio Estudantil Esc. Est. de Muricilândia
 - Grupo Guatambu Capoeira
 - NEAQ
 - ANCA
 - UFT
 - CAHZP

